

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

LUCAS BULLARA MARTINS DA SILVA

Sobre a Psicanálise da Análise Institucional do Discurso

SÃO PAULO
2019

LUCAS BULLARA MARTINS DA SILVA

Sobre a Psicanálise da Análise Institucional do Discurso

(versão original)

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano.

Orientadora: Prof^a Livre-Docente Marlene Guirado.

São Paulo

2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Lucas Bulara Martins da

Sobre a Psicanálise da Análise Institucional do Discurso / Lucas Bullara
Martins da Silva; orientadora Marlene Guirado. -- São Paulo, 2019.
235 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo,
2019.

1. Análise Institucional do Discurso. 2. Psicanálise. 3. Guirado, Marlene. 4.
Freud, Sigmund. I. Guirado, Marlene, orient. II. Título.

Nome: SILVA, Lucas Bullara Martins da

Título: Sobre a Psicanálise da Análise Institucional do Discurso

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para Mayra,
sempre...

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento de minha pesquisa, condição básica da produção desta tese.

Ao Instituto de Psicologia da USP (IPUSP), pelo contexto acadêmico que, de 2006 a 2019, marcou os caminhos de minha formação.

À Prof^a Marlene Guirado, por toda a confiança que sempre depositou em mim. Se a *“verdadeira viagem de descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, mas em ter novos olhos”* (M. Proust), só posso lhe agradecer pelo seu inestimável papel na construção dos olhos deste psicólogo. Muito obrigado pela incessante viagem. A você, também, dedico este trabalho.

Aos professores José Leon Crochik e Renee Volpato Viaro, não só pelas suas inegáveis contribuições em meu exame de qualificação, mas também pelo carinho e cuidado com que se dispuseram a ler minhas palavras.

Ao Felipe Martins-Afonso, eterno parceiro, com quem, em muitos sentidos, divido a autoria desta pesquisa.

Aos colegas do grupo de orientação, por todas as preciosas leituras que fizeram de meus textos, e por cada uma de suas valiosas sugestões.

Aos colegas do grupo de trabalho da quinta-feira, pelo aprendizado e pela vida profissional compartilhada.

Aos meus clientes, por dividirem comigo suas vidas. Ensinando-me, todos os dias, a exercer a clínica.

Aos grandes amigos que fiz no colégio e na faculdade, por todas as histórias, vividas e ainda a serem contadas. Para além das distâncias impostas pelos acasos da vida.

A toda minha família, de sangue e adquirida, pela inabalável torcida.

Ao João Pedro, há um ano chegado no mundo, por tão incrivelmente ter transformado esse mundo.

À minha irmã, por estar sempre, incondicionalmente, ao meu lado.

Aos meus pais, por tudo que sou, e por tudo aquilo que me parece impossível colocar em palavras.

À Mayra, por ser a minha vida.

A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo

A. Einstein

RESUMO

SILVA, L. B. M. *Sobre a Psicanálise da Análise Institucional do Discurso*. 2019. 235 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

A Análise Institucional do Discurso (AID) é proposta como uma estratégia de pensamento para o exercício profissional e de pesquisa em Psicologia e constitui-se como um campo conceitual produzido em interfaces com quatro diferentes áreas do conhecimento: a sociologia de José Augusto Guilhon Albuquerque, as ideias de Michel Foucault, a linguística pragmática de Dominique Maingueneau e a psicanálise de Sigmund Freud. A presente pesquisa consiste num estudo específico de uma dessas interfaces, aquela imposta à psicanálise freudiana. Nossa hipótese é de que a constituição da AID, no desenrolar da produção discursiva de Marlene Guirado, é acompanhada de uma tensa, recorrente e multifacetada interlocução com o pensamento freudiano a partir da qual se institui no discurso uma espécie de “psicanálise em torção”, própria da AID, diversa da psicanálise *stricto sensu*. A tese que procuramos defender coloca-se como uma tentativa de, por determinados recortes pontuais, analisar e demonstrar como se configura essa Psicanálise da AID. Para tal, a pesquisa é dividida em dois movimentos distintos, mas complementares. No primeiro movimento, tomamos alguns trabalhos centrais da produção intelectual de Guirado para configurar, por uma análise do modo de produção das interlocuções com o discurso de Freud em diferentes contextos de enunciação, quais os lugares da psicanálise nos acasos da instituição discursiva da AID e quais fronteiras são assim demarcadas. No segundo movimento da pesquisa, com base no que foi possível delimitar a partir do discurso de Guirado, tomamos estrategicamente dois trabalhos de Freud para demonstrar, por uma análise institucional do discurso, as condições de possibilidade das fronteiras conceituais impostas às noções freudianas de inconsciente como bloco mágico e de construção. Em si, é por todo esse percurso analítico-demonstrativo, articulado às discussões complementares que o acaso da própria escritura do trabalho suscitou, que tecemos uma tese possível sobre a Psicanálise da Análise Institucional do Discurso.

Palavras-chave: Análise Institucional do Discurso. Psicanálise. Guirado, Marlene. Freud, Sigmund.

ABSTRACT

SILVA, L. B. M. *On the Psychoanalysis of the Institutional Analysis of Discourse*. 2019. 235 f. Thesis (Doctorate in Psychology) – Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

The Institutional Analysis of Discourse (IAD) is proposed as a thought strategy for professional practice and research in Psychology and constitutes a conceptual field produced in interfaces with four different areas of knowledge: the sociology of José Augusto Guilhon Albuquerque, the ideas of Michel Foucault, the pragmatic linguistics of Dominique Maingueneau and the psychoanalysis of Sigmund Freud. The present research consists of a specific study of one of these interfaces, that imposed to the Freudian psychoanalysis. Our hypothesis is that the constitution of IAD, in the course of the discursive production of Marlene Guirado, is accompanied by a tense, recurrent and multifaceted interlocution with the Freudian thought from which a sort of "psychoanalysis in twist", characteristic of IAD, different from psychoanalysis *stricto sensu*, is historically established in the discourse. The thesis that we seek to defend stands as an attempt to analyze and demonstrate, by certain angles, how this Psychoanalysis of IAD is configured. For this, the research is divided into two distinct but complementary movements. In the first movement, we took some central works from Guirado's intellectual production to configure, through an analysis of the mode of production of the interlocution with Freud's discourse in different contexts of enunciation, which are the positions of psychoanalysis throuout the discursive institution of IAD and which frontiers are thus demarcated. In the research's second movement, based on what was possible to delimit from the discourse of Guirado, we strategically took two of Freud's works to demonstrate, through an institutional analysis of the discourse, the conditions of possibility of the conceptual borders imposed to the Freudian notion of unconscious as a magic-block and his notion of construction. In itself, it is through all this analytical-demonstrative course, articulated to the complementary discussions that the chance of writing this work provoked, that we weave a possible thesis on the Psychoanalysis of the Institutional Analysis of Discourse.

Keywords: Institutional Analysis of Discourse. Psychoanalysis. Guirado, Marlene. Freud, Sigmund.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
---------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

A produção de um tema: Histórias e contextos	12
<u>1. Um recorte de uma história.....</u>	14
<u>2. Nesta pesquisa, lugares de enunciação</u>	26
<u>3. Da especificidade do caminho a ser trilhado</u>	33
<u>4. O mapa da tese.....</u>	35

CAPÍTULO I

Acasos da instituição de um discurso: Os lugares da interlocução com Freud	39
<u>1. Entre a pesquisa e o exercício profissional.....</u>	40
<u>2. Da ancoragem ao conceito.....</u>	59
<u>3. Dimensões da interface.....</u>	81

CAPÍTULO II

Das aberturas no dispositivo teórico de Freud: Tensão, confronto, fronteira.....	88
<u>1. Uma reorganização possível do discurso freudiano</u>	90
<u>2. Um modo de ensinar Freud.....</u>	107
<u>3. De Freud à analítica da subjetividade</u>	123
<u>4. Delimitando um recorte analítico</u>	135

CAPÍTULO III

Ponte: Sobre duas brechas em nosso discurso	143
<u>1. O discurso para além da autoria.....</u>	143
<u>2. O discurso para além da ordem</u>	155

CAPÍTULO IV

Método: Das estratégias de análise do discurso de Freud	166
<u>1. Do que nos trouxe até aqui ao que nos levará adiante.....</u>	166
<u>2. Em conceitos de base, os contornos de um particular tipo de análise</u>	169
<u>3. Ponto de partida e especificidade: procedimentos de (cada) análise.....</u>	171
<u>4. O problema da tradução.....</u>	174

CAPÍTULO V

Inconsciente como bloco mágico: O registro da singularidade.....	177
<u>1. Um inconsciente como memória nas bordas da metapsicologia freudiana</u>	177
<u>2. A metáfora do bloco mágico como suporte para o pensamento</u>	190

CAPÍTULO VI

Construção como operador analítico: O acontecimento do sentido	199
<u>1. As construções de Freud.....</u>	200
<u>2. Nos movimentos de uma particular cena clínica</u>	208
a) Um analista e um paciente do discurso	209
b) O ato analítico no imponderável da construção	211
c) Sobre a (concepção de) verdade em (da) análise.....	214
<u>3. Construção e análise em AID</u>	217

ENCERRAMENTO	223
---------------------------	------------

REFERÊNCIAS	231
--------------------------	------------

APRESENTAÇÃO

A Análise Institucional do Discurso (AID) é um método que delimita uma proposta para o exercício da Psicologia, profissional e de pesquisa, na fronteira com outras áreas do conhecimento. Em outras palavras, a AID é uma estratégia de pensamento que faculta uma particular analítica da subjetividade cujo exercício se faz a partir do acionamento de um conjunto conceitual específico, produzido em regiões de interface possível entre quatro diferentes campos do saber – a sociologia de José Augusto Guilhon Albuquerque, as ideias de Michel Foucault, a linguística pragmática de Dominique Maingueneau e a psicanálise de Sigmund Freud.

O presente trabalho trata da Análise Institucional do Discurso em sua fronteira com o pensamento freudiano.

As páginas que se seguem, portanto, abordam uma das margens constitutivas da AID. Nessas páginas o leitor encontrará um determinado conjunto de considerações teórico-conceituais, de reconstituições históricas de produção discursiva, de demonstrações analíticas. Esse conjunto procura desenvolver certa maneira de entender as fronteiras com o pensamento de Freud que constituem a AID, dispondo um particular modo de pensar aquilo que chamamos de Psicanálise da Análise Institucional do Discurso.

INTRODUÇÃO

A produção de um tema: Histórias e contextos

Este trabalho é sobre a Análise Institucional do Discurso (AID). Não há começo possível que não seja um começo por ela.

Indiquemos, primeiramente, o ponto que a nós mostra-se crucial no entendimento desse campo da Psicologia: a AID não é uma teoria sobre um suposto sujeito psicológico, não é uma tese sobre organização da sociedade e seu lugar na constituição dos indivíduos, não se apresenta como sistema de princípios e verdades que definem seja o que for. *A AID é um método* (Guirado, 2010). Entretanto, aquilo que se entende como método, nessa área, é particular.

Inspirada em Foucault (1976/2015)¹, Guirado propõe pensar método não como um conjunto de procedimentos ou como uma técnica aplicável, mas como o exercício de um modo de pensar balizado por alguns poucos conceitos de base. O que isso significa? Que método é entendido, aqui, como um organizador descritivo pelo qual se opera o pensamento.

O que está em jogo, portanto, é um recorte analítico pelo qual afirmações são construídas em referência a um quadro conceitual mínimo. É um recorte, pois conceitos orientam um pensamento, dispondo certos pressupostos que condicionam uma relativa forma

¹ Nesse livro, o autor constrói um capítulo pela apresentação do conceito de poder que facultou suas análises (Foucault, 1976/2015, pp. 100-112). E o título desse capítulo é “Método”. Curiosamente, uma descrição conceitual ocupa, no texto do autor, o lugar de método.

de produção de sentidos. É analítico, pois tais conceitos delimitam pontos de partida de uma estratégia descritiva, e não pontos de chegada referidos a alguma previsão teórica.

Vê-se que, quando falamos de método, nos referimos ao exercício de uma estratégia conceitual de pensar. Pode até parecer estranho aproximar tais termos, método e estratégia; no entanto, não tomamos o termo “estratégia” como coordenação de ações, como manobra ou artifício de planejamento que visa a algum alvo final. Antes, pensamos o termo como orientação possível, como uma espécie de bússola do raciocínio analítico². Desse modo, é possível afirmar, em última instância, que a *AID* é uma estratégia de pensamento (Guirado, 2010).

Isso nos leva ao outro ponto imprescindível para se entender a AID. A proposta é a do exercício de uma estratégia de pensamento referida a um conjunto conceitual, mas este último é específico. Sua configuração é marcada por um rigoroso esforço de elaboração conceitual que não se restringe a uma área do saber. Pelo contrário: *a AID se constitui por interfaces entre diferentes áreas do conhecimento* (Guirado, 2010).

Quando dizemos “interface”, nos referimos a um trabalho intelectual que põe em interlocução e confronto diferentes modos de produção de conhecimento para a proposição de um outro, já afastado dos primeiros, embora neles apoiado. Para tal, parte-se da marcação das especificidades de cada campo visando a, sem reduções ou aproximações indevidas, reconhecer as diferenças e os pontos irreconciliáveis entre eles. Somente a partir disso é que se criam as condições de, por recortes precisos e articulações pontuais, tencionar conceitos produzidos em contextos diversos e torcê-los para que funcionem como operadores de pensamento em outra área. Operadores minimamente estáveis, mas que não negam a instabilidade constitutiva de uma fronteira conceitual.

Como isso se configura na AID? São especificamente quatro os campos de saber em relação aos quais se estabelecem as fronteiras conceituais que instituem a AID, tomados a partir do discurso de quatro autores, igualmente específicos: José Augusto Guilhon Albuquerque (da Sociologia), Michel Foucault (da Filosofia), Dominique Maingueneau (da Linguística) e Sigmund Freud (da Psicanálise). Entretanto, como proposta para o exercício da Psicologia, o que se faz, em AID, é... psicologia. É daí que se parte para circular entre esses outros saberes que, quando devolvidos à área de onde se partiu, por recortes³ e torções que a tensão do trabalho em interface exige, conferem novos matizes para seu fazer.

² Por tal, não dizemos que “usamos” a AID, e sim que “operamos” com ela.

³ A noção de *recorte* ocupa um lugar central na AID, como veremos ao longo do trabalho. Recortes não funcionariam como uma espécie de artifício que permitiria aproximar conceitos díspares, diminuir a distância

É importante ressaltar que a construção dessas interfaces conceituais – que sustentam a organização do método de análise da AID – não foi arbitrária nem imediata. Ela constitui-se historicamente, marcada pelos diferentes contextos que delimitaram a atuação profissional concreta de Guirado. Marcada pelos diferentes contextos a partir dos quais se instituíram as condições de produção do discurso dessa pensadora.

Se, até aqui, nossa descrição se configurou um tanto árida, isto o é, pois ela já pressupõe uma relativa familiaridade com certo modo de dizer, de ler, que é afeito ao próprio escopo intelectual da AID. Assim foi feito para que, logo de saída, fixássemos esses dois pontos de referência que, a nosso ver, definem irrevogavelmente esse campo de produção do saber e conferem limites às expectativas que dele se pode ter.

Queremos prosseguir, entretanto, com mais calma e cautela. Suportados em sua fonte de referência mais atual (Guirado, 2010), tentaremos descrever a AID de modo que fiquem claras as passagens que delimitam o seu desenho no caminhar da produção discursiva de Guirado. E buscaremos, em certos pontos estratégicos, levantar algumas perguntas que, com a indulgência do leitor, ficarão momentaneamente sem resposta.

Essa não é uma maneira óbvia, ideal ou única de descrever a AID; é apenas uma escolha calculada, cuja justificativa esperamos deixar clara até o final desta introdução.

1. Um recorte de uma história

Como anunciado, a maneira de exercer a Psicologia colocada pela AID se faz sustentada por elaborações conceituais em fronteiras. Poucas, necessárias, rigorosamente pontuais. Historicamente, a primeira delas delimitou-se entre o trabalho psicológico (de pesquisa e intervenção) em instituições sociais públicas e a sociologia de instituições concretas, especificamente aquela proposta por José Augusto Guilhon Albuquerque.

Esse autor propõe pensar o termo *instituição* como práticas ou relações sociais que se repetem, constituindo – nesse movimento e como alvo de tais práticas/relações – um objeto específico (abstrato); essas repetições se dariam tecidas num confronto com outras instituições, numa reivindicação de monopólio sobre esse objeto institucional de sua ação, pelo qual a instituição demarcaria seu terreno de legitimidade (Albuquerque, 1978). Pois bem, ai está um horizonte conceitual a partir do qual Guirado arrisca pensar sua prática: um

entre áreas do saber distintas, produzir relativizações amplas ou legitimar todo e qualquer movimento discursivo. Ao contrário: recortes, em AID, são exigências epistemológicas que, ao mesmo tempo, preservam o rigor intelectual/conceitual (deixando explícita, para cada saber construído, sua relatividade ao contexto de sua produção) e dão condições de possibilidade para a não cristalização do pensamento.

horizonte exterior ao contexto de produção de saberes da Psicologia, mas ao mesmo tempo imediatamente ligado ao contexto concreto da atuação profissional dessa psicóloga. É com ele que Guirado começa a construir um organizador que dê notícia dos contornos do pensamento que contextualiza seu modo de intervir/pesquisar nas instituições sociais em que trabalhava na época, décadas de 1970 e 1980.

Vejamos que, na proposição de Albuquerque, chama a atenção o fato de as instituições serem entendidas a partir do âmbito imediato das práticas ou relações que se reproduzem. Instituição não seria algo que é dado, imposto de cima para baixo ou naturalmente justificado num plano social, estatal, jurídico ou intelectual. Antes, instituição seria algo que se faz, por parte tanto de seus agentes como de sua clientela, que se faz no dia-a-dia *por essa relação de clientela*, que se legitima por meio desse fazer. Se nos encontramos, aqui, na área sociológica, notemos também que essa atenção para *as relações* permite a construção de uma ponte para a Psicologia, embora ainda falte uma elaboração rigorosa que justifique tal ponte e que preserve, nela, a particularidade do conhecimento psicológico. É isso que Guirado (2010, p. 45) propõe, acrescentando à definição de Albuquerque a ideia de que o caráter de legitimidade da instituição se daria em ato por efeitos de um reconhecimento – naqueles que repetem tais relações – da naturalidade destas, como óbvias e sempre constantes, simultâneo a um desconhecimento da relatividade das mesmas, historicamente instituídas.

Em foco, desse modo, estão *as relações e seus efeitos subjetivos*. Justifica-se, aqui, a saída da Sociologia para voltarmos à Psicologia. Mas não toda e qualquer psicologia, e sim uma aproximada da psicanálise freudiana, justamente por esse foco dado às relações. Uma psicologia particular, possível porque *tensionada nos limites de uma linha de fronteira entre saberes* (a sociologia e a psicanálise).

Não deve ter passado despercebido, ao leitor, o fato de termos lançado a psicanálise freudiana em nossa descrição, sem nenhum aviso prévio, talvez de modo relativamente descuidado ou precipitado. Atentos a isso, busquemos então dar-lhe um cuidado apropriado, reparando nossa precipitação.

O trabalho com o conceito de instituição é, sem dúvida, o ponto basal da proposta de Guirado. É com ele, a partir dele, que as demais fronteiras que hoje constituem a AID foram tornadas possíveis. Já o encontramos desde 1986, embasando as análises do Doutorado de Guirado e configurando, à época, uma maneira de descrever como se davam as relações no contexto institucional da antiga FEBEM e que re(des)conhecimentos estavam em jogo no modo como as pessoas que faziam a instituição acontecer falavam de si e dos outros nas entrevistas (Guirado, 1986/2004). Mais além, é esse o ponto que dá forma ao trabalho

seguinte da autora, em 1987, quando, da tentativa de pensar a atuação dos psicólogos fora dos contextos mais tradicionalmente reconhecidos como “seus de direito” (consultório, testes psicológicos, psicopedagogia), ela acaba por propor um recorte específico que permitisse trabalhar de um modo particular a própria psicologia, como *Psicologia Institucional* (Guirado, 1987/2004).

Ora, aqui está a passagem mais distintiva da proposição de Guirado (2010, p. 48): operando no diapasão do conceito acima descrito, a própria Psicologia passa a ser pensada como instituição! Como área do conhecimento, ela não será tomada pelo estatuto de sua legitimidade reconhecida social e genericamente, mas antes será tomada pelas diferentes práticas concretas que a produzem e reproduzem, pela ação daqueles que falam em nome dela, nós psicólogos. Nas implicações de assim pensar, dizer da AID como um modo de fazer psicologia é dizer de uma escolha, de uma especificidade para o seu exercício⁴.

Guirado, então, leva adiante as consequências dessa elaboração conceitual. A rigor, pensar a Psicologia como instituição exige que se defina, mesmo que minimamente, o ponto de ataque de suas práticas de saber. Exige que se delimite um alvo para que se esclareça de “*qual psicologia falamos*” (Guirado, 2010, p. 48). Em outras palavras: exige que se faça, no recorte de uma Psicologia, o recorte de um objeto institucional. Temos aqui oportunidade de melhor esclarecer o que alguns parágrafos acima apresentamos precipitadamente. Na medida em que é possível considerar como, na psicanálise de Freud, é dada atenção especial às relações, *a AID configura seu objeto institucional a partir da interface estabelecida com a Sociologia trabalhando com um recorte da Psicologia que a aproxima da psicanálise*: “as relações, mas não aquelas imediatamente observáveis, e sim, tal como percebidas, imaginadas, por aqueles que concretamente as fazem” (Guirado, 1987/2004, em Guirado, 2010, p. 48).

Destaquemos que, na configuração desse objeto, a noção de *relação* não se mostra genérica ou arbitrária; pelo contrário, *ela é rigorosamente específica*. Está implicada numa interface que dá as condições de pensar um inter-jogo entre o caráter institucional de qualquer relação, matriz constitutiva, e o caráter “subjetivo” das mesmas, referido às singularidades que concretamente fazem tais relações e nelas se reconhecem. Nesse inter-jogo, subjetividades seriam produzidas.

⁴ Podemos ir além e arriscar mais uma afirmação, já adiantando um ponto crucial: é também um *posicionamento político*. Isto, pois tal exercício da Psicologia se faz numa atenção aos jogos de poder e aos efeitos do exercício profissional na relação concreta entre aquele que ocupa o lugar de psicólogo e aquele que lhe demanda um serviço, na sombra da rede discursiva e dos reconhecimentos e desconhecimentos que contextualizam e sustentam essa área do conhecimento e suas práticas de produção de saber.

Na fronteira com o conceito de *instituição* da Sociologia de Albuquerque, a noção freudiana de *fato psíquico* dá o estofado da especificidade da proposta de Guirado (2010, p. 49). Relações, portanto, como uma “superposição” entre lugares historicamente instituídos e seu exercício por singularidades historicamente constituídas, contrapartidas irreduzíveis para a realização de análises. E, como objeto da AID, não está em questão definir as relações ou explicá-las, e sim descrevê-las no rebote dos contextos de sua produção. A fronteira com certa Sociologia se assenta numa aproximação com um suposto básico da psicanálise freudiana, e a AID se faz *psicologia*. Não sociologia, nem psicanálise.

Antes de prosseguirmos, uma pergunta para depois: *estabelece-se, aqui, uma interface com a psicanálise de Freud?*

Em paralelo à construção dessa fronteira com a Sociologia de Albuquerque, algumas ideias de Michel Foucault posicionaram-se estrategicamente no pensamento de Guirado. Não arbitrariamente. São ideias dele que dão suporte às proposições de Albuquerque, sobretudo no tocante ao caráter pragmático de seu conceito de instituição. No entanto, e muito além, é nesse autor que Guirado encontra um modo de fazer análise que dá sustentação ao modo como ela própria fazia (e faz) seu exercício profissional: numa firme suspensão da fixação de saberes e verdades implicada na construção de teorias, o que se coloca como estratégia analítica é a delimitação de um campo conceitual de base, tão mínimo quanto possível, guia descritivo de uma produção pontual de afirmações e sentidos.

No caso de Foucault, suas noções de discurso e poder compunham o pano de fundo de suas pesquisas, os pressupostos basais que, como método, delimitavam os resultados de suas análises. Vejamos que, aqui também, encontramos ideias igualmente externas ao contexto de produção de saberes da Psicologia. Contudo, são ideias que, para Guirado, puderam mostrar-se relacionadas ao âmbito imediato de sua atuação profissional, não somente por sua qualidade de estratégia conceitual como também pelo valor dessas noções de discurso e poder. Se foi pertinente apontar o trabalho com o conceito de instituição como a marca definidora e distintiva da proposta de Guirado, muito provavelmente não será exagero dizer que *o conceito de discurso com o qual a autora trabalha, numa interface com o pensamento foucaultiano, é o cimento que dá a liga tanto dessa primeira elaboração conceitual quanto das demais que vieram a se estabelecer em seu discurso*. Mas, como? Devemos entrar, mesmo que brevemente, em alguns detalhes.

Tal como proposto por Foucault (1971/2010), discurso deveria ser pensado não em termos de representação, e sim a partir de sua materialidade, sua concretude. Não como mediador de uma realidade, seu veículo de leitura ou escrita, mas como imediata realidade em si mesmo. Em franca tensão com seus interlocutores à época (as filosofias do sujeito fundador, aquelas da experiência originária, o estruturalismo), o autor coloca em foco o próprio discurso como acontecimento, tensão viva de contexto que restringe/controla o que se pode dizer e produz/prolifera o que se diz. As condições de sua análise seriam duas, de acordo com o pensador: suspender certo ímpeto, historicamente produzido e fortalecido, de desvelamentos absolutos (o que ele nomeia de “vontade de verdade”), tomando os discursos não pelo que eles dizem como verdades, e sim pela dimensão do acaso das formações discursivas, pelos contextos que delimitam as regras de sua produção; e opor-se a certa supremacia, quando do tratamento dos discursos, das mediações estruturais (nas palavras do autor, “soberania do significante”), produtora de análises que retirariam do discurso sua concretude como efeito de contexto, negando assim o próprio discurso. Duas condições dessa análise do discurso que, no limite, é pensado como acontecimento discursivo, como casualidade e regularidade, bordado por linhas de tensão e de condições de sua possibilidade.

A essa noção de discurso segue também, como marca metodológica do pensamento foucaultiano, seu conceito de poder (Foucault, 1976/2015). Novamente em interlocuções⁵, o autor propõe pensar poder não como unidade, como algo de que se tem posse, como instrumento referido a grupos de dominação. Pensar em poder implicaria pensar jogos de força, constitutivos do próprio exercício do discurso⁶; jogos locais, móveis, em constante tensão entre pólos de poder e resistência, cambiantes. Sem artigo que o defina (“o” poder), o que se coloca é a necessidade de tomar poder não como o objeto da análise (como algo sobre o que se teorizar), mas como seu pressuposto para pensar condições de possibilidade da formação de séries discursivas. Assim, tão pouco está em questão tomar poder como estrutura; suas análises não visam a descortinar uma suposta fundação estrutural por trás dos discursos: não haveria um “por trás dos discursos”. *Poder é entendido como ação sobre ação, relações que se fazem por tensão, no e pelo discurso*: intencionais porque estratégicas, com alvos e metas; não subjetivas porque não pertencentes a indivíduos ou grupos, e sim referentes ao próprio exercício discursivo. Nesse sentido, o que suas análises colocam em jogo é o modo de produção dos discursos. E aquilo a que visam, em última instância (Foucault, 1995), é

⁵ Como destaca Guirado, interlocuções que, embora não declaradas, mostram-se na escritura de seu texto: interlocuções com filosofias políticas pós-marxistas (como, por exemplo, Althusser) e com institucionalistas das décadas de 1960 e 1970 do século XX (como, por exemplo, Lapassade).

⁶ Vejamos que sua noção de discurso como ato, acontecimento, entretece-se com seu conceito de poder.

descrever – operando com esses dois conceitos como organizadores do pensamento – que sujeitos, dispersos em teias de jogos de poder-saber e de produção de verdade, os discursos objetivam.

Comentários rasos e restritamente interessados de algumas elaborações foucaultianas, nossos apontamentos apenas tentam dispor minimamente esse campo de interface com o qual Guirado trabalha. Notemos, em primeiro lugar, que a noção de *discurso como acontecimento* oferece à autora (Guirado, 2010) o suporte inicial de estabelecimento de fronteira. Entender discurso como ato, séries regulares circunscritas aos movimentos de tensão de sua produção, permite pensá-lo a partir de seu caráter de dispositivo, ao mesmo tempo restritivo e produtivo, contextualizado em determinado lugar e tempo, definidor das regras de enunciação. Ora, com uma pequena torção no modo de dizê-lo (Guirado, 2010, pp. 46-47), poderíamos pensar o *discurso como dispositivo institucional*, se se considerar o termo “institucional” como referência ao âmbito pragmático de fazer, exercer, tal como acima expomos; poderíamos, mesmo, pensar *discurso como instituição*. Elaboração conceitual de peso, como mostra Guirado, na medida em que implica para a AID – ao tomar como seu objeto *as relações (imaginadas e percebidas) a partir de seu matriciamento institucional* – tomar tais relações tal como elas são mostradas no discurso. Quais as consequências disso? Aquilo que se analisa, em AID, será o que mostra o discurso em seu modo de produção; o que se analisa, portanto, não responde a definições de “o quê”, e sim a descrições do “como”.

Também o conceito foucaultiano de poder, intrínseco à sua noção de discurso, figura na fronteira estabelecida por Guirado. A rigor, justamente pela proposta de pensar poder não como unidade, mas como relações (de poder-resistências), ações sobre ações exercidas no e pelo ato discursivo. Guirado (2010, p. 46) destaca como *a instituição desenhar-se-ia pelas tintas desse jogo de forças, uma vez que ela é constituída na e pela relação de clientela*, lugar de enunciação em que se estabeleceriam as tensões entre monopólio ou não de seu objeto institucional. Efeitos políticos de relações de poder, exercidas no discurso, pelo discurso. Fixam-se, novamente, implicações conceituais para o exercício da AID, uma vez que – ao tomar como seu objeto *as relações (imaginadas e percebidas) a partir de seu matriciamento institucional* – é necessário tomar tais relações como tecidas em jogos de forças que, ao mesmo tempo, reproduzem e resistem, configurando as condições da produção de saberes e verdades.

Esse objeto do exercício da AID, contudo, exige um afastamento frente ao pensamento foucaultiano. Por quê? Em Foucault, a subjetividade objetivada no discurso é o horizonte de interesse, o ponto de ataque das pesquisas. *Na AID, como modo de fazer Psicologia, o ponto*

de ataque sempre foi, de partida, outro. Se lembrarmos da configuração do objeto institucional da AID, a qualidade distintiva deste é pensar as relações pela implicação entre suas matrizes institucionais e efeitos de singularidade na produção de subjetividades. Busca-se, portanto, tratar não da objetivação de sujeitos no discurso, e sim das singularidades com as quais as pessoas, pelo tecido discursivo e nas malhas institucionais, reconhecem-se a si mesmas e aos outros⁷.

É sobre esse ponto que Guirado discorre em seu livro de 1995, no qual apresenta pela primeira vez a metáfora do sujeito-dobradiça, uma estratégia de pensar a subjetividade como produzida por um movimento, no discurso, entre histórias de vida singulares e o exercício de lugares instituídos em contextos determinados, movimento produtor de expectativas e sentidos particulares (Guirado, 1995/2006). Não se trataria nem de um sujeito disperso no discurso, nem de uma teoria de um sujeito com uma suposta interioridade anímica de mecanismos e conteúdos. Curiosamente, a fronteira com o pensamento de Foucault se encerra na aproximação da AID com a psicanálise freudiana e seu suposto básico de singularidades históricas (*fato psíquico*), muito embora tais singularidades não sejam mais tratadas tal como Freud o fizera – já que “*psíquico*” vira termo subordinado ao matriciamento institucional da subjetividade.

Um pequeno parêntese, para mais uma pergunta: *haveria um lugar específico para o discurso freudiano nesse momento mais inicial de constituição de AID?* Contando com a paciência do leitor para não entrarmos ainda nessas questões, fechamos o parêntese.

Ainda em seu livro de 1995, Guirado desenvolve, inaugural e formalmente, uma interface com mais um campo do conhecimento. Do domínio das disciplinas que versam sobre análise do discurso na área da linguística, *a autora se volta para uma, específica, para pensar o exercício da psicologia a partir do e sobre o discurso.* E repetimos, também nesta ocasião: a eleição dessa área igualmente não é arbitrária. A linguística pragmática de Dominique Maingueneau sustenta-se numa tradição foucaultiana de pensamento, em que concepções de base como análise e discurso compõem o alicerce da produção intelectual, abrindo portas para regiões de fronteira pontuais e pertinentes.

⁷ Foucault (1995) vislumbra uma possibilidade como essa, embora não exatamente, nomeando de “*sujetivação*” o processo pelo qual os indivíduos apropriam-se das objetivações produzidas no discurso. Ele, entretanto, não desenvolve essa questão. Para uma discussão mais aprofundada, ver Ribeiro (2007).

Para nossos propósitos, parece interessante ressaltar, das proposições de Maingueneau, alguns operadores conceituais que organizam sua análise do discurso. Como autor que fala do interior do campo da linguística, sua proposta de trabalho assume posição frente a questões familiares a tal campo e, desde críticas às oposições historicamente produzidas entre língua e fala ao problema da especificidade do trabalho do linguísta em termos de método e objeto, Maingueneau (1989) coloca-se numa linha de pensamento que – herdeira das proposições foucautianas e na esteira de trabalhos como o de Austin (1962/1990) – trata a linguagem a partir de seu caráter performático, reflexivo e interativo⁸. Isso significa tomá-la não em termos de sua estrutura, mas em termos de sua qualidade de ato, ação. Pela pragmática, o que se colocaria como alvo de análise não seria nem o código da língua nem o conteúdo do enunciado, e sim a disposição das condições de enunciação e seus efeitos de sentidos, num enlace inexorável entre o ato de dizer e o dito. Em palavras diferentes: o enunciado é tomado no rebote de sua enunciação. Cada ato de fala só se faria num contexto que não lhe é exterior⁹ e que apresenta, nas relações entre aqueles que falam (ou mesmo escrevem), regras do como falar e lugares de onde falar, reguladores de expectativas e posições nessas relações. Quadro pragmático que condiciona a ocasião de análise. Discurso, também aqui entendido como ato, pode ser pensado inclusive como cena enunciativa, que delimitaria papéis que instituem as condições do falar. E que, nesse movimento mesmo, instituem modos de produção de subjetividades. Essas, inseparáveis da ou intrínsecas à própria produção discursiva.

Fomos excessivamente econômicos nesses destaques, sim, mas o acompanhamento do parágrafo anterior pode tornar claro como, mais uma vez, as regiões de fronteira possível se mostram na esteira das diferenças irreconciliáveis, tal como Guirado (1995/2006) defende. A ideia de sujeito ocupa, no âmbito das discussões de Maingueneau, a posição que pode ocupar. Como linguísta, o autor insere-se numa área na qual o problema do sujeito é, das linhas de partida às linhas de chegada, sempre um problema do discurso, de maneira que o modo de produção do primeiro como que equivale ao do último (Guirado, 1995/2006, p. 26-27). A questão da singularidade não se coloca em tratamento; e nem poderia, à medida que não é uma questão familiar àquela área. Contudo, essa é a questão que tenciona a produção de Guirado e faz da AID uma psicologia.

⁸ Reflexivo, porque quando *se diz*, para além daquilo que *é dito*, mostra-se que *se está dizendo*; interativo, porque *em contexto de interlocução*, que dispõe lugares e regras de enunciação.

⁹ Isso significa pensar contexto não como uma realidade objetiva (Maingueneau em Guirado, 2000), externa ao texto ou à fala, mas sim como uma condição dinâmica do exercício da função enunciativa, em constante negociação.

Pois bem, se assim o é, temos evidente aqui o limite da interface; mas, e as regiões de possibilidade, onde a fronteira se mostra, em nova tensão perene, pertinente?

Elas se constituem, mais uma vez, no específico. Pontualmente. Pelas implicações de se trabalhar com certo conceito de discurso. Como acontecimento que dispõe as condições de sua produção; como dispositivo delimitado em contexto que delimita o “*como*” do exercício da função enunciativa; como instituição que produz reconhecimentos e desconhecimentos; *como cena enunciativa que tece lugares e expectativas a partir dos quais alguém fala, escreve, vive*. Alguém que, como qualquer um, carrega para o exercício do ato discursivo uma história. De cenas, de expectativas, de lugares exercidos, de reconhecimentos. Uma história de vida, portanto. Singular por excelência, pressuposto irreduzível.

Se a AID começa a ganhar “sua cara” em nossa descrição, não é por acaso. Isto, pois – com esse conceito de cena enunciativa e com as implicações que tal fronteira conceitual impõe – circunstanciam-se novos nortes para aquilo que se entende como *análise*. As noções de contexto, de enunciação, de gênero discursivo ganham posição privilegiada como organizadores do pensamento, pré-condições dessa análise que toma a subjetividade na tensão entre matriciamento institucional e singularidade. E tal análise se guia, em sua qualidade de descrição do modo de produção de um discurso e sua heterogeneidade (quer dizer, sua relação com outros discursos), a partir de disparadores de escuta/leitura específicos: o que mostra a cena discursiva, como que nela se mostra o contexto, que lugares estão dispostos, que expectativas se produzem, entre outros. Uma escuta/leitura analítica, seja ela exercida junto à instituição que for: clínica, ensino, pesquisa etc..

Entramos aqui num plano concreto do fazer da AID e, justamente dessa interface com a linguística de Maingueneau, cria-se a ocasião – na história da produção do discurso de Guirado – de repensar termos e conceitos da psicanálise de Freud. Uma interface inicial que está voltada, sobretudo, à prática psicanalítica. Vejamos se é possível esclarecer melhor a construção dessa última fronteira constitutiva da AID.

Apresentar genericamente o campo da psicanálise freudiana não nos parece possível, não sem cometer reduções grosseiras. Como alternativa, nos preocuparemos em destacar somente aquilo que do discurso de Freud figura nessa inicial fronteira conceitual estabelecida por Guirado, a saber, *especificamente o conceito de transferência*.

Vamos direto ao ponto: transferência, em Freud (1912/2010, 1914a/2010), é um termo que faz remissão a uma particular atitude do paciente em análise, qual seja, a repetição de modos de relação arcaicos – ligados, principalmente, às figuras parentais – na relação com o médico-analista. É, portanto, *um termo diretamente relacionado ao contexto da prática*

clínica. Mas há mais: tal repetição se faria por funcionamento inconsciente, pelo qual o investimento pulsional de representações reprimidas em tenra infância ganharia vazão por seu deslocamento das figuras parentais para a figura do psicanalista. É, portanto e também, *um termo que carrega com peso o discurso teórico do autor* (inconsciente, repressão, pulsão, sexualidade infantil, deslocamento). Como aponta Guirado (2015), esse conceito curiosamente resguarda, no discurso de seu criador, posição privilegiada como *articulador entre o fazer concreto do psicanalista e as “verdades” da psicanálise* (hipóteses teóricas produzidas).

Com essas palavras, não escapamos da redução. Teremos melhor oportunidade de desenvolver esse tema mais à frente, mas para o presente momento de nosso texto queremos ser concisos. Em que pese os efeitos de tal concisão, prosseguimos convidando o leitor a acompanhar Guirado (ou aquilo que recortamos do discurso dela) em suas elaborações.

O conceito de transferência está implicado, como qualquer discurso, num contexto de enunciação particular. Como faz notar Guirado (2010), sua produção mostra-se não só intrínseca ao modo de produção de conhecimento freudiano como também atravessada por todos os jogos de verdade que se instituem pela e instituem a sua psicanálise. Eminentemente clínico, tomado para pensar e explicar tanto falhas como sucessos de seus atendimentos (Freud, 1905/1969, 1909/2013), o conceito freudiano carregaria as tintas de uma subjetividade teorizada para o contexto concreto do exercício da psicanálise. Clínica de um sujeito psíquico, mas psíquico porque dotado de uma interioridade determinada por conteúdos e mecanismos inconscientes. E há mais, conforme Guirado: esse conceito também carregaria as marcas de uma normatização da prática psicanalítica (Freud, 1912/2010, 1914a/2010, 1915/2010), efeito das tensões envolvidas na institucionalização da psicanálise como uma prática de saber com direitos plenos, legítima em sua especificidade.

Vejamos que esse tratamento dado ao conceito de transferência de Freud, feito por Guirado, pressupõe a estratégia conceitual que a AID faculta. E, exatamente por exigência desta estratégia, para que seja possível pensar tal conceito em fronteira com outras áreas do saber, é necessário recortá-lo, reinventá-lo, na medida em que está sendo retirado de seu contexto de produção (Guirado, 2010). E o ponto mais contundente desse recorte, à nossa vista, é precisamente o mais rigoroso: *não há reconciliação possível entre as fronteiras defendidas pela AID e aquilo que se poderia depreender do discurso freudiano como sujeito psíquico*. Isto, sem o advérbio “mas”, ou “no entanto”, ou “contudo”. Aquilo que se convencionou chamar de metapsicologia (que poderíamos, em sentido amplo, chamar de teoria freudiana) sustenta-se em pressupostos avessos (radicalmente?) àqueles que sustentam

a estratégia de pensamento de Guirado (2010), como o leitor pode ter notado quando apresentamos a metáfora do sujeito-dobradiça. E o conceito de transferência freudiano, no discurso deste, só se faz em estrita dependência do aparato teórico fornecido pela metapsicologia.

Então, em que pé fica a possibilidade de interface, haja vista como as impossibilidades parecem tão mais proeminentes? No pé das aberturas do discurso de Freud, diríamos, com as palavras de Guirado ressoando em nossa escrita. A pensadora avulta a possibilidade de preservar, do conceito freudiano, “o sentido de reedição de lugares em relação que de alguma forma marcam para a pessoa o reconhecimento de si e de sua posição; mesmo que disso não se dê conta” (Guirado, 2010, p. 51). Mais do que considerar as características do psiquismo ou sua expressão inconsciente pelo processo transferencial, tal como o discurso psicanalítico em geral parece preconizar, para a autora (Guirado, 2010) chama a atenção o fato de que Freud coloca em jogo, com o conceito de transferência, *a concretude da relação que se estabelece em análise no diapasão da singularidade*.

Com uma pequena torção nas palavras, tencionemos essa última consideração da seguinte maneira: aquilo que se coloca em jogo é a cena enunciativa da clínica no rebote das inúmeras cenas que se constituíram na história particular dos parceiros da relação, tanto analista como analisando. Suspendendo questões da economia pulsional ou da dinâmica do inconsciente, Guirado mostra como a noção de transferência permite trazer para primeiro plano não só a disposição dos lugares de onde alguém fala (seja da cadeira do analista, seja do divã, no exemplo da clínica) como também a história dos lugares que tal alguém exerceu vida a fora. Lugares em relações, em diferentes contextos de instituições e jogos de poder e verdade. Cenas que, à revelia da consciência, marcam reconhecimentos, expectativas, posições. *Se, em Freud, a transferência diz respeito a um fazer do paciente (Guirado, 2015), na AID esse conceito assim reinventado diz respeito à relação e ao contexto, como um efeito de singularidade no ato discursivo*.

Essas elaborações, embora já trabalhadas em seu livro de 1995, ganham a força de uma tese conceitual em 2000, quando Guirado se faz valer de aulas de Maingueneau para produzir um diálogo entre estas e uma clínica “psicanalítica” baseada na AID. Colocando o conceito de transferência em tensão com as noções de gênero discursivo e cena enunciativa daquele linguísta, de modo a justificar uma proposta específica de exercício profissional da Psicologia no contexto clínico (Guirado, 2000)... E, *precisamente pela transferência*, é possível considerar a AID, em seus horizontes últimos, como uma proposta de *caráter psicanalítico*. Não mais Freud, em vista dos afastamentos inevitáveis, mas freudiana em raiz.

O trabalho de interface com a psicanálise freudiana conduzido por Guirado não se encerra nesse ponto. *Pelo contrário, se abre a partir desse ponto.* A fronteira na qual o conceito de transferência é colocado condiciona novas tensões e confrontos com o discurso de Freud, levando a autora a elaborações que – desde as ideias de interpretação e construção até mesmo aos conceitos de inconsciente e narcisismo – delimitam uma particular interlocução com a psicanálise, tal como podemos verificar na mais recente tentativa de Guirado de organização de seu trabalho, o livro derivado de sua tese de livre-docência (Guirado, 2010). Interlocução essa que faculta a construção de outras fronteiras conceituais, configurando assim uma espécie de Psicanálise própria da AID. Uma Psicanálise em tensão de interface, circunscrita ao mesmo tempo *pela e para a AID. Pela AID*, pois sua configuração só se faz possível pela imposição de recorte do campo conceitual desse método; *para a AID*, pois essa configuração permite que a psicanálise freudiana figure nas fronteiras que constituem essa estratégia de pensamento, facultando o exercício da AID como uma específica analítica da subjetividade.

Chegamos aqui à última pergunta deste primeiro item de nossa introdução: *como se configura essa Psicanálise da AID, destacada no parágrafo anterior?*

Acima está uma “fotografia” parcial da Análise Institucional do Discurso, estratégia de pensamento que se origina na pesquisa e no trabalho em instituições concretas, ganha densidade pelo trabalho intelectual de produção de interfaces, se estende até um trabalho possível na clínica, e hoje continua a se expandir para diferentes esferas do exercício da Psicologia. Toda nossa descrição é um recorte, declaradamente interessado. Esperamos que ele não tenha se mostrado infiel ao rigor, na medida em que *rigor*, nas minúcias dessa aventura da autora de pensar “na fronteira”, mostra-se como sinônimo de *ética* na produção de conhecimento.

Essa maneira de descrever a AID, entretanto, foi aquela que nos pareceu mais pertinente para os fins desta pesquisa. Por dois motivos.

O primeiro deles¹⁰ muito provavelmente já se fez notar, na medida em que nossa descrição se desenrola em *perguntas estratégicas* que intencionalmente dirigem a atenção para o problema de que trataremos aqui: o âmbito conceitual da AID produzido na fronteira com o discurso de Freud, o que nomeamos de *Psicanálise da Análise Institucional do*

¹⁰ O segundo motivo será trabalhado mais à frente, no item 3 do presente capítulo.

*Discurso*¹¹. São perguntas que talvez possam ter se mostrado orgânicas, naturais no desenrolar de nossa argumentação. Porém, não o são. Elas foram produzidas a partir de certa história acadêmica que lhes dá seu contexto de enunciação. É para essa história que nesse momento conduzimos o leitor, levando-o enfim à nossa temática de pesquisa.

2. Nesta pesquisa, lugares de enunciação

Nosso primeiro contato “oficial” com a Análise Institucional do Discurso se deu em 2009, do lugar de aluno de graduação do 4º ano do Instituto de Psicologia da USP, na disciplina *Psicologia Institucional*, ministrada por Marlene Guirado. O termo *oficial* encontra-se entre aspas na medida em que, concretamente, já havíamos tido contato com essa estratégia de pensamento em 2007 (mesmo que, à época e até anos mais tarde, não tivéssemos nos dado conta disso), no 2º ano de nossa graduação, na disciplina *Psicologia do Desenvolvimento II*, também ministrada por Guirado.

Esclarecendo: em 2009, estudamos diretamente a estratégica conceitual da AID, suas fronteiras e seu contexto de produção; em 2007, estudamos um recorte da psicanálise freudiana que justificava sua articulação com o campo da Psicologia do Desenvolvimento. Esse recorte, entretanto, já se fazia amparado pela estratégia de pensamento da AID. E este último destaque, naquele momento de nossa formação, escapava à nossa percepção...

Confuso? Para nós foi. Enquanto cursávamos a disciplina *Psicologia do Desenvolvimento II*¹², nosso já instaurado interesse pela psicanálise freudiana ganhou um peso e uma força que começou a direcionar nossa formação, sobretudo pelo modo como essa psicanálise era tratada e pensada naquela disciplina. Contudo, ainda tomávamos esse modo de estudar Freud como intrínseco ao discurso do autor, sem o reconhecimento de que essa possibilidade de estudo só se dava a partir de uma estratégia de pensamento que recortava tal discurso e o redesenhava. Mesmo um ano mais tarde, quando mais uma vez acompanhamos a disciplina do lugar de monitor, ainda vivíamos essa aproximação da psicanálise de Freud como natural, um “sentido oculto” interno à sua obra. Ingenuidade, ou inexperiência, ou uma

¹¹ Tema-título da presente pesquisa, essa expressão – *a Psicanálise da Análise Institucional do Discurso* – pode parecer um pouco estranha. Com ela, estamos fazendo referência ao escopo da Análise Institucional do Discurso para o qual estamos dando foco nesta pesquisa: as fronteiras que a AID estabelece com a psicanálise freudiana. É por isso que, sempre que usarmos tal expressão, o termo *Psicanálise* estará em maiúscula: é uma remissão a certo âmbito conceitual da AID, e não uma referência ao campo da psicanálise *stricto sensu*.

¹² Mais à frente, no capítulo II desta tese, o conteúdo dessa disciplina e seu modo de condução receberão tratamento detalhado.

vontade de verdade descontextualizada¹³, seja o que for que condicionava nosso equívoco, este mostra como a psicanálise de Freud assume lugar determinante em nossa formação. Pois bem, quando cursávamos a disciplina *Psicologia Institucional*, por mais que nosso interesse na AID pudesse ter sido despertado, ele figurava na sombra de nosso encanto pelas *verdades* do discurso freudiano; sobrepujando, assim, o fato de esse encanto ser, a rigor, devedor precisamente desse método e de um recorte que dava foco ao *modo de produção de verdades* desse discurso.

Curiosamente, todos esses desconhecimentos culminam, ao final dessa disciplina, na produção da ocasião que permitiu reconhecê-los como tal: na companhia de colegas de graduação, solicitamos a Guirado a criação de um grupo de estudos sobre Freud, criando assim um novo contexto de reflexões que tem início em 2009 e se desenvolve até 2012. Aqui, nossos equívocos foram testados. A partir de um recorte declarado, esse estudo da obra de Freud configurava-se específico, voltado a descrições dos contextos de constituição dos saberes de sua psicanálise, a análises do modo de produção desses saberes, aos pontos de indeterminação desse discurso, sempre sob uma perspectiva clínica em oposição a uma perspectiva metapsicológica. O que isso implicava? Talvez, naquela época, não nos seria possível responder, mas atualmente podemos esboçar uma ideia: era produzido um afastamento metodológico tanto das verdades como da própria vontade de verdade do discurso psicanalítico, em benefício de um estudo que, histórico-descritivo por princípio, dispunha o acontecimento discursivo freudiano nos limites de sua própria instituição. Insistentes como éramos na metapsicologia freudiana, encontramos ali um estudo dela sério e minucioso que, paradoxalmente, levou-nos a um afastamento dela. Não à toa, sem dúvida, na medida em que a estudávamos com alguém cujas estratégias de estudos eram marcadas pelo conjunto conceitual da AID.

Voltamos a assumir o cargo de monitor da disciplina *Psicologia do Desenvolvimento II* (em 2009 e 2011), mas com um olhar quem sabe mais preparado para notar a nuance do exercício da estratégia de pensamento da AID no exercício de ensino da professora. E em todos esses anos, a declaração do recorte feito na e da especificidade de trabalho com a obra de Freud mostrava-se como uma regularidade discursiva, mesmo que antes, do lugar de aluno, não o tivéssemos notado.

¹³ Pensando com Foucault (1971/2010), esse movimento mostraria, em grande medida, como a “vontade de verdade” anula sua própria ação na produção de verdades. Ou, operando com a AID: teríamos aqui um exemplo vivo de como, em ato, a vontade de verdade se encobriria como produtora de verdades, produzindo desconhecimentos que naturalizam, nesse caso específico, um recorte.

Consideramos, entretanto, o ano de 2012 como um “divisor de águas” em nosso percurso profissional. Sem data marcada ou notícia prévia, foi o momento no qual se produziu, em nós, o reconhecimento de que, por mais que ainda não tivéssemos percebido, exercíamos Psicologia como Análise Institucional do Discurso. Isto, entremeadado numa série de acontecimentos que dispõem outros lugares de enunciação: nossa entrada no curso de Mestrado do IPUSP, no qual, ainda perdidos inicialmente em relação ao como fazer pesquisa em Freud a partir da AID (Silva, 2015, pp. 16-24), encontramos um caminho com o auxílio de Guirado e colegas no contexto das discussões do grupo de pesquisa e orientação dessa professora; nosso acompanhamento da disciplina de pós-graduação de Guirado, ocasião de estudo mais consistente – de nossa parte – do campo e das articulações conceituais por ela propostos; nossa entrada no grupo de trabalho sobre a AID intitulado *Invenções e Re-Descrições Analíticas*, movimento que marca para nós certa identidade discursiva; mas, acima de tudo, o início de nossas supervisões clínicas com Guirado.

Ora, por que apresentar essa espécie de memorial de nosso percurso acadêmico e profissional? Para mostrar como *nossa aproximação da AID se dá por uma via particular, que se expressa na produção da presente tese*. Não se dá pela via do trabalho em instituições concretas, mas sim *pela via do trabalho clínico*... Não se dá pela via dos trabalhos de pesquisa com entrevistas, mas sim *pela via do trabalho de pesquisa conceitual*... Não se dá pela via intelectual das articulações com o pensamento foucaultiano, ou das implicações de interface com certa sociologia, ou mesmo da concepção de análise por fronteiras com uma linguística pragmática, mas sim *pela via da psicanálise freudiana*... Foi daí que partimos, e é para aí que agora voltamos. Daí que partimos, ainda perdidos, para estudar e reconhecer a AID em nosso exercício profissional e de pesquisa. E, por tal, agora podemos voltar, não mais para a psicanálise de Freud, e sim para a Psicanálise que se constitui pela e para a AID¹⁴.

A expressão desse movimento pode ser reconhecida inclusive no tema de nosso Mestrado e no fato de seus resultados impulsionarem a proposição da pesquisa que aqui desenvolvemos. Tentaremos demonstrar com alguns detalhes essa passagem, fazendo uma descrição de nossa dissertação de Mestrado que possibilite situar o contexto de procedência do presente Doutorado. Não será, portanto, uma descrição extensa nem exaustiva, mas sim

¹⁴ Vale destacar, apenas a bem de maior contextualização, o fato de termos também “habitado” outros âmbitos de discussões durante esse nosso percurso acadêmico/profissional, âmbitos em que nos víamos inseridos no interior do discurso psicanalítico: grupos de estudo sobre metapsicologia, instituições de formação em psicanálise, eventos e palestras, supervisões clínicas em psicanálise. Esses outros contextos de enunciação “corriam em paralelo” àqueles que destacamos acima, e podemos considerá-los também centrais na nossa progressiva aproximação da AID por essa via da psicanálise freudiana.

construída estrategicamente¹⁵; muito embora o presente texto seja consequência direta dos resultados que lá produzimos, é imperioso que contornemos o escopo de pesquisa ali criado de modo que possamos mostrar não apenas as continuidades de um trabalho ao outro, mas também suas descontinuidades¹⁶.

Nossa pesquisa de Mestrado pode ser circunscrita pontualmente: lá, realizamos uma análise institucional do discurso do texto *Introdução ao Narcisismo* (Freud, 1914/2010). No plano mais imediato, nosso objeto de pesquisa era o conceito de narcisismo tomado a partir de sua contextualização na obra de Freud; isto, para que seu estudo pudesse ser relativo ao seu caráter de acontecimento no pensamento do autor (considerando-se assim o contexto de enunciação de sua produção no discurso freudiano). A pesquisa situava-se num campo de análise eminentemente descritivo, que se posicionou fora do discurso psicanalítico e no qual o narcisismo pôde ser tomado à revelia dos efeitos de naturalização aos quais, sob os auspícios desse discurso, está sujeito.

No que tange seus objetivos, a análise do texto procurou traçar sentidos adquiridos pelo conceito em relação ao seu contexto de produção e suas condições de possibilidade, atentando aos pontos de tensão que se mostravam pelo texto – na teoria e nas interlocuções que circunscreviam sua escritura – e tendo como pano de fundo a consideração da especificidade da emergência do conceito de narcisismo no âmbito institucional da psicanálise e seu impacto no corpo teórico da metapsicologia freudiana (Silva, 2015, pp. 23-24).

Esse recorte de pesquisa foi amparado pela estratégia de pensamento da Análise Institucional do Discurso (Guirado, 2010): foi ela que permitiu e justificou a abertura desse campo de análise. No entanto, muito além, é nela que se situa o contexto de reflexões que dispôs as hipóteses norteadoras de nosso estudo: entre elas, a principal foi a tomada do narcisismo como condição de relação e como articulador de uma particular teoria das pulsões, na qual o conteúdo da pulsão pode ser colocado em suspense pela atenção aos seus movimentos de localização, sendo a “vetorização” das forças pulsionais um mote possível de organização do pensamento (Guirado, 2010, p. 117). No mais, a AID foi também o método que delimitou e instrumentou, a partir de seus pressupostos conceituais, o modo de condução

¹⁵ Defendemos nosso Mestrado em 2014, e nossa dissertação encontra-se disponível na biblioteca do Instituto de Psicologia da USP. Contudo, esse trabalho foi publicado um ano mais tarde, sem alterações, na forma de livro. Usaremos como referência, nesta tese, o texto publicado como livro (Silva, 2015). Remetemos para esse texto o leitor interessado nos pormenores de nossa pesquisa de Mestrado.

¹⁶ Uma discussão mais detalhada dos resultados dessa pesquisa de Mestrado e dos primeiros passos que nos levam à proposição do presente Doutorado poderá ser encontrada num artigo que construímos com essa finalidade, intitulado *Análise Institucional do Discurso e o conceito de narcisismo*, atualmente em avaliação pela revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa*.

de nossa análise e impôs, como ponto de partida, um trabalho com o discurso freudiano que privilegiava suas aberturas e suas indeterminações.

Vemos, portanto, que a condição de possibilidade de construção daquela pesquisa circunscrevia-se num determinado modo de pensar, a estratégia de pensamento da AID (Guirado, 2010). Operando com alguns poucos conceitos-chave (entre eles, os conceitos de *discurso, instituição, análise*), esse determinado campo analítico configurou o recorte de pesquisa que deu vida àquele trabalho particular. A Análise Institucional do Discurso, dessa maneira, dispôs as regras de enunciação de nosso discurso e, mais além, impôs a este a tensão de seu acontecimento. Assim, o estudo de Freud a partir da AID delimitou um escopo específico de pesquisa, marcado por três exigências de trabalho: promover uma desnaturalização da teoria, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento e operar nas aberturas desse discurso. Tudo isso, pela consideração do contexto e das condições de possibilidade na constituição do saber e pela atenção aos movimentos de tensão e seus efeitos no discurso freudiano. Configura-se assim, por escolha e recorte, um espaço de possibilidade. Possibilidade de quê? De delineamento de um modo de trabalhar com Freud *pela indeterminação* de seu discurso. O próprio título do trabalho procurou deixar explícitos escopo de pesquisa e âmbito de pensamento: *A produção do conceito de narcisismo em Freud: uma análise institucional do discurso* (Silva, 2015).

Feitos esses apontamentos de contextualização e delimitação de campo, partamos para a análise propriamente dita, destacando como foi conduzida e seus produtos. Seguimos praticamente parágrafo por parágrafo do texto; para nossa análise, o foco de nossa atenção não se restringia ao conteúdo do texto, mas sim à sua relação com o modo como o discurso se organizava e com os interlocutores que se estabeleciam em sua produção. Em outras palavras, os enunciados eram tomados e analisados a partir de seu contexto de enunciação e de seu modo de produção. Estas características, e uma atenção ao contexto que se mostrava pelo texto, são aquilo que circunstancia os resultados da pesquisa, dentre os quais podemos destacar a configuração – pelas análises – do conceito de narcisismo: (1) *como um saber que demarca fronteiras institucionais*, na medida em que reitera a sexualidade no âmbito da legitimidade da produção do conhecimento psicanalítico; (2) *como um saber cujo modo de enunciação instaura pontos de tensão na teoria freudiana*, tendo em vista o fato de ele introduzir um novo modo de falar da pulsão pelo qual o “conteúdo” desta pode ser suspenso em favor de uma atenção aos seus movimentos de localização e direcionamento entre o Eu e o objeto – posicionando, precisamente por isso, o narcisismo como condição de possibilidade de relações, no início da vida, e de formação de uma censura ao Eu real, no desenrolar do

desenvolvimento; (3) *como um saber que, em tensão, se mostra ao mesmo tempo como um “método descritivo” e como uma “verdade descoberta”* (Silva, 2015).

Os resultados acima descritos carregam, em suas consequências, uma análise da teoria freudiana que a desenha sob os contornos da tensão entre produção de saber e instituição, contexto e naturalização, método e verdade. Resultados esses que estão, em primeira e última instância, implicados numa estratégia de pensamento e fundamentados por hipóteses já produzidas por Guirado (2010) dentro desse âmbito de produção de conhecimento.

Essa última afirmação merece apreciação mais detalhada. Terminamos nossa dissertação propondo, como que por indeterminação e no confronto com sua qualidade de verdadeiro, que parece haver no narcisismo uma qualidade de método pela qual se configuraria uma alternativa à “substancialização” do psiquismo, ocasião de desnaturalização da teoria (Silva, 2015, p. 156). *Esta consideração está inexoravelmente implicada com a Análise Institucional do Discurso*. Sua construção só foi possível na medida em que tínhamos a AID como a estratégia de pensamento que guiou nossas análises.

Há, no entanto, mais a se dizer. O trabalho com o texto *Introdução ao Narcisismo* (Freud, 1914/2010) e o interesse pelo conceito de narcisismo *tiveram o seu motivo*, desde o princípio, *no âmbito das discussões de Guirado* (2010). Nosso Mestrado não produziu esse modo particular de pensar o narcisismo, mas antes se configurou como um trabalho analítico-descritivo que, por efeito mesmo da própria estratégia de pensamento, demonstrou essa possibilidade já assinalada no livro de Guirado. É, portanto, curioso perceber o seguinte: trabalhamos pontualmente com um determinado conceito do discurso freudiano a partir da Análise Institucional do Discurso precisamente pelo interesse que esse conceito pode vir a ter no interior dessa estratégia de pensamento. Ou seja, trabalhamos *indiretamente* com parte da “psicanálise” que Guirado desenha, numa interface com o pensamento freudiano e na fronteira com outras áreas do conhecimento, para a produção do modo de pensar da AID (Guirado, 2010).

Pois bem: que “psicanálise” é essa?

As considerações feitas sobre o narcisismo em nossa dissertação colocam em cena perguntas sobre a psicanálise freudiana que poderíamos fazer para a AID: o discurso freudiano produziria, na tensão com a determinação de saberes, aberturas na teoria que permitiriam tomá-la antes como modos (descritivos) de organização do pensamento do que como verdades relativas ao psiquismo? Haveria a possibilidade de demonstrar que a teoria freudiana – nos interstícios das verdades que ela própria impõe – configuraria, por indeterminação, “métodos” de pensamento? A teoria freudiana, pelo recorte que lhe é

facultado pela AID, pode ser tomada a partir de sua qualidade de método em confronto e oposição à própria vontade de verdade do discurso psicanalítico? Todo o trabalho de Guirado (2010) responde a essas perguntas afirmativamente – e nosso trabalho de Mestrado corrobora tal ponto de vista. Mais que isso, a AID parece configurar uma Psicanálise muito particular a partir exatamente da resposta afirmativa a essas perguntas: *uma “psicanálise em torção”, produzida na fronteira com o pensamento de Freud, que pode operar na interface com as outras áreas do conhecimento que compõem a AID.*

Repetimos a pergunta, agora sem as aspas: que Psicanálise é essa? Os resultados de nossa dissertação podem nos ajudar a indicar, ainda que precariamente, algumas de suas características: é uma Psicanálise que, submetida ao campo analítico da AID, foi perscrutada nas aberturas do discurso freudiano de modo a criar condições que permitam que a teoria de Freud funcione (ou, pelo menos, seja pensada) nas fronteiras conceituais que dispõem essa estratégia de pensamento (Guirado, 2010). Isto, por uma espécie de “dessubstancialização” e uma desnaturalização dessa teoria, ou seja, pela possibilidade de se trabalhar descritivamente em oposição à disposição de saberes/verdades da metapsicologia.

Essas reflexões do parágrafo acima ainda são, em grande medida, incipientes. Tentam dizer em breves palavras aquilo que, inevitavelmente, *não cabe* em breves palavras. E desse reconhecimento fomos levados não a um resultado ou uma resposta, mas sim a uma pergunta: *como se configura essa Psicanálise da AID?*

É para esse ponto que converge nossa argumentação. A descrição que fizemos da AID, no item 1 desta Introdução, já carrega um recorte que desloca, propositalmente, uma pergunta produzida no contexto de conclusão de uma pesquisa (e nos bastidores de um percurso acadêmico) para um novo contexto de reflexões, para um novo lugar de enunciação, para uma nova pesquisa. E assim, para esta, já chegamos munidos de uma *hipótese* que dá o norte para a construção de nossa *tese*.

A hipótese é de que *a constituição da estratégia de pensamento da AID se faz tecida por uma interlocução perene com a psicanálise freudiana.* Uma interlocução multiforme, marcada por diferentes contextos de enunciação, historicamente desenhada e pensada por confrontos e afastamentos que dão as condições de possibilidade de construção de interfaces.

Nossa tese, na esteira dessa hipótese, se delimita como *uma tentativa de analisar e demonstrar como se configuram essas interfaces impostas pela AID ao pensamento de Freud, interfaces essas a partir das quais se produz uma espécie de “psicanálise em torção”.* Diferente do discurso freudiano no que tange o modo de produção de conhecimento, marcada

por uma tensão inalienável com aquilo que se pode reconhecer como psicanálise *stricto sensu*. Exatamente aquilo que nomeamos de *Psicanálise da Análise Institucional do Discurso*.

Destaquemos, de imediato e sem receio, que de certa maneira essa tese já está presente no trabalho de Guirado de 2010, desenvolvida no contexto mais geral que condiciona a elaboração daquele trabalho da autora. Em vista disso, é válido que se pergunte: o que há de diferente em nossa proposição de pesquisa? Qual a sua particularidade? O que justificaria, do ponto de vista autoral, o desenvolvimento do que aqui propomos como uma tese de Doutorado?

3. Da especificidade do caminho a ser trilhado

O que está em jogo, aqui, é uma tese analítico-demonstrativa. Dessa maneira, será no caminho pelo qual seguiremos que repousará a especificidade (e a relatividade) da presente pesquisa.

Que caminho é esse? Abordaremos a Psicanálise da AID, primeiramente, a partir do discurso de Guirado, para posteriormente pensá-la a partir do discurso de Freud.

A opção por esse caminho é estratégica. Não é o discurso freudiano em sua totalidade que figura nas interlocuções estabelecidas por Guirado para a produção das interfaces com o pensamento de Freud que constituem a AID. A autora trabalha termos e conceitos da psicanálise específicos, escolhidos não arbitrariamente, e sim pela sua imposição na história de produção dessa estratégia de pensamento (Guirado, 2010). Como pontos de indeterminação do discurso de Freud, em suas aberturas foram “garimpados” esses termos e conceitos, torcidos pela interface, reinvenção do campo psicanalítico, no exercício mesmo da Psicologia como Análise Institucional do Discurso.

Isso nos força a reconduzir o leitor ao segundo motivo pelo qual pareceu-nos pertinente descrever a AID tal como o fizemos no início desta Introdução. Escolhemos descrevê-la sob uma perspectiva histórica, delimitando o campo intelectual dessa estratégia de pensamento na esteira dos acontecimentos discursivos que ocasionaram a produção de suas fronteiras conceituais. O motivo dessa escolha está circunscrito à nossa hipótese de trabalho: se partimos da ideia de que a AID se produz – *desde os primórdios de sua proposição* – numa recorrente interlocução com o discurso freudiano e de que tal interlocução se desenrola – *historicamente* – em fronteiras conceituais, então nos parece necessário, antes de tudo, delimitar o lugar do discurso freudiano na constituição dessa estratégia de pensamento.

Com isso, teremos dispostos os contextos e as condições de possibilidade que levaram Guirado à imposição de um recorte particular à psicanálise de Freud. É por tal recorte que é dada vida às interfaces conceituais que configuram isso que chamamos de Psicanálise da AID, tema e objeto de estudo do presente trabalho.

Somente a partir disso é que poderemos impor um recorte nosso a esse recorte de Guirado, para que seja possível, também, demonstrar como se configura parte da Psicanálise da AID *indo diretamente ao discurso freudiano*, analisando-o a partir de suas aberturas com o suporte de hipóteses que, sinalizadas há muito por Guirado (2010), permitem levar sua psicanálise à fronteira com outros saberes. Que permitem, desse modo, pelas tensões de um trabalho de construção de interfaces, incluí-lo como um dos campos de conhecimento que produz a Análise Institucional do Discurso.

É importante notar que o caminho por nós escolhidos imputa à nossa pesquisa uma espécie de duplo movimento, como se propuséssemos aqui o desenvolvimento de duas pesquisas distintas, mas intrinsecamente implicadas.

Como um primeiro movimento, colocaremos em cena, por uma análise histórico-descritiva do discurso de Guirado, o lugar da psicanálise freudiana em diferentes contextos de constituição da Análise Institucional do Discurso. Perseguindo assim, na história de produção dessa estratégia de pensamento, aquilo que resguarda ao pensamento de Freud posição privilegiada, desde os confrontos até a construção de interfaces pontuais. Em si, portanto, uma análise do modo de produção das interlocuções com o discurso freudiano nos acasos da instituição da AID.

Esse movimento dará as condições para o estabelecimento de um segundo, pelo qual tentaremos – justamente *pelo* discurso de Freud¹⁷ – demonstrar parte daquilo que nomeamos de Psicanálise da AID. Demonstração, portanto, de algumas fronteiras conceituais impostas ao saber freudiano que constituem a estratégia de pensamento de que tratamos e que lhe permitem, na tensão com outras interfaces, funcionar como um modo de exercício da Psicologia e como uma analítica da subjetividade.

¹⁷ Apenas a título de esclarecimento, queremos destacar brevemente as continuidades e descontinuidades entre nosso Mestrado e a presente proposta de Doutorado. Continuamos a operar dentro do âmbito da Análise Institucional do Discurso e a tomar como objeto o discurso freudiano tal como ele nos é apresentado por essa estratégia de pensamento. Entretanto, nossa dissertação caracterizava-se *como um trabalho sobre a psicanálise de Freud*, sobre um conceito de sua teoria e seu modo de produção no discurso do autor; o trabalho aqui proposto é *sobre a Análise Institucional do Discurso*, sobre a Psicanálise que esta circunscreve para si a partir de um trabalho específico (de construção de interfaces conceituais) com o discurso freudiano. Nesse segundo movimento de nossa tese, continuaremos, sim, a trabalhar com análises do discurso de Freud e seu modo de produção, mas agora sob um novo matiz de pesquisa.

4. O mapa da tese

Tendo em mente o que foi possível desenvolver até esse ponto, a organização estratégica do trabalho se faz determinada por um pano de fundo de escolhas relativas.

Vejamos como.

Desenvolveremos, a seguir (**CAPÍTULO I**), uma reconstituição histórica possível das interlocuções com o discurso freudiano no caminhar da produção discursiva de Guirado e de constituição da AID. Momento pontual, condicionante dos rumos de nossa argumentação.

Esse trabalho, em grande medida, já foi aberto pelo modo como descrevemos a AID acima. Não foi sem intenção que destacamos alguns textos específicos de Guirado: sua tese de Doutorado (Guirado, 1986/2004), seu livro sobre psicologia institucional (Guirado, 1987/2004), seu trabalho sobre psicanálise, Foucault e a linguística de Maingueneau (Guirado, 1995/2006), sua tese sobre clínica psicanalítica como análise de discurso (Guirado, 2000). *É exatamente para esses textos que nos voltaremos*. Poderíamos ter escolhido outros de seus trabalhos, artigos, palestras, coletâneas; optamos, no entanto, por colocar em foco apenas aqueles textos, na medida em que, a nosso ver, eles marcam momentos de inflexão no pensamento da autora. Se, em nossa descrição anterior, apenas os citamos indireta e brevemente, no capítulo seguinte teremos oportunidade de trabalhá-los diretamente. Fica evidente que não poderemos tomá-los na íntegra, haja vista sua densidade; somente recortaremos, de cada texto, como se configuram as interlocuções estabelecidas com o trabalho freudiano (sempre em consideração ao contexto enunciativo no qual elas se fazem), de modo que seja possível construir um desenho do lugar do discurso de Freud na própria constituição da estratégia de pensamento da AID.

De posse desse levantamento analítico, fundamentalmente institucional, será possível nos dirigirmos novamente ao livro de Guirado de 2010. Como produto de sua tese de Livre-Docência, nesse livro encontramos o esforço mais recente da autora em justificar a produção de sua estratégia de pensamento, organizada assim no escopo de uma tese; abre, para nós, a possibilidade de verificarmos se nosso levantamento a respeito do lugar do discurso de Freud na AID procede, e de buscarmos lá de que maneira isso se expressa. Muito embora esse texto de 2010 tenha se colocado como a referência básica para nossa descrição da AID, ainda não o trabalhamos com contundência, utilizando pouquíssimas citações com o intuito de apenas mostrar concisamente o que marca essa estratégia de pensamento. Desse modo, o retorno ao trabalho de 2010 procurará reparar essa imprecisão, tomando com o devido cuidado algumas

ideias da autora pelas suas próprias palavras, com a particularidade de privilegiar como as fronteiras com a psicanálise freudiana se mostram em seu texto.

Munidos desse mapeamento inicial, prosseguiremos (**CAPÍTULO II**) com nosso estudo relativo ao discurso de Guirado, explorando algumas de suas regiões específicas de modo que, ao final desse primeiro movimento da pesquisa, tenhamos condições de construir um recorte analítico que nos permita passar para o segundo.

Com esse intuito, retornaremos ao trabalho da autora de 2010 para desenvolver uma análise mais acurada do quarto capítulo desse livro (Guirado, 2010, pp. 113-127), no qual encontramos uma particular discussão voltada para os trabalhos de Freud. Núcleo basal de referência deste Doutorado, dedicar-nos-emos a trabalhar minuciosamente essas páginas do texto de Guirado, contextualizando-as no âmbito mais geral de sua tese e descrevendo cuidadosamente suas hipóteses centrais.

Mais além, buscaremos complementar esse estudo com dois outros, pontuais. Primeiramente, trabalharemos um fragmento do discurso oral de docência de Guirado, numa tentativa de situar minimamente parte do contexto histórico que condiciona e marca a configuração das ideias da pensadora tal como podem ser encontradas no quarto capítulo de seu livro de 2010. Em seguida, discutiremos seu artigo de 2015, ocasião de escritura na qual encontramos a discussão mais “acabada” – pelo menos até o atual momento da produção da autora – das interfaces impostas à psicanálise de Freud.

Todo esse esforço nos permitirá selecionar quais hipóteses de Guirado servirão de base para nosso trabalho com o discurso freudiano, o que nos facultará pinçar quais textos do autor submeteremos a análises. Ou seja: poderemos, desse modo, fechar um recorte analítico para o prosseguimento da tese.

Como um parêntese em nossa argumentação e como uma ponte entre esse primeiro movimento de pesquisa e o segundo, abordaremos (**CAPÍTULO III**) dois estranhamentos que nossa exposição até então possa ter produzido.

Em primeiro lugar, referimo-nos *apenas a trabalhos de Guirado*. Se o leitor reconheceu isto e, mais, estranhou essa unilateralidade, devemos tentar justificá-la minimamente e, ao mesmo tempo, contorná-la. Apenas adiantando: em nosso favor, são os trabalhos de Guirado que carregam com maior peso a legitimidade da AID, mostrando-se também como um discurso de origens; entretanto, a proliferação dessa estratégia de pensamento nos últimos 24 anos atesta sua proficuidade como campo de produção de conhecimento, possibilitando que a AID não se mostre mais *apenas em identidade à autoria de Guirado*. Por tal, figura como necessário que construamos um panorama sucinto de outros

trabalhos produzidos em AID que tratam do discurso freudiano, de modo a situarmos nele nossa pesquisa.

Em segundo lugar, referimo-nos *sempre e somente* à psicanálise *freudiana*. E propositadamente. Por quê? Por que Freud, justamente? Guirado, ao longo de seus trabalhos, não deixa de justificar tal escolha, e com base em suas ideias tentaremos esclarecer esse ponto, descrevendo com mais cautela o que significa pensar um discurso como um *discurso de origens*, como um *discurso aberto*, como um *discurso indeterminado*, e que implicações são assim colocadas em jogo.

Essa cautelosa passagem para o segundo movimento de nossa pesquisa culmina num necessário capítulo de método (**CAPÍTULO IV**). Para que seja possível articular de que modo a AID organizará nosso pensamento nas análises dos textos freudianos.

Repetitivo? Sim e não. Até esse ponto, *descrevemos* a Análise Institucional do Discurso, *falamos sobre* essa estratégia de pensamento, *discutimos alguns aspectos pontuais* da constituição desse método. Muito mais que isso – como se verá nos capítulos I, II e III –, *com ele operamos* para a construção de nosso objeto e recortes de pesquisa e *com ele operamos* nossas análises. Contudo, mesmo que declaradamente exerçamos a AID, é necessário circunscrever como analisaremos os textos de Freud. Em outras palavras, para o prosseguimento de nossa pesquisa em seu segundo movimento, o método da AID necessita ser mínima e pertinentemente articulado aos nossos propósitos. Isso permitirá, tendo em mãos a seleção das hipóteses de Guirado a serem trabalhadas e os textos freudianos a serem analisados, delimitar – para cada um deles – perguntas e objetivos específicos cujo tratamento sustentar-se-á em procedimentos também específicos.

Suportados nisso, será possível desenvolver (**CAPÍTULOS V e VI**) as análises do discurso de Freud, cujos resultados guiarão as devidas articulações em fronteira previstas e preconizadas por Guirado. Articulações essas que respondem à enunciação de *uma particular Psicanálise da AID*.

Por fim, elaborarmos (**ENCERRAMENTO**) algumas considerações finais para que nos seja possível dar um fechamento pertinente à nossa tese.

Na margem desse campo de pretensões trilhado para o desenrolar desta pesquisa, algumas ressalvas são necessárias.

É importante destacar como nossa proposta sofre de um risco: os fins parecem já estar no começo. Os resultados da pesquisa, em alguma medida, parecem estar dispostos antes mesmo de ela começar. Difícil ignorar tal consideração: os trabalhos de Guirado já mostram

aquilo que procuraremos mostrar. Porém, isso de alguma maneira dirimiria nossa proposta? Apostamos que não.

Nossa argumentação, inclusive, procurou deixar esse risco imediatamente reconhecível, e não à toa: numa tentativa de nos mantermos rigorosamente fieis à estratégia de pensamento que nos embasa, de partida não nos posicionamos como quem busca descobrir alguma nova verdade, algum sentido obscurecido no discurso freudiano ou algum sentido velado no discurso de Guirado, algo que – como “novidade descoberta” – justifique e legitime este Doutorado. Aquilo a que visamos, no horizonte do rigor, é *analisar* modos de produção do discurso – de Guirado e de Freud –, de maneira a *demonstrar* como se configuram as interfaces com o pensamento freudiano que constituem a estratégia de pensamento da Análise Institucional do Discurso. Demonstrando, assim, um determinado modo de se pensar a teoria freudiana que faz frente aos efeitos de naturalização do saber a que a psicologia e a psicanálise, como instituições, estão sujeitas.

Nossa aposta, subordinada à avaliação de nossos interlocutores, é de que tais análises e demonstrações configurem-se como justificativa suficiente para se dizer que o que é feito é sim uma pesquisa de Doutorado. Paraphraseando palavras de Guirado, nossas análises estão partindo de um recorte e visando a instrumentar a pertinência de *uma tese analítico-demonstrativa sobre a Psicanálise da AID*.

Isso nos leva, por implicação, a outra questão. O encaminhamento de nosso trabalho pode, por efeito, produzir a expectativa de que os resultados da pesquisa delimitem “a” Psicanálise da AID. Como se o que aqui será produzido respondesse a uma espécie de normalização do discurso da AID. Isso significaria, em palavras genéricas, dar um tiro no próprio pé: significaria engessar as aberturas tanto do discurso da AID quanto das do freudiano, o que implicaria desconsiderar os contextos de produção de saber, fechar os discursos em sua ordem institucional, substituir a consideração de modos de produção de verdade por uma verdade, passível de ser naturalizada.

Sem sombra de dúvidas, *não é isso que está em jogo*. O que produziremos aqui não se confunde com um enunciado fixo do que seria “a” Psicanálise da AID, mas sim diz respeito a um recorte que – num contexto de enunciação e por demonstrações específicos – constrói *um modo de entender como se configura a Psicanálise da AID pelos acasos da instituição desse método e pelas aberturas do discurso freudiano*.

Tudo isso, para que se preserve, nos discursos de que tratamos, o acaso de seus acontecimentos, inclusive do nosso.

Fizemos muitas promessas; chegou o momento de cumpri-las. Mãos à obra.

CAPÍTULO I

Acasos da instituição de um discurso: Os lugares da interlocução com Freud

Dedicaremos este primeiro capítulo a uma espécie de pesquisa histórica do lugar do discurso freudiano nos movimentos de constituição da Análise Institucional do Discurso, desde meados da década de 1980 até o momento atual. Reconstituição do acaso da produção do discurso de Guirado por suas interlocuções com a psicanálise de Freud.

Para organizar, será com apenas cinco textos, escolhidos estrategicamente, que buscaremos abarcar esses mais de 30 anos de produção discursiva. Redução significativa, bem sabemos. Em nossa defesa, os textos que escolhemos são aqueles que, em grande ressonância, consideramos representativos das principais inflexões de pensamento no discurso da autora. Mais que isso, suas datas também preservam, em alguma medida, a extensão e a dispersão do período de que tratamos: 1986, 1987, 1995, 2000, 2010. Nada que nos exima das consequências de nosso recorte, no entanto. Difícil de naturalizá-lo, portanto. Até melhor.

Dentre esses textos, quatro deles (os de 1986, 1987, 1995 e 2000) serão trabalhados separada e pontualmente¹⁸. Recortados de modo a responderem pela tensão das oposições às quais o pensamento freudiano é submetido, em referência a cada contexto específico que condiciona a possibilidade de interlocução. Pensados, assim, a partir do lugar do discurso de

¹⁸ Muito embora tomemos cada um desses textos por si, nossa construção argumentativa apoiou-se também no *Memorial* da tese de Livre-Docência de Guirado, defendido em 2009 no IPUSP (Guirado, 2009). Nesse texto, para o qual remetemos o leitor interessado nos pormenores da história acadêmica e profissional de Guirado, encontra-se uma precisa descrição do percurso intelectual de constituição da AID em relação ao exercício de específicos lugares institucionais de enunciação. Encontra-se, desse modo, *o discurso da AID em seu caráter de acontecimento*.

Freud como possível (e provável) condição de sua enunciação. Desta feita, tomaremos o texto restante (o de 2010), também pontualmente, para que seja possível delimitar minimamente essa margem constitutiva da estratégia de pensamento da AID. Desde o confronto que marca limites e distanciamentos até a constituição de interfaces que abrem possibilidades.

Apenas um breve aviso, ou um simples pedido: como trataremos dos textos na ordem de sua publicação, talvez se crie uma expectativa de linearidade na produção de Guirado. Como se o discurso seguisse uma trilha que culminaria em sua “melhor” forma. Caso essa expectativa se crie, que seja abandonada desde já. Não tratamos o discurso pela sua aparência de unidade, qualidade teleológica imanente, mas sim pelo seu caráter de descontinuidade, tensão de acontecimentos em contexto. Assim analisamos com a AID, e assim analisaremos a AID. Vale ressaltar, inclusive, que o que se segue – preservando a precisão da palavra – não é exatamente uma análise tanto quanto um conjunto de comentários que buscam ser analíticos, na medida em que mostram o que positivamente, como diz Foucault (1971/2010), produziu-se como discurso.

1. Entre a pesquisa e o exercício profissional

O livro *Instituição e Relações Afetivas: o vínculo com o abandono* (Guirado, 1986/2004) é considerado, até os dias de hoje, uma das principais referências de estudo no que se refere ao trabalho em instituições sociais de abrigamento voltadas ao cuidado com adolescentes e crianças. Como reapresentação dos resultados de uma pesquisa de Doutorado, os efeitos dessa publicação persistem na área como ressoantes ecos que, na mesma medida de tensão, embasam e problematizam a atuação concreta de psicólogos em contextos de combate (naquilo que se reconhece, espera-se) ou perpetuação (naquilo que se desconhece, infelizmente) de abandono e violência. Uma tese viva, portanto.

Para os fins do presente estudo, entretanto, não será essa característica do texto que ganhará destaque. Antes, *tomamos tal texto pelo seu lugar germinal naquilo que veio a se constituir como Análise Institucional do Discurso*.

Talvez seja estranho dizê-lo dessa forma, mas essa tese de Doutorado mostra-se como uma primeira descrição do exercício, em ato, da estratégia de pensamento da AID. Estranho, pois estamos propondo *pensar o texto como a apresentação de uma pesquisa que – desde a confecção do problema à condução das análises das entrevistas, e até seus resultados – foi “operada” com a estratégia de pensamento da AID, antes mesmo desta ter-se configurado conceitualmente como tal*.

Tentaremos desenvolver a pertinência dessa estranha consideração, que em si é de particular importância para nossa pesquisa. Sobretudo pelo fato de, nesse primeiro “brotar” da AID, uma interlocução com o discurso de Freud não estar ausente, pelo contrário: constitui-se como um ângulo estratégico que também delimita as análises da autora e insere seus resultados no campo da Psicologia.

Esse trabalho (Guirado, 1986/2004) configurou-se, originalmente, como uma tese de Doutorado. É, assim, um escrito cujos contornos assentam-se no âmbito acadêmico de produção de conhecimento. É uma pesquisa, em primeiro lugar, e é do lugar de pesquisadora que a autora escreve. Há, contudo, marcas de contexto que conferem ao exercício desse lugar de pesquisadora características específicas. Marcas do acaso do discurso, nas tensões do exercício de lugares institucionais distintos.

Que lugares? Antes do desenvolvimento de seu Doutorado, Guirado trabalhara em creches, escolas, orfanatos, e outras instituições de atenção à criança e ao adolescente. Durante grande parte do desenrolar dessa pesquisa, era membro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Ao longo do processo de construção de sua tese, já era professora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), instituição na qual foi desenvolvida a pesquisa. Qual é o sentido desses destaques? Insinuar uma implicação entre a produção de seu escrito de 1986 e os diferentes lugares de enunciação ocupados por Guirado, à época, como aquilo que delimita a possibilidade da concepção e condução daquela pesquisa.

Para que justifiquemos tal insinuação, acompanhemos Guirado ao final do capítulo introdutório de seu livro, momento central que circunscreve as especificidades de sua tese. Vejamos como, nas palavras da autora, se configura sua pergunta de pesquisa e o modo pelo qual seu pensamento opera um particular tratamento da mesma:

[...] a questão que nos colocamos é, em última instância, a do significado afetivo que têm, para as crianças, as relações que passam a viver no interior das práticas instituídas da FEBEM, considerando-se a “história” que constroem a respeito de seus vínculos com as pessoas, no passado e no presente.

Neste sentido pensamos: (a) a afetividade como estruturada nas representações da relação tal como tecidas no discurso; (b) as representações como constituídas no conjunto das relações concretamente vividas, a partir de uma ordem simbólica de lugares atribuídos e assumidos; (c) a criança atendida como um lugar, no discurso da FEBEM e, finalmente, (d) a FEBEM como um serviço social de atendimento à infância em abandono e infratora e, portanto, ocupando ela também, por sua vez, um lugar entre (ou a partir de) outras práticas sociais. (Guirado, 1986/2004, pp. 40-41, grifo da autora)

Alguns pontos desse extrato nos chamam a atenção. Em primeiro lugar, a pergunta que move a pesquisa é, no mínimo, “estranha” aos olhos da Psicologia daquele momento. Não se trata de pensar a criança em sua dinâmica psíquica (emocional ou cognitiva), não se trata de pensar a instituição em seu caráter repressivo, não se trata de pensar a relação indivíduo-sociedade; se trata, sim, de pensar o contexto de produção de significações afetivas em relações concretas exercidas a partir de lugares instituídos.

Em segundo lugar, o que se coloca como objeto de análise, em última instância, não é a criança, o adolescente, o técnico institucional, a FEBEM. É o conjunto de representações que se mostram no discurso institucional, esse entendido como o fazer concreto da instituição nas falas daqueles que a fazem, agentes e clientela. Isso, em consideração às expectativas que circulam em torno dos lugares que se pode ocupar.

Essas características dispõem *um jeito de pesquisar*. Novo? Sim, se tomarmos “novo” como um efeito de contexto, não como imanência. Pois, como insinuamos, o exercício do lugar de pesquisadora por parte de Guirado não se faz sem as marcas do exercício concreto da Psicologia, seja ele social (pela atuação em instituições), seja ele político (pela atuação no conselho de classe), seja ele docente. Este último, inclusive, nos parece particularmente importante na medida em que Guirado produziu seu Doutorado na mesma instituição em que ensinava: exercício concomitante de dois lugares de enunciação distintos (professora e pesquisadora-candidata), dois lugares institucionais assimétricos (agente institucional e clientela). Ocasão, talvez, de privilegiada *resistência às normatizações de produção de conhecimento* a que as disciplinas estariam sujeitas, segundo Foucault (1971/2010).

Que se considere o trabalho de pesquisa da autora como voltado à instituição social da FEBEM: nada há de novo para a área naquele contexto histórico. Um trabalho realizado por meio de entrevistas com os agentes institucionais e sua clientela: também, nada de estranho. Mas o modo de análise das entrevistas? Eis algo fora das expectativas da época.

Desde a apresentação dos procedimentos de análise (Guirado, 1986/2004, pp. 57-60), não é oferecido ao leitor terreno “seguro” (quer dizer, instituído) que faça remissão direta e óbvia ao que se propõe. Trabalha-se pensando com a sociologia de instituições concretas de Albuquerque (1978), mas o que se faz não se restringe a análises das representações de agente e clientela na fala dos entrevistados: isto, pois se busca tratar dos efeitos de reconhecimento e desconhecimento que se mostram pelo discurso. Trabalha-se pensando com a psicanálise, mas o que se faz não é análise das representações inconscientes das crianças e funcionários (à moda freudiana ou mesmo inglesa), muito menos análise dos lugares dispostos na fala dos entrevistados em referência a alguma posição na estrutura da linguagem (à moda lacaniana):

isto, pois se visa a estudar o contexto de produção das representações que se mostram nas falas. Não é análise dialética, tampouco análise de conteúdos. O que se analisa é o discurso, desconstruído por procedimentos que permitem sua reconstrução num texto analítico, diferente daquele tal qual se encontrava na entrevista, mas sem nada que lhe seja exterior – por exemplo, teorias interpretativas (Guirado, 1986/2004, pp. 53-57). “A análise, nesse estudo, disse do modo como os discursos se organizavam, buscando destacar significações possíveis [...]” (Guirado, 1986/2004, p. 57).

Vejamos alguns exemplos, retirados sem muita precisão do texto da autora, apenas para que se visualize a particularidade da produção de conhecimento nessa pesquisa. Selecionamos apenas dois extratos, referidos – respectivamente – a análises do discurso de uma das crianças abandonadas e de um dos “infratores”.

Da criança abandonada:

Teorim: 15 anos, louco, bagunceiro, amigo de quem não o ignora, um outro louco.

Este auto-retrato traça uma proximidade entre a loucura e a brincadeira; entre a brincadeira e a agressão; entre a agressão e o reconhecimento (pelo outro igual). *Aproxima*, em última instância, *loucura e reconhecimento*.

Este apresentar-se ou reconhecer-se na loucura, entretanto, parece se configurar na contraposição com o que, de fora, espera-se dele: no orfanato, esperava-se que ele não fosse bagunceiro, mas, como ele o era, é mandado pra FEBEM; os pais de criação não puderam ficar com ele porque trabalhavam no hospital, ficavam com a cabeça quente, lá, e não podiam contê-lo em casa... (Guirado, 1986/2004, p. 138, grifo da autora)

Do adolescente considerado infrator:

Aparece, aqui, alguma coisa que se confirma em outros momentos da entrevista: uma relação com a lei e com a transgressão em que ambas são reconhecidas como igualmente possíveis, e até necessárias (você *tem* que falar a língua da malandragem e você *tem* que matar quando roubado).

Existe, portanto, uma *lei, que é a transgressão*. Mas existe, ao mesmo tempo, a lei que reconhece o *direito da propriedade privada* e sua defesa.

Assim, a relação com o estabelecido, com o (d) Direito é reconhecida como natural, apropriada e justificada. A sua transgressão não a invalida. Pelo contrário, ratifica-a.

Parece ser, este, o crivo central de seu discurso – e a ele voltaremos repetidas vezes nesta análise. É esta cisão e coexistência dos dois reconhecimentos como compatíveis; é esta valorização, em última instância, do que é negado na transgressão, que fazem, do discurso de Benê, um fascinante discurso sobre a *vida*. (Guirado, 1986/2004, pp. 190-191, grifo da autora)

Um modo específico de produção de conhecimento em Psicologia parecia se anunciar, ainda que sem o aporte conceitual que veio a firmar a AID como área do saber com direitos plenos. Poderíamos considerar, inclusive (e talvez não sem um tanto de risco), que se anunciava também uma estratégia de pensar o âmbito concreto do exercício da profissão de psicólogo. Um último comentário arriscado, senão o mais frágil dentre os que fizemos: por todas essas marcas de contexto, traçadas como efeitos de tensão na produção de um discurso “que não se encaixa”, pensamos não ser à toa o fato de esse trabalho de Guirado ter tido um impacto tão considerável no âmbito das ações de psicólogos em instituições, ao mesmo tempo em que sofreu certo “ostracismo” no âmbito acadêmico.

Todo esse preâmbulo serve ao propósito de introduzirmos o livro de Guirado sob uma visada específica, essa do nascedouro da AID. Com isso, podemos agora anunciar o recorte a que o submeteremos, já relacionado aos fins desta pesquisa.

A temática lá desenvolvida, os resultados das análises das entrevistas, as conclusões e novos problemas a que chega a autora – Capítulos I, III, IV e V do livro de 1986 –, todos esses elementos serão agora deixados de lado. O foco será, como vimos tentando marcar, a estratégia analítica que lá se desenvolve, apresentada no Capítulo II do livro, cujo título é *Sobre os referenciais teóricos e metodológicos* (Guirado, 1986/2004, pp. 43-62).

Os dois primeiros parágrafos do capítulo, em grande medida, já dão o tom daquilo que, no pensamento de Guirado (à época e até os dias atuais), se entende como método: um conjunto de pressupostos que delimita, na e pela construção de um objeto, os contornos de algumas afirmações relativas e os limites das mesmas. Um modo de ver, de pensar, que circunscreve aquilo que se pode afirmar.

O presente estudo *não* tem como objetivo primeiro uma discussão teórica, mas, *sim*, uma análise de discursos, até certo ponto singulares, daqueles que fazem o cotidiano de uma instituição concreta como a FEBEM. Voltamos nossa atenção sobretudo para a compreensão dos vínculos afetivos *reconhecidos* como possíveis na fala das crianças ou adolescentes dessa instituição, até onde tal análise permite entrever.

Como partimos do pressuposto de que efeitos de reconhecimento e desconhecimento de vínculos afetivos se constroem no conjunto das relações instituídas – que supõem, por sua vez, uma certa imagem a respeito dos internos e da instituição – faz-se necessário explicitar os referenciais que pautaram nosso trabalho (Guirado, 1986/2004, p. 43, grifo da autora)

É possível notar, pelo extrato, a configuração de um pano de fundo hipotético, guia de pensamento que, como defendemos acima, dispõe um modo específico de produção de

conhecimento. Aquilo de que se trata são as relações, pensadas em sua dimensão instituída, tomadas como índice de produção de subjetividade justamente pela suposição de uma tensão entre contexto e singularidade na construção de imagens de si, jogos de efeitos de reconhecimento e desconhecimento que condicionam as possibilidades de vínculo afetivo em instituições.

Um recorte é anunciado e, com ele, a própria condição de enunciação da pesquisa. Opera-se, para tratar das relações tal como mostradas no discurso, com as noções de *instituição* e *afeto*. Suportes conceituais que indicam os referenciais com os quais a autora trabalha, tal como ela mesma explicita com o título do item que segue imediatamente o extrato que acima citamos, *1. Análise de instituições e psicanálise*. Mais que isso, o primeiro parágrafo desse item declara: “Da psicanálise de uma região específica do saber sociológico – a análise de instituições concretas – procedem os “organizadores” de nosso pensamento. *Das superposições possíveis e das diferenças irreconciliáveis entre esses dois modos de análise dependem as consistências e inconsistências de nossa tese*” (Guirado, 1986/2004, pp. 43-44, grifo nosso). Em outras palavras: trabalha-se operando o pensamento na instabilidade de uma fronteira entre diferentes áreas do conhecimento. Vejamos como a autora constrói e sustenta tal fronteira.

A primeira sessão desse item (*Instituição. Representação. Discurso*) descreve alguns elementos conceituais da sociologia de José Augusto Guilhon Albuquerque (1978). Talvez fosse importante apontar todos os aspectos que Guirado destaca dessa área do saber, mas não nos deteremos extensivamente nessa parte. Os pontos para os quais daremos destaque são aqueles que, tal como nosso recorte supõe, servem de base para instrumentar o pensamento da autora *numa articulação com a psicanálise de Freud*.

Dentre eles (Guirado, 1986/2004, pp. 44-50), temos: (a) o conceito de instituição – conjunto de práticas ou relações sociais que se repetem e se legitimam nessa repetição; (b) com este conceito, as relações são pensadas a partir dos lugares que, nessa instituição, são passíveis de serem ocupados, constituintes de imagens do que lá se pode ser; (c) a subjetividade só é pensada quando inserida no jogo dessas relações instituídas, efeito imaginário das representações possíveis naquele contexto específico; (d) “*representação*” como termo referente ao movimento dos re(des)conhecimentos (constitutivos do fazer concreto) de si, do outro, da instituição; (e) a sede desses movimentos de re(des)conhecimentos é o discurso, pensado “como um modo de organização de representação das relações” (pp. 44-45).

Se Guirado, de fato, faz uma apresentação muito mais completa e detalhada do escopo intelectual de Albuquerque (Guirado, 1986/2004, pp. 45-49), ela mesma marca distanciamentos frente ao pensamento desse autor:

Em Guilhon Albuquerque inspiramos nosso pensamento [...].

Apesar disso, não se pode afirmar que o presente trabalho seja uma análise da FEBEM como instituição concreta [...]. Para tanto, outros elementos deveriam ser objeto de estudo, além do discurso dos atores em entrevistas. [...]

O que fizemos foi uma análise dos efeitos de reconhecimento e desconhecimento no discurso dos atores [...].

Como dissemos, nossa preocupação primeira é, sobretudo, pensar os vínculos afetivos imaginados (ou fantasiados) como possíveis, no interior dessas práticas, e a maneira como, em sua fala, os atores que (i)mediatamente constituem as práticas da FEBEM representam-se estes vínculos. Fizemos, portanto, da análise dos efeitos de reconhecimento e desconhecimento no discurso das entrevistas, o recorte que nos pareceu suficiente para falar sobre as relações afetivas na instituição – FEBEM. Um estudo da afetividade como estudo do afeto no discurso [...]. (Guirado, 1986/2004, pp. 49-50)

Notemos, portanto, como é imposto à sociologia da análise de instituições concretas um recorte que a coloca no limite de pensar com certa Psicologia os vínculos afetivos em relações instituídas. Que se reconheça, então: estabelecimento de uma fronteira conceitual pela qual a noção de *instituição* (e tudo aquilo que seu tratamento implica) é retirada de seu contexto de produção, rearranjada por torções que lhe permitem funcionar (não sem tensão) em outro modo de produção de conhecimento, já afastada inevitavelmente daquele que lhe deu origem. O que se faz não é sociologia, é “psicologia”...

As aspas visam a suspender qualquer entendimento genérico do termo *psicologia*, na medida em que se trata, no próprio encadeamento argumentativo da autora, de uma psicologia específica, essa que se ocupa com o afeto no discurso, no e pelo exercício concreto de relações em contexto. Até caberia a pergunta: uma psicologia aproximada de quê? Guirado abre portas, ao final do extrato acima citado, para uma discussão muito particular da psicanálise freudiana, na sessão seguinte (*O afeto e as representações*) desse primeiro item do Capítulo II de seu livro.

Vamos às palavras da autora que iniciam tal sessão:

Ter como núcleo do presente estudo os vínculos afetivos *reconhecidos* (ou representados) como possíveis remete-nos a outro campo do conhecimento: aquele que trata também da questão do afeto como

constitutivo do sujeito. Esse campo é a psicanálise (Guirado, 1986/2004, pp. 50-51, grifo da autora)

É curioso perceber como é a noção de *afeto*, numa primeira instância, que dispara a circunscrição do recorte da psicologia que na pesquisa é exercida. Este ponto merecerá uma discussão mais atenta, mas por ora buscaremos descrever brevemente a maneira pela qual Guirado propõe pensar certo aspecto do legado freudiano.

Tomando as formulações acerca do conceito de afeto na produção de Freud (tal como poderiam ser encontradas no desenrolar histórico de sua obra), destacando algumas nem sempre resolvidas questões, e apoiando-se em algumas afirmações de consagrados comentadores (Laplanche e Pontalis, 1967/2001), a autora abre suas discussões pela pontuação de uma marcada distinção – no discurso das origens – entre *afeto* e *representação* (Guirado, 1986/2004, p. 51)¹⁹. Dois registros diferentes da expressão inconsciente, nem sempre imediatamente ligados (por exemplo, pelo “corte” da *repressão*): dois conceitos, portanto, não equivalentes. Mas cuja relação entre ambos configuraria grande parte do desenho de psiquismo proposto por Freud.

Curiosamente, não é nesse levantamento de produção teórica que Guirado sustenta seu pensamento, mas sim na sua imediata relação com o contexto concreto do exercício desse saber: a clínica (Guirado, 1986/2004, p. 52). Ainda trabalhando com Freud (1900/1969, 1905/1969, 1909/2013, 1909/1969, 1918[1914]/2010), aquilo para o que ela dá foco não é o conceito freudiano, mas o modo como o conceito opera uma maneira de Freud pensar a fala de seu paciente. Nas palavras de Guirado: “Em todo seu trabalho, Freud se dedica a *ouvir*. E ouve sonhos, histórias, descrições de sentimento, impressões, sensações, atos falhos, declarações. No que ouve, reorganiza cenas e tramas que interpreta ao sabor de suas hipóteses [...]. É, portanto, naquilo que diz de si que o paciente é analisado” (Guirado, 1986/2004, p. 52, grifo da autora).

Talvez esse seja o aspecto mais interessante do modo como a autora se aproxima do discurso freudiano: não é de modo teórico, nem de modo analógico, muito menos de modo técnico. Aquilo que sustenta a interlocução com Freud parece ser, na organização do texto de Guirado, o exercício concreto de uma escuta do discurso que o reorganiza em *cenas e tramas*. Isto, nove anos antes de ela trabalhar na fronteira com a análise pragmática do discurso de Maingueneau! O que talvez falte em elaboração conceitual (em comparação com o texto de

¹⁹ Isto, trabalhando a partir de textos como *O inconsciente* (Freud, 1915a/2010) e *A negação* (Freud, 1925a/2011).

2010 de Guirado), aqui já é reconhecível como um das pedras de toque daquilo que chamamos de *estratégia de pensamento da AID*.

O que se faz na pesquisa, no entanto, *não* é psicanálise:

Se nosso problema de pesquisa é pensar como se constituem expectativas de vínculos afetivos para meninos e meninas internados na FEBEM-SP, e se esse problema exige-nos demonstrar a viabilidade de configurar tais expectativas no discurso daquele que nos fala, a própria psicanálise nos facultará continuar pensando e produzindo nosso estudo.

Assim, a partir da proposta psicanalítica, podemos afirmar que a afetividade está dada no discurso de funcionários e meninos(as), como imagens/encenações/representações das relações e dos vínculos reconhecidos como possíveis, naquela ordem instituída. (Guirado, 1986/2004, pp. 52-53)

Vejamos: tratando-se de discurso, é possível pensar os afetos, considerando-se o modo como as relações são representadas (imaginadas e encenadas) a partir de um contexto específico (institucional) que dispõe lugares (geradores de expectativa), ocasião de produção de subjetividades que desconhecem os jogos que lhes condicionam reconhecerem-se como tal. Acima, nesse curto extrato, a fronteira com a sociologia de Albuquerque, sutilmente declarada, consolida-se em tensão com uma psicologia que opera a partir da psicanálise de Freud. Uma maneira de pensar e pesquisar. Nem sociológica, nem psicanalítica, estrito senso.

Poderíamos dar prosseguimento a essa análise do Capítulo II do livro da autora, mas já nos estendemos em demasia, e muito provavelmente já foram levantados elementos suficientes para sustentar aquilo a que nos propomos. Cabe, então, encerrar a discussão desse livro de 1986 com alguns comentários analíticos gerais, *que remetam à nossa pergunta de pesquisa* e que respondam a duas questões, como seguem abaixo.

A primeira: qual o lugar do discurso freudiano nesse momento da produção do discurso de Guirado?

Sejamos assertivos: é possível afirmar, a partir desse texto (Guirado, 1986/2004), que uma interlocução com o discurso freudiano mostra-se como marca constitutiva da proposta de se fazer pesquisa ali apresentada. Assume um lugar estratégico por dois ângulos:

- 1- Circunscreve a enunciação de um modo de pesquisar *no campo da Psicologia*, uma vez que serve de apoio para que se considerem as falas em entrevista como ocasião de representação dos vínculos afetivos possíveis nas relações instituídas em determinado contexto. Em outras palavras, é em Freud que a autora se apóia para tomar o afeto no discurso;

- 2- Dispõe os limites que *oferecem*, por recorte, *um ponto fixo para o estabelecimento de uma fronteira com a sociologia de Albuquerque*. Se o conceito de *instituição* situa as relações instituídas como o descritivo básico para se pensar/exercer a análise, esta se configura como uma análise de subjetividade na medida em que é organizada pelo pressuposto dos re(des)conhecimentos que se mostram no discurso, pelas imagens/cenas que a análise a partir dele pode construir.

Proporíamos, então, pensar o lugar do discurso de Freud nesse texto como uma espécie de estofo epistemológico, uma área de sustentação que *legitima descrever aquilo que se faz* (essa particular forma de pesquisar) *como Psicologia*, e que *legitima o trabalho dessa Psicologia na fronteira com certo saber sociológico*.

A segunda questão: que fronteira com o pensamento de Freud assim se estabelece, caso alguma se estabeleça?

A resposta que vemos como possível para essa pergunta é, de certo modo, peculiar. Diríamos, não sem receio: há, sim, o estabelecimento de uma fronteira com o discurso freudiano, ao mesmo passo em que não há fronteira conceitual firmada.

A fronteira conceitual que concretamente se estabelece é aquela com a sociologia de Albuquerque. Pelo conceito de *instituição*. Não parece haver termo ou conceito do discurso freudiano submetido a uma torção que lhe facultasse operar numa fronteira entre saberes. Pensa-se a noção de afeto, e isto aproxima a psicologia proposta por Guirado da psicanálise de Freud; isto, no entanto, não se reflete numa re-apropriação ou articulação conceitual tanto quanto numa disposição de um “horizonte de interesses comuns”, a saber, pensar a singularidade (e, então, a produção de subjetividades, mas este ponto já indica um afastamento da psicanálise!).

Estabelece-se, entretanto, certo tipo de fronteira sim, na medida em que aquilo que é proposto pela autora não se confunde com a psicanálise *stricto sensu*. Para que se fale de psicologia, aproxima-se da psicanálise, para dela se distanciar pela fronteira com a sociologia. Gostaríamos de propor pensar esse “certo tipo de fronteira” como uma *fronteira de ancoragem*. Uma fronteira que *ancora o pensamento da autora*, nessa articulação com a sociologia, *no campo da Psicologia*.

Essa imagem nos parece apropriada. Com uma *âncora*, um ponto fixo é determinado, mesmo que numa constitutiva instabilidade; o barco ainda está numa relativa deriva, mas a própria tensão a que a âncora o submete não permite que ele se afaste em demasia daquele ponto fixo, lugar que marca seu ponto de origem e em relação ao qual toda e qualquer deriva

relaciona-se. Por essa imagem, podemos pensar o “ponto fixo” como o contexto de produção de saber psicológico; a “âncora” como a fronteira com a psicanálise de Freud; a “deriva” como as áreas de conhecimento diversas da Psicologia (no caso, a sociologia de Albuquerque); o “barco” como essa AID *in nascentia*.

É apenas uma proposta para se pensar. E apenas útil se testada e contestada pelos nossos interlocutores, tanto do interior da AID como de fora dela.

Partamos agora para nosso alvo de análise seguinte, o livro *Psicologia Institucional* (Guirado, 1987/2004).

Parece justo que destaquemos, antes e primeiramente, dois elementos que nos oferecem alguma base para começar a pensar esse trabalho. O primeiro é a proximidade da publicação desse livro de Guirado com a de sua tese de Doutorado; o segundo, o fato de esse texto fazer parte da coleção *Temas Básicos de Psicologia* (da editora E.P.U.). Estes podem parecer destaques apenas circunstanciais, mas a nosso ver eles não o são. Sobretudo por permitirem uma circunscrição específica do contexto de enunciação em que se desenvolveram as ideias desse livro de 1987.

Podemos considerar, com relativa segurança, que a escritura desse texto de Guirado é marcada pelo exercício dos mesmos lugares institucionais que marcaram a construção de seu Doutorado. Há, no entanto, uma diferença fundamental: se, em 1986, a autora escrevia a partir do lugar de pesquisadora, em 1987 passa a escrever de outro lugar de enunciação. Envolto das expectativas geradas pelo próprio estatuto social que uma coleção como a *Temas Básicos* tem, esse lugar confere certa legitimidade sobre aquilo que pode ser dito a respeito de uma área do conhecimento. Não estamos mais tratando de uma pesquisa em Psicologia, *mas da própria Psicologia*.

Pois bem, o que queremos com essa introdução interessada da nossa discussão desse texto de 1987? Propor que há *uma extensão do âmbito de ação* do “discurso da AID”.

Como tentamos demonstrar, em sua pesquisa de Doutorado (Guirado, 1986/2004) parece ser anunciado um diferente modo de produção de conhecimento em Psicologia. Com outras palavras, reconhecemos ali os primeiros movimentos de constituição da AID como uma estratégia de pensar e fazer pesquisa em Psicologia, estranha aos discursos da época e suportada por uma interface entre a sociologia de Albuquerque e a psicanálise de Freud. Com o texto *Psicologia Institucional* (Guirado, 1987/2004), publicado após o término daquela pesquisa, esse “diferente modo de produção de conhecimento” é recolocado para se pensar *o próprio exercício profissional da Psicologia em âmbitos de atuação concreta no interior de*

instituições/organizações sociais. A AID, ainda que não desenvolvida conceitualmente como tal, parece começar a definir-se como um modo de fazer *Psicologia*, e não apenas *pesquisa* em Psicologia.

Escolhemos colocar em cena o texto *Psicologia Institucional* (Guirado, 1987/2004) justamente por isso, na medida em que todo esse movimento de expansão de certo âmbito de ação discursiva se faz, também, implicado num particular tratamento do discurso freudiano em interlocuções e fronteiras.

Verifiquemos se tais afirmações e propostas sustentam-se analiticamente.

No *Preâmbulo* de seu livro (Guirado, 1987/2004, pp. 13-20), a autora curiosamente apresenta sua discussão numa subversão das expectativas de univocidade que o título do livro poderia produzir. Dispondo, de partida, a questão da Psicologia Institucional como contextualizada numa multiplicidade de “orientações teóricas e novas configurações da prática profissional” (p. 14) e propondo, assim, pensar a área não pelo seu termo no singular, e sim pelo plural (psicologias institucionais).

Dessa pluralidade discursiva, a condição de construção desse livro é declarada no reconhecimento da diversidade de abordagens e especificidades que circulam em torno do que se nomearia, indiscriminadamente naquele momento histórico, como Psicologia Institucional. É nesse sentido que Guirado circunscreve certos objetivos para seu trabalho, visando ao questionamento e à valorização da multiplicidade da área e não à sua amortização num discurso de autoridade. Um modo de tratar os discursos que lhes devolve seu caráter de acontecimento, tal como preconizará a AID anos mais tarde.

Dos objetivos e caminhos seguidos nesse trabalho (Guirado, 1987/2004, pp. 15-18), consideramos que podem ser separados em dois grupos distintos.

O primeiro deles (Guirado, 1987/2004, pp. 15-17), referente aos Capítulos 1, 2 e 3 do livro, põe em cena uma descrição de alguns modos de se pensar a atuação de psicólogos em instituições/organizações – tal como propostos por Bleger (psicanálise), por Lapassade (grupo institucionalista) e por Guilhon Albuquerque (sociologia). Vale notar que é a partir de um particular recorte que a autora trabalha, sem pretensões de esgotamento da discussão, muito pelo contrário²⁰; mais além, é um recorte que lhe permite trabalhar especificidades e diferenças, no lugar de semelhanças que responderiam por alguma “prática ideal”.

²⁰ A escolha desses autores parece estratégica: Bleger (Guirado, 1987/2004, pp. 21-50), pela sua importância histórica na configuração desse campo de atuação; Lapassade (Guirado, 1987/2004, pp. 51-82), sobretudo pela sua noção de burocracia como divisão entre uma esfera de tomada de decisões e uma esfera de execução, tratando-se toda e qualquer intervenção a partir de seu caráter político; e Guilhon Albuquerque (Guirado, 1987/2004, pp. 83-103), pela sua filiação foucaultiana e sua tendência pragmática (marca constituinte da própria

O segundo grupo (Guirado, 1987/2004, pp. 17-18), referente ao Capítulo 4 do livro, dispõe uma descrição de certo modo de se pensar a Psicologia como Psicologia Institucional, proposta inédita que se sustenta num trabalho de interface entre a sociologia de Albuquerque e a psicanálise freudiana. Ora, que “se levantem as orelhas”: a AID mostra sua cara. Ou, em benefício da precisão, é possível pelo menos afirmar que a AID mostra aí alguns traços básicos de sua “futura cara”.

Acompanhemos as palavras de Guirado:

Finalmente, no capítulo 4, considerando os referenciais da Psicanálise e da Análise de Instituições, Maria Luisa S. Schmidt e eu procuramos discutir a questão da especificidade do trabalho psicológico no âmbito das instituições (e das comunidades). Com base na circunscrição dessa especificidade propomos, nós também, *uma* Psicologia Institucional. O que caracteriza o objeto da Psicologia como área do conhecimento e profissão? Como preservar sua singularidade como trabalho psicológico, no interior de práticas institucionais como as de produção, educação e de atendimento à saúde mental? A leitura psicanalítica das relações e a compreensão destas como relações de poder – que pelas representações acabam se constituindo na subjetividade dos que fazem estas práticas – são apresentadas como uma resposta possível a tais questões. Assim, propõe-se que o psicólogo – numa definição de Psicologia que a aproxima da Psicanálise – utilize recursos que provêm desta última. Propõe-se, no entanto, também a utilização do instrumental teórico da Análise de Instituições, para que se compreenda o âmbito do trabalho como uma relação mediada e, por isso, redimensionada pelos lugares instituídos e pelo imaginário (conjunto de representações) da instituição em questão. (Guirado, 1987/2004, pp. 17-18, grifo da autora)

Com essas considerações propedêuticas, talvez tenha sido possível construir minimamente uma base que justifique o recorte a que submeteremos esse trabalho de Guirado de 1987, que visa à nossa tese. A saber, daremos foco apenas ao Capítulo 4 desse livro, ocasião de estudo daquilo que supomos como uma extensão do âmbito de ação do “discurso nascente da AID”, tanto para o exercício concreto da Psicologia em contextos institucionais/organizacionais como também para se pensar a própria Psicologia. E, nesse intuito, tentaremos destacar em que medida uma interlocução com a psicanálise freudiana deixa pegadas nesse caminho de constituição de um método, de uma estratégia de pensamento, de uma área de produção de saber.

Intitulado *Psicologia Institucional: em busca da especificidade de atuação do psicólogo* (Guirado, 1987/2004, pp. 104-130), este quarto e último capítulo inicia-se com um

proposta de Guirado no Capítulo 4 desse livro de 1987). Escolhas feitas *sob um “crivo” histórico*, que partem de uma preocupação em *abordar e problematizar uma suposta oposição entre práticas políticas e práticas psicológicas, reinante nos discursos da década de 1980 sobre a atuação de psicólogos em instituições*.

item cujo título nos oferece pistas dos contornos que guiam a produção do discurso da autora: *4.1 A Psicanálise, a Análise de Instituições Concretas e a Psicologia Institucional*. Retomando a questão da multiplicidade de práticas que vinham – até aquele momento histórico – sendo agrupadas indistintamente sob o termo “Psicologia Institucional”, a autora como que prepara o terreno para anunciar, logo no quarto parágrafo do item, sua intenção com esse capítulo final do livro: “articular uma (outra) proposta para a Psicologia Institucional” (Guirado, 1987/2004, p. 105).

Vejam como é apresentada, de partida e concisamente, essa outra proposta; a citação é longa, mas vale a pena mantê-la na íntegra:

Marcam-se semelhanças e diferenças entre nossa proposta e as demais [aquelas trabalhadas nos três primeiros capítulos do livro]. A semelhança está em supor o trabalho com a instituição, como um todo. A diferença reside na busca de definição de uma especificidade do trabalho psicológico.

Para tanto, tomamos a Psicologia (em geral percebida e efetivada como uma abordagem do indivíduo) e procuramos aproximá-la da Psicanálise, no sentido de fazer dela um trabalho no plano das representações e do inconsciente, no discurso; mas, fazemos isto para situá-la como forma de intervenção social. Por esta razão, temos que resgatar-lhe o caráter de *conhecimento da relação* (e não do indivíduo) – o que, pela Psicanálise, se justifica. Entretanto, destacamos o contexto em que se dará a prática psicológica: não mais a relação “bipessoal” cliente-terapeuta, mas os conjuntos das relações de uma instituição concreta, com objeto e objetivos próprios, com características particulares (por exemplo, o atendimento à população em abandono e carência, o atendimento à saúde ou à educação da população), com uma determinada distribuição de tempo, espaço e relação de poder, que existem independentemente da ação do psicólogo. Na consideração do contexto institucional tomamos, como modelo teórico, a Análise de Instituições Concretas.

Para a definição da Psicologia como Psicologia Institucional partimos, portanto, de dois referenciais distintos: o da Psicanálise e o da Análise de Instituições. E a preocupação central é a de, na perspectiva teórica em que nos colocamos, formular objeto e a especificidade deste tipo de atuação do psicólogo. O *âmbito de ação* (o terreno de determinadas relações sociais) e a *postura profissional* serão os pontos em torno dos quais girará tal formulação. (Guirado, 1987/2004, pp. 105-106, grifo da autora)

O extrato acima mostra como, na busca de uma especificidade para o trabalho psicológico em instituições, aquilo que se propõe *configura-se numa especificidade*: ao trabalhar numa interface entre dois referenciais distintos, o horizonte da proposta é um modo de pensar *a Psicologia como Psicologia Institucional*. O termo “institucional” deixa de ser um adjetivo que circunstanciaria o “onde se trabalha”, para mostrar-se como termo que circunscreve o “*como se trabalha*”. Não se trataria, portanto, a Psicologia Institucional como

uma área de atuação, *e sim como um modo de exercício da Psicologia*. Somadas a essa especificidade, outras marcas mostram o contorno da proposta nas tintas do que veio a se constituir como AID: trabalho com o discurso, apoio na noção de relações de poder, a referência básica da consideração do contexto.

Queremos, contudo, dar destaque aos referenciais que embasam a proposta: de um lado, a sociologia de Albuquerque, quando do tratamento do contexto institucional – estamos aqui, novamente, num âmbito do pensamento que considerará as instituições como práticas/relações sociais que se reproduzem e se legitimam em jogos de poder (Guirado, 1987/2004, p. 110); do outro, a psicanálise, como aquilo que justifica pensar um modo de intervenção social psicológica *pelo trabalho com as representações (ainda que não conscientes), no discurso, das relações institucionais concretas*. Pois bem, este ponto é aquele que nos interessa em especial...

A psicanálise, também nesse contexto de enunciação, aparece como uma área que demarca um escopo de especificidade para a Psicologia ali proposta. Como? Pelo resgate do “*caráter de conhecimento da relação*” (Guirado, 1987/2004, pp. 105-106). A noção de *relação* é colocada, nesse momento, em primeiro plano, abrindo portas para que uma interface com a sociologia de Albuquerque se constitua. Curiosamente, há uma espécie de rearranjo dos elementos que sustentam o lugar da psicanálise na proposta de Guirado (se se considerar aquilo que apontamos de seu trabalho de 1986). Mas, mais além, é interessante notar como a psicanálise assim colocada no discurso de Guirado não corresponde exatamente ao que se poderia reconhecer no discurso psicanalítico. Um recorte, mesmo que não imediatamente declarado, parece se constituir para que fronteiras se sustentem. Estamos nos adiantando; antes, sigamos um pouco mais o texto da autora.

O item 4.2 do capítulo (Guirado, 1987/2004, pp. 106-110) assume o lugar das necessárias marcações de diferenças. Nele, são retomadas algumas ideias de cada um dos autores trabalhados no livro (Bleger, Lapassade, Albuquerque) de maneira que se esclareçam os afastamentos frente a tais propostas, apresentando-se não apenas o “do quê” se afasta, mas também seus “por quê”s. Destaque seja dado à retomada feita do pensamento de Albuquerque (p. 110), na qual verifica-se não apenas um afastamento (principalmente pelo fato de o autor resguardar para a análise certo distanciamento da ação interventiva) *como também uma articulação pontual* pela possibilidade de tomar, de seu discurso, a noção de instituição. Indicação da construção de uma interface, que abre o contexto de ideias que permitem a enunciação do próximo item do capítulo, núcleo argumentativo da tese da autora – 4.3 *A questão do objeto e da especificidade do trabalho institucional do psicólogo*.

Propondo (Guirado, 1987/2004, pp. 110-111) pensar o trabalho do psicólogo em instituições concretas a partir de dois caminhos de atuação (um que toma o indivíduo como foco do trabalho – como que “destacado” da instituição –, e outro que toma a instituição como um todo), a autora assume posição:

[...] intervenção institucional coloca em destaque a necessidade de se pensarem *subjetividades constituídas* nas e *constitutivas* das relações institucionais. Esta concepção privilegia a *posição* do sujeito na ordem institucional e não as características ou capacidades individuais e pessoais. Assim, os conflitos, os distúrbios, os desvios, as inadequações são consideradas, sobretudo, *como expressão desta articulação de posições*, e *não* como sintoma de um indivíduo que *está* na instituição.

Pensar desta forma a subjetividade e sugerir que seja este o âmbito da atuação do psicólogo (como fazemos agora), exige que se recoloca a questão da compreensão de o que seja Psicologia e as implicações desta compreensão na prática profissional. Ou seja, *exige que se configure um objeto para a Psicologia como saber e profissão*. (Guirado, 1987/2004, pp. 111-112, grifo da autora)

É de se notar: a própria Psicologia é aqui tomada como instituição (tal como o conceito se firmou na AID), mesmo que não expressamente. Práticas concretas e práticas de saber, voltadas a um objeto específico. Vemos no discurso da autora, portanto, a tentativa de configuração de um *objeto institucional*.

Como ela o delimita? Primeiramente apresentando duas concepções de Psicologia, dois modos de compreender a área, e depois situando uma dessas como aquela para a qual se voltará (Guirado, 1987/2004, pp. 112-113).

Na primeira, de tendência empírica e voltada à previsão e ao controle, o saber produzido se daria pela exterioridade entre o objeto a ser conhecido e aquele que conhece. Para a intervenção, o conhecimento seria aquilo que se “administra” e utiliza. Na segunda, contextualizada pelas práticas clínicas e voltada à compreensão e ao entendimento, o saber se daria na implicação mútua entre objeto e sujeito do conhecimento. Intervenção, aqui, dirigir-se-ia à construção do conhecimento em contexto.

Como se poderia esperar, é para a segunda compreensão que a autora volta-se:

[...] Deste ponto de vista (clínico), *o objeto da Psicologia são as relações; mas não as que materialmente se dão e sim, tal como imaginadas, percebidas, simbolizadas pelo sujeito, no discurso*. O que caracteriza o especificamente humano e psicológico não são as habilidades e capacidades do indivíduo, tomadas como coisas em si, mas sim o universo de suas representações e afetos, bem como sua inserção no discurso institucional. A

intervenção do psicólogo deverá se circunscrever a este universo. (Guirado, 1987/2004, p. 113, grifo da autora)

O objeto da (ou melhor, dessa) Psicologia, compreendida a partir de uma visada clínica, assim se define *pelas relações*. Vale o destaque: encontraremos essa mesma definição de objeto, 23 anos depois, num contexto de enunciação em que se propõe pensar a Psicologia como Análise Institucional do Discurso (Guirado, 2010, p. 48).

O que mais nos interessa, entretanto, é a maneira pela qual a psicanálise freudiana é colocada em cena como um personagem de peso na configuração desse objeto. Indiretamente, tal qual na citação acima, e diretamente, como veremos com os parágrafos que seguem imediatamente o trecho acima citado.

A concepção de Psicologia com a qual a autora trabalha (sem separação sujeito/objeto) articula-se diretamente com um âmbito de produção de conhecimento em Freud: a clínica. Mais uma vez (se lembrarmos do trabalho de 1986), a interlocução com o discurso freudiano dá-se pelas vicissitudes de uma escuta clínica na produção de saber. Além, o enfoque dado à ideia de *relação* posiciona a Psicologia na esteira da psicanálise, ou melhor, na esteira de certo modo de se entender a psicanálise – quando recortada de maneira a privilegiar a subjetividade em termos de relação, não de indivíduo ou interioridade psíquica.

Ora, a psicanálise freudiana ocupa posição na própria configuração do objeto em questão. Ela parece figurar como um dos instituintes desse modo de pensar e trabalhar com Psicologia. Vejamos:

Essa concepção do objeto da Psicologia nos aproxima da Psicanálise. Freud, revendo a teoria original da sedução, afirma que o que importa no tratamento da histeria não é a realidade de ter sido seduzida mas sim, o desejo ou a fantasia de sedução (78). Esta “descoberta” atribui um estatuto de concreticidade ao fato psíquico, que não o reduz ao factual ou ao constitucional. Privilegia com isto os afetos, as fantasias, as representações inconscientes, a fala e não mais os “acontecimentos exteriores” ou as (dis)funções orgânicas. Privilegia a determinação simbólica e imaginária de um sujeito psíquico constituído pelo modo como singularmente organiza, percebe, vivencia as relações que lhe são significativas.

Por esta razão, da perspectiva da Psicanálise, o conhecimento (investigação) e tratamento são elaborações de um mesmo processo. O trabalho psicanalítico é um esforço de tomada de consciência, por parte do sujeito, daquilo que o institui desde o inconsciente. (Guirado, 1987/2004, p. 113)

Mais do que servir como área de sustentação, a psicanálise freudiana oferece um termo conceitual (descritivo, não “substancial” ou “profundo”) que delimita a maneira de se

entender o objeto tal como foi configurado: pela noção de *fato psíquico*, as relações serão pensadas também pelo diapasão da singularidade e seus efeitos no exercício de lugares institucionais.

Com esta última afirmação, nos adiantamos. Propositadamente. Já impusemos uma torção ao pensamento de Freud, pois é exatamente isso o que Guirado faz na sequência de seu texto, articulando e tencionando o discurso freudiano com o âmbito conceitual da sociologia de Albuquerque:

Compreender desta maneira o especificamente humano e psicológico não significa, contudo, uma autonomia absoluta do imaginário. Ele se constitui *nas* relações concretas. Quando nos referimos ao “vivido”, estamos nos reportando, exatamente, a este interjogo do real e do imaginado e simbolizado. A distinção entre um e outro, entretanto, é significativa para circunscrever aquele que nos parece o nível da análise (e da intervenção) psicológica.

Como estas relações concretas se dão sempre nas e pelas instituições sociais, pensar tal intervenção psicológica supõe configurar um objeto que articule o universo singular que Freud descobre no contexto da prática clínica e o universo das relações institucionais que o extrapolam.

A definição de instituição de Guilhon Albuquerque (79) contribui para isso [...] (Guirado, 1987/2004, p. 113)

Pode parecer um pouco anticlimático termos interrompido a citação precisamente nesse momento central de elaboração conceitual do objeto e de definição da proposta da autora. Assim o fizemos, em grande medida, por essa questão já ter sido desenvolvida em nosso capítulo introdutório, e evitaremos ser repetitivos. Já nos prolongamos em excesso, e muito provavelmente aquilo a que visávamos com essa análise do livro de 1987 foi contemplado. Paramos por aqui, então, apenas referindo ao leitor que no restante desse capítulo Guirado não apenas circunscreve sua propositura com muito mais precisão do que aqui conseguiríamos (Guirado, 1987/2004, pp. 114-120) como também se põe a pensar suas implicações, políticas e para a área (pp. 121-130).

É crucial, neste momento, finalizarmos a discussão retomando as questões referentes à tese que aqui desenvolvemos.

Primeira questão: qual o lugar do discurso freudiano nesse momento da produção do discurso de Guirado?

O texto de 1987 permite antever, talvez mais do que em 1986, como a interlocução com o pensamento freudiano demarca um *espaço de especificidade* na proposta de Guirado, aqui referida à atuação de psicólogos em contextos institucionais. Isto, já considerando a Psicologia Institucional não como um ramo de atuação, e sim como uma maneira de exercer a

própria Psicologia. E isto, *já numa torção que faculta*, com rigor, *uma articulação com certo escopo conceitual da sociologia*.

A proposição de tomar *as relações* como objeto institucional dá o suporte dessa articulação, que permite pensar uma tensão entre o caráter instituído das mesmas e sua faceta subjetiva; trata-se de considerar as representações, no discurso, dos efeitos de singularidade no fazer cotidiano de uma ordem institucional, entre reconhecimentos e desconhecimentos. A noção de *fato psíquico* é retorcida para que se considere não uma subjetividade “imaneente”, e sim uma subjetividade produzida, instituída por e instituinte de um quadro de relações em contexto.

Mais uma vez recortadas em referência ao escopo do raciocínio clínico e ao seu caráter descritivo, as ideias de Freud assumem aqui *não apenas* um lugar de sustentação²¹: assumem, *inclusive e principalmente*, um lugar de fundação.

Por tal, parece-nos pertinente considerar o lugar do discurso de Freud nesse texto (Guirado, 1987/2004) não apenas como o de um “estofo” e sim, sobretudo, como o de uma espécie de condição epistemológica de possibilidade. Uma condição suportada pelas aberturas do discurso freudiano, mas em si muito diferente dele, constituinte de um específico modo de produção de conhecimento.

Segunda questão: que fronteira com o pensamento de Freud assim se estabelece, caso alguma se estabeleça?

Por mais estranho que possa parecer, sustentamos aqui a mesma afirmação que fizemos a respeito do texto de 1986, algumas páginas acima: há, sim, o estabelecimento de uma fronteira com o discurso freudiano, ao mesmo passo em que não há fronteira conceitual firmada.

Também nesse texto de 1987, parece ser com a sociologia de Albuquerque que uma fronteira conceitual efetivamente se estabelece, referente ao trabalho com o conceito de instituição. Contudo, poderia se perguntar e afirmar, com justeza: “mas e a tomada das *relações* como objeto? E a sustentação na noção de *fato psíquico*? É possível considerar nesse movimento a elaboração de uma interface conceitual!”.

Pois bem, não podemos refutar categoricamente essas perguntas e essa afirmação. *Parece-nos, entretanto, que a noção de relação está muito mais vinculada à sociologia (relações sociais instituídas) do que à psicanálise freudiana*, embora se justifique com essa noção trabalhar a partir de Freud. Assim, com a ideia de fato psíquico, uma especificidade é

²¹ Que, como vimos, autoriza enunciar as ideias de Guirado no âmbito da Psicologia e permite trabalhá-las na interface com uma sociologia.

dada a esse âmbito sociológico do saber (relações sociais instituídas, *mas pensadas tal como imaginadas e representadas no discurso*), recolocando o pensamento na esfera da produção de conhecimento psicológico. A nosso ver, o estabelecimento de uma interface com o discurso freudiano, antes de se configurar conceitualmente, configura-se pela disposição de um horizonte de trabalho: *a singularidade*.

Firma-se, assim, a proposta de Guirado no campo da Psicologia: aproxima-se da psicanálise de Freud, para dela se afastar em seguida – efeito de rigor pela sua articulação com a sociologia, esta também sujeita a um afastamento inevitável –, tendo como produto uma particular estratégia de pensar o exercício profissional da Psicologia. Nem cá, nem lá...

Por tudo isso, e sem negar as possíveis falhas de nossa argumentação, somos levados a propor que o efeito da interlocução com o pensamento freudiano, também nesse texto (Guirado, 1987/2004), é o estabelecimento de uma espécie de *fronteira de ancoragem*. Mais sólida, se comparada àquela que descrevemos a respeito do texto de 1986, sobretudo pelo lugar condicionante que o discurso freudiano ocupa na construção do discurso da autora. Brincando com essa imagem de ancoragem, é como se tivesse sido “redesenhada” a âncora, delimitando com mais precisão o ponto fixo e as tensões de deriva que ela promove.

Novamente, é apenas uma proposta para pensar, uma hipótese que talvez ajude a organizar o pensamento. Talvez a mais contestável das que até esse ponto apresentamos. E que seja: não visamos a uma normatização do que se pode dizer da AID, mas sim ao movimento e à proliferação desse discurso, nem que seja pela refutação do que aqui propomos.

2. Da ancoragem ao conceito

Para que seja possível trabalhar com o livro *Psicanálise e Análise do Discurso – matrizes institucionais do sujeito psíquico* (Guirado, 1995/2006), tendo em vista o quadro geral de nossa tese e os objetivos deste capítulo, é importante que alteremos nossa estratégia argumentativa. Parece necessário, e tentaremos defender o motivo dessa escolha.

Talvez o leitor tenha notado que nossas discussões no item anterior se sustentaram como que em recortes horizontais, pelos quais analisamos trechos e capítulos específicos, pertinentes ao desenvolvimento de nossas hipóteses. Isso foi possível na medida em que os dois textos (o de 1986 e o de 1987) tratavam de temas típicos *a partir de estratégias intelectuais particulares*. Discutiram-se as relações e os vínculos afetivos no contexto institucional da FEBEM, mas foi *um modo muito singular de pesquisar* que suportou tal

discussão... Discutiu-se a atuação profissional de psicólogos em instituições concretas, mas foi *um modo muito peculiar de pensar a própria Psicologia e seu exercício* que delimitou uma proposição nessa discussão... Reconhecemos nessas estratégias intelectuais características que nos permitiram pensá-las como os primeiros movimentos de constituição da AID, o que nos facultou tomá-las em específico para que fosse possível desenhar o lugar do pensamento freudiano nesse preâmbulo da fundação de um discurso.

Com a escritura do livro *Psicanálise e Análise do Discurso*, entretanto, encontramos em outro cenário da história do pensamento de Guirado e do discurso da AID: para além dos primeiros passos que alicerçam, a “criatura” aqui toma forma. Conceitualmente. Dos oito anos que separam o texto *Psicologia Institucional* (Guirado, 1987/2004) dessa nova publicação, vemos a produção e extensão do discurso da autora – desde o exercício cotidiano da docência e da clínica a artigos e apresentações em congressos – culminar²² numa obra que, propomos, configura-se como uma “inauguração oficial” da estratégia de pensamento que veio a ser chamada de Análise Institucional do Discurso.

Por si só, essas qualidades do texto nos dificultam operar com um recorte horizontal; soma-se a isso o fato de a psicanálise de Freud, como sugere o próprio título do livro, atravessar toda a produção do texto. Resta-nos, portanto, trabalhar a partir de um recorte mais vertical que, visando à nossa tese, acompanhe a linha propositiva de Guirado numa tentativa de circunscrever em pontos estratégicos o matiz das marcas da interlocução feita com o discurso de Freud.

Desde suas primeiras palavras, na Introdução²³ desse trabalho (Guirado, 1995/2006, pp. 7-13), a autora nos leva a uma viagem no tempo, pelas trilhas de seu percurso acadêmico e profissional, dispondo de imediato as ideias ali propostas na estrita implicação com os contextos que as condicionaram constituírem-se como tal. Reafirmando a vertente institucional de seu trabalho. Pontuando a insistente preocupação com os efeitos políticos locais do exercício profissional. Levando-nos, pois, entre todos esses núcleos de acaso, ao tema específico do livro:

[...] chegamos ao que hoje impõe-se explicar com maior clareza: as relações possíveis entre a análise de discurso que se faz no consultório e aquela dos

²² Que se leve em conta, como exemplo e para embasar tal afirmação, o tom memorial da Introdução desse livro (Guirado, 1995/2006, pp. 7-17) e o fato de toda a sua Parte IV (pp. 103-134) ser composta de textos já publicados e apresentados no começo da década de 1990.

²³ Vale destacar que grande parte da Introdução desse livro (Guirado, 1995/2006) foi reproduzida, com pouquíssimas alterações, como a primeira metade do Memorial da Tese de Livre-Docência da autora (Guirado, 2009), mostrando o lugar nodal que ocupa na história da produção de seu discurso.

estudos acadêmicos. Para tanto, teremos de tratar, ainda no nível dos aspectos que transitam de uma escuta a outra (e de um lugar a outro), dos efeitos na posição de analista. Depois, com mais justeza, poderemos nos deter em pensar a análise do discurso e a psicanálise nas suas convergências e divergências. Tudo para, ao final, propor um modo de pensar o sujeito e a subjetividade no discurso em análise. (Guirado, 1995/2006, p. 11)

É curioso notar que o alvo da discussão da autora é, entre outros elementos, o trabalho clínico. Mas não todo e qualquer trabalho clínico, isso fica claro, pois se trata de uma clínica cuja condução apóia-se em certo tipo de análise de discurso. Com maior precisão: apóia-se numa análise de discurso que, tal como pensada para estudos acadêmicos, configura-se específica a partir de uma interlocução com a psicanálise.

Por que curioso? É como se, nesse traçado da constituição do discurso da AID que aqui propomos, chegássemos num *ponto de convergência* entre um método de pesquisa (texto de 1986), um modo de pensar o exercício da psicologia como Psicologia Institucional (texto de 1987), e o trabalho clínico. Mais que isso: na complexidade dessa convergência, abre-se a condição de falar de “*um modo de pensar o sujeito e a subjetividade*”, que veremos se tratar do conceito de sujeito-dobradiça.

Ora, numa crescente solidez, talvez seja possível situar nesse texto de 1995 o momento no qual *a enunciação das ideias de Guirado consolida a AID como discurso*. O discurso de uma estratégia de pensamento como prática de produção de saber psicológico, seja na pesquisa, seja no trabalho junto a instituições, seja na clínica. Se ao leitor fica um pouco confuso esse nosso destaque, é provavelmente por termos nos adiantado; talvez isso fique mais claro no decorrer de nossa apresentação. Contudo, tendo em vista nossos objetivos, pareceu necessário já fazer tal destaque *na medida em que essa consolidação do discurso da AID dá-se num contexto de escritura que toma a psicanálise em interlocução privilegiada*.

Continuemos um pouco mais na Introdução do livro (Guirado, 1995/2006, pp. 13-17). Se a autora declara de partida o cenário clínico como objeto de sua discussão, ela o faz situando a análise de discurso e a psicanálise como áreas do saber que, para que sustentem sua proposta, são colocadas numa *interface*. Condição desse movimento, *a noção de recortes* mostra seu caráter fundamental no pensamento da autora (Guirado, 1995/2006, pp. 14-15), como aquilo que lhe faculta circular entre tais áreas sem fincar “raízes” nas regras de produção de verdades de cada uma, mas com o rigor de operar sempre no limite das diferenças irreconciliáveis e no horizonte das articulações possíveis e pertinentes. Sempre na instabilidade das fronteiras e suas tensões.

Parece ser exatamente esse o pano de fundo metodológico que circunscreve e contextualiza sua tese: “*guardada a especificidade dos lugares instituídos de analista e paciente nas práticas psicanalíticas, o que aí se faz é análise de discurso*. Isto, se a entendo de uma determinada forma. E mais: *um certo esquema de escuta pode transitar das análises acadêmicas às análises da clínica e vice-versa*” (Guirado, 1995/2006, p. 16, grifo da autora). Muito provavelmente não é exagero substituir a expressão “um certo esquema de escuta” por estratégia de pensamento.

Sobre os caminhos escolhidos pela autora para demonstrar sua tese (Guirado, 1995/2006, pp. 16-17), temos em primeiro lugar – Parte I de seu livro – um trabalho descritivo da área da análise de discurso e sua multiplicidade, de algumas ideias basais de Foucault e dos operadores analíticos da análise de discurso de Maingueneau. Em segundo lugar – na Parte II do livro –, algumas páginas são dedicadas a uma discussão específica da psicanálise freudiana, tentativa de situar como nesse discurso se configura uma particular noção de sujeito psíquico. E, enfim:

É preciso, no entanto, que de forma assim marcada sejam caracterizados os limites do psicológico, para que se possa apreciar o alcance da perspectiva que apresento e desenvolvo na *Parte III*: a de *um sujeito do e no discurso*. Singular, mas não como estritamente o quer a psicanálise, e sim, como se pode esboçar em ‘pontos de estofo’ de *representações e afetos*, nas malhas ou nas redes das *relações que se instituem concretamente*. *Sujeito* que só se pode dizer *psíquico porque institucional* (Guirado, 1995/2006, p. 17, grifo da autora)

De termos a conceitos, por recortes e por rigor: a Análise Institucional do Discurso, como um discurso de prática e produção de conhecimento, não apenas mostra-se *em exercício* como também assume no texto o lugar de *objeto da discussão*.

É interessante notar, em prol de nossa tese, como a psicanálise parece ser novamente realocada no discurso de Guirado com esse texto. Justamente num texto que – se estivermos corretos – institui a AID como discurso. Mais à frente trataremos disso com contundência; sigamos, por enquanto, os caminhos da autora.

Os elementos discutidos na Parte I do texto (Guirado, 1995/2006, pp. 19-58) já foram tratados, em alguma medida, na apresentação que fizemos da AID anteriormente; retomemos brevemente *o modo como esses elementos são trazidos nesse texto de 1995*, evitando grandes repetições.

Em nome da precisão, todo o Capítulo 1 (Guirado, 1995/2006, pp. 21-29) serve a uma apresentação geral do campo da análise de discurso para que se circunscreva *com qual análise*

de discurso a autora se propõe a trabalhar: aquela de tendência pragmática, especificamente aquela que pode ser reconhecida no campo da linguística de D. Maingueneau. De detalhes de noções como *formação discursiva* e *enunciação* à questão da *cena enunciativa* e do *sujeito*, a discussão desemboca (Guirado, 1995/2006, pp. 28-29) num esforço de articular tais ideias com o aparato conceitual por ela construído a partir de uma interface com a sociologia de Albuquerque (relações instituídas, efeitos de re(des)conhecimento, lugares institucionais/lugares de enunciação). Isto, tendo como suporte certa maneira de se apreender a noção de *discurso*. Não à toa, no Capítulo 2 (Guirado, 1995/2006, pp. 31-45) encontramos uma análise do texto *A ordem do discurso* de Foucault (1971/2010). Esse autor, que sedimenta tanto as ideias de Maingueneau como as de Albuquerque, passa a figurar como discurso fundamental na sustentação das fronteiras propostas por Guirado, a “*pedra de roseta*” das sempre reconhecidas tensões de sua “*linguagem*” conceitual-metodológica. O Capítulo 3 (Guirado, 1995/2006, pp. 47-58) dá o nó necessário que consolida essas interfaces, numa discussão específica de disparadores analíticos dispostos por Maingueneau (1989) tais como heterogeneidade do discurso, polifonia, posições enunciativas, interdiscursividade etc..

É na esteira dessa montagem epistemológica, pano de fundo conceitual de uma maneira de pensar a análise e o próprio ato de analisar, que se anuncia – na Parte II do livro (Guirado, 1995/2006, pp. 59-74) – a possibilidade da construção de articulações entre essas fronteiras conceituais e certos aspectos do âmbito de pensamento de Freud.

Resgatando, no Capítulo 4 (Guirado, 1995/2006, pp. 61-63), as questões pontuadas na introdução de seu livro e reafirmando sua proposta como a de interfaces relativas a recortes específicos, Guirado recoloca sua questão fundamental em cena – a de considerar nas análises um sujeito do e no discurso – como aquilo que possibilitaria, entre consonâncias e dissonâncias, levar a análise de discurso até então discutida aos restritos, porém produtivos espaços de intercomunicação com a psicanálise freudiana. Nesse sentido, parece estratégico o fato de, no Capítulo 5 (Guirado, 1995/2006, pp. 65-74), a autora começar essa discussão *marcando um afastamento frente à noção de sujeito tal como antevisto pela análise do discurso francesa* (quase que equivalente à própria produção discursiva) *ou por Foucault* (disperso nos discursos e por eles objetivado). Mais estratégico ainda, o começo dessa discussão também é feito de maneira a marcar *exatamente aquilo que do discurso psicanalítico não lhe permitiria operar na interface proposta*: sua sustentação numa espécie de sujeito psíquico endógeno, resultante do sistema teórico da metapsicologia.

Freud, nas duas tópicas do aparelho psíquico, modela o sujeito de seus estudos e intervenções. Ao modelo do criador assopra em direção à sua criatura-teórica, sem muito molejo à primeira vista, mais parecendo atrapalhar do que ajudar a entender o “nosso funcionamento”, sobretudo na segunda tópica. Mas, sem dúvida, são dois organizadores importantes de sua produção. Primeiro, uma tripartição tenta totalizar um indivíduo dividido entre regiões inconsciente, pré-consciente e consciente. Depois, nova tripartição, atravessada pela primeira, institui as instâncias id, ego e superego, cuja dinâmica interna daria conta dos embates com o mundo externo e garantiria, na saúde ou na doença, a vida psíquica.

E, por mais que tudo o que Freud disse continue até hoje, *sub judice*, nos escritos e nas discussões consideradas científicas e/ou intelectuais, dentro e fora da psicanálise, o fato é que ainda move o pensamento contemporâneo. Move também o fazer clínico. Com muito mais razão, é claro. Com muito mais força, poder-se-ia dizer: a força que produz o assujeitamento necessário à verdade desse campo, para que a própria instituição psicanalítica, nas suas diferentes práticas, ganhe mais... força (Guirado, 1995/2006, pp. 68-69, grifo da autora)

Guirado, no entanto, resgata do discurso das origens a maneira como todo esse desenho de subjetividade sustenta-se, de alguma forma e em última instância, *numa busca de sentidos a partir da história pessoal daquele que fala* (Guirado, 1995/2006, p. 67). Resgate, portanto, da *singularidade* como aquilo que dá as “rédeas” do discurso de uma prática de saber (pp. 72-73). Condição de produção de sentidos, condição de produção do discurso.

E se, por recorte, fosse para esse ponto que deslocássemos nosso pensamento?

[...] a atenção voltada para uma singularidade possível, independentemente das significações das teorias e práticas psicanalíticas particulares, é o mote que nos permitirá, mais adiante, formular uma psicanálise, também possível, na interface e na consideração de termos importantes das ideias de Foucault e da Análise de Discurso! (Guirado, 1995/2006, p. 73)

Fala-se, aqui, em “*uma psicanálise possível*”. Possível porque em interface. Sem negar as tensões dos pontos irreconciliáveis, sem reduzir nem submeter nenhum campo ao outro:

[...] É necessário que se esclareça, ainda, o lugar que joga a concepção de sujeito com que se trabalha, sobretudo, *nessas regiões miscigenadas, nesses campos híbridos, em que os termos teóricos e metodológicos de um recorte analítico se propõem a produzir conhecimento, compreensões e sentidos em âmbitos diversos daqueles que eles próprios, historicamente, se produziram.*

O sujeito psíquico da psicanálise, no fio da navalha, tem força conceitual operativa no interior da própria relação analítica. Perde-a, no entanto, a qualquer movimento. A exemplo, quando decidimos tomar o discurso das práticas clínicas, ou de uma situação clínica em particular, como alvo de análise. Talvez precisássemos incorrer em riscos e tratar da questão de outro ângulo. É a proposta dos capítulos que se seguem, na Parte

III. Tomando em consideração esta possibilidade de singularidade e preservando-a, discutiremos que sujeito psíquico/afetivo é este das relações que se instituem concretamente, a cada momento, no discurso. Incluindo as falas em sessões de análise e/ou psicoterapia. (Guirado, 1995/2006, p. 74, grifo da autora)

Em cena anunciada, temos enfim a metáfora do *sujeito-dobradiça*, mostrada no discurso pelas interfaces conceituais que constituem a AID.

Antes de continuar, temos um pequeno destaque a fazer. *A psicanálise de Freud é colocada*, na teia dessas complexas articulações feitas pela autora, *como uma área-alvo de interlocuções que visam a espaços de articulações* (por recorte e por rigor, ponto pacífico). Ela não parece estar restrita, aqui, ao lugar de um estofo que posiciona a estratégia analítica da autora no campo da Psicologia, nem restrita ao lugar de uma condição epistemológica que contribui na configuração do objeto institucional dessa mesma estratégia. É apenas um destaque provocativo, referente aos nossos propósitos, e a ele voltaremos em breve.

A Parte III do trabalho (Guirado, 1995/2006, pp. 75-100), como nossa descrição deve ter feito notar, compõe o núcleo da tese da autora.

Vejamos o título do Capítulo 6 (Guirado, 1995/2006, pp. 77-94), que abre essa terceira parte: *“Das Matrizes Institucionais do Sujeito Psíquico”*. Numa referência direta ao subtítulo de seu livro, Guirado retoma nesse capítulo seu trabalho de 1987 (Guirado, 1987/2004) de maneira a dispor as primeiras ideias que permitiram aproximar certa sociologia de certa psicologia (aproximada, por sua vez, da psicanálise), um conjunto de recortes que condiciona e instrumenta um modo de pensar *as relações como constituintes de subjetividade, efeito discursivo do entrecruzamento de contextos institucionais e singularidades históricas*. É delimitado, assim, o campo da psicologia de que se trata. Um campo que ganha novos operadores e descritivos conceituais ao ser colocado, nesse livro, em interface com os pensamentos de Foucault e Maingueneau, com certa noção de discurso figurando como pedra de toque de uma estratégia analítica. *Um campo que – na especificidade das noções articuladas e no limite da concepção de sujeito que nessas fronteiras se produz – permite pensar o exercício da Psicologia como análise de discurso* (Guirado, 1995/2006, p. 80). Isto, em diferentes esferas desse exercício, como a autora propõe (pp. 80-94) ao pensar o trabalho de pesquisa (retomando seu texto de 1986²⁴), ao pensar textos literários (a partir de um texto

²⁴ É curioso notar como, com esse texto de 1995 (Guirado, 1995/2006, pp. 80-87) e nesse contexto de enunciação específico, novas condições de possibilidade de produção do discurso facultam construções intelectuais (de peso e por rigor) que, em termos conceituais, ainda não tinham como configurar-se como tais nos textos dessa pensadora de 1986 e 1987. A retomada destes nesse trabalho de 1995, contudo, parece nos dar um

de Lima Barreto), ao pensar a atuação clínica (trazendo, a título de demonstração, a discussão de um caso clínico).

Sobre a clínica, parte importante da tese desenvolvida nesse livro, vale o resgate de algumas palavras da autora:

Abrir para a compreensão de que o que se fala em análise é já do domínio de uma determinada formação discursiva e professar a concepção de que somos, no *setting* clínico, organizadores singulares, pontos de estofado do tecido dessa instituição, é trazer a questão do sujeito para esse lugar de sujeitos psíquicos porque em relação imaginada e simbolizada de práticas institucionais do discurso. Rastrear o lugar que se vê ocupando aquele que nos fala (e o lugar que ocupamos), ainda que disto não fale, traça ao mesmo tempo o mapa desse discurso e das auto-representações. Na estrutura discursiva, portanto, o desenho dos afetos. (Guirado, 1995/2006, p. 91, grifo da autora)

Vê-se assim, pela discussão da clínica, o caminho de elaboração conceitual de certa noção de sujeito²⁵ que faça jus às articulações epistemológicas que configuram essa estratégia de pensar a Psicologia *como análise institucional, como análise de discurso, como análise de contexto e de produção de subjetividade, como “psicanálise possível”*. (É curioso notar como tais expressões, embora não sejam sinônimos propriamente ditos, implicam-se e exigem-se mutuamente para que a enunciação da AID seja caracterizada).

Nesse sentido, e apenas para concluir momentaneamente nossa descrição, o Capítulo 7 (Guirado, 1995/2006, pp. 95-98) parece retomar e ratificar os argumentos desenvolvidos, pela autora e por nós: “Até aqui tentei demonstrar *uma* modalidade de *análise de discurso, sem operar estritamente como a AD* francesa e apoiada numa concepção de sujeito que se pode dizer psíquico quando tomado no modo de sua inserção no universo discursivo de determinadas práticas instituídas” (Guirado, 1995/2006, p. 95, grifo da autora). No palco, portanto, e mesmo que sem seu nome oficial, *eis a Análise Institucional do Discurso*.

Se interrompemos aqui os comentários analíticos a que nos propusemos em relação a esse livro de 1995, assim procedemos não em tom de conclusão, muito pelo contrário. Não só há a Parte IV desse livro a tratar, mas na qual não entraremos nem brevemente, como também cada detalhe de nossa descrição configura-se parcial. Que fiquem marcados aqui os vícios de

apoio relativo para as análises que deles acima fizemos, considerando-os como textos genuinamente desenvolvidos sob uma perspectiva “nascente” da AID.

²⁵ Para uma discussão pormenorizada dessa noção de sujeito, remetemos o leitor interessado ao texto de Cintya Ribeiro (2007), intitulado *Sujeito-dobradora: metáfora de subjetividade, metonímia institucional*, texto esse inclusive retomado por Guirado em 2010 para descrever sua proposta conceitual.

recorte de nosso olhar, pois é dessa parcialidade que elaboraremos algumas pontuações específicas, referidas à tese que estamos construindo.

Em primeiro lugar, é interessante pontuar como o lugar da psicanálise freudiana nas ideias da autora ganha complexidade com o texto acima discutido. Para não sermos mal compreendidos: as ideias da autora ganham complexidade, *implicando num novo posicionamento da psicanálise de Freud em seu discurso*. De estofo (que dá apoio e garante a qualidade “*psi*” daquilo que se propõe) a condição epistemológica (que participa na fundação do objeto de uma prática de saber psicológica), *a interlocução com o discurso de Freud ganha posição na articulação conceitual* feita por Guirado nesse trabalho de 1995. Se, pela in-tensão das interfaces em jogo entre a sociologia de Albuquerque e as ideias de Foucault e Maingueneau, a autora produz um conjunto conceitual que ganha a solidez de um discurso metodológico, a psicanálise freudiana parece assumir papel estratégico na delimitação desse conjunto.

Mesmo que a psicanálise tenha sido central na configuração do objeto institucional e do âmbito de ação dessa estratégia analítica, *ela ainda não tinha posição conceitual demarcada*. Entretanto, com o conceito de sujeito-dobração, termo que privilegiadamente condensa as interfaces dispostas pela autora, *a psicanálise passa a figurar no cerne conceitual dessa proposta metodológica*. Novamente, a partir da tomada da singularidade como norte de análise. Sempre pensada, no entanto, na sua implicação com lugares institucionais, implicação essa produtora de subjetividades. Como num movimento de dobração, ao mesmo tempo fixo e móvel, metáfora de psiquismo tal como ele pode ser entendido na AID.

Parece-nos, portanto, que com esse texto a consolidação da AID como discurso puxa a psicanálise de Freud para o centro de suas interfaces conceituais, colocando-a como *campo constitutivo da própria enunciação da AID*. Seu lugar, assim, para além do de estofo ou de condição, mostra-se como o de uma espécie de matriz epistemológica.

Numa relação direta com essa pontuação e em segundo lugar, é possível reconhecer no trabalho de 1995 como a fronteira na qual é colocada a psicanálise de Freud estabelece-se diferentemente. Ainda (*e sempre*) referida ao escopo clínico do pensamento do criador da psicanálise, ela não mais se configura estritamente como uma ancoragem do pensamento na área psicológica de produção de conhecimento. Na precisão oferecida pelo conceito foucaultiano de *discurso* e nas frentes abertas pelo *aparato descritivo* tomado da linguística de Maingueneau, o discurso de Freud parece ganhar mais espaço na fronteira conceitual estabelecida com a sociologia, colocando a singularidade não apenas como horizonte de

trabalho, mas inclusive como componente articulado de um conceito-chave (*sujeito-dobradora*), organizador de referência das tensões e re-torções das interfaces criadas.

É como se aquilo em que se apoiou para falar de afetos (em 1986) e de fato psíquico (em 1987) desembocasse numa “psicanálise outra”, fiel e infiel à freudiana, passível de figurar em fronteiras nas quais quaisquer resquícios de uma espécie de endogenia ou de universalidade explicativa do psiquismo podem ser deixados de lado. Em termos mais precisos: *na consolidação do discurso da AID, pela fronteira com as ideias de Foucault norteadas pela sociologia de Albuquerque e instrumentada pela análise de discurso de Maingueneau, é configurada uma Psicanálise sem a metapsicologia.*

Fazendo uso novamente da imagem que propusemos de um barco ancorado, mas em relativa deriva (instabilidade constitutiva dos recortes de interfaces), teríamos aqui a psicanálise não apenas como a âncora, mas também e principalmente *como uma das regiões de deriva.*

Nenhum termo específico da psicanálise, com peso conceitual, é usado pela autora nesse momento de sua produção discursiva, porém. Não estamos mais numa fronteira de ancoragem, mas dizer que aqui já há o estabelecimento de uma fronteira conceitual talvez seja “forçar a barra”. A condição de possibilidade desta, contudo, está definitivamente aberta, como outro livro de Guirado, publicado cinco anos depois, pode vir a confirmar.

Temos a impressão de que, com o livro *A clínica psicanalítica na sombra do discurso: diálogos com aulas de Dominique Maingueneau* (Guirado, 2000), finalmente chegamos ao “destino prenunciado” das interlocuções da autora com o discurso freudiano. É uma maneira estranha de colocar as coisas, talvez infeliz, na medida em que denota certa fatalidade teleológica, e não é isso que queremos dizer. Parece, isso sim, que o livro de 2000 responde com voz de oportunidade à especificidade dos recortes impostos à psicanálise de Freud por Guirado ao longo de sua produção discursiva, tal como vimos traçando neste capítulo.

O que isso significa? Foi possível notar e destacar que, seja qual fosse o contexto de enunciação, uma *regularidade discursiva* se mostrou nesse percurso de constituição da AID no tocante às interlocuções estabelecidas com as ideias freudianas: tratou-se, invariavelmente, de pensar Freud a partir de seu *discurso sobre a clínica*²⁶ (com o suporte do pressuposto de singularidades históricas). No confronto com o discurso do psicanalista, é da clínica que

²⁶ Para construir um modo de pesquisar relações em contextos institucionais (Guirado, 1986/2004). Para pensar um modo de exercer psicologia como instituição (Guirado, 1987/2004). Para propor um modo de considerar a subjetividade no discurso (Guirado, 1995/2006).

sempre se partiu, embora ela em si restasse como referência, e não como uma prática (profissional e de saber) alvo de discussão. Mesmo que isso se altere consideravelmente no trabalho de 1995, é no livro de 2000 que tal discussão ganha força especial.

Cabem aqui algumas palavras da autora, tiradas da Apresentação desse livro:

[...] A preocupação é a de tratar da clínica psicanalítica o mais próximo possível das questões que se levantam aqueles que trabalham em seus consultórios, às voltas com os problemas de seus pacientes. No entanto, que ninguém se iluda: nada de guias práticos para a condução de uma sessão. Em verdade, a preocupação é a de tratar da clínica psicanalítica, partindo de questões que fazem eco em seu exercício, mas demonstrando, teoricamente, a viabilidade concreta de um certo modo de exercê-la.

Que modo é esse? O livro todo se destina a explicá-lo e justificá-lo. (Guirado, 2000, p. 10)

Nesse contexto de escritura, é a *clínica* que ocupa o *centro* do debate intelectual. Curiosamente, será exatamente isto que permitirá configurar – no decorrer do texto de Guirado – a ocasião de um desdobramento das interfaces entre Freud e a Análise de Discurso de Maingueneau numa fronteira propriamente conceitual.

Um jeito interessante de começar a descrição desse texto é caracterizá-lo como peculiar. Produzido como que em “dupla autoria” (Guirado, 2000, pp. 13-14), o livro é configurado em torno de três capítulos de Dominique Maingueneau, transcrições de aulas por ele ministradas no IPUSP em 1995 e relativas à plural área da Análise do Discurso. Cada um desses três capítulos é introduzido por Guirado sob o viés da especificidade do tema proposto no livro e cada um dos três é posteriormente discutido também sob tal recorte, desenvolvendo como tese a possibilidade de pensar uma maneira específica de exercício da clínica psicanalítica. Como diz a autora (pp. 12-13), é um atípico “diálogo imaginário” sobre pontos de articulação possível entre a psicanálise e a análise de discurso.

O caráter atípico desse trabalho nos coloca frente uma situação complicada. O livro segue uma estrutura argumentativa única, na qual cada período parece exigir o anterior e o próximo: a tese, assim, se desenha nos interstícios de cada encadeamento de parágrafos, de cada sequência de argumentos, da alternância de autoria, dos confrontos produzidos na apresentação de cada conceito. Como comentar, a partir de um recorte, um trabalho assim intrincado? Tal como fizemos até este ponto²⁷? Seguir a linha expositiva do texto numa

²⁷ Embora cada um dos três textos que até aqui analisamos (Guirado, 1986/2004, 1987/2004, 1995/2006) tenham sido trabalhados por nós de maneira diferente, certa estratégia de acompanhamento/reconstrução da linha argumentativa do texto permaneceu como uma regularidade de nosso levantamento analítico, sob a égide de um recorte que priorizasse a construção de um desenho possível das fronteiras impostas ao discurso freudiano.

tentativa de reconstruir sua base argumentativa pode implicar – neste caso especial – na produção de um recorte vazio, que amortize as tensões do discurso da autora. Até tentamos, e não conseguimos. Por coesão (ou mesmo por simples afeição), nossa vontade é a de citar o texto inteiro. Inviável.

Como, então, discutir esse trabalho, mantendo a especificidade da tese que aqui desenvolvemos? Pegaremos carona no caráter atípico do livro, e *construiremos nossos comentários analíticos também de maneira atípica*. Em que pesem os problemas de assim procedermos, preferimos remeter o leitor ao texto original (Guirado, 2000) e aqui, a partir de uma disposição direta daquilo que consideramos o ponto central em que culmina a elaboração da tese conceitual da autora, *tentaremos reencenar o “diálogo imaginário” por ela proposto já o reorganizando sob o prisma do lugar do discurso freudiano na interlocução instituída*.

É um recorte, sem dúvida, que acena para nossos objetivos e cujo produto final muito provavelmente não corresponderá aos caminhos seguidos por Guirado (2000). Apostamos, contudo, que será pertinente e minimamente fiel ao discurso ali produzido. Tão questionável quanto podemos admitir, sim, mas esperamos que isso não desanime quem nos acompanha.

Do esforço de pensar – em conjunto com o leitor, e durante toda a escritura do livro – como uma vertente específica da Análise do Discurso poderia influenciar o trabalho clínico psicanalítico (Guirado, 2000, pp. 11-12), Guirado redesenha sua estratégia de pensamento no fio da navalha das *articulações possíveis entre o conceito de transferência freudiano e a noção de gênero de discurso de Maingueneau*. Este, no entanto, é o final da conversa. Para que nele fosse possível chegar, a autora desenvolve como *certos espaços de intercomunicação* podem ser configurados entre as áreas em questão, desde que com o devido cuidado de considerar os pontos irreconciliáveis entre tais áreas e trabalhando a partir de recortes pontuais.

Que espaços de intercomunicação são esses? Consideramos que sejam três, baseados na estrutura do livro e sua divisão em três partes.

O primeiro espaço (Guirado, 2000, pp. 17-40): tanto num campo como no outro se trabalha com “discurso”. *Mas é preciso conversar mais sobre isso*. As aspas são propositais, na medida em que a noção de “discurso” é completamente diferente em cada área.

No âmbito da prática clínica em psicanálise, aquilo de que se trata é o campo da fala. Do paciente, do analista. Este campo, contudo, é entendido a partir da relação *palavra/inconsciente* (isto, sem ferir a especificidade das diferentes tendências em psicanálise, seja ela freudiana, inglesa, lacaniana etc.). Ou seja: aquilo que se diz em sessão ganha sentido pela sua remissão a um universo psíquico, definido teoricamente pela dinâmica do

inconsciente (seja ele entendido pelo jogo pulsão/repressão, pela expressão de mecanismos de defesa, como estruturação simbólica etc.) e pelo pressuposto de singularidades históricas.

Se optarmos por considerar esse tipo de trabalho como um *trabalho com o discurso*, então *uma certa concepção de discurso assim se desenha*: discurso como representação de uma realidade que lhe é exterior, ainda que isso que lhe é exterior seja o inconsciente. Nas palavras de Foucault (1971/2010, p. 48), discurso como mediador entre um sujeito que fala e uma realidade a ser descoberta. Nas palavras de Guirado (2000, p. 17), a psicanálise parece tomar discurso como um “*mensageiro de verdade inconsciente*”. A análise, portanto, será sempre uma análise *do psiquismo*, via discurso.

Numa vertente específica do campo da Análise de Discurso, de tendência pragmática e tal como defendida por Maingueneau, a história é radicalmente outra. Trata-se, também, do campo da fala e da linguagem. Contudo, parte-se de uma noção específica de discurso como pressuposto: herdeira das proposições foucaultianas (Foucault, 1969/1997, 1971/2010), a ideia é considerar discurso como ato, e desta feita considerar a linguagem como discurso, não como estrutura ou como representação do mundo concreto. Ou seja, o que se diz não ganha sentido pela sua remissão a uma realidade outra ou a uma posição numa estrutura fixa, mas produz sentidos *no ato mesmo de se dizer* e pelo *contexto concreto em que se diz*.

Vejamos, assim, como a diferença com a psicanálise é gritante. Pensando com Maingueneau, aquilo que delimita o exercício da análise é o trabalho com a noção de enunciação como condição da produção dos enunciados e da configuração de seus sentidos. Implica tomar a fala como reflexiva, pelo seu caráter de ação, e interativa, pelo seu caráter jurídico de legitimação de posição. Trabalha-se, em última instância, com a relação *discurso/contexto*. Contexto não como algo exterior ao “texto”, mas como constitutivo deste último, como uma realidade dinâmica, em constante negociação pela própria ação da produção discursiva. A questão da singularidade não entra em discussão. E universos psíquicos? Menos ainda.

Considerar esse trabalho com “discurso” como um espaço de intercomunicação entre a psicanálise e a análise de discurso, então, é reconhecer como a comunicação se faz em idiomas diversos, não correspondentes, algo que a autora não deixa de salientar. E, o que nos parece mais crucial: no discurso de Guirado, nenhuma área é submetida à outra²⁸. Antes, ela tenta construir um “outro idioma” que faculte um diálogo mínimo, para cada área estranho e

²⁸ Isso produziria uma descaracterização dos campos, seja pela destituição da especificidade da análise de discurso em benefício de uma extensão do terreno de ação da psicanálise (modo de produção discursiva em grande voga na atualidade, infelizmente), seja pelo silenciamento da especificidade da psicanálise em prol de uma análise exclusivamente linguística.

ao mesmo tempo reconhecível. Por “outro idioma”, lê-se modo de pensar, ou estratégia de pensamento. Lê-se análise institucional do discurso.

Refletindo com Guirado (e partindo da noção de discurso de Foucault tal como retomada por Maingueneau): e se suspendermos do pensamento, quando do exercício da clínica, a tão preciosa interioridade de universos psíquicos? E se considerarmos, quando do tratamento do discurso, a singularidade como condição de produção de sentidos, uma singularidade possível quando tomada a partir de contextos de enunciação e lugar institucionais geradores de expectativas? *Não estamos mais nem na psicanálise em sentido estrito, nem no âmbito do pensamento de Maingueneau:*

Dizer que o discurso é um ato implica pensar que ele supõe posições em relação a um alvo, posição a partir de que ele (o discurso) se exerce, ou seja, supõe relação entre posições. Ora, de início, já podemos pensar que o que nos diz o paciente não é mera e direta expressão de um mundo interno, de um inconsciente constituído de fantasias armazenadas e mais ou menos reprimidas por sua condição sexual recusada. O sentido de sua fala não será “extraído” de motivos psíquicos endógenos e ponto! Minha tarefa, como analista, não será mais a de buscar razões inconscientes implícitas naquilo que o paciente fala a respeito do que sente e vive. Porque a relação entre linguagem e inconsciente não se definiria como expressão deste por aquele, por meio de representações que, decodificadas, desenhariam sentidos para o dito.

Dizer que o discurso é ato dispositivo é acentuar seu caráter de *dizer*, em vez de acentuar o *dito*. Ou seja, é acentuar para o que se *mostra* enquanto se diz: que tipo de interlocução se cria, que posição se legitima na asserção feita, que posição se atribui ao interlocutor, o jogo de expectativas criado na situação, como se respondem ou se subvertem tais expectativas, e assim por diante. Qualquer interpretação, isto é, qualquer sentido a que se chegue será uma construção que considere todo esse modo de produção, ou melhor, o contexto (em) que (se) produz a fala e suas razões (seus sentidos). *E esse será o discurso em análise na clínica psicanalítica.*

Como se pode notar, não mais o discurso como representação de uma realidade que esteja fora das palavras, mesmo que esta realidade seja a tão cara “realidade psíquica”. E, sim, o discurso como ato de enunciação, implicando reflexivamente os parceiro em relação, as expectativas (ou, como quer a psicanálise, os fantasmas) aí geradas a respeito da responsividade de um ou de outro nesse quadro. Não mais a fala do paciente como representante de *sua* inconfundível singularidade, e sim como *uma singularidade possível, nesse trabalho organizador da posição de falante*. O que implica a presença *de um outro concreto*²⁹ *na situação e o jogo constante de disposição em que é imaginariamente posto e em que se põe [...].* (Guirado, 2000, pp. 33-34, grifo da autora)

²⁹ Que se atente à palavra “concreto”, a pedido da autora (Guirado, 2000, p. 35), para que se declarem e se reconheçam *as diferenças radicais desse modo de pensar com o discurso lacaniano*. E para que se esclareça, também a pedido da autora (p. 35), a influência que seu trabalho com o conceito de *instituição* exerce nesse modo de pensar.

Nessas torções conceituais, exigidas pelo rigor para que a interface funcione como tal, é interessante notar como a psicanálise parece ser a área que mais “sofre” com as tensões produzidas. Dela é retirado um de seus elementos constituintes mais caros, sendo assim reinventada sob vértices de pensamentos significativamente estranhos a ela. Permanece *viva*, no entanto, pois é com ela que Guirado tenciona o discurso de Maingueneau para em ato produzir uma prática de saber *psicológica*.

O segundo espaço de intercomunicação (Guirado, 2000, pp. 43-75): tanto num campo como no outro se trabalha apoiado na consideração da “opacidade do discurso”. *Mas*, aqui também, *é preciso conversar mais sobre isso*. Se, como vimos, a noção de discurso diverge e muito numa área e noutra, a ideia de sua opacidade configurar-se-á também divergente, em estrita dependência do sistema conceitual que a define.

Com Freud e sua psicanálise, reconhece-se no inconsciente o determinante da vida psíquica, cujo motor são as pulsões (sobretudo as sexuais, pelo menos até 1920). Nesse sistema teórico da dinâmica de um psiquismo que giraria em torno do jogo pulsão/representação/conflito/repressão, entende-se a experiência concreta como marcada pelas manifestações do inconsciente (sonhos, sintomas, atos falhos) cujos sentidos remontariam à satisfação de desejos há muito desconhecidos pela própria pessoa. Essas manifestações, pela ação mesma de mecanismos especiais que corresponderiam ao modo de funcionamento inconsciente (deslocamento e condensação, principalmente), promoveriam a satisfação desses desejos reprimidos (satisfação da pulsão) na mesma medida em que os “esconderiam” da consciência, disfarçados e distorcidos em formas tão estranhas de expressão da vida mental. Como costuma dizer Guirado, o sonho esconderia o desejo, revelando-o. Os sintomas despistariam o sentido de uma representação reprimida, trazendo-a a tona deformada e satisfazendo o investimento pulsional a ela ligado antes do processo de repressão. O que se diz em sessão, pela ação da resistência, não seria transparente; mas, pela ação da análise, estaria aí acusada a “existência” do inconsciente.

Se, nesse âmbito de pensamento, o discurso ocupa o lugar de uma *via de acesso* ao conteúdo ou à verdade inconsciente, essa mesma via de acesso estaria comprometida pela própria maneira como o inconsciente se manifesta. O discurso é opaco, *mas só o é na medida em que a expressão do inconsciente – pelo discurso – não é transparente*. A análise, assim, será sempre uma análise *da opacidade das manifestações do inconsciente*, via discurso.

Na análise pragmática do discurso de Maingueneau, somos novamente jogados para outro terreno de suposições. Da noção de discurso como ato, pela qual é colocada em jogo a relação discurso/contexto, implica-se considerar a produção discursiva como “uma maneira de

construir uma relação com outros discursos” (Maingueneau em Guirado, 2000, p. 47). Quer dizer, não haveria algo “fora” do discurso e por ele representado, mas antes se considerará o discurso em sua dimensão de produção, condicionada pelo seu suporte e sua referência a outros discursos.

É essa consideração – pela área descrita como heterogeneidade discursiva – que sustenta pensar o discurso como não-transparente, opaco, na medida em que essa relação entre os discursos não é óbvia como tal, depende do contexto de enunciação e dos lugares enunciativos que delimitam o que se fala e a possibilidade de falar. Discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre, pressuposições, citações, imitações, ironia etc.. São apenas alguns exemplo do que, na área, pode ser considerado disparador de análise do discurso em sua polifonia³⁰. Talvez possamos afirmar que isto institui a característica do fazer analítico nessa área da pragmática, a saber, a análise será sempre uma *análise do modo de produção do discurso*.

Mais uma vez, portanto, temos um espaço de intercomunicação que mais afasta do que aproxima. E, mais uma vez, não haverá submissões por parte de Guirado, cuja proposta será apenas pensar, com muito cuidado, a pertinência de “reconhecer nos indicadores de heterogeneidade no discurso condições de possibilidade de uma escuta clínica” (Guirado, 2000, p. 65).

A própria concepção de exercício clínico, assim, se reorganizará. Altera-se o entendimento do que seria o ato analítico, altera-se o entendimento do próprio lugar do analista no contexto da análise.

Abaixo, alguns extratos (poucos de muitos que podem ser resgatados do texto da autora) que parecem dar suporte a essas afirmações:

[...] Se, para nós que somos psicanalistas, a ideia de *vozes* no discurso (do paciente, ou de todos, ainda que não estejam na qualidade de pacientes) é tão cara – imprescindível ao ofício até – o mesmo não acontece com a ideia de que o acesso à sua configuração não é tão imediato. Ou seja, nem sempre daí deriva uma concepção de análise do *como se fala*. É mais frequente ouvir a “voz do inconsciente”, para além da voz consciente, de certo modo antropomorfizando, um lugar ou uma instância psíquica (Guirado, 2000, pp. 65-66, grifo da autora)

[...] reafirmar, por ora, que numa determinada concepção de análise os sentidos se configuram a partir da *remissão* constante *do* que é *dito* ao

³⁰ Dessa relação entre os discursos, apreende-se que o discurso nunca é tão somente a voz do enunciador (pensado não como o responsável singular pelo que se diz), mas toda a trama de vozes que constituem a condição de produção daquele discurso e os lugares enunciativos que circunscrevem aquela enunciação (Maingueneau em Guirado, 2000, pp. 47-48).

dizer; isto é, que uma determinada concepção de análise se ocupa da *fala como ação*, bem como de sua inerente qualidade de *mostrar* a posição dos falantes (Guirado, 2000, p. 67, grifo da autora)

Está aqui um importante *para quê* da articulação esboçada por nós entre conceitos da Análise do Discurso [Maingueneau] e a prática psicanalítica: retardar o *furor analítico*, buscando configurar sentidos àquilo que se diz em sessão, o mais possível, com base nessa concepção de discurso em análise que resgata a significação no *contexto*, no *dizer*, no *mostrar* e *não* no *dito*, num *inconsciente* pessoal e intrasferível *do paciente*. Além disso, ao atentar para o *dizer*, no que diz respeito à responsabilidade do agente/sujeito da cena enunciativa, estamos, na qualidade de analistas, implicando-nos na relação e nos sentidos possíveis do discurso; ou melhor, estamos nos implicando também como agentes no contexto analítico. Nós também fazemos o discurso em análise, quer na expectativa atribuída pela fala do paciente, quer pelos sentidos que atribuímos ao que nos diz o paciente, quer pelo reconhecimento de que nossa fala faz parte do dispositivo discursivo da análise. E esta compreensão é fundamental para a leitura institucional que fazemos da prática clínica (Guirado, 2000, p. 69, grifo da autora)

Assim *trazemos a discussão a respeito da heterogeneidade do discurso para o nível psicológico*: com a suposição de que para dar conta de determinadas perguntas sobre o modo como se organiza a fala, esse plano permite um bom recorte. Talvez possamos nos convencer de que tal plano não é necessariamente o da endogenia psíquica, e sim o de modalidades singulares de organizações de estilos de pensar, perceber e falar que se assentam na história de relações que se podem estabelecer vida a dentro. Esse, um jeito de entender o termo psicológico ou psíquico, um jeito de recortar para análise um nível ou um plano que equidista das psicanálises ortodoxas e da linguística (Guirado, 2000, p. 71, grifo da autora)

Uma análise de discurso, [...] mesmo no contexto mais geral dos dispositivos psicanalíticos, ou exatamente por isso, *será sempre psicanálise se atentar para a heterogeneidade mostrada no discurso, se pontuar ou estabelecer cortes em função das ocorrências linguísticas que insistimos em apresentar nesta ocasião*. Será psicanálise, inclusive, *se puder considerar a contextura discursiva*, ou seja, *se puder considerar que qualquer subjetividade configurada à análise não se faz senão levando em conta um analista como parte da cena, com tudo o que isso implica*. Mas *será psicanálise somente quando tiver todos esses recursos à disposição de pensar singularidades*, carregando para essa ideia as outras que lhe podemos colocar vizinhas (Guirado, 2000, p. 75, grifo da autora)

É curioso notar, nessa sequência nada desinteressada de citações, a maneira pela qual a psicanálise freudiana³¹ se localiza no discurso da autora. Não apenas é possível reconhecer em sua escritura o exercício em ato da AID (uma leitura atenta verá mostrado um pensamento que

³¹ Nas citações que escolhemos, não há nenhuma referência explícita à psicanálise *de Freud*. Isto, no entanto, não reflete a construção da argumentação de Guirado: pelo contrário, a autora desenvolve sua tese sempre em estrita interlocução com o pensamento *freudiano* (Guirado, 2000, p. 66, p. 73, p. 74). São desenvolvimentos muito extensos, e por tal não é possível reproduzi-los aqui, mas chamamos a atenção nesta nota de rodapé para que *o modo como apresentamos nossa discussão não produza equívocos*.

opera com os conceitos de instituição e de sujeito-dobradiça), como também é notável o lugar fundamentalmente tenso que a psicanálise aí ocupa. Temos, novamente, a psicanálise como a área que mais sofre nessa interlocução em fronteira com a análise de discurso de Maingueneau, ao mesmo passo em que ela resiste como a área que condiciona, na tessitura da interface, a especificidade de um “*fazer psicologia*”.

O terceiro espaço de intercomunicação (Guirado, 2000, pp. 79-126): tanto num campo como no outro há uma preocupação especial (não equivalente, entretanto) em tratar do *contexto da relação concreta* que condiciona a produção do discurso. É para este ponto que converge toda a argumentação da autora – inclusive suas discussões sobre o discurso e sua opacidade –, e é ele que configurará a tese central de seu trabalho (tal como anunciamos prematuramente acima). Tentemos desenvolver, primeiramente, o âmbito das diferenças, para aí sim tentar construir o âmbito das articulações previstas e defendidas por Guirado.

Ao tomarmos a produção de Freud, é relativamente seguro considerar a relação médico/paciente como um dos temas mais importantes em seu discurso sobre a clínica. Estamos falando do *conceito de transferência*. Seu conteúdo e significado, seu lugar como marca de certa normatização da instituição da psicanálise no discurso das origens, sua posição como articulador estratégico entre o saber psicanalítico e o exercício clínico, seu “lugar” como um fazer do paciente, todos esses pontos foram já desenvolvidos (ou, pelo menos, apontados) em alguma medida na Introdução do presente trabalho. Não entraremos nessas questões³², para evitar repetições; queremos trabalhar o conceito de um modo diferente, pertinente à re-encenação do “diálogo imaginário” aberto por Guirado que vimos tentando até aqui fazer.

O conceito de transferência coloca em jogo, direta e indiretamente, o contexto concreto de uma análise. Coloca em jogo, assim, o analista e o paciente como parceiros na produção de uma sessão psicanalítica. Coloca em jogo a relação entre os parceiros, portanto. Tudo isso, por mais genérico que possa parecer, não é infiel a Freud. Todavia, seguindo com esse autor, *o modo como essa “relação” será entendida é específico*.

A transferência seria mais uma manifestação do inconsciente, uma distorção de um conteúdo reprimido do paciente agora expresso, em ato, na sua relação com o analista. Uma repetição do passado, em primeira e última instância, anacrônica porque incoerente com o contexto presente. Mais uma “enganação arquitetada” pelos mecanismos inconscientes, que permitiria a representações e investimentos arcaicos exprimirem-se num dribble da censura (da

³² Recomendamos ao leitor, entretanto, acompanhar o desenvolvimento dessas questões no livro de Guirado (2000, pp. 108-122).

repressão) como atuais, genuínos e novos. A resistência mais forte ao tratamento analítico, a condição mais significativa da análise, segundo o autor: se, pela própria característica atual e concreta dos sentimentos transferênciais, for possível “convencer” um paciente do caráter de repetição desses sentimentos e de sua linhagem antiga/sexual/edípica, como será possível este paciente não “se convencer” da existência de seu inconsciente? O caminho para a cura, para a superação das resistências, estaria aberto.

Retomemos: em Freud, o acesso ao inconsciente se daria pela via do discurso; este seria opaco porque reflexo da expressão do modo de funcionamento inconsciente; e a produção desse “discurso que permitiria acessar o desconhecido” se dá num contexto de relação concreto e específico (clínico). Vejamos, pois, que *esse contexto de relação não está em análise: é ele que promove, faculta, pelo fenômeno da transferência (em sua qualidade de reedição do passado), a possibilidade e a ocasião de uma análise privilegiada*, esta sempre referida ao psiquismo inconsciente, como se fosse “o” inconsciente.

Quando nos propomos a pensar com Maingueneau e sua análise pragmática do discurso, a situação parece se configurar sob outro matiz. Como que tencionando o trabalho linguístico com certa visada sociológica (Guirado, 2000, p. 80), Maingueneau propõe pensar *a produção discursiva sempre em relação ao quadro pragmático concreto do contexto que possibilita a enunciação*. Estas palavras genéricas encontram referência conceitual naquilo que, na área, é entendido como *gênero de discurso*, “um dispositivo social de produção e recepção do discurso” (Maingueneau em Guirado, 2000, p. 24).

Conceito pivô, ele coloca em jogo as relações sociais que condicionam a produção de um discurso. O sentido de um enunciado será sempre pensado na sua relação com um quadro de enunciação que dispõe lugares de onde alguém pode falar e as expectativas que giram em torno desses lugares (e que, em grande medida, acalmam os parceiros que falam e permitem a interlocução, numa legitimação de posições). Como num “jogo”, em que regras delimitam a interação esperada; como numa “peça de teatro”, em que papéis demarcam espaços de previsão de o que falar e de como falar; como num “contrato”, em que estão definidos direitos e deveres dos signatários; como num “ritual”, em que uma rotina oferece aos participantes alguma pista do que vai ou pode acontecer. Metáforas limitadas que, segundo Maingueneau (em Guirado, 2000, pp. 94-96), embora não correspondam exatamente ao que se entende por gênero de discurso, ajudam a compreendê-lo.

Como analisar um gênero de discurso? A partir de diferentes níveis de análise, tal como os propõe Maingueneau pela noção de *cenários enunciativos*. Sobre este ponto discutiremos em nossa introdução, mas vale aprofundar.

Essa ideia de cena enunciativa carrega três níveis de análise como diferentes modos de operar o pensamento: o de cena englobante, o de cena genérica e o de cenografia. Para facilitar o entendimento, eis um exemplo concreto tomando a temática do livro de Guirado: podemos pensar o escopo geral das clínicas e terapias em sua instituição histórica de lugares particulares de enunciação (cena englobante), embora seja possível pensar especificamente o escopo da clínica psicanalítica e seus jogos de saber na produção de certo conjunto de expectativas (cena genérica), mas podemos tratar – mais especificamente ainda – da produção discursiva na relação particular entre tal psicanalista e tal paciente em tal sessão de análise (cenografia).

Notemos, por conseguinte, que a preocupação com o *contexto da relação* que condiciona a produção de um discurso é outra. Não se coloca esse contexto como aquilo que faculta a análise de algo além do discurso: *ele é constitutivo do objeto da análise*. Mais precisamente, o que está em análise não é só o conteúdo de uma mensagem, nem só o quadro que a condiciona, mas *a relação dinâmica entre ambos*. Dinâmica, pois a mensagem se faz a partir de um quadro, ao mesmo tempo em que também constrói e delimita o quadro.

Mostradas as diferenças, esperamos ter podido mostrar cada campo em sua irreduzibilidade ao outro. Agora, com Guirado (2000), passemos às cuidadosas articulações. E tudo começa quando ela propõe pensar o seguinte: e se, do conceito de transferência de Freud ao de gênero de discurso de Maingueneau, *operarmos um recorte metodológico a partir do conceito de instituição?* Vamos com calma...

De acordo com o que discutimos acima, o exercício da clínica – se tomada certa noção de discurso como ato-dispositivo (Foucault) – pode ser entendido como uma prática discursiva, um conjunto de relações que se dão em um contexto enunciativo que rege aquilo que se poder dizer e produzir como saber. Pensar assim a clínica, num confronto com a psicanálise freudiana, implica reconsiderar o que se entende por ato analítico, colocando em análise o discurso em seu modo de produção. Desse modo, faz-se necessário repensar a implicação do analista na clínica, tomando-o como agente ativo da produção do discurso que se analisa³³, cuja opacidade passa a ser organizada sob novos pressupostos.

Como marca do exercício da estratégia de pensamento da AID, o ponto distintivo da proposta da autora em seu livro é *tomar a clínica psicanalítica como instituição*. Ou seja, relações que se repetem e, em ato e por efeito, legitimam um fazer à revelia de um reconhecimento do caráter reprodutivo desse mesmo fazer. De um lado, tomar esse fazer

³³ A quem interessar, recomendamos – para aprofundamento desse âmbito de discussão – a leitura do texto de Guirado (2007) intitulado *A clínica psicanalítica como análise de discurso*.

como institucional faculta pensá-lo como um gênero discursivo, como uma cena enunciativa feita e refeita concreta e cotidianamente, uma vez que se dá a partir de uma *disposição de lugares e expectativas* que compõem um quadro possível de enunciação. De outro lado, tomar esse fazer como institucional nos obriga a pensar as *repetições* que naturalizam a *relação* que o delimita, mas já a partir da visada da AID, considerando a relação tal como imaginada por aqueles que a fazem concretamente. Que a fazem singularmente, já que – por pressuposto conceitual – trazem para esse exercício uma história de cenas vividas, de lugares ocupados, de expectativas cruzadas.

No parágrafo acima já estão todos os elementos necessários para a construção da interface delimitada por Guirado. Num passo a passo, expliquemos melhor:

- 1- Pensar a clínica psicanalítica como instituição permite trabalhar pontualmente a partir da noção de gênero de discurso de Maingueneau pelo nível da cenografia dessa cena enunciativa, como contexto de enunciação concreto prene de expectativas que condicionam a configuração de sentidos dos enunciados. Conquanto, não está em questão apenas analisar o gênero de discurso da clínica, e sim dispor uma proposta de exercer a clínica que se configure como uma análise da subjetividade no discurso. Uma subjetividade que, conceitualmente entendida assim, é produzida no discurso por um movimento que dobra cada marca de expectativa do exercício de lugares instituídos em cenas singulares de uma vida, história irreduzível de um jeito de ser.
- 2- É possível, também, aproximar-se pontualmente do conceito de transferência de Freud³⁴, se se tomar dele a ideia de que na relação clínica cenas se reproduzem, na repetição de lugares que, para aqueles que falam e para muito além da consciência, demarca reconhecimentos possíveis daquilo que se é ou se imagina ser. Do conteúdo metapsicológico do conceito, passamos ao largo. Daqui em diante, não é mais Freud, não é mais psicanálise. Freudiano, ainda assim, psicanalítico até, pelo caráter instituinte dessa interlocução e seu tão suado desembocar numa interface.

Para defender essas nossas palavras, ainda mancas, sobre a elaboração conceitual de Guirado, segue-se uma citação estratégica:

³⁴ “O que fica da definição de Freud é a ideia de que uma *cena se reedita*. E é aqui que reconhecemos o que permite deslizar para a noção de instituição e de cena enunciativa ou melhor, de cenografia. A *cena* diz da possibilidade de um acerto básico em que os parceiros se identificam e identificam o outro com uma certa estabilidade de posições.” (Guirado, 2000, p. 124, grifo da autora).

... Se nos ativermos à ideia de que algo se repete e que nessa repetição, ao mesmo tempo, estabiliza-se e estranha-se, ou seja, legítima um certo modo de ser e de fazer, mas ao mesmo tempo força as fronteiras e as regras para subvertê-las, sendo e fazendo de forma até diferente.

... Se nos ativermos à ideia de que o que irrita a estabilidade da instituição clínica é o modo como cada parceiro do jogo carrega, para a cena que então se reconstitui, seus modos singulares de se relacionar e de se posicionar, construídos vida a dentro.

... Se nos ativermos à ideia que expectativas se recriam e criam, numa luta constante para que as coisas funcionem *comme il faut*: um analista e seu paciente fazendo acontecer uma análise que atenda a interesses e finalidades de ambos.

... Se nos ativermos à ideia de que não nos damos conta, quando em cena, desses reguladores do discurso.

... Se nos ativermos à ideia de que os sentidos possíveis para o que se fala em sessão só se configuram paradoxalmente pelo exercício da singularidade no que é genérico.

... Se, tudo isto.

Concluimos que, mesmo prescindindo das origens pulsionais, das finalidades de satisfação erótica, das *imagos* infantis e das catexias de objetos amorosos, podemos operar no contexto da clínica com esta providencial criação freudiana: o conceito de transferência. Neste recorte que dele fazemos, está a condição de, num mesmo golpe, lidar com a singularidade psíquica, tomando-a como a subjetividade que a instituição psicanalítica e o gênero clínico tecem. É por ele que damos conta de tratar, sem dicotomias, a clínica em sua especificidade institucional.

E como tal, a clínica, na sombra dos movimentos do discurso, como cena enunciativa, pela transferência, se pode dizer psicanalítica (Guirado, 2000, p. 126, grifo da autora)

Estendemos e muito a discussão desse livro de 2000, com direito a algumas repetições em relação ao capítulo introdutório da presente tese. Paramos por aqui, pois. Mas, o fazemos com a sensação de que tal extensão talvez tenha valido a pena. Tentemos então finalizar a discussão com pontuações específicas relacionadas aos objetivos de nossa pesquisa.

Sobre o lugar da psicanálise freudiana na produção do discurso de Guirado, parece-nos seguro considerar que nesse livro de 2000 reitera-se aquilo que foi possível afirmar sobre o texto de 1995: o discurso de Freud firma-se como uma espécie de matriz epistemológica da AID, condição *sine qua non* desta estratégica de pensamento como um modo de enunciação em Psicologia. O discurso da psicanálise, nas implicações dos recortes que sofre, insistentemente “incomoda” os demais discursos que constituem a AID, sendo ele paulatinamente “incomodado” pelos mesmos.

Da pergunta sobre que fronteira com o pensamento de Freud assim se estabelece, uma resposta possível: parece estabelecer-se aqui, “finalmente”, uma *fronteira conceitual*. Reinventado, ganhando assim uma característica de método de pensamento (muito aquém e além de suas qualidades explicativas tal como delimitadas no discurso das origens), com o

conceito de transferência instituiu-se uma interface outra no modo de produção de conhecimento configurado pela AID. Esta, já “inaugurada” em 1995 como um discurso, ganha aqui contornos que, até os dias atuais, respondem pela enunciação dessa estratégia de pensamento.

A constituição dessa interface parece dar um nó no conjunto conceitual produzido por Guirado (discurso, análise, subjetividade, instituição, relação, poder, cena), demarcando – com contundência e precisão – o espaço de especificidade da ação do discurso dessa estratégia de pensamento. Nesse momento especial da constituição da AID como método e prática de saber, é possível considerar que se produz no discurso, por efeito e implicação, uma concepção específica de psicológico. Jogando com as palavras de Guirado a respeito da psicanálise de Freud (Guirado, 2010, p. 114), *a instituição da AID institui uma reinvenção do psicológico*. Isto, com Freud em assento cativo na tribuna.

3. Dimensões da interface

O levantamento acima feito procurou situar alguns dos principais movimentos históricos das interlocuções às quais o pensamento de Freud é submetido no discurso de Guirado, cada qual produzindo, no acaso dessa produção e para o exercício da Psicologia como Análise Institucional do Discurso, regiões de fronteira possível entre a psicanálise e outras áreas do conhecimento. Embora diferentes, esses movimentos carregam as marcas da especificidade da estratégia de pensamento em questão e constituem, no limite da interface, condições da enunciação de uma Psicanálise da AID.

Neste momento de nosso texto, com muito cuidado, deixaremos de lado esse âmbito histórico de constituição discursiva. Ele foi crucial, e aquilo que dele construímos será a base estratégica para continuarmos a pensar, mas é importante agora mudar o matiz de nossa discussão para o âmbito mais geral da Análise Institucional do Discurso tal como ela é reconhecida e operada nos dias atuais.

Retornamos, destarte, ao texto derivado direto da tese de Livre-Docência de Guirado (2010): *A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade*. Como uma tese acadêmica, com a finalidade específica de argumentar a validade de um trabalho construído ao longo de toda uma carreira profissional, esse livro é a referência básica das demonstrações e justificativas da AID como área e modo de atuação em Psicologia. Se para ele retornamos guiados *pelo recorte de considerar as fronteiras que posicionam o pensamento de Freud nessa estratégia de pensamento*, esse retorno será feito já *munido de uma suposição derivada*

da reconstituição histórica que propusemos acima. Isto implica que não trataremos o texto de 2010 a partir de uma retomada dos movimentos de sua construção, e sim procuraremos fazê-lo operar como um amparo argumentativo da pertinência de nossa suposição.

Que suposição é essa? *A de que, de todas as interfaces que constituem a AID, a fronteira com a psicanálise de Freud é especialmente multifacetada, podendo ser pensada sob diferentes ângulos.* Como se fosse possível estudá-la a partir de perspectivas diversas, segundo seu efeito no interior daquela estratégia metodológica.

O primeiro ângulo pelo qual nos parece válido pensar essa fronteira está imediatamente reconhecível na reconstituição histórica que acima propusemos. Diz respeito ao estabelecimento de especificidades na instituição da AID *como modo de exercício da Psicologia.* É a demarcação do *âmbito* de ação de uma prática de saber que, por esse ângulo, estaria sendo posta em perspectiva.

Na interface com a sociologia³⁵, o pressuposto básico da singularidade figura como o ponto de tensão que não só produz um *objeto* abstrato da ação da AID (*as relações como imaginadas e percebidas por aqueles que as fazem*) como também produz o *objetivo* desta ação: descrever, nas e pelas relações, como o exercer de lugares instituídos dobra-se pelo movimento de singularidades (Guirado, 2010). Estas, historicamente constituídas pelo simples ato de viver diferentes relações e instituições. Pelo simples ato de vivê-las – a cada situação – de modos diferentes, ou diferentemente reeditados. Cenas da vida e do viver tal como possível a cada contexto concreto.

Notemos que, por esse ângulo, pensar a interface com o pensamento de Freud implica pensar a AID a partir da *delimitação de seu objeto institucional*:

Diante da reconhecida e decantada diversidade de psicologias que a história de nossa disciplina e profissão constituiu, torna-se necessário fazer um recorte intencional, uma escolha, para dizer de qual psicologia falamos. Em nosso caso, optamos por um recorte que a aproxima da psicanálise [...]. (Guirado, 2010, p. 48)

Essa aproximação, declarada na citação, se justifica por ser o saber psicanalítico aquele que traz para a cena *o fato psíquico e não o fato real.* É isso que, no âmbito do objeto institucional, circunscreveria relações *tal como imaginadas e percebidas pelos que as fazem e não propriamente as relações observáveis por quem trabalha com elas.*

³⁵ Mas também com a linguística de Maingueneau e com as ideia de Foucault, a bem do rigor.

Isso nos leva, necessariamente, à configuração do conceito descritivo (*sujeito-dobradiça*) que condensa esse jogo epistemológico de saberes em fronteira, tão estável quanto possível, ainda que instável por princípio ético. Um “guia” básico da estratégia descritiva do método:

Esse objeto institucional dá destaque às *relações*. Ora, de quais relações falamos? daquelas que fazemos vida a fora, com direito a pensar nas relações significativas, com as figuras parentais, desde o “berço do quarto” que, segundo Freud, são também o berço de toda subjetividade e vida social possível (Freud, 1921/1976). De um lado, segundo a psicanálise, supõe-se que essas relações sejam imaginarizadas por aqueles que as vivem, criando o universo do psíquico ou do psicológico. De outro, pode-se considerar que a família é uma instituição que se faz pela ação concreta de seus atores: pais, filhos e aproximados. Nesse caso, a história de vínculos de alguém se reedita, historicamente, na singularidade de sua organização e numa variação ou movimento de mudança inevitavelmente exigido, uma vez que as reedições se fazem, sempre na medida em que se ocupam lugares em outras instituições. Movimento, repetição, regularidade e singularidade: termos díspares, que de forma paradoxal, articulam-se para falarmos de um sujeito psíquico porque institucional (Guirado, 1987/2004) ou, de um matriciamento institucional do sujeito psíquico (Guirado, 1995/2006), ou ainda, da metáfora do sujeito-dobradiça [...]. (Guirado, 2010, p. 49, grifo da autora)

A citação desses trechos do livro de 2010 não foi feita sem interesses. Eles fazem referência à *maneira como* Guirado refere-se à herança freudiana nas fronteiras que sustentam seu modo de pensar. E vale a pena destacar, analiticamente, que *nesses trechos específicos* aquilo que se mostra pelo texto parece ser a idiosincrasia que faculta enunciar a AID no campo da Psicologia:

A insistência na singularidade historicamente constituída é o tributo conceitual à psicanálise. A regularidade e a repetição, a ideia de lugares gestores de expectativas em atos que recolocam o jogo de forças e os procedimentos institucionais, por sua vez, justificam o operador conceitual fronteiro a que nos referimos anteriormente. E, como se procurou demonstrar, não se trata de justaposição de explicações sobre um fato incontestado, observável e portador de uma verdade natural e óbvia que se queira no mínimo demonstrar. Trata-se, sim, da produção de um modo de explicar que permita, ele também, um trânsito pontual de uma sociologia, uma linguística, e uma filosofia, para que com ele se opere, se produza, um modo de fazer psicologia. (Guirado, 2010, p. 50)

Esperamos que tenha sido minimamente pertinente destacar a particularidade de pensar a AID da perspectiva dessa dimensão da fronteira com as ideias de Freud. Se nos for

permitida aqui mais uma instável proposição, é como se – sob esse ângulo – déssemos foco a uma espécie de *dimensão instituinte* da interface produzida com a psicanálise freudiana.

Um segundo ângulo possível para se pensar essa fronteira, também reconhecível no percurso histórico que acima dispusemos, seria relativo ao próprio *exercício* da AID como estratégia de pensamento. A interface com a psicanálise não apenas participa da composição institucional do campo e de seus limites, demarcação de seu *âmbito* de ação: ela também tem posição ativa na configuração de sua *ação*!

Esse escopo conceitual da fronteira – representado, sobretudo, pelo trabalho com o conceito de transferência e sua re-elaboração – mune o modo de pensar exigido para exercício da AID, dispondo o método de análise no diapasão de uma atenção básica aos efeitos de “desencontro” das/nas relações. É isso que, no momento da análise, instrumentaria a descrição da subjetividade produzida no discurso de modo a apontar para o rebote da singularidade no matriciamento institucional das relações que cada contexto dispõe.

Guirado (2010) estende esse aspecto da interface com a psicanálise de Freud para a *noção de construção* deste último, no Capítulo V de seu livro. Desenvolvendo uma análise de textos clínicos e técnicos do discurso das origens pela pergunta “como Freud analisa?”, Guirado mostra (2010, pp. 159-186) elementos que permitiriam antever uma significativa diferença entre a interpretação e a construção como dispositivos de análise na clínica. O primeiro, como uma ação referida sempre a um arcabouço teórico explicativo reafirmado (e confirmado?) por ocasião de uma sessão; o segundo, como uma ação referida aos efeitos de sentido do jogo concreto de elaboração de imagens/cenas pela tensão dos saberes dos parceiros que fazem acontecer essa sessão. Por coerência às exigências epistemológicas que seu método impõe, ela situa na construção a condição de possibilidade de uma análise. Por quê? Pois ela colocaria em cena o discurso do analista, dispondo qualquer sentido possível pela sua implicação ao contexto – não como algo “profundo”, a ser desvelado e comunicado³⁶.

Ao tomar a interface sob esse ângulo, estamos num plano de discussão que se ocupa *da circunscrição de o que seria o próprio ato analítico*.

Tomemos, também de modo interessado, extratos do livro da pensadora:

Cabe ainda ressaltar que, do mesmo modo como discutimos no caso do conceito-dobradilha de sujeito, por esse tratamento com os termos de

³⁶ A brevidade com que tratamos esse aspecto da elaboração conceitual de Guirado deve ter causado estranheza. *Esse é um ponto central de nossa tese*, e a rapidez e imprecisão com que o tratamos só se justifica pois a ele voltaremos no próximo capítulo.

discursos outros, diferentes do da psicanálise, a transferência passa a ser pensada na superfície mesma da trama discursiva e isso, mais uma vez, se torna possível porque trabalhamos com a ideia de lugares institucionais de enunciação e de contexto concreto para a subjetivação e a produção de sentidos. Mais para bloco mágico do que para teoria das pulsões. Mais para análise genealógica do que para hermenêutica. E os sentidos se constituem na rede mesma discursiva, no contexto concreto da interlocução muito especial da cenografia clínica. (Guirado, 2010, p. 142)

O texto *Construções em análise* (1937/1976), escrito 25 anos mais tarde, sacramenta tal modo de operar analiticamente. O Freud das construções abre as interpretações para os horizontes que, por posição, indica escapar das determinações excessivas dos pressupostos teórico-imaginários do analista. Abra as interpretações para o âmbito das indeterminações. (Guirado, 2010, pp. 175-176)

Por tudo o que se disse até aqui, dirigimos os argumentos para a diferenciação entre análise e interpretação. O diferenciador é a consideração do contexto para a produção do sentido. No plano conceitual, o contexto, pela ideia de perlocução de Austin, não se põe como o ambiente imediato, observável e exterior às pessoas e grupos, numa relação parte-extra-parte, e sim, como a condição de enunciação, constituinte de qualquer ato de fala, que responde pela geração de sentimentos, conflitos e expectativas nos interlocutores. (Guirado, 2010, p. 184)

Sob essa perspectiva, tratamos da AID em sua fronteira com o discurso freudiano a partir de uma dimensão que, colocando o contexto de enunciação como condição da construção de sentidos, põe em cena a concepção de ato analítico pela qual se institui e se configura o próprio exercício da AID como prática de produção de saber.

Propomos, portanto, pensar que – a partir desse ângulo pontual e dessa perspectiva específica – estamos dando foco a uma espécie de *dimensão analítica* da interface imposta pela AID à psicanálise freudiana.

Parece haver, entretanto, mais um ângulo de possibilidade para pensarmos essa fronteira. *Relativo às condições de tomar o âmbito teórico do pensamento freudiano como um disparador descritivo*. Isto, para falar de subjetividade, por confronto e tensão.

Não entramos nesse aspecto durante nosso levantamento histórico, e *nem poderíamos*: essa dimensão da fronteira com a psicanálise parece, na história da produção do discurso da autora, relacionar-se ao âmbito do exercício de docência (no IPUSP) e de coordenação de grupos de estudos por parte de Guirado, sendo que é apenas em 2010, no Capítulo IV de seu livro, que a autora como que “formaliza” todos esses anos de estudo e ensino no escopo da produção de sua tese:

Com essa disposição, lançamo-nos a apresentar uma organização particular do texto de Freud, nascida de mais de trinta anos de estudo de sua obra; igualmente, uma tarefa em andamento.

[...]

Cabe mais uma ressalva: no que fazemos seguir, não está uma nova ou uma outra (dentre as muitas que se afirmam como tal) “leitura” de Freud. Está, sim, um estudo de algumas de suas obras, partindo de um recorte e visando a instrumentá-lo, para operar com ele dentro e fora do âmbito estritamente psicanalítico. (Guirado, 2010, p. 114)

Esse é, sem dúvida, *o ponto de maior tensão da interface estabelecida com o pensamento freudiano*, tal como a própria autora o declara (Guirado, 2010, p. 113). Em grande medida, responde a duas perguntas caras àqueles que se aventuram a operar com a estratégia de pensamento de que tratamos. A primeira, já respondida, mas nem por isso menos presente: porque, ao trabalhar nas interfaces que constituem a AID, é necessário se afastar da metapsicologia freudiana? A segunda: o que, desse mesmo escopo metapsicológico do discurso do criador, é passível de ser repensado e retorcido nas fronteiras da AID, para funcionar não mais como uma verdade psicanalítica sobre uma suporta interioridade psíquica e sim como um disparador descritivo da subjetividade tal como ela é entendida por nós, efeito discursivo da implicação instituição-singularidade?

Muito provavelmente não foi sem intenção que a autora desenvolveu essa discussão em sua tese. Condensada num capítulo específico sobre Freud (Guirado, 2010, pp. 113-127), apresentado “nos calcanhares” de capítulos específicos sobre Foucault e Maingueneau, essa discussão infiltra-se em sua tese como mais um movimento de elaboração conceitual que parece dar subsídios complementares para sustentar a AID como uma analítica da subjetividade. Mais que isso: parece também *proliferar os efeitos da interlocução com o discurso freudiano e estender os limites e as condições de interface com esse saber...* Pela diferença, uma conversa possível.

Nesse sentido, tratar a interface com a psicanálise sob esse ângulo é tocar nos limites do confronto, indo de acasos e aberturas de um discurso teórico-substancial a índices descritivos indeterminados. Bases que firmam uma estratégia para pensar a subjetividade, não saberes que já a definem no horizonte do trabalho analítico. É como se déssemos foco, assim, a uma espécie de *dimensão de trânsito* da interface. Isto, porque demarca as condições de um “movimento de trânsito” para dentro e fora do discurso psicanalítico, sustentado numa resistência ativa à vontade de verdade que silenciosamente alicerça este último.

Antes de prosseguirmos, é necessário chamar a atenção do leitor para um ponto fundamental. Quando propomos pensar a interface com a psicanálise a partir de três ângulos

diversos, *o que colocamos em jogo são apenas direcionamentos específicos do nosso olhar*. Como se escolhêssemos dar destaque a aspectos diferentes, como se colocássemos em perspectiva regiões do discurso diversas. *É simplesmente uma questão de ponto de ataque*. Não está sugerida aqui uma separação constitutiva, como se houvesse “três” fronteiras diferentes; de jeito nenhum queremos que se produza esse equívoco. Essas dimensões necessariamente se implicam. E foram por nós propostas apenas como vetores analíticos possíveis que permitem, como organizadores, pensar de modos específicos esse âmbito conceitual da AID.

No capítulo seguinte, discutiremos mais extensivamente a *dimensão de trânsito* da interface, já que dela pouco tratamos. Com essa discussão, apoiada em elementos do levantamento histórico-descritivo que produzimos no presente capítulo, teremos condições de construir um recorte analítico que permitirá que passemos do primeiro movimento de nossa pesquisa para o segundo.

Um pequeno passo dado na construção de nossa tese. Sigamos para o próximo.

CAPÍTULO II

Das aberturas no dispositivo teórico de Freud:

Tensão, confronto, fronteira

No presente capítulo, trataremos daquilo que nomeamos de *dimensão de trânsito* da interface estabelecida pela AID com a psicanálise de Freud. Sob essa perspectiva estamos dando foco às condições de se pensar a subjetividade nos termos descritivos da AID a partir de aberturas no discurso teórico freudiano que facultam um trânsito entre esse campo do conhecimento e os demais que constituem aquela estratégia de pensamento.

Para tal, seguiremos a linha argumentativa com a qual encerramos o capítulo anterior, tomando a AID tal como ela é reconhecida atualmente.

Tendo já justificado sua escolha, será pelo *Capítulo IV* do livro de Guirado (2010, pp. 113-127) que começaremos nossa discussão. Esse é um ponto nodal de nossa tese, uma referência básica da qual partimos e para a qual visamos com nossas análises e demonstrações. Descreveremos detalhada e analiticamente as ideias apresentadas nessas poucas páginas, atentos ao contexto no qual foram dispostas. Isto, de maneira a mostrar como Guirado constrói um recorte do discurso de Freud pelos seus índices de indeterminação (e não pelas suas regras internas de produção de verdade), colocando esse discurso num espaço de interlocução e interface possível com o modo de produção de conhecimento em AID.

Esse trabalho talvez fosse suficiente para que prosseguíssemos. Entretanto, parece-nos importante subsidiar nossos argumentos com outras duas discussões. E a primeira delas, dando como que “um passo para trás”, refere-se a certa contextualização da produção dessas ideias de Guirado.

Embora escritas e formalizadas apenas em sua tese de Livre-Docência, mais de vinte anos *de trabalho docente e de orientação de grupos de estudo* assomam sobre esse livro de 2010. Mesmo que tenhamos indicado, desde o começo de nosso texto, que a AID se constitui e se desenvolve a partir do trabalho concreto da pensadora, cotidianamente, até o final de nosso capítulo I tratamos *exclusivamente* das produções escritas de Guirado. Uma priorização inegável do *discurso escrito*, que mostra seus efeitos justamente nesse ponto de nossa discussão como uma incômoda lacuna em nossos argumentos. Caberia, então, suspender temporariamente essa priorização, tomando em análise algum ponto específico do *discurso oral* de Guirado relativo ao exercício concreto da docência? Nossa resposta é sim, necessariamente. Principalmente nesse momento de nossa escritura.

É um risco, sem dúvida, mas se nos propomos a pensar sobre a Psicanálise da Análise Institucional do Discurso e as fronteiras aí estabelecidas, não podemos nos furtar ao trabalho de tomar tais fronteiras nos limites do acaso de sua produção, devolvendo também ao discurso de Guirado seu caráter de acontecimento. E, por hipótese nossa, nenhuma das interfaces estabelecidas pelas AID com as outras áreas do conhecimento é tão fortemente marcada pelo discurso oral da docência como aquela estabelecida com a psicanálise de Freud.

Arriscaremos-nos, assim, a habitar outro terreno do discurso de Guirado, saindo momentaneamente do universo de textos escritos e tomando como alvo de discussão falas orais. Mas não faremos isso sem cuidado: por uma escolha calculada, trabalharemos um fragmento específico de seu discurso, concernente à sua prática de docência na disciplina *Psicologia do Desenvolvimento II*, por ela ministrada no IPUSP desde 1991³⁷. Essa escolha se deve não só ao fato de que tivemos o privilégio de acompanhar esse curso em algumas ocasiões (como aluno, como monitor, como estagiário), como também ao fato de que tal docência acompanha, como uma sombra insistente, desde a década de 1990 até os dias de hoje, a produção discursiva desse aspecto das fronteiras da AID com o saber freudiano.

A segunda discussão, ao contrário, seria uma espécie de “passo para frente”, na medida em que se refere aos prosseguimentos mais atuais dessas ideias de Guirado em sua produção escrita. Nosso interesse é discutir seu artigo *Clínica e Transferência na sombra do discurso: uma analítica da subjetividade* (Guirado, 2015). Voltado à clínica, nesse texto encontramos o mais recente escopo de considerações da autora que tocam nas questões que por ora nos interessam. Nesse caso, mais uma vez o leitor terá em mãos um conjunto de

³⁷ Essa disciplina é precisamente aquela à qual nos referimos no item 2 de nossa Introdução.

comentários que tentam ser analíticos, subsidiários dos apontamentos referentes ao *Capítulo IV* do livro de 2010 e daqueles relativos ao curso *Psicologia do Desenvolvimento II*.

Apoiados em todo esse estudo, teremos enfim condição de pontuar interessadamente algumas hipóteses de Guirado como aquelas que servirão de base para o prosseguimento desta tese, hipóteses essas que nos facultarão circunscrever com precisão e propriedade que textos de Freud submeteremos a análises. Fechando assim um recorte analítico, teremos marcado a conclusão do primeiro movimento de nossa pesquisa e delimitado o seu segundo.

1. Uma reorganização possível do discurso freudiano

Como o dissemos, o trabalho de Guirado de 2010 representa o grande esforço argumentativo e demonstrativo da Análise Institucional do Discurso. Da possibilidade de trabalhar com uma psicologia – aproximada da psicanálise (Freud) – na fronteira com outras áreas do conhecimento, específicas. Mas, acima de tudo, trata-se de uma tese acadêmica de livre-docência: um esforço de sistematização do trabalho de uma vida, cujo objetivo foi defender a viabilidade de a AID facultar uma determinada analítica da subjetividade como exercício da psicologia.

Isso, já sabíamos; batemos nessa “tecla” exaustivamente. Nosso interesse, neste item, é mergulhar no quarto capítulo desse livro (Guirado, 2010, pp. 113-127). Entretanto, para que isso seja possível, é necessário *antes* situar minimamente sua posição relativa no escopo geral do trabalho da autora, para que não o tomemos à revelia do contexto enunciativo de sua produção. De que maneira o *Capítulo IV*, dedicado exclusivamente a uma apresentação muito particular de textos de Freud, entretece-se no enredo de construção dessa tese? Evitando repetições, tentemos explorar brevemente essa questão.

Pintando – na *Introdução* – o quadro dos acasos da constituição de seu discurso e delimitando o caminho “livre-docente” pelo qual tentará justificar e demonstrar sua proposta (Guirado, 2010, pp. 27-36), a autora apresenta todos os elementos centrais de sua tese já nas primeiras páginas de seu trabalho, no *Capítulo I* (pp. 37-55). O leitor, de partida, é posicionado nos contornos da especificidade do modo de produção de saber em AID: exercício da psicologia como instituição, pensada pela sua consideração nos limites de fronteiras pontuais estabelecidas com outras áreas do conhecimento a partir de recortes historicamente produzidos, cujo produto constitui um campo conceitual mínimo que tece uma estratégica metodológica de pensar a atuação profissional concreta.

A força da fronteira com a sociologia de Albuquerque é deixada visível desde os primeiros movimentos argumentativos, tal como a das interfaces impostas ao pensamento de Foucault e de Maingueneau. Da fronteira com a psicanálise de Freud, como vimos, ganha primeiramente destaque o lugar que ocupa na instituição da estratégia de pensamento em questão (desde a construção de seu objeto institucional até a do conceito de sujeito-dobradilha) e na delimitação de sua ação (com o redesenho da noção de transferência).

Se a AID, nessas páginas iniciais, é assim mostrada *nas e pelas fronteiras* que a constituem, Guirado segue seu trabalho de maneira a demonstrar a viabilidade destas *diretamente nos discursos que as delineiam*: Foucault, Maingueneau, Freud.

No *Capítulo II*, sobe ao palco o discurso foucautiano (Guirado, 2010, pp. 57-92), tratado a partir da particularidade de um foco nos elementos metodológicos de suas proposições, um desenho de seus trabalhos que condiciona a possibilidade do recorte tal qual a autora defende. Este ser o autor pelo qual ela começa não parece coincidência, como as discussões em nossa Introdução e no capítulo anterior tentam deixar notável. Já no *Capítulo III*, é Maingueneau que recebe atenção (pp. 93-111), esforço de justificar um recorte que permita tomar pela pragmática noções como as de enunciação e contexto quando do entendimento das condições de uma análise. Sobre este autor, também, esperamos que seu lugar na AID tenha sido minimamente esclarecido pelas palavras até aqui colocadas.

Dando um pequeno pulo, encontramos no *Capítulo V* do livro (Guirado, 2010, pp. 129-213) o núcleo da tese e dos argumentos da autora. Apoiada nas demonstrações até ali construídas, ela parte para a efetiva defesa da estratégia de pensamento da Análise Institucional do Discurso. Recolocando a fronteira com a sociologia de Albuquerque no centro distintivo da proposta, retomando as especificidades conceituais de cada trabalho fronteiro, reafirmando no rigor de cada recorte produzido em interface o espaço de possibilidade de uma maneira de pensar. Da interlocução com Freud, voltamos às torções impostas ao conceito de transferência, seguida de perto pelo redesenho da noção de construção em relação ao que se entende por análise (pp. 141-177). Tudo isso, como que subsidiando suas exemplificações concretas (pp. 186-213) desse modo de exercer a Psicologia, na clínica, em instituições sociais, na pesquisa, em supervisões.

Muito bem: no modo pelo qual a autora constrói a defesa de sua tese, tentamos situar o caminho argumentativo que *precede* e o que *suced*e aquilo que nos interessa mais nesse momento, o *Capítulo IV* (Guirado, 2010, pp 113-127). A partir disso, é possível notar como tal capítulo está situado num contexto de escritura específico, *que coloca as áreas do*

conhecimento que constituem a AID em cena. Âmbito discursivo que se ocupa de demonstrar a construção de recortes conceituais que sustentem a tensão das interfaces propostas.

Se não é coincidência o fato de a autora começar pelo discurso de Foucault, muito provavelmente também *não é sem intenção o fato de ela tomar o discurso freudiano por último*, imediatamente antes de entrar com efeito nos miúdos de sua tese. Por quê? Pois, ao mesmo tempo em que a construção da fronteira conceitual com a psicanálise de Freud apenas configura-se como tal após³⁸ certo assentamento das interfaces estabelecidas com Foucault e Maingueneau, é precisamente essa fronteira que permite devolver ao discurso da AID sua preocupação mais cara: *a singularidade*.

As palavras da autora que iniciam o quarto capítulo do livro parecem, de algum modo, corroborar essas afirmações:

Este capítulo é o lugar reservado a uma delicada tarefa: a de abrir a reinscrição da análise institucional do discurso no âmbito da psicanálise, depois de um necessário *détour*, de um distanciamento inevitável, para se pensar com outros âmbitos do saber.

Creio que este é um dos pontos de maior tensão, pois é difícil prever se, em algum momento, será possível achar uma posição minimamente confortável para afirmar que o que se faz pode ser considerado psicanalítico. A tensão deve-se, ainda, ao fato de, sob qualquer hipótese, visarmos a abandonar o campo da psicologia para seguirmos rumo à filosofia, à sociologia ou à linguística, especificamente. Ninguém ou nada, além de nossos propósitos, nos exige a demonstração de que é viável fazer uma psicologia aproximada da psicanálise a partir da estratégia de pensamento que a análise institucional do discurso implica. (Guirado, 2010, p. 113, grifo da autora)

Dar destaque a isso pode parecer uma sutil repetição de aspectos do que já discutimos anteriormente neste trabalho. É curioso notar, contudo, que a escritura desse capítulo ganha um peso singular se se considerar a história da produção do discurso da autora. Embora o rigor da interlocução que a AID estabelece com o discurso freudiano demarque historicamente sua legitimidade, tal como é possível verificar nos *Capítulos I e V* desse livro de 2010 (reflexo direto dos trabalhos da autora de 1995 e 2000), *a ocasião de escrever uma tese de Livre-Docência parece oferecer um novo espaço de possibilidades para se pensar essa interlocução*. Com direito a produzir uma nova in-tensão na interface já estabelecida com o discurso de Freud:

³⁸ Embora presente, como uma fronteira de ancoragem, desde os primórdios da constituição e instituição da AID.

Tal tensão apenas se intensifica, ainda mais, quando algum interessado nas questões que discutimos pergunta a respeito de ‘onde está a psicanálise nisso tudo’. Confesso que o efeito dessa interpelação é de aflição e desânimo, ao mesmo tempo. Como se tivéssemos que começar a explicar tudo de novo, com a sensação de que a resposta será necessariamente inconclusiva.

A possibilidade de escrever como quem pode construir os argumentos de uma tese que é, no mesmo ato, uma aventura do pensamento, devolve a tranquilidade e sustenta o prazer de continuar buscando explorar, no limite, um recorte, um método, uma estratégia. E que se chegue onde se puder: ter-se-á aberto, nesse movimento, um novo campo de expectativas e (por que, não?) um campo de novas tensões.

Com essa disposição, lançamo-nos a apresentar uma organização particular do texto de Freud, nascida de mais de trinta anos de estudos de sua obra; igualmente, uma tarefa em andamento. (Guirado, 2010, pp. 113-114)

Aonde queremos chegar com esta cautelosa apresentação, extremamente específica, do *Capítulo IV* do livro de 2010?

O trabalho fronteiro com noções como as de *relação*, de *fato psíquico*, de *singularidade*, de *transferência*, de *análise* – que delimita a constituição da interface da AID com a psicanálise freudiana (desde uma fronteira de ancoragem até uma fronteira conceitual), que pode ser rastreado no discurso de Guirado desde a década de 1980, que é reconhecível nos *Capítulos I e V* desse livro de 2010 –, *todo esse trabalho sustenta-se no rigor de uma exigência epistemológica*: afastar-se do âmbito mais “substancialista” do discurso de Freud, afastar-se do escopo intelectual desse autor que supõe e impõe a consideração de um universo psíquico “interior”, afastar-se da necessidade de operar com algumas regras de enunciação desse discurso (inconsciente, pulsão, aparelho psíquico etc.). De uma maneira mais direta: *afastar-se da metapsicologia*.

A produção de uma tese de Livre-Docência, entretanto, parece convidar o discurso de Guirado a proliferar-se, *como que a desafiando* – numa defesa da Análise Institucional do Discurso como uma analítica da subjetividade – *a “ensinar livremente” um certo modo de entender Freud*³⁹, suportada por uma história docente entrelaçada com uma prática profissional.

Todo esse preâmbulo para dizer o seguinte: encontraremos nesse *Capítulo IV* (Guirado, 2010, pp. 113-127), *na contramão das expectativas*, uma discussão do escopo metapsicológico do trabalho freudiano, mesmo que a AID dele se afaste! Uma discussão que não é inócua ou arbitrária, mas que – por um preciso estudo de alguns textos da

³⁹ É digno de nota, nesse sentido, o fato de a autora *não utilizar citações diretas* do discurso freudiano nesse capítulo de sua tese, recorrendo exclusivamente a referências indiretas, extremamente rigorosas, que se apóiam numa história de estudo específica.

metapsicologia de Freud, sempre pelas aberturas em seu discurso e pelo recorte das exigências de pensar uma analítica da subjetividade pela AID – permite à autora travar uma “interlocução com os temas e as circunstâncias mais caras à metapsicologia, mas sem que se submeta a ela! Muito pelo contrário: tudo isso, para que se possa justificar, por exigências conceituais e metodológicas, o afastamento que se faz em relação a ela” (Silva, 2015, p. 154).

E aqui complementamos: para que se possa justificar, por exigências conceituais e metodológicas, um jeito de pensar com alguns pontos abertos da metapsicologia *algo diferente daquilo que originalmente ela permitia pensar*. Este é o ponto no qual queríamos chegar.

Feitos esses apontamentos iniciais⁴⁰, partamos enfim para aquilo a que nos propusemos: discutir essas quinze páginas dedicadas ao discurso de Freud (Guirado, 2010, pp. 113-127). Não pretendemos esgotá-las, de maneira alguma e pelo contrário; o que se segue é uma maneira muito específica de discuti-las, relacionada ao escopo do presente trabalho. No acompanhamento dessas poucas páginas, procuraremos direcionar a atenção do leitor para *a maneira pela qual* a autora configura um recorte do trabalho freudiano, para *os caminhos pelos quais* ela inusitadamente segue e para *as pistas que ela oferece* referentes a algumas regiões do discurso de Freud abertas ao acaso da *proposição de um modo diferente de pensar a subjetividade*.

Se o título do capítulo por si só já declara uma maneira de se aproximar do trabalho freudiano – *Freud: um discurso aberto* –, o título do primeiro item declara também as características de um modo de analisá-lo: *A psicanálise e a invenção do psicológico*. Guirado (2010, pp. 114-116) discute como, na esteira de sua instituição como discurso e prática de saber, a psicanálise freudiana teria produzido uma concepção de psicológico específica que – efeito do esforço intelectual de um profissional/autor que pensa seus atendimentos clínicos⁴¹ – configura-se na teia de ideias e termos como sexualidade, conflito, repressão, inconsciente, energia, pulsão, infantil etc..

No rebote dessas considerações, a autora mostra a maneira pela qual o texto *A interpretação dos sonhos* (Freud, 1900/1969) como que delimita um novo campo enunciativo com regras particulares de produção de saberes e verdades, campo esse que se prolifera

⁴⁰ E tendo em mente as palavras de Guirado por nós citadas no final do capítulo anterior: “Cabe mais uma ressalva: no que fazemos seguir, não está uma nova ou uma outra (dentre as muitas que se afirmam como tal) “leitura” de Freud. Está, sim, um estudo de algumas de suas obras, partindo de um recorte e visando a instrumentá-lo, para operar com ele dentro e fora do âmbito estritamente psicanalítico.” (Guirado, 2010, p. 114).

⁴¹ Desde os casos de neurastenia e neurose de angústia, entendidos pela sua etiologia fisiológica, até os casos propriamente psicológicos das psiconeuroses, sobretudo a histeria.

durante as primeiras décadas do século XX no jogo produtivo das relações de poder que permeavam a prática clínica e o exercício intelectual de Freud:

Com a radicalidade típica dos que se aventuram a pensar e escrever sem que o ponto de chegada seja certo, mas que demonstram exemplar rigor de argumentação, em 1900, Freud dispara o livro *A interpretação dos sonhos* (Freud, 1900/1976). Nele, a hipótese básica é a de que os sonhos tem sentido/significado, diferentemente do que se afirma pela medicina e até certo ponto pela filosofia, e este significado está plasmado na história de cada sonhador. Uma história de sentidos inconscientes, que, por efeito da repressão, desloca e condensa conteúdos nas imagens que são sua forma privilegiada de apresentação. Numa codificação que segue certas regras, o conteúdo onírico expresso revela/esconde suas razões e motivos. Todos referidos de algum modo às experiências sexuais infantis, de tal forma que Freud diz que o sonho é sempre uma realização de desejo; mesmo aqueles que, à superfície dos sentimentos que despertam, causam angústia e sensações desagradáveis pelo resto do dia. Assim, o sonho coloca-se à análise e esta segue o caminho inverso ao de sua produção: o de decodificação por fragmentação das imagens/textos, e de associações livres a cada trecho destacado.

Há suposições, aqui, que acabam por configurar todo o dispositivo teórico psicanalítico. Sem pretender esgotá-las, assinalemos as que consideramos de primeira ordem: (a) um aparelho psíquico constituído em três dimensões (inconsciente, pré-consciente, consciente); (b) a determinação inconsciente da vida psíquica; (c) a pulsão sexual/libido como a energia responsável por toda ação possível; (d) as representações como sua ponta-de-lança e selo das ligações com o mundo.

Ora, a psicanálise fundada nesse momento é aquela das representações, em última instância. Sua condição de possibilidade é a pulsão sexual. Seu funcionamento é um intrincado processo de investimentos (catexias) libidinais, frustrações, retornos ao ego e repressões, continuamente forjadas pelo intercâmbio do sujeito consigo e com o mundo externo. A ideia de conflito é de especial importância, pois estes processos forçariam limites ao funcionamento pelo princípio do prazer e aberturas ao princípio da realidade, o que implicaria, antes de tudo o movimento pulsão/repressão. (Guirado, 2010, pp. 115-116)

É curioso notar como, no discurso de Guirado, a apresentação da psicanálise de Freud é feita dando-se foco ao fato de ela *constituir um discurso sobre o psicológico*. As proposições do criador da psicanálise, sem que lhes sejam negados seus valores, são colocadas no lugar de acontecimentos discursivos cujo efeito é a instituição de um novo modo de dizer e fazer... *psicologia*.

É em torno dessa visada que o recorte da autora revolve, colocando em cena – não sem intenção – o texto freudiano de 1900. Este trabalho recebe, assim, um contorno específico na argumentação da autora, e é isso que nos parece o mais interessante: aparentemente pouco

preocupada com as teorizações mais densas sobre o aparelho psíquico e sua dinâmica⁴², Guirado privilegia no discurso de Freud *a constituição de um modo de produção de saber sustentado na noção de representação* (colocada, no discurso original, como uma ponte entre a ação da pulsão sexual e a relação com o mundo). Dos sonhos aos sintomas, do exercício da clínica ao ato de pensar e escrever, aquilo que ganha materialidade discursiva é *um psicológico da representação de si*, tangível na ação direta do dizer de si pela mobilidade daquilo que tão estranhamente se mostraria como inconsciente, ao lado da consciência, no cenário clínico.

Nessa sutil apresentação, a autora parece colocar em aberto a possibilidade de pensar com Freud, aquém e além de seu aparato teórico, sem negá-lo, *um “dizer do psiquismo” pelos intrincados jogos de representação da história de um determinado alguém*, no fio da navalha dos “deslocamentos e condensações” que delimitam a condição de um reconhecer-se e, por que não, desconhecer-se. Um jeito de pensar que opera no limite entre muitos supostos da psicanálise e a noção de produção de subjetividade facultada pela AID. Eis aqui um tenso ponto de trânsito para o pensamento, primeiro de muitos abertos.

Não deve ser acidental o fato de, após situado esse contexto teórico de firmamento das primeiras regras de enunciação da psicanálise, Guirado prosseguir sua apresentação (Guirado, 2010, pp. 116-119) trazendo para a discussão o texto *Introdução ao Narcisismo* (Freud, 1914/2010). É como se, em sua análise do discurso freudiano, o recorte da autora caminhasse da produção de *um psicológico como representação* (entre o consciente e o inconsciente) à produção de *um psiquismo como constituído por relações* (suporte básico da produção imagética de um si). Demos um passo maior que a perna, provavelmente; vejamos como isso se mostra no texto da autora.

Apontando para as tensões que marcaram o momento histórico da produção desse texto de 1914 – primeiras dissidências internas da instituição psicanalítica –, Guirado destaca nessa introdução de Freud ao conceito de narcisismo o modo como o autor abre seu discurso ao acaso da proposição de um saber até certo ponto “fora” do escopo estrito das verdades psicanalíticas. Ela mostra, na escritura de Freud, a maneira pela qual o narcisismo pode ser pensado como a condição de constituição de toda e qualquer relação, colocando assim *o outro* como a referência básica para tratar da constituição do *eu* (Guirado, 2010, p. 117). Mais que isso, diz a autora (p. 117): no ato mesmo de criar o conceito de narcisismo para não alterar sua

⁴² Movimento esse que parece muito diverso daquele seguido por muitos psicanalistas que produzem do interior do discurso psicanalítico, em que é dado grande foco ao famoso capítulo VII do texto (Freud, 1900/1969), ocasião das primeiras inflexões na edificação da metapsicologia.

teoria das pulsões (numa interlocução direta com Jung e Adler), o psicanalista teria criado a condição de, para além dessa última (pulsões sexuais e de autoconservação), pensarmos *outra*. Uma na qual a substância da pulsão pode sair de foco, dando-se acento para os movimentos da pulsão entre o eu e o objeto. *Para os movimentos da relação*.

Ainda sustentada na noção de representação, a psicanálise de Freud apresenta, com esse texto e no avesso do que talvez se esperasse (inclusive pelo próprio criador), *um ganho conceitual inusitado*. Como demonstra Guirado (2010, pp. 118-119), a vetorização das forças pulsionais permitiria que se falasse do psiquismo sem necessariamente substancializá-lo, tomando a noção de relação como suporte básico para pensar tanto a constituição do eu no início da vida (narcisismo primário) quanto a criação de uma censura ao eu real no decorrer do desenvolvimento (preservação do narcisismo, pela ação da repressão, em imagens e representações das relações concretas).

Discutimos um pouco apressadamente esse ponto do texto de Guirado porque já o trabalhamos, com mais afinco, em outro lugar (Silva, 2015, pp. 40-44, pp. 53-139, pp. 142-155). Entretanto, foi importante retomá-lo aqui para que se mantivesse a coesão dos argumentos que tentamos no momento construir, numa atenção ao modo pelo qual Guirado direciona o recorte que faz do trabalho freudiano. É curioso notar, nesse sentido, como essa análise do texto sobre o narcisismo reafirma a condição de uma interlocução entre a AID e certo escopo metapsicológico do discurso de Freud, uma vez que coloca em cena a possibilidade de “*dizer do psiquismo*” *pelo movimento dos investimentos na relação com o outro e pela produção de imagens que marcam um reconhecimento de si*. Outro tenso ponto de trânsito para o pensamento.

O título do segundo item do capítulo – *Do inconsciente do sonho (e) de narciso à morte (do) inconsciente* – mostra, num jogo de palavras, o vetor pelo qual prossegue Guirado na construção de seu recorte:

[...] O pressuposto é que a psicanálise caminha do representável ao irrepresentável na compreensão da vida psíquica. E a trilha conceitual que sustenta tal percurso é a metapsicologia, sobretudo, a teoria das pulsões. Dito desta maneira, tudo parece possível, uma superfície conceitual sem arestas e sem oposições. No entanto, nem a Freud as coisas se passaram dessa maneira. Caso contrário, não teria escrito *Além do Princípio do Prazer* (FREUD, 1920/1976) como quem “pisa em ovos”. No texto em que postula a pulsão de morte, cerca-se de rigor e cuidado visíveis para ser suficientemente convincente, inclusive a si próprio, ao que tudo indica. Por que tudo isso? Porque certamente reconhecia os riscos de “pôr abaixo” o edifício psicanalítico construído por uma sólida experiência clínica e por longos textos a bico de pena. Todo ele fundado numa teoria da pulsão

sexual de investimentos em relações amorosas significativas, desde o início da vida. (Guirado, 2010, pp. 119-120)

Para justificar essas pressuposições, a autora resgata brevemente o caminho das produções teóricas de Freud a respeito das pulsões. Daquilo que se estabeleceu como um primeiro quadro conceitual de suas suposições (que separava pulsões sexuais e de autoconservação) ao que se assentou como um segundo (que opunha pulsões de vida e de morte). Entremos em alguns detalhes.

Guirado (2010, p. 120) discute como, no contexto teórico da primeira teoria das pulsões, a aposta freudiana para a compreensão do psiquismo sustenta-se na sexualidade como a condição da representação psíquica das relações entre o indivíduo e o mundo. Neste âmbito hipotético, a noção de complexo de Édipo firmou-se como um organizador privilegiado desse universo psíquico de mecanismos e imagens que, dos primeiros investimentos eróticos e movimentos de identificação à constituição do superego, desenham a vida mental tal como é possível apreendê-la, segundo Freud⁴³.

Todo esse modo de produção de conhecimento, segundo a autora (Guirado, 2010, pp. 120-121), flerta com a falência no momento em que seu próprio criador postula a existência de uma força pulsional primária, sem representação possível, que agiria no interior do organismo, sem direção para o mundo exterior, levando-o à morte. Longe da condição de constituição de representações – conscientes ou inconscientes –, o que restaria da prática clínica?

A autora destaca, então, a maneira pela qual o discurso psicanalítico, como prática de saber, é “salvo” pelo seu criador (Guirado, 2010, p. 121). Com a suposição da ação mesclada das forças pulsionais, a vida psíquica seria preservada pela previsão (metapsicológica, sem dúvida) de a pulsão de vida, no seu exercício e sua vetoração para fora do organismo, carrear consigo a pulsão de morte. Na mesma medida, aquilo que da pulsão de morte não fosse carreado para o exterior seria enlaçado à pulsão de vida, mantendo esta última no interior do organismo e impedindo a ação automática e destrutiva da primeira. Como Guirado destaca do texto freudiano, é a vida que atrapalha a morte, como uma “tensão constante a impedir a realização de um caminho automático para a morte” (Guirado, 2010, p. 121).

Nesse jogo argumentativo de hipóteses, ao irrepresentável é condicionada uma base representativa mínima, tanto no movimento da destruição para o mundo exterior quanto no assentamento de um sentido mínimo para a auto-destruição: novas explicações para o sadismo

⁴³ Isto, em consideração da gradação que levaria do desenvolvimento normal à patologia.

e o masoquismo, respectivamente. Os textos *O problema econômico do masoquismo* (Freud, 1924/2011) e *O mal-estar na civilização* (Freud, 1930/2010) vêm assentar, no plano do discurso teórico da psicanálise e já no interior da segunda tópica do aparelho psíquico (id, ego, superego), essa “nova” noção de psiquismo na qual sua marca é a mescla das pulsões, no limite entre vida e morte, amor e destruição, representável e irrepresentável:

O sujeito psicanalítico, aquele que o discurso teórico da psicanálise formula, é o da mescla das pulsões de vida e de morte que, no limite da autodestruição, se salva pela capacidade de amar e se ligar aos objetos, seja qual for a qualidade dessa ligação.

É assim que Freud marca o traçado da morte na vida psíquica. E uma vez mais, o criador sustenta, no discurso da teoria e da metapsicologia bem como no exercício argumentativo de coerência interna ímpar, sua criatura. Mesmo que, ao final do minado texto *Além do Princípio do Prazer* (FREUD, 1920/1976), tenha afirmado que o que escrevera não passava de especulações, como não passa de especulações, a metapsicologia. E seu discurso retoma sua preciosa indeterminação... (Guirado, 2010, pp. 121-122)

Para nossas intenções, é importante mostrar como, no discurso de Guirado, é dado foco às *implicações que o próprio ato de criar em tensões* (e não longe delas) *tem no plano lógico das bases que sustentam o pensamento teórico freudiano*. Para a autora, a psicanálise é, no mesmo movimento, colocada à beira de um precipício por uma hipótese e salva por outra. Nos seus efeitos, as próprias concepções de psiquismo e análise ganham novos contornos, dispondo a psicanálise no limite das possibilidades e das impossibilidades da mescla das pulsões.

Se é lançada luz, nesse modo de conduzir a discussão, a outro contexto enunciativo da produção de Freud marcado por uma tensão, aquela dos perigos que o seu próprio discurso produz no ato mesmo de se dizer, “desdizer”, “redizer”, é novamente iluminado o caráter de acontecimento do discurso, entrecruzamento entre o exercício argumentativo de um autor que sustenta coerentemente sua produção e as sombras das recorrentes indeterminações em seu dispositivo teórico. Nesse percurso, Guirado novamente devolve ao pensamento freudiano, mesmo nesse elemento tão “duro e substancialista” de sua obra, a condição de sua tensa interlocução com a AID, dispondo um “psiquismo” pelas *possibilidades e impossibilidades de representação da vida e do viver*.

Procurando relacionar todas essas mudanças no âmbito da produção de conhecimento com a prática que o sustenta em primeira e última instância – a clínica –, a autora leva-nos, no terceiro item do capítulo (Guirado, 2010, pp. 122-123), ao texto *Análise terminável e*

interminável (Freud, 1937/1969). Estrategicamente, nos parece, pois assim o faz para mostrar a mudança de lugar que a psicanálise, no decorrer de mais de quarenta anos de seu exercício, acaba tendo na própria expectativa de seu criador:

O texto *Análise terminável e interminável* (FREUD, 1937/1976) tece uma assentada re-visão da psicanálise, que contava com pouco mais de quarenta anos à época. Talvez, alguns tenham se decepcionado ao ler que Freud não deu garantias de imunização aos que fizessem análise; talvez tenham se sentido traídos por acreditarem fervorosamente nos efeitos dela, como fervoroso parecia Freud ao afirmar a cura da neurose obsessiva do *Homem dos Ratos* (FREUD, 1909/1976). Pode haver, ainda, quem coloque reticências na definição dos horizontes dessa prática: amansar as pulsões e fortalecer o ego; um modo excessivamente prosaico de falar em autoconhecimento... Pior: uma referência excessivamente direta às finalidades de cura e ao modelo médico da produção freudiana. (Guirado, 2010, p. 122)

Em questão, pois, para além das diretrizes que a instituição psicanalítica legitima em sua comunidade discursiva, está a possibilidade de pensar Freud a partir de *um contexto de enunciação*. Que delimita, na produção do saber, os horizontes possíveis.

No discurso de Guirado, não se pensará, necessariamente, o que é “a” análise, mas se tentará construir, num tenso e produtivo caminhar histórico, o que *pôde se configurar como análise para Freud*:

Cabe ressaltar que muito provavelmente, na contramão e em tempo mais recente, tenha se constituído um discurso “politicamente correto” a respeito da análise: não deveria ela admitir qualquer tipo de deslize autoritário, quer no que diz respeito à direção do desejo do paciente ou de sua conduta, quer no que diz respeito à inscrição da análise como tratamento de doença com vistas à cura (modelo médico). Ora, teria sido absolutamente fora de contexto Freud escrever dessa maneira. Ele era médico, a neurose foi, desde o início, considerada doença e, em que pesem suas considerações a respeito das fronteiras entre o normal e o patológico (algo só pode se constituir patológico se fez parte, algum dia, do desenvolvimento normal), não parecia, a não ser por motivos da teoria da técnica, que estivesse preocupado com as relações de poder analista-analisando, inaceitáveis à consciência contemporânea.

Uma leitura atenta mostra o quanto Freud pretendeu inserir a psicanálise no universo científico e o quanto, com a liberdade típica de uma autoria, empregou todos os termos e muniu-se de todas as atenções de um médico-psicanalista para escrever e, quiçá, para atender. (Guirado, 2010, pp. 122-123)

Tudo isso para, sem ranços de um desagrado purista, a autora afirmar (Guirado, 2010, p. 123) que Freud sustenta – pela legitimidade de quem cria um saber, até seus últimos

escritos e no movimento mesmo das tensões de suas próprias alterações na teoria – o caráter organizador do complexo de Édipo (e das angústias que essa cena promove na constituição do psiquismo) como o ponto privilegiado do tratamento analítico que, em suas últimas consequências, visaria ao amansamento das pulsões e ao fortalecimento do ego. É apontada, aqui, uma inegável coerência no discurso freudiano, se fizéssemos o caminho de volta, da metapsicologia das pulsões ao inconsciente como representante psíquico delas, foco das análises em sua clínica.

Parece-nos que o lugar dessa discussão sobre a clínica psicanalítica e a análise, no recorte que a autora apresenta da obra de Freud, é o de dar relevo *ao âmbito concreto de um contexto de enunciação que produz e que é produzido por uma prática de saber*, na ação contínua e cotidiana de uma instituição que “materializa” o discurso teórico. Dando às suposições de um psiquismo endógeno ares de uma convincente verdade⁴⁴, e isto sem que se neguem suas brechas, reinvenções, falhas etc..

Nessa trilha, a autora prossegue com sua organização (Guirado, 2010, p. 123). Falar da análise implica, no limite, falar da técnica (ou daquilo que se convencionou chamar de teoria da técnica). Falar daquilo que, no interior do discurso freudiano, sustenta a condição de a clínica psicanalítica configurar-se terapêutica. Este ponto é central para a AID, se o leitor se lembrar de nossas discussões no capítulo anterior desta tese. Em certa medida, a própria pensadora assim o declara em seu trabalho:

A questão de *como* a análise pode produzir alterações, em funções egóicas e no exercício das pulsões, implica pensar com textos freudianos voltados direta e indiretamente à técnica e/ou teoria da técnica na psicanálise. Esta é a vertente da obra freudiana com que trabalharemos, pelo recorte que fazemos para estudá-la e para demonstrar sua viabilidade como campo conceitual constituinte da análise institucional do discurso. Por isso, daremos destaque, a partir de agora, aos escritos técnicos de Freud. (Guirado, 2010, p. 123)

São essas as palavras que imediatamente antecedem o item quatro do capítulo, intitulado *Escritos técnicos: o discurso que marca a psicanálise como instituição* (Guirado, 2010, pp. 124-125), mais uma vez situando a especificidade do modo de produção da interlocução com o discurso de Freud que está em questão e em defesa.

Vejamos as palavras que iniciam esse item:

⁴⁴ Ver, por exemplo, na análise de Martins-Afonso (2015) do texto *O inconsciente* (Freud, 1915a/2010), as conclusões do pesquisador sobre o lugar da clínica psicanalítica na “confirmação da existência” do inconsciente na argumentação freudiana.

Se pensarmos a psicanálise como um saber/fazer, constituída em e por um contexto, num regime discursivo contemporâneo, faz sentido considerar aqueles escritos de Freud que, mais de perto, dizem das pautas de conduta recomendadas aos que se dedicam ao ofício: uma série de exigências para que se possa pertencer à comunidade discursiva dos analistas. (Guirado, 2010, p. 124)

Na produção de seu recorte, o foco da atenção da autora repousa em índices do discurso freudiano em que é mostrada *a maneira pela qual se entretence a produção do saber e a ação concreta profissional*, tessitura essa que demarca as tensões de um contexto histórico, teórico e institucional de proliferação e controle discursivos.

Não é à toa, pois, que Guirado (2010, p. 124) retoma aqui o cruzamento da escritura dos artigos técnicos de Freud, todos da década de 1910, com o momento das principais rachaduras na comunidade psicanalítica (Jung, principalmente). Escritos precedidos pelo texto *A dinâmica da transferência* (Freud, 1912/2010); produzidos em paralelo a um texto metapsicológico como o do narcisismo (Freud, 1914/2010); escritos esses que fazem recomendações a *médicos*, referentes ao *exercício* da psicanálise, à *condução de um tratamento* e aos *termos teóricos* que o guiam; todos eles, inclusive, tocando na questão de a *transferência* ser “condição de possibilidade da análise”, como destaca Guirado (p. 124).

Na retomada de todos esses entrecruzamentos, a autora assim tenta demonstrar:

- 1- Um movimento de normatização da psicanálise, num contexto discursivo de interlocuções internas e externas, jogos de força na instituição dessa prática de saber e no reconhecimento de sua legitimidade (Guirado, 2010, p. 124);
- 2- A defesa, pelo seu criador, da qualidade profissional e científica da psicanálise, referida ao âmbito do conhecimento que contextualizava a produção freudiana, a medicina (pp. 124-125);
- 3- O caráter produtivo dos rompimentos e tensões que marcaram as relações institucionais da psicanálise naquele momento (relações de poder tal como podemos entendê-las com Foucault), cuja prova é a gama de texto (normativos e teóricos) que fortalecem a psicanálise, inesperadamente modificando-a até⁴⁵ (p. 125);

⁴⁵ Vale ressaltar, a título de demonstração: nosso trabalho de Mestrado (Silva, 2015) mostrou como o conceito de narcisismo (Freud, 1914/2010) configura uma outra teoria das pulsões no discurso freudiano ao mesmo tempo em que configura-se como um saber que demarca fronteiras institucionais ao reiterar a sexualidade no âmbito da legitimidade da produção de conhecimento psicanalítico. Um saber produzido na “sombra” de uma normatização da psicanálise; um discurso que também marca a psicanálise como instituição.

- 4- O caráter normativo que tem o conceito de transferência, criado nas tramas desse “contexto de questionamentos ao conhecimento e de estabelecimento de pautas de conduta para os que querem se dizer psicanalistas. Uma ética do exercício da psicanálise se desenha, então, na relação analista/paciente e se faz entretecer na teoria” (Guirado, 2010, p. 125).

Talvez seja importante destacar, caso ainda não tenha ficado claro: com essas considerações da autora, tratamos do acontecimento do discurso freudiano. Com direito a *pontuar as regiões de abertura desse discurso*, no fio da navalha de com ele operar, mesmo que dele distanciado, a estratégia de pensamento da Análise Institucional do Discurso. Isto, *partindo dos elementos mais indeterminados da metapsicologia para enfim chegar à clínica e à transferência*.

Há mais, contudo...

Primeiramente, façamos uma breve retomada. Na construção de seu recorte da obra freudiana, Guirado: (1) parte da configuração de um discurso sobre um psicológico representável (mesmo que pelo “desconhecido inconsciente”); (2) passa pelas aberturas de lá reconhecer-se o psiquismo no diapasão da noção de relação; (3) prossegue pelas tensões de pensar um campo do irrepresentável nesse psicológico e suas possibilidades de trabalho; (4) recai no contexto concreto que dá corpo a esse conjunto de hipóteses; (5) desenha o âmbito institucional que demarca as regras de enunciação de seu exercício; (6) tudo isso para, finalmente, reconstituir o contexto de produção do conceito (*transferência*) com o qual ela mesma trabalhou (no *Capítulo I* de seu livro) e com o qual trabalhará novamente (no *Capítulo V*) a partir de sua reinvenção pelas articulações pertinentes com as tensas fronteiras conceituais que produziu em ato no livro (nos *Capítulos II e III*).

Sustentado pela coesão desse percurso argumentativo, o *Capítulo IV*, entretanto, ainda não está encerrado. Toda essa heterodoxa organização do trabalho freudiano é concluída por Guirado de um modo, no mínimo, inesperado:

Por ora e para dar um desfecho a essa parte de nosso trabalho dedicada a Freud, havemos por bem retomar o título do presente capítulo: *Freud – um discurso aberto*.

Em vários momentos, pontuamos em que consistia a abertura desse discurso para os riscos de acaso e indeterminação. Queremos, agora, chamar a atenção para dois textos, aparentemente sem ligação um com o outro, que tratam, de modos díspares e ao mesmo tempo confluentes, da descoberta fundamental da psicanálise, o inconsciente. Referimo-nos a *O estranho* (Freud, 1919/1976) e *Uma nota sobre o “bloco mágico”* (Freud, 1925/1976). [...] tentaremos demonstrar como são representantes do movimento próprio do pensamento psicanalítico entre a ênfase no

representável e sua relação com a vida, de um lado, e a ênfase no que não é representável e sua relação com a morte, de outro. (Guirado, 2010, pp. 125-126)

Um apontamento analítico parece pertinente, antes de entrarmos nos miúdos dessa discussão da autora. Um final à sua organização da obra freudiana é anunciado, seguido do anúncio de outra apresentação, *referente a esse mesmo pensador e circunscrita a apenas dois textos*, não tão “naturalmente” articuláveis. Imediatamente após as discussões referentes ao conceito de transferência, parece haver aqui *um sutil desvio na estratégia discursiva* que até então marcou a escritura do capítulo, deslocando o leitor de uma *análise do discurso de Freud pela sua história de instituição de saberes* para uma *análise pontual das aberturas desse discurso no que tange um conceito específico, em textos também específicos*.

Ora, apoiados no fato de a autora retomar aqui as questões que em grande medida marcaram a construção de seu recorte do discurso freudiano (o representável e o irrepresentável no pensamento psicanalítico), a citação acima permite que configuremos uma implicação: toda essa outra apresentação que finalizará o *Capítulo IV* tem o *peso da legitimidade de se tomar, pela AID, o discurso de Freud em suas aberturas*. Não exclusivamente, mas exemplarmente, tal como se propôs com a reinvenção da noção de transferência. Essa “outra apresentação” parece dar um nó em toda a organização proposta por Guirado anteriormente, dando-lhe, inclusive, novos horizontes. E que se reconheça: “dar nó” não é sinônimo de fechamento; é, pelo contrário, condição de novas aberturas⁴⁶.

Sigamos então Guirado no encerramento do *Capítulo IV* de seu trabalho de 2010. A ideia é mostrar como, em dois textos tão inusitados, a recorrente indeterminação do discurso freudiano abre possibilidades de tratamento diverso de um dos conceitos mais importantes de sua teoria, o inconsciente. Algo que permitiria, no horizonte, reposicionar a metapsicologia como “direções” descritivas, ao invés de supostos “dados” de realidade. Mas vejamos como.

A começar pelo texto de 1919, acompanhemos as hipóteses de Guirado:

Escrito um ano antes do *Além do princípio do prazer* (FREUD, 1920/1976), *O estranho* (FREUD, 1919/1976) fala do inconsciente para além da repressão. Sem necessariamente abandonar a já reconhecida hipótese do inconsciente como o reprimido ligado à castração, discute a possibilidade de vivenciarmos experiências como sensações, que não se nomeiam e que provocam um efeito de “desentendimento”, descontextualização, estranhamento. Exemplar desse efeito se observa

⁴⁶ Se fomos pouco convincentes com esse último comentário, aceitaremos de bom grado a relutância do leitor. De fato, ainda não levantamos elementos suficientes que justifiquem nosso posicionamento; esperamos, até o final do presente capítulo, sustentar com mais contundência essa consideração analítica.

quando, repetidas vezes, apesar de nossos esforços conscientes em contrário, nos vemos voltando a um mesmo lugar; ou então, quando não nos reconhecemos, num relance, diante de um espelho. Numa primeira explicação, temos que, no que se repete, há o retorno insuspeito do reprimido. Mas, apoiado na ideia de ambiguidade que o estudo etimológico do termo indica, Freud percorre outro caminho para falar dessa sensação não alcançada pela palavra. Trata o estranho como o outro de si, como o duplo que, de início, pela ação do narcisismo, foi nossa garantia de vida (conforme já discutimos); no entanto, com o tempo e os embates com o mundo e com o si, o duplo passa a ser o estranho anunciador da morte; fora do campo do representável, portanto; efeito da compulsão à repetição. (Guirado, 2010, p. 126, grifo da autora)

Nessas breves e condensadas palavras, Guirado resgata do discurso freudiano, por um “estranho” texto, a condição de tomar a noção de inconsciente para além do aparato teórico-conceitual que tão fortemente o delimita nas hipóteses de seu criador. Isto, pelo próprio caminho argumentativo seguido por Freud, sem que suas hipóteses mais básicas tenham sido abandonadas por ele. Pelo contrário: ao tratar do sentimento de estranheza, Freud (1919/2010) busca construir sua argumentação apoiado na ideia do retorno do reprimido, reiterada ao final do texto como a explicação possível do fenômeno; entretanto, no miolo desse caminho, pontos singulares do discurso freudiano abrem *a possibilidade de enunciar a concepção de inconsciente de uma maneira “estranha” às regras de enunciação desse discurso.*

Qual possibilidade? Na contramão de pensar o inconsciente como conteúdo reprimido, ou como mecanismo primário do funcionamento psíquico, ou como representante psíquico da pulsão, inconsciente aqui aparece *como sensação-efeito*. Mesmo que seu criador não abdique, de jeito nenhum, da noção de repressão para o seu conceito, esse curioso modo de enunciá-lo permite a nós que abduquemos, na medida em que faculta tomá-lo *descritivamente* como um aporte conceitual do pensamento *para tratar de movimentos de descontextualização no reconhecimento de si*. Desconhecimento, seria mais interessante dizer, já que efeito da ação desse “outro de si” (o duplo) na relação com o mundo. Nesse sentido, *é devolvido ao (des)contexto sua força de atribuição de sentido*, o que é extremamente caro à análise descritiva que se faz em AID.

Inconsciente como sensação-efeito, então, *fora do campo da palavra*. Se fora do campo da palavra, *irrepresentável*. Não é sem motivo o fato de a análise de Guirado começar situando a escritura do texto de 1919 em relação ao texto *Além do princípio do prazer* (Freud, 1920/2010). No discurso de Freud, a proximidade da temática (compulsão à repetição, morte, o irrepresentável) permite à autora aproximar os textos, colocando *na concepção de um inconsciente como estranho o prelúdio da produção do conceito de pulsão de morte*. O

curioso é que, ao tratar do estranho, Freud teria tratado da “pulsão de morte” de modo muito mais aberto, talvez livre das exigências discursivas que a substancialização do psiquismo impõe ao ato de produzir conhecimento para sua psicanálise.

Acompanhando a proposição de Guirado, assim, poderíamos dizer que – da mesma forma que o conceito de narcisismo permite pensar as pulsões para além de suas substâncias, colocando em foco sua vetoração e tomando o psiquismo pela consideração das relações – a noção de inconsciente como estranho permite *pensar o campo do irrepresentável na psicanálise de Freud sem a necessidade de operar com o conceito de pulsão de morte*, colocando em cena o duplo e o desconhecimento de si.

Se todos esses nossos comentários estão, de alguma maneira, referidos à densa quantidade de informações comprimidas na citação acima feita, temos que lembrar que a autora as remete diretamente ao texto freudiano. Melhor: às aberturas que nesse texto se mostram.

Para finalizar seu capítulo, Guirado apresenta, pelo curto texto freudiano de 1925 intitulado *Nota sobre o “Bloco Mágico”* (Freud, 1925/2011), “outra maneira de tratar do inconsciente: registros das experiências, em rede, mediante a inscrição num complexo de memória (inconsciente), ao modelo dos registros em um dispositivo especial, chamado bloco mágico, à época” (Guirado, 2010, pp. 126-127).

Descrevendo o funcionamento desse dispositivo (p. 127) tal como Freud o fizera em seu texto (na sua possível analogia com o funcionamento dos sistemas perceptual-consciente e inconsciente por ele teorizados), Guirado dá destaque à maneira pela qual o psicanalista mostra o inconsciente como uma rede de marcas da memória. Nela, há pontos de superposição: novas marcas são registradas já sob uma base de experiências (conferindo, a partir desta, os sentidos possíveis para as novas), sendo que essas marcas mais recentes alteram as mais antigas (reconfiguração dinâmica de sentidos). Nas palavras de Guirado, sobre as analogias que Freud dispõe:

Freud prossegue, fazendo analogias deste bloco mágico com o modo de funcionamento psíquico, onde o inconsciente é a memória possível que temos. Se memória, é algum tipo de registro e de marca; se inconsciente, faz supor, ainda, que um caminho de mão dupla foi feito: da percepção consciente “apagada” até a marca inconsciente, supõe-se a ação da repressão; no sentido inverso, há a pressão do volume da cera, indefinido e indiscriminado, que exerce a força contrária à da inscrição (pulsão?). Quanto à ação modificadora nas superposições, é a resultante das pressões indistintas que a camada de cera faz, por seu volume bem como das características dos registros anteriores por sua qualidade e distinção de marca, portanto, representável; a alteração se dá já nas novas percepções à

consciência. *Assim, a vida é a história desses decalques em tramas, cenas e enredos cada vez mais complexos, onde a cada nova experiência temos a retroação das anteriores, bem como a modificação delas. A vida é um bloco mágico...* (Guirado, 2010, p. 127, grifo nosso)

Parece haver nesse momento, no discurso de Guirado, como que uma retomada do começo de toda sua organização da obra freudiana, recolocando em cena a psicanálise definida pelo campo das representações e do representável. Uma retomada, inclusive, que torce as expectativas da metapsicologia – *pela própria voz de seu inventor* – num rearranjo do trabalho psicanalítico em direção a uma estratégia de pensar nos limites descritivos da teoria. E, nesse ínterim, está mostrada a possibilidade de tomar, pelas aberturas do discurso das origens, *o inconsciente como superfície, como um registro em rede de marcas da história do indivíduo em constante retroação.*

Em grande medida, essa proposta final tem a força de conferir um desenho único para todo o recorte feito do discurso freudiano nesse capítulo, impondo novos contornos que para a AID permitem pensar desde as pulsões e o narcisismo até o inconsciente e a *transferência*, sobretudo⁴⁷, sem submeter o modo de produção de saber freudiano.

Para toda essa exaustiva descrição do *Capítulo IV* do livro de 2010, não proporemos nenhuma conclusão. Que fique aberta, para que a ela possamos somar as duas outras discussões que prometemos acima, tal como se seguem.

Ainda assim, reafirmaremos brevemente: tentamos mostrar o *modo como se desenha uma interlocução com um saber teórico sob a linha mestra de pensar, na indeterminação daquele discurso e por confronto, uma analítica da subjetividade possível pela AID*. Sempre no horizonte de uma desnaturalização da teoria freudiana, insistentemente a buscar índices “metodológicos” para o pensamento. Constituindo, sob essa perspectiva da interface, um inquietante trânsito entre o discurso de Freud e a AID.

Prossigamos pensando.

2. Um modo de ensinar Freud

Tudo o que tentamos apresentar no item anterior, em referência exclusiva ao trabalho de 2010 de Guirado, não se produziu da noite para o dia. Tem história, viva. Tem contexto, concreto. *São resultados parciais de um estudo da obra de Freud* (e um modo de estudá-la)

⁴⁷ Veremos isso com mais detalhes no item 3 do presente capítulo.

que resulta, no tempo e no espaço, da própria produção da estratégia de pensamento da AID. Desde o final da década de 1980, ainda em execução, sem prazo de conclusão.

Arriscaremos neste momento desenhar uma parte dessa história, materializar um pedaço de contexto que situe ocasião e condição de pensar e dizer as ideias acima colocadas. Para além do terreno sólido das palavras escritas, no âmbito mais imediato do exercício cotidiano de um lugar institucional, o de docente. No caso de Guirado, análise institucional do discurso em ato; um exercício da AID.

Neste item, pois, trabalharemos um fragmento do discurso de Guirado concernente à sua prática concreta de docência. Específico, na medida em que tal fragmento rebaterá diretamente nos objetivos de nossa pesquisa: as fronteiras impostas à psicanálise de Freud pela AID.

Nosso comprometimento para com o leitor força-nos, aqui, a declarar que estamos entrando numa zona de perigo. Tomar falas orais, quando da construção argumentativa de uma tese acadêmica, pode implicar numa fragilização do rigor demonstrativo. Pior: tais falas não são de nossa autoria; são sim referidas à experiência concreta de outro. Não há citação possível, e ao leitor é relegado o lugar de quem deve, na mesma medida, creditar e duvidar.

Já tentamos, no começo deste capítulo, justificar o motivo de assim procedermos. Essa delicada escolha tenta dispor as proposições de Guirado sob a marca do acaso da produção de seu discurso⁴⁸. Mesmo que seja arriscada, não estamos preparados para abdicar dessa discussão. Mas não tentaremos minimizar esse risco; aí está ele, e é nele que tentaremos “equilibrar” nossas palavras. Ao leitor, apenas diremos: confie, desconfiando.

Para que possamos nos organizar, faremos um recorte extremamente específico da docência de Guirado. Traremos para o debate apenas alguns fragmentos de discussões apresentadas na disciplina *Psicologia do Desenvolvimento II*, oferecida aos alunos do segundo ano de graduação do Instituto de Psicologia da USP como obrigatória. Essa disciplina, ministrada por Guirado desde 1991, trata da psicanálise de Freud e de sua produção conceitual relativa às hipóteses sobre o desenvolvimento afetivo e psicosexual nos seres humanos.

Tentando re-assegurar o leitor e, sobretudo, apaziguar os receios de quem escreve, um último comentário antes de começar. Já anunciamos *o quê* trataremos do discurso oral de Guirado, mas ainda não explicitamos *como* o trabalharemos, e isso delimitará o espectro da

⁴⁸ Ela mesma desenvolve os argumentos de sua tese de Livre-Docência de maneira similar, colocando suas elaborações conceituais sempre no rebote dos contextos concretos que as condicionaram serem produzidas como tais (Guirado, 2010, pp. 27-36). Uma declaração de que o que se propõe não é naturalmente dado, tampouco é genericamente relativo a autoria, mas está sim implicado num recorte historicamente produzido e tingido pelas consequências de se pensar discurso como acontecimento.

relatividade de nossa discussão. Não tomaremos as falas da professora a partir do lugar de pesquisadores, ou autores de uma tese de Doutorado; quer dizer, não as tomaremos como alguém que, de fora e na distância segura de uma cadeira frente um computador, descreve informações fixadas numa folha de papel ou conversas registradas por um gravador. Diferentemente, *tomaremos suas falas a partir de vivências concretas de co-enunciação desse discurso*, a partir do exercício de um lugar institucional quando do acontecimento da produção dessas falas.

Que lugar é esse? Tivemos a oportunidade de trabalhar com Guirado nessa disciplina em seis ocasiões, ao longo de aproximadamente dez anos: três durante a graduação, na qualidade de monitor de disciplina (em 2008, 2009 e 2011); duas durante o Mestrado, por meio de estágio em docência (em 2012 e 2013); e uma durante o Doutorado, também como estagiário (em 2016). No decorrer dessas experiências profissionais, estabeleceu-se, em nós, uma impressão particular dessa cena enunciativa de docência. Mas, mais além: *fizemos parte da construção dessa cena enunciativa, mesmo que sem perceber, pois tínhamos um lugar de enunciação no discurso que lá se produzia*.

Sustentamos que isso nos dá um embasamento mínimo para essa perigosa aventura de adentrar nas falas orais de outra pessoa. Embora não possamos apresentar citações, trataremos de um discurso em relação ao qual participamos da construção do contexto de sua produção, em seis ocasiões. Na descrição que abaixo se segue, portanto, escrevemos a partir de um lugar “estranho”, nem exatamente ativo, nem exatamente passivo, intermediário entre professor e aluno, intermediário entre pesquisador e pesquisado.

Não se trata de uma tentativa de reproduzir fidedignamente o discurso oral de Guirado ou a disciplina *Psicologia do Desenvolvimento II*; tudo o que apresentaremos está integralmente referido às falas de Guirado, mas não as substitui. Trata-se, isso sim, de descrever um discurso de cujo contexto de enunciação fizemos parte em seis situações específicas, e *de pensar as recorrências desse discurso* tal como foram possíveis de serem reconhecidas por nós a partir do lugar “estranho-familiar” que lá ocupávamos. Apenas apostamos que, desse lugar, é legítimo escrever sobre um discurso oral ou, pelo menos, que esse lugar autoriza-nos a tentar.

Construiremos os vértices de nosso recorte a partir de uma descrição pontual da aula inaugural da disciplina de Guirado, uma vez que esta parece resguardar em si todos os elementos que dão o tom de um modo particular de se estudar e ensinar Freud. E assim o

fazemos de maneira a dispor, para nós e para o leitor, uma seleção precisa daquilo que – no âmbito deste trabalho – precisamos desenvolver⁴⁹.

Na primeira aula do curso, Guirado constrói uma apresentação na qual o saber ali ensinado é contextualizado nos recortes da produção de conhecimento que constituem o objeto da disciplina. Como? Se o próprio título do curso sugere o escopo genérico do tema a ser trabalhado – *Psicologia do Desenvolvimento II* –, o primeiro enunciado em sala de aula configura sua problematização: o que será trabalhado como psicologia do desenvolvimento, naquele contexto, não é um assunto ou um conteúdo dado *a priori*, muito menos o modo como será desenvolvido. Aquilo que será tratado na disciplina circunstancia-se *no âmbito da perspectiva da Psicologia do Desenvolvimento*, e nela, *do desenvolvimento afetivo*. Eis um recorte fundamental, imposto a um campo do conhecimento vasto e diversificado, tanto no que diz respeito a temas como também a aspectos e abordagens. É um recorte *na vertente do conhecimento*; um recorte institucional, portanto.

Tal recorte, no entanto, desemboca noutro, *institucional em outro nível*, na medida em que as disciplinas de psicologia do desenvolvimento *no currículo do IPUSP* são divididas por autores (e não faixas etárias): trata-se de estudar *o desenvolvimento afetivo segundo as hipóteses de Freud e sua psicanálise*. Isto faz diferença... No universo “das psicanálises”, posicionamo-nos na especificidade de uma, com o objetivo de conhecer o modo freudiano de produzir conhecimento. E vale a ressalva, feita pela professora nesse momento e em qualquer outra oportunidade durante o curso: é necessário assumir que estudamos *teoria* freudiana, que não se confunde com a criança. Possível golpe na vontade de verdade de futuros psicólogos; uma desnaturalização do conhecimento, do saber instituído, relativizando-o ao contexto de sua produção e não lhe permitindo a conotação de substituto da realidade.

Esses primeiros recortes, entretanto, ainda não são suficientes. Como justificar uma discussão da psicanálise de Freud numa disciplina de Psicologia do Desenvolvimento? Pergunta cujos formato e mote são típicos da AID, reconhece-se de partida que tal visada de estudo não é, em absoluto, naturalmente dada: não há explicitamente, em Freud, uma “teoria do desenvolvimento humano”. Faz-se necessário pensar, nesse autor, *como sua produção pode ser tratada como uma Psicologia do Desenvolvimento*. Para tal, há uma possibilidade:

⁴⁹ Algumas repetições em relação ao que escrevemos no item 1 deste Capítulo II ocorrerão. *E, propositadamente, preferimos não evitá-las*. Essa preferência se deve ao fato de considerarmos que *tais repetições de enunciados não devem encobrir a especificidade do contexto de enunciação que os condicionam*. Estamos tratando de duas esferas do discurso diferentes: uma escrita, produzida nos efeitos das interlocuções imaginárias travadas pelo escritor, e outra oral, produzida em ato nas tensões das interlocuções concretas que o cenário institucional de uma aula de um curso de graduação promove.

trabalhar o que Freud pensa e formula como *desenvolvimento da psicosexualidade* (a partir do qual, inclusive, derivam-se as formações clínicas por ele descritas e teorizadas).

O desenho da disciplina ganha então seus contornos, e o curso mostra-se, na esteira de uma discussão “epistemológica” do contexto de ensino da matéria, implicado em condições de recortes metodológicos.

Falta apresentar como é organizado o curso. Ainda nessa primeira aula, a professora o divide em dois momentos: 1- na primeira metade do curso, é feita uma retomada de alguns conceitos-chave da metapsicologia freudiana (inconsciente, pulsão, aparelho psíquico), supostamente já vistos pelos alunos em outras disciplinas, para que se possa a partir deles compreender melhor o desenvolvimento psicosexual segundo Freud; 2- na segunda metade, é feito um estudo específico da psicosexualidade, no qual são trabalhadas as hipóteses básicas do autor (fases do desenvolvimento, zonas erógenas, castração, identificação, escolha de objeto, complexo de Édipo, formação do superego). Dois momentos, portanto, estratégicos. *É da discussão analítica daquilo que poderíamos chamar de bases do modo de produção do discurso freudiano que se produz a ocasião da discussão teórica de suas hipóteses.* Tudo, a partir de leituras diretas na fonte original, pelas palavras do autor-criador, sem as possíveis interpretações de comentaristas consagrados na área.

Uma breve análise, antes de prosseguir. A primeira aula da disciplina parece resguardar no discurso de Guirado posição privilegiada. Como primeiro ato desse ritual acadêmico, a professora coloca em questão o próprio ritual e – numa suspensão estratégica da vontade de saber – com os alunos é instigado um estranhamento que coloca, de partida, uma tensão no modo de produção do discurso ali feito, “ao vivo e a cores”. Nivelando as expectativas produzidas pelo próprio contexto institucional na disposição da cena genérica de uma aula de graduação do curso de Psicologia, a primeira aula da disciplina ganha assim um lugar central na relação com o conhecimento ali partilhado: *não se trata das verdades sobre o desenvolvimento de uma criança universalmente representada, mas antes dos contextos de produção de saberes sobre ela.* Matiz inalienável das fronteiras que a AID impõe à psicanálise de Freud.

No quadro geral dessa apresentação da professora já podemos encontrar um ângulo de tratamento específico e constitutivo de um modo de se pensar a psicanálise. Cabe, agora, eleger o que a nós é mais crucial para a presente pesquisa. Embora a segunda metade do curso marque também um recorte da psicanálise já na perspectiva da AID, não nos aprofundaremos nela: essa discussão é importante para os objetivos da disciplina, mas pouco produtiva para os

objetivos desta tese. Trabalharemos aqui apenas a discussão analítica dos conceitos-chave da psicanálise de Freud, concernente à primeira metade do curso de Guirado.

Como acima indicamos, três são os conceitos freudianos que ela procura apresentar nesse momento da disciplina: inconsciente, pulsão, aparelho psíquico. Começemos, como ela o faz, com o inconsciente.

O primeiro texto indicado aos alunos para leitura é *Sobre os sonhos* (Freud, 1901/1969), texto “síntese” do trabalho *A interpretação dos sonhos* (Freud, 1900/1969), e sua discussão é desenvolvida ao longo de aproximadamente três ou quatro aulas. Por que a escolha desse texto? Ela responde: nele se configura uma ocasião privilegiada de se estudar o inconsciente pela virada conceitual que constitui a psicanálise. Mais que isso, o inconsciente ali apresentado, na tensão com as normalizações produzidas pelo discurso psicanalítico desde Freud até os dias de hoje, mostra-se de uma maneira muito interessante e inaugural: inconsciente como mecanismo, como um modo de funcionamento psíquico. Situado num contexto enunciativo de hipóteses que, segundo a professora, desenham os trabalhos de Freud como uma espécie de “psicanálise das representações” – anterior a trabalhos como *O inquietante* (Freud, 1919/2010) e, principalmente, *Além do princípio do prazer* (Freud, 1920/2010) –, o texto tem interesse não propriamente pelo estudo dos sonhos, mas, sobretudo, pelo modo de pensar o inconsciente.

Trabalhando a partir dos destaques e dúvidas sobre o texto postos pelos alunos, a cada ano e a cada turma produzem-se aulas – por efeito e por implicação – diferentes. Alguns pontos, contudo, são sempre marcados pela professora, todos os anos e com todas as turmas.

Pelo debate declarado com seus interlocutores da época (a filosofia, a medicina, o saber popular), para Freud (1900/1969, 1901/1969) os sonhos têm significado. Este, estranho à consciência, tal como os sintomas das psiconeuroses. Se há significado, há análise possível, mas cujo modelo não deveria seguir a lógica consciente. O método psicanalítico, portanto, demarca seu terreno de ação: fragmentação do conteúdo onírico manifesto, associação livre do sonhador, interpretação que “constrói” seu conteúdo latente. Com a substituição de alguns termos nesses três movimentos metodológicos (onírico por sintomático, sonhador por doente, conteúdo latente por ideia patológica), outro âmbito de ação se desenharia: as neuroses.

O trabalho de análise por tal método, porém, sustenta-se em hipóteses sobre o trabalho inconsciente de produção onírica (e, por suposição e decorrência, também de produção sintomática). Algumas delas configuram-se teóricas: sonho como realização de desejos eróticos, organizados pelas experiências infantis reprimidas que, pelo seu caráter inadmissível para a consciência e pela censura, ganham expressão pela sua distorção. Outras se configuram

mais descritivas: sonho como efeito de um funcionamento inconsciente logicamente diverso daquele consciente, cujos mecanismos centrais (que ao mesmo tempo atendem e driblam a censura) são o deslocamento e a condensação, sobretudo, mas também a figurabilidade e a elaboração onírica secundária (que dota de certa inteligibilidade e de certa fachada a imagem final do sonho) – mecanismos que operam sempre a partir da e sobre a trama das histórias da vida do sonhador. Como mostra a professora, esse conjunto de hipóteses delimita o que no discurso freudiano afirma-se como “existência” do inconsciente e sua influência na vida consciente, e do “regramento do absurdo” constitui-se (ou melhor, justifica-se e se legitima) um método de análise de um determinado psiquismo suposto.

Desenvolvidas essas primeiras discussões com a turma, a professora organiza uma conclusão parcial de modo a situar com mais clareza a passagem para o próximo tópico do curso. Freud, diz ela, constrói o que poderíamos chamar de um conceito de psicológico específico: na interlocução com saberes como a medicina e a filosofia, uma ideia de psicologia se faz na tensão com as concepções já estabelecidas por essas áreas do conhecimento. Não mais uma psicologia do e no corpo, tampouco uma psicologia restrita às faculdades mentais, é uma espécie de psicologia dos sentidos (ocultos na singular história de relações de cada indivíduo) que se coloca como concepção central para o trabalho explicativo, cuja condição teórica básica é a hipótese do inconsciente. Com este, desloca-se do plano da consciência o sentido do gesto, do ato, do pensamento, que passa a ser situado na sua sobre-determinação inconsciente. Em algum outro “lugar” (psíquico) que não a consciência se organizaria a vida psíquica, o desejo e as direções da ação e do pensamento, os sentimentos e afetos, a imaginação. E essa outra sede das motivações e das razões funcionaria por uma outra lógica, absurda (se tomada em comparação com aquela consciente), que operaria de modo a revelar e esconder, no mesmo ato, representações do motivo nodal que colocaria a vida psíquica em movimento: os desejos eróticos, pensados sempre a partir de seu inalienável instituinte, o erotismo constituídos nas relações infantis.

Um parêntese, em nome dos objetivos de nossa tese. Notemos, e a professora insiste que se note, como no discurso freudiano não há apenas uma concepção de inconsciente. Nesse momento tão constitutivo de sua obra (Freud, 1900/1969, 1901/1969), o discurso do autor dispõe uma concepção complexa desse termo, aberta em duas frentes de pensamento. Numa, o inconsciente pode ser pensado como mecanismo, como um modo de funcionamento privilegiado, por deslocamento e condensação, e pelo qual parece configurar-se uma estratégia de pensar a história das tramas relacionais de um indivíduo de uma maneira descritiva. Noutra, o inconsciente pode ser pensado como conteúdo, como conjunto de

representações reprimidas, eróticas e de procedências arcaicas e infantis, pelo qual se configura uma teoria explicativa do psiquismo. *Em Freud, essas duas frentes de pensamento implicam-se inexoravelmente; não podemos tomar uma sem considerar a outra.* Mas a professora assume posição: essa ideia de inconsciente como mecanismo, nem sempre retomada pelos psicanalistas, não parece mais interessante para se pensar subjetividade? Nessa simples pergunta, uma tensão parece ser imposta à psicanálise de Freud no discurso da professora.

Mesmo dando acento à concepção de inconsciente como mecanismo, a professora não deixa de marcar como as hipóteses freudianas em torno da vida infantil já permitem reconhecer em seu discurso uma concepção de inconsciente como conteúdo. Essa formulação, embora acompanhe a obra de Freud desde o século XIX, pode ser mais bem estudada a partir dos textos sobre metapsicologia da década de 1910, nos quais ganha definição estendida e força teórica. E nesse ponto a professora arremata a passagem para o próximo tópico do curso: inconsciente também pode ser entendido, no discurso das origens, como representante psíquico da pulsão. Pela indicação apenas como leitura complementar do texto *O instinto e seus destinos* (Freud, 1915b/2010), a professora prossegue nesse ponto com aulas expositivas, o que parece nos oferecer mais uma relativa regularidade em seu discurso.

O que seria a pulsão? Parafraseando Freud, Guirado apresenta: pulsão seria um estímulo que nasce no interior do organismo, cuja natureza seria tanto psicológica como somática. O que isso significa? Em sua dimensão somática, a pulsão – como suposta quantidade de alguma intensidade interna – provocaria aumento de tensão no organismo; em sua dimensão psicológica, tal intensidade seria representável, ou melhor, encontraria expressão, no ato de seu investimento no mundo, por representações psíquicas. Nessa tensão provocada por sua incessante expressão (pela regularidade de sua “pulsão”), cujo efeito é a produção de desprazer psíquico e corporal, esse estímulo buscaria sua descarga por intermédio de uma ação/um comportamento no meio⁵⁰, gerando – como consequência da diminuição da tensão – satisfação e prazer. As pulsões seriam de duas qualidades, pulsões de autoconservação (referidas às satisfações necessárias à sobrevivência) e pulsões sexuais (referidas às satisfações de desejo erótico). Toda essa definição estaria implicada naquilo que se convencionou chamar de primeira teoria das pulsões, estabelecida teoricamente desde 1905 (Freud, 1905a/1969).

⁵⁰ Sem objeto previamente definido, diferentemente do que aconteceria com os instintos biológicos.

Tal explicação do psiquismo apóia-se na hipótese de seu funcionamento pelo princípio do prazer. A libido, energia específica da pulsão sexual, colocaria em movimento toda a vida psíquica pela sua descarga no meio, num objeto indeterminado, sendo tal investimento representável, motor da produção imagética da história da vida do indivíduo. O que a professora mostra ao escolher apresentar o conceito de pulsão dessa maneira? Mostra a inalienável *implicação dos conceitos de pulsão e inconsciente*, o que a permite propor que a base da teoria e das suposições freudianas, nesse momento de sua obra, configurava sua psicanálise como uma *psicanálise das representações*. Até 1920, pelo menos.

Também apenas indicando como leitura complementar o texto *Além do princípio do prazer* (Freud, 1920/2010), Guirado descreve como, com esse texto, toda a psicanálise é colocada “à beira de um precipício”. Nele, é conceituada a pulsão de morte que, junto com as pulsões de vida, compõem o que se convencionou chamar de segunda teoria das pulsões. Das pulsões de vida, o que foi dito até aqui permanece: agrupando as pulsões sexuais e de autoconservação, são aquelas que operariam pelo princípio do prazer, pelo jogo tensão/descarga/representação, pelo horizonte dos investimentos que promovem aproximações. Mas e a pulsão de morte?

Intrigado com problemas que sua psicanálise não entendia perfeitamente (sobretudo a compulsão à repetição e as neuroses traumáticas), nos quais a chave da *busca pelo prazer/afastamento do desprazer* não servia suficientemente bem como explicação, o autor desenvolve uma argumentação integralmente hipotética sobre a existência de uma força pulsional primária. Partindo de elaborações sobre implicações lógicas do princípio do prazer a especulações filosóficas e biológicas sobre um princípio destrutivo em seres unicelulares e células germinativas, o autor converge na hipótese de que um funcionamento anterior ao princípio do prazer deveria operar no aparelho psíquico: um funcionamento pelo qual toda a atividade anímica tenderia à sua anulação, ao mínimo de tensão possível – a morte. E, deste princípio de constância, abre-se em seu discurso a concepção de pulsão de morte, primária e independente, “anterior” à pulsão de vida, sem direção de descarga em objetos do meio, sem representação possível.

Toda a prática psicanalítica é colocada, pelo seu próprio criador, em situação de risco. A própria vida, também: a primariedade dessa pulsão, sem caráter psíquico, coloca o próprio psiquismo no limite de uma ação de descarga direta no interior do organismo cujo horizonte é a sua destruição.

A professora, então, discute como, se por uma hipótese toda a prática psicanalítica é ameaçada, por outra ela é imediatamente salvaguardada: a mescla das pulsões. No seu

investimento dirigido para o meio, a pulsão de vida carrearia certa quantidade de pulsão de morte, livrando o corpo dessa ação livremente destrutiva e dotando-a de certa representação (nova explicação para o sadismo), na mesma medida em que certa quantidade de pulsão de vida permaneceria ligada à pulsão de morte no interior do organismo, criando limites e formas para a agressividade dirigida para “dentro” (nova explicação para o masoquismo erógeno). As teorias explicativas da psicanálise ganham assim novo contorno hipotético, em diferentes âmbitos temáticos de seu campo de ação, notável em textos como *O problema econômico do masoquismo* (Freud, 1924/2011), *Inibições, sintomas e ansiedade* (Freud, 1926/1969), *O mal-estar na civilização* (Freud, 1930/2010), *Análise terminável e interminável* (Freud, 1937/1969)⁵¹.

Mais uma curta análise talvez caiba neste momento, pois é curioso notar como esse modo de apresentação de um aspecto tão nodal da teoria de Freud (teorias das pulsões) monta o discurso da aula *não em referência a um objeto de estudo e sim à produção deste objeto*. Não parece estar em cena um ensino do indivíduo psicológico segundo o discurso freudiano, mas uma descrição da maneira pela qual tal discurso cria um indivíduo “endógeno” em sua teia teórica⁵². Aqui, o caráter analítico, em ato, do discurso docente de Guirado.

O leitor que nos acompanhou até aqui provavelmente não ficará surpreso ao descobrir que as aulas de Guirado sobre pulsão são seguidas, imediatamente, de uma discussão sobre o conceito de narcisismo em Freud, baseada no texto *Introdução ao Narcisismo* (Freud, 1914/2010), indicado como leitura complementar. Embora importante para uma montagem do quadro hipotético no discurso freudiano sobre constituição e desenvolvimento do psiquismo, a discussão desse conceito nesse momento do curso *introduz nova tensão a alguma possível normatização do ensino de Freud*, visto que por ela a professora discute a pertinência de pensar pelo próprio discurso psicanalítico uma teoria das pulsões por ele não “prevista”. Diferente, por que *resiste aos efeitos de “substancialização” do psiquismo* que as outras duas teorias da pulsão, como regras de enunciação, produzem.

⁵¹ Nos quais a pulsão de morte e sua fusão ou defusão com a pulsão de vida servem de aporte conceitual para tratar, respectivamente: da dinâmica econômica do sadismo e do masoquismo; da hipótese da angústia automática e da angústia sinal; do sadismo do superego na relação jogo pulsional x exigências culturais; dos limites da análise.

⁵² Gostaríamos de relembrar aqui um interessante episódio que ocorreu em uma das aulas de um dos cursos que acompanhávamos. Mais para o fim da disciplina, já nas últimas discussões da segunda metade do curso, quando os alunos discutiam o polêmico texto de Freud sobre sexualidade feminina, de 1931, uma aluna fez uma pergunta, que se configurava mais ou menos assim: “mas essas coisas que ele escreveu sobre o desenvolvimento da mulher não estão completamente comprometidas pelo contexto histórico-social em que ele vivia?”. A isto, a resposta da professora: “Sim, claro. Mas por que nenhum de vocês fez a mesma pergunta quando falávamos de pulsão?”.

Tomando o texto de 1914, a professora discute com os alunos o que já apontamos anteriormente.

Como contextualização mais geral, temos: 1- do contexto de enunciação: interlocuções com dissidências internas (institucionais), resistência a essas resistências; 2- do contexto teórico: psicanálise das representações, inconsciente como representante psíquico da pulsão.

Com a postulação de um narcisismo primário, abre-se no discurso de Freud a hipótese de uma erotização do ego que sustenta uma erotização do mundo. Psicicamente constituindo, ao mesmo tempo e pelo jogo de satisfação/frustração que as resistências do meio promovem, o ego e o mundo. Nisso, o princípio do prazer gradualmente daria espaço ao princípio de realidade, até a constituição – pela repressão – de uma imagem idealizada que, controlando o ego, preserva o narcisismo. Tudo isto, pelo próprio exercício da pulsão! Tudo isto, *sustentado por um raciocínio que coloca o pensamento nos rastros dos movimentos de localização e direção da libido entre o eu e o objeto*. Um jeito de pensar o psiquismo no rebote das relações que o constituem; *psiquismo como relação*, no limite.

Nesse momento da disciplina, as coisas ficam estranhas. As expectativas que circulam em torno da cena genérica de uma aula de graduação estão (desde o começo, sim, mas, sobretudo a partir desse ponto) torcidas e retorcidas pela cenografia construída nesse curso de Desenvolvimento. Isto, recorrente e insistentemente nas seis ocasiões que vivenciamos. O que se ensina e o que se aprende nesse curso? Ensina-se o modo de produção de saber em Freud, sim. Mas, curiosamente e por efeito, aprende-se também o modo de produção de saber em Análise Institucional do Discurso, não é? Uma estratégia, um jeito, um modo de pensar o discurso de Freud, declarados desde o início pelos recortes metodológicos que apresentam a viabilidade de uma disciplina. Para além das verdades seguras, no horizonte das inseguras aberturas nessas verdades, de contexto e de possibilidades. *É isto que parece configurar o discurso oral docente de Guirado*, configurando em ato um exercício da psicologia como Análise Institucional do Discurso, também no ensino.

Voltando à disciplina, o próximo tema discutido pela professora marcou presença em cinco das seis ocasiões em que lá estivemos trabalhando. Cinco de seis parece, brincando com as palavras, estatisticamente relevante, como uma relativa (embora não absoluta) regularidade discursiva; não fugiremos de sua discussão, portanto.

Retomando brevemente as concepções de inconsciente já discutidas no curso (como conteúdo/como infantil/como reprimido, como mecanismo, como representante psíquico da

pulsão), a professora propõe aos alunos pensar uma outra⁵³: *inconsciente como estranho*. Uma concepção que não está explicitamente colocada no discurso das origens, mas que pode ser pensada, por análise, a partir do texto *O estranho* (Freud, 1919/1969). Sem se deter muito nos detalhes do escrito freudiano, a professora apenas aponta aos alunos como, embora Freud não fale diretamente do estranho ou da sensação de inquietante estranheza como o inconsciente (tratando isso mais como um modo de funcionamento), esse texto permite pensar o inconsciente como efeito, como uma sensação no corpo, para além da palavra e do sentido. Antes de teorizar a pulsão de morte, temos em mãos um trabalho de Freud que pensa a compulsão à repetição já fora do âmbito da representação quando da consideração dos efeitos do duplo (ligados ao “destino” do narcisismo) na produção de certos desconhecimentos de si. Uma concepção de inconsciente diferente, estranha, aberta.

É curioso notar, do lugar que ocupávamos na cena enunciativa da aula, como não há conclusão para essa última discussão. Não há nenhuma tentativa de relacionar esse modo de pensar com todos os outros elementos já estudados pelos alunos; não se preenche as lacunas do discurso de Freud, seja com suposições que ele permite antever, seja com o discurso de outros psicanalistas. Subvertem-se, mais uma vez, as expectativas que o cenário institucional coloca em jogo, colocando *o ato da produção daquele dispositivo acadêmico-pedagógico na esteira da descontinuidade do discurso*, não de sua suposta continuidade. Tanto do autor que se estuda, quanto da ação mesma de estudá-lo na disciplina. Talvez um incômodo a ouvidos que pedem por uma linha ininterrupta do saber.

No prosseguimento da disciplina, entramos enfim nas aulas da professora relativas ao aparelho psíquico. Sobre este escopo do pensamento freudiano, parte-se de um recorte específico para a discussão. Apoiada naquilo que, historicamente, instituiu-se no interior do discurso psicanalítico como a maneira mais recorrente de tratamento da temática, Guirado apresenta aos alunos as duas tópicas do aparelho mental hipotetizadas por Freud.

A primeira, constituída formalmente em 1900 (embora já reconhecível desde os escritos do autor sobre histeria, no final do século XIX), divide o aparelho psíquico em três dimensões diversas: inconsciente, pré-consciente e consciente. “Base epistemológica” que delimita as regras de enunciação da produção do discurso freudiano durante as duas primeiras

⁵³ Para fins de maior precisão, vale destacar que a professora também apresenta, rapidamente, a possibilidade de no discurso de Freud se reconhecer mais uma concepção de inconsciente, *como protofantasias*. Estas são hipóteses que Freud apresenta irregularmente em seus textos (presentes, por exemplo, de modo muito tangente em seu trabalho sobre o Homem dos Lobos), que diriam respeito à existência de “organizadores psíquicos” biologicamente pré-determinados, como formas filogeneticamente orientadas que facilitaríamos a organização das experiências concretas, direcionando sua imaginação em cenas específicas – a cena originária (relação sexual entre os pais), a de sedução, a de castração, a da vida intra-uterina. A professora, entretanto, não se detém nesse ponto; por isso, também não nos deteremos.

décadas de instituição da psicanálise (e ativamente presente até o fim da vida de Freud), essa concepção desenha o psiquismo em torno dos jogos de relação entre essas dimensões, com lugar especial reservado à noção de repressão (e de conflito) na explicação dessa dinâmica psicológica. É conferida especificidade à psicanálise pela centralidade do conceito de inconsciente, pensado como um “lugar” e como um sistema, sobretudo, mas também podendo ser pensado descritivamente, como se pode verificar em seu texto *O inconsciente* (Freud, 1915a/2010). Acento seja dado ao “*descritivamente*”.

A primeira tópica é apresentada, até certo ponto, rapidamente; já é discutida, indiretamente, nas primeiras aulas da disciplina. É a segunda que ganha elaboração mais detalhada, cuja referência básica é declarada pela professora: o texto freudiano *O eu e o id* (Freud, 1923/2011). Essa divisão do aparelho psíquico é clássica, aquela que acabou por se instituir historicamente como a resposta principal para a pergunta “o que Freud entende como o psiquismo?”. A vida mental, nesse contexto enunciativo, seria pensada pelas relações dinâmicas entre três instâncias psíquicas diversas: o id, o ego e o superego.

A professora, ao comentar essas três instâncias, parece sempre anunciar que assim o fará – inicialmente – *segundo o modo pelo qual elas são mais comumente comentadas, tanto do interior do discurso psicanalítico como de fora dele*. Nesse sentido, teríamos: (a) o id, a instância primeira, reservatório das pulsões, cujo funcionamento opera exclusivamente pelo princípio do prazer segundo processos primários (primitivos, que visam à descarga direta e imediata dos impulsos), voltados exclusivamente à satisfação das pulsões; (b) o ego, instância que se diferencia no id pelo contato com o mundo exterior, responsável pelos processos secundários (pelos quais os movimentos, ações e pensamentos estariam voltados para a realidade), em que há predomínio de um funcionamento pelo princípio de realidade, cujo objetivo seria a mediação da satisfação das pulsões com as possibilidades e impossibilidades dispostas pelo mundo real; (c) e o superego, instância que se diferencia no ego (no decorrer do desenvolvimento, quando da dissolução do complexo de Édipo), responsável pelo “impedimento” da satisfação, muitas vezes considerada pelos comentadores como a instância relativa à incorporação de regras, valores e restrições sociais.

A essa apresentação, parece que sempre se seguem, também, outros destaques de Guirado. Em primeiro lugar, é nesse âmbito de produção intelectual que o ego, até então genericamente delineado no campo teórico do autor (inclusive em textos como o do narcisismo), ganha definição mais específica, redimensionado conceitualmente pelo seu confronto com o id e o superego, ganhando assim lugar mais definido nas hipóteses de Freud.

Em segundo lugar e mais além, a professora convida os alunos a pensarem como essas hipóteses e principalmente o modo pelo qual elas são regularmente tratadas podem, no limite de uma ação concreta embasada por elas, promover uma substancialização (ou mesmo antropomorfização) do psiquismo. O id “age” assim, o ego “faz” isso, o superego “diz” aquilo... Por mais que se reconheça, no ato do estudo e no folhear sem resistências das páginas de um livro, que essas coisas são teorias, grandes são as chances de que, no ato concreto de escutar um paciente, “*escute-se*” o superego, por exemplo, desconhecendo-se essa espécie de consubstancialização do discurso teórico⁵⁴ na produção de um saber sobre aquele paciente. Um paciente cuja singularidade de histórias e modos de ser perde-se na teia desse aparato teórico com o qual os ouvidos treinados de um psicanalista “traduz” o que é dito. Um paciente cujas mãos, frente essa bem intencionada e não reconhecida materialização do discurso, permanecem atadas, sem muitas chances de resistência a essa sua objetivação.

É claro que esse tom não persiste por muito tempo, pois a professora novamente resgata do discurso freudiano seu acaso e suas indeterminações. Por que não pensar tais instâncias não *como instâncias*, e sim *como funções*? O texto de Freud permite assim pensar. E preservamos, do discurso das origens, suas precisas e complexas descrições, ou melhor, *seu caráter descritivo*.

Funções, não instâncias, modos de agir e pensar. O id não seria assim algo ou um lugar dentro da mente, tanto quanto um modo de funcionar que colocaria em cena imediatismo, por exemplo; o ego, antes de ser tratado como o centro de comando para resoluções de exigências do id / cobranças do superego / impedimentos da realidade, poderia ser pensado como um modo de funcionamento que busca ponderar, seja lá o que for – as condições do viver, talvez. No consultório, portanto, não ouviríamos “o” superego, mas sim a maneira pela qual alguém fala de si, talvez muito crítico em relação a si mesmo sem considerar o contexto que delimita as condições de ele assim se ver. Pensando com Freud desse modo, faríamos uma clínica que não explica nem traduz, mas descreve, liberando o paciente das amarras daquilo que nós diríamos a respeito de quem ele “é”; devolvendo-lhe a condição de ele mesmo dizer de si, de um modo diferente, talvez, efeito da tensa interlocução que o contexto clínico promove.

É intrigante acompanhar o movimento da aula de Guirado. Mais uma vez, partimos do discurso de Freud, o mais fielmente possível às suas palavras, para a partir daí operar com suas aberturas. Pela primeira tópica, do sistema inconsciente voltamos ao inconsciente

⁵⁴ Ver, nesse sentido, Martins-Afonso (2015).

descritivo; pela segunda, das instâncias chegamos às funções. Tudo isso, como que permitindo voltar ao inconsciente como mecanismo. O discurso da aula mostra o movimento do exercício da AID, numa interlocução com a psicanálise de Freud que promove condições para a construção de limites e interfaces. Estas, *de trânsito*, por que produzem um jeito de pensar específico, que opera simultaneamente dentro e fora do discurso freudiano para tratar da subjetividade a partir de outros pressupostos conceituais, *configurando uma espécie de “psicanálise” fora do campo estrito da psicanálise*. Tudo isso, em ato.

Falta apenas uma última discussão proposta aos alunos antes de o curso adentrar nas questões do desenvolvimento da psicosexualidade segundo Freud. Uma discussão que, novamente, chacoalha as expectativas de continuidade do discurso freudiano e recoloca suas aberturas em cena.

A partir da leitura do texto *Nota sobre o “Bloco Mágico”* (Freud, 1925/2011), a professora inicia sua aula pedindo aos alunos que se juntem em pequenos grupos de trabalho, para que possam – primeiramente – discutir o texto entre eles, sob luz específica: considerando a data do texto (pós-1923) e a maneira pela qual Freud apresenta o inconsciente e sua relação com a memória. Levantando questões, destaques, curiosidades, cada grupo produz um curto trabalho que, da metade da aula até seu fim (muitas vezes estendendo-se à aula seguinte), é apresentado à professora e ao resto da classe e pensado em conjunto.

Mais uma vez, portanto, deparamo-nos com aulas únicas, heterogêneas, pouco previsíveis. Resta-nos, aqui, apontar para algum ponto de recorrência que nas seis ocasiões de participação nesse contexto foi-nos possível reconhecer minimamente.

Do discurso discente, uma regularidade específica se desenha. Entre diferentes dúvidas e muitas vezes inesperados destaques, uma tendência se mostra: situar esse escrito no âmbito hipotético das duas tópicas do aparelho psíquico. Onde poderíamos localizar esse texto? Suportado pela diferenciação inconsciente/pré-consciente/consciente, seria ele prova de que Freud nunca abandonou a primeira tópica? Como ele se relaciona com a segunda? Perguntas válidas e pertinentes, elas mostram o jogo que repetidamente parece circunscrever o estudo da psicanálise freudiana, cujo efeito é a conjuração do acaso desse discurso. Fruto do modo pelo qual se estabelece a relação entre o aprender e o aprendido em certos âmbitos universitários e em muitas instituições de formação em psicanálise? Talvez. Um exemplo concreto de um movimento da produção discursiva que delimita a instituição de uma verdade que encobre a vontade de verdade que a contextualiza.

A esse movimento não faltará resposta e posicionamento da professora, levando-nos por via direta a outra regularidade de seu discurso docente. Reconhecendo nesse texto alguns

dos elementos básicos que sustentam a estratégia explicativa de Freud, mas privilegiando os inusitados caminhos dispostos na especificidade da produção desse discurso de 1925, a professora provoca os alunos: e se pudéssemos reconhecer aí, por uma análise cuidadosa desse curto trabalho freudiano, uma proposta diferente de concepção do inconsciente? Ora, para além daquilo que é explicitamente dito no texto e que responde pela linearidade e coesão do discurso teórico do autor, ela destaca a maneira pela qual seu modo de produção “mostra” um outro jeito de pensar com o conceito.

Como? Pois bem, no ato mesmo da produção de uma analogia entre o funcionamento mental e o funcionamento do bloco mágico, Freud cria a condição de que se considere, no limite de uma metáfora, *o inconsciente como uma superfície*. Não estamos dentro do raciocínio explicativo que condiciona a enunciação da primeira tópica, muito menos daquele relativo à segunda. Pelo contrário: *o modo de enunciação do conceito, aqui, parece ser “atópico”*. Quer dizer, descritivo, pois coloca em cena a vida psíquica pela sobreposição de marcas da nossa memória e o viver pelo constante movimento de retroação entre nossas experiências. O inconsciente, como conteúdo, pulveriza-se, pulverizando sua qualidade de verdadeiro, instituindo-lhe novas possibilidades de enunciação. Até arriscamos: como método de pensamento, por que não?

É nesse ponto que se encerra a primeira parte do curso, e com isso encerramos também nossa descrição.

Para fecharmos essa apresentação de um fragmento do discurso oral de Guirado, queremos apenas fazer quatro apontamentos, de modo mais solto:

- 1- O exercício da docência de que tratamos sempre coloca em cena *textos* de Freud. Por exemplo: não se discute o que é inconsciente em Freud, mas sim como se configura tal conceito em tal e tal texto...
- 2- O modo pelo qual são tratados os temas conceituais da disciplina exige que se considere sua implicação mútua e necessária no discurso das origens, sem que seja definido um enunciado único dos saberes em jogo. Por exemplo: é impossível falar de inconsciente em Freud sem falar de pulsão e de aparelho psíquico, mas há diferentes maneiras de falar dessa implicação (do inconsciente como representante psíquico da pulsão ao inconsciente como estranho, do inconsciente como o reprimido ao inconsciente como bloco mágico etc.)...
- 3- O discurso em sala de aula só se faz por *tensões*. Trabalha-se com rigor aquilo que Freud propõe, sem mais nem menos, aquilo que figura como *determinado no discurso*;

e, na esteira dessas discussões, trabalham-se as aberturas que a produção do saber promove ao pensamento, *índices de indeterminação do discurso*. Por exemplo: fala-se do inconsciente como conteúdo, para então marcá-lo como mecanismo; fala-se da pulsão como “substância”, para então tratá-la a partir da enunciação do narcisismo; fala-se do aparelho psíquico como organizações psíquicas, para então tratá-las como função, e para então tratar do bloco mágico...

- 4- Da mesma maneira que a primeira aula da disciplina parece resguardar lugar privilegiado no discurso de Guirado, também a última da primeira parte do curso parece assim situar-se. Ela fecha todo esse trabalho preliminar de retomada das bases conceituais do modo de produção do discurso freudiano, como que abrindo uma possibilidade de reorganização⁵⁵ de tudo aquilo que se discutiu anteriormente (caso o aluno reconheça e tope o desafio⁵⁶). Além do ato de ensinar Freud, vê-se na cenografia do curso *o ato de pensar com ele, por interlocução e confronto, uma estratégia diferente de tratamento da subjetividade em Psicologia...*

Com esses apontamentos feitos, e sem esquecermo-nos dos perigos que a construção do presente item implicou, sigamos em frente com a última discussão prometida no começo deste capítulo.

3. De Freud à analítica da subjetividade

Pode parecer estranho que dediquemos algumas páginas a um estudo pontual do artigo de Guirado de 2015, justamente a essa altura de nosso texto. Desde seu título – *Clínica e Transferência na sombra do discurso: uma analítica da subjetividade* –, e passando pelo seu resumo (Guirado, 2015, p. 108), fica explícita a visada clínica da publicação. No primeiro parágrafo do texto (p. 108), que se note, a autora coloca-o em estrita relação com seu livro de 2000, no qual se institui formalmente na AID uma fronteira conceitual com a psicanálise de Freud pela interlocução com Maingueneau e pelo rearranjo da noção de transferência.

Ora, esse artigo de Guirado, pelo menos num primeiro momento, parece que nos permitirá pensar, no limite do tema em cena, aspectos mais voltados àquilo que nomeamos de *dimensão analítica* da interface imposta ao discurso freudiano. O que poderia implicar num

⁵⁵ Tal como verificamos no *Capítulo IV* do livro de Guirado de 2010, que é encerrado pela apresentação do texto freudiano sobre o bloco mágico.

⁵⁶ Admitimos que, em nosso caso, demoramos em reconhecê-lo. Pelo menos até a terceira ocasião em que trabalhamos na disciplina, ainda na qualidade de monitor. Topamos assim que nos foi possível, no entanto.

desvio do que prometemos para o presente capítulo: dar foco à *dimensão de trânsito* dessa interface.

Defendemos, contudo, não ser o caso de um desvio. Como propusemos, essas dimensões configuram-se apenas como uma diferença de ângulo / ponto de ataque / perspectiva para nossas análises, estando elas inexoravelmente implicadas em cada ação de produção intelectual em AID. Nesse artigo de Guirado, portanto, delimitaremos *como são mostrados os aspectos “de trânsito” da fronteira com o pensamento de Freud* (quer dizer, elementos conceituais que circunscrevem, por confronto, certo jeito de pensar subjetividade), mesmo que num contexto enunciativo que privilegiadamente mostra seus aspectos mais analíticos (quer dizer, elementos conceituais que circunscrevem certo jeito de exercer uma estratégia de pensamento).

Tentemos construir um recorte estratégico desse texto de 2015, para que se justifique com mais contundência a necessidade de estudá-lo neste momento e para que se explicita como o trabalharemos.

Na primeira sessão de seu artigo – *Das apresentações gerais e dos matriciamentos conceituais* (Guirado, 2015, pp. 108-109) –, Guirado começa sua discussão dispondo: (a) as relações mais imediatas que contextualizam a produção desse texto (desde o livro da autora de 2000 até trabalhos por ela orientados durante os últimos dez anos); (b) uma breve e precisa descrição das bases conceituais que sustentam a estratégia de pensamento em jogo; (c) e o foco temático da publicação – o exercício da clínica como analítica da subjetividade.

Nas palavras da autora, ao final dessa sessão:

[...] no livro *A clínica psicanalítica na sombra do discurso* (Guirado, 2000), buscamos desenhar de um modo muito particular o exercício da clínica. Trabalhando apenas na fronteira com a Análise do discurso francesa de Dominique Maingueneau, ou seja, sem interlocuções pontuais com Foucault, por exemplo, foi possível fazer uma demonstração, suficientemente sustentável, da perspectiva característica que a AID confere a essa prática.

Considerando as operações conceituais e argumentativas exigidas para que o próprio desafio fosse colocado ao pensamento, talvez se possa afirmar que ali está a tese mais bem acabada sobre o tema, no interior da AID, no momento. É esse o motivo que nos leva a retomá-la, em pontos centrais, fazendo disso o alvo das discussões do presente texto. (Guirado, 2015, p. 109)

No rebote dessas disposições iniciais, o texto não apenas mostra a especificidade da tese que será apresentada como também se mostra na esteira de uma história intelectual que contextualiza a condição de produção dessa tese. Pela retomada de pontos centrais de uma

tese já defendida, anuncia-se o desenho de uma argumentação cujo entendimento depende do acompanhamento dessa espécie de reapresentação de algumas palavras da autora nas relações hipotético-conceituais ali produzidas.

É isso o que sugerimos àqueles interessados em se dirigir diretamente ao artigo de Guirado, mas não é isso que faremos aqui. Seria necessário, sim, seguir cada parágrafo do texto para reconstruir seu caminho argumentativo, *não fosse o fato de já termos trabalhado o livro de Guirado de 2000*. Ao colocar seu artigo em estrita relação com esse seu livro, a autora nos permite resgatar aqui as considerações por nós feitas a respeito de seu trabalho de 2000, autorizando-nos a tratar do artigo sem a preocupação de redesenhar sua tese na medida em que isso já foi minimamente feito. Remetendo o leitor ao que foi possível desenvolver⁵⁷, é como se livrássemos nossa atenção para outros pontos do texto de 2015.

É assim que o estudo agora proposto se configura: atentaremos exclusivamente para pontos que, nesse artigo de 2015, *mostram movimentos do discurso de Guirado em que se verifica sua proliferação*. Nesse sentido, seguiremos cada seção do artigo de maneira interessada, dando foco ao modo como essa retomada do trabalho de 2000 entretece-se com proposições de Guirado mais recentes (por exemplo, aquelas produzidas em seu livro de 2010). Trata-se de um recorte extremamente específico do texto.

Arrisquemos então esse estudo pontual, sabendo que apenas ao final da discussão teremos material suficiente para avaliar a pertinência ou não desse movimento de análise.

Começemos pela segunda sessão do artigo, *O desenho de uma ideia* (Guirado, 2015, p. 109). Suportada não só pelos seus trabalhos como também por estudos outros em AID que tratam de análises do discurso de psicanalistas (Veiga, 2006; Lima, 2007; Viaro, 2011), a autora apresenta de partida a hipótese básica de que parte, implicação constituinte do recorte metodológico com o qual opera: pensar a clínica como “um dispositivo institucional, uma prática discursiva” (Guirado, 2015, p. 109), tomando-a assim como um “dispositivo-ato-discurso que coloca em cena dois parceiros/personagens em posições desiguais, a exercerem lugares com expectativas diferentes, um em relação ao outro, com atribuições cruzadas de ações previstas, reconhecidas como legítimas” (p. 109).

Desenha-se, por conseguinte, um âmbito de ação específico para o trabalho analítico no contexto clínico segundo essa estratégia de pensamento: o discurso que se produz e se reproduz a cada ato concreto dos parceiros que fazem a análise acontecer, cotidianamente.

⁵⁷ A segunda metade do item 2 do capítulo I deste trabalho.

Junto com as expectativas e suposições do paciente, estão inseridas no discurso “a se analisar” as expectativas e suposições do próprio analista, cuja história de formação delimita a relatividade daquilo que se pode considerar analisável (Guirado, 2010, p. 109). E, acionando as dobradiças conceituais que definem sua estratégia de pensar por fronteiras, Guirado aponta:

A questão dos *pressupostos* assume, então, lugar de destaque na discussão. E é nesse movimento que nos colocamos num diálogo produtivo com as ideias, conceitos e procedimentos de análise de Maingueneau. Aprendemos com ele que os pressupostos *tecem a não transparência*, marca inapelável *de todo discurso*; uma fala que supostamente diz uma verdade, em verdade, organiza pressupostos que não se apresentam como tal. A polifonia e a polissemia do enunciado compõem, *na base da enunciação*, o equívoco não apenas do dizer do paciente, mas também o da escuta do analista, constituída que está desses supostos da teoria, da compreensão que *um determinado saber, fora daquela relação concreta, instrui a ouvir*. (Guirado, 2015, p. 109, grifo da autora)

Um pequeno destaque, antes de continuarmos. Para nós que vimos acompanhando a constituição e instituição do discurso da AID, fica a sensação de que a argumentação da autora segue aqui, mesmo que sem perder suas intenções e in-tensões originárias (desde 2000, e passando por 2010), por um caminho diferente. Apenas adiantando: é ele que, ao final do artigo, nos permitirá angular nosso olhar para a *dimensão de trânsito* da interface imposta ao pensamento de Freud.

Declarada sua hipótese central, na sessão seguinte do artigo – *Textos e contextos que marcam o conceito de transferência* – Guirado (2015, p. 110) reapresenta o recorte pelo qual foi possível, em 2000, mostrar essa marca do desconhecimento da ação dos pressupostos naquele que se senta na cadeira de analista. Recorte que, como já vimos, privilegia um trabalho com o conceito de transferência pela sua produção e ação no discurso criador da psicanálise. Novamente em cena, portanto, uma interlocução com Freud.

Destacando as implicações conceituais internas que a produção desse conceito exige no discurso freudiano e reafirmando sua vocação normativa quando do contexto de sua formalização mais expressa, a autora toma a transferência como “o conceito que [...] enlaça as exigências para que se considere a psicanálise como um modo de agir sobre o inconsciente; exigências essas que se balizam por *técnicas disciplinadoras da conduta ética do profissional*” (Guirado, 2015, p. 110). A pensadora, contudo, não deixa de salientar o motivo primeiro da necessidade de criação do conceito, que situa o escopo da produção de conhecimento em Freud: a clínica e o ato contínuo de pensá-la tal como ele podia à época,

quer dizer, teoricamente, construindo a cada atendimento e a cada rascunho textual hipotético o sujeito psicológico da psicanálise.

O que mais interessa à autora é que, nesse movimento duplo de atenção clínica/elaboração teórica que marca a condição enunciativa da noção de transferência, Freud coloca no discurso “a relação analista-paciente como um jogo móvel e contínuo de tensão, em que um dos parceiros exerce um controle sobre o outro que, por sua vez e de seu lugar, com suas armas e com uma conduta até certo ponto esperada ou suposta (quando esse outro é o paciente, por exemplo), resiste” (Guirado, 2015, p. 110).

Para que fique claro esse ponto da argumentação de Guirado, que mira o campo mais imediato das suposições de que partimos em AID, sigamos um pouco mais suas palavras:

É assim que, *desde a formulação do conceito*, na desigualdade dos lugares configurados na cena clínica, *o que se reconhece*, por legitimidade e naturalização características das tramas teóricas, *é a resistência do paciente*. O que *se desconhece* é que *este reconhecimento*, esta legitimidade da teoria, seu caráter indiscutível como modo de produção de um inconsciente e de sua análise (na tensão do jogo de forças da relação paciente-analista, sempre móvel), *é ocasião* de transferência e *de* sua contrapartida, a *resistência*, *agora à ação do paciente sobre a ação do analista* (no caso, contrária às expectativas geradas em seus pressupostos). É esse o jogo de reconhecimento/desconhecimento que legitima e naturaliza o que se faz e o conhecimento que se produz, ou melhor, as verdades de onde partimos e aquelas a que chegamos, os objetos e sujeitos pressupostos pelas teorias. Pois bem, é esse o jogo que, pela estratégia geral da Análise institucional do discurso, podemos ter como nossa hipótese básica, como pura forma, modo de acionamento de um campo conceitual mínimo (instituição, discurso, análise, sujeito, na fronteira com outras áreas do conhecimento), que a análise dos discursos da psicanálise, sobretudo os de textos freudianos instrumentará. (Guirado, 2015, p. 110, grifo da autora)

Vejamos que, num mesmo golpe e operando com sua estratégia de pensamento, a autora problematiza o âmbito dos efeitos de um conceito como o de transferência legitimando a pertinência de seu estudo detalhado pelas trilhas do discurso que o institui. Curioso, não é? Lá mesmo onde se poderia verificar um dos maiores problemas da psicanálise freudiana do ponto de vista da AID se buscará a ocasião de trabalhar por confronto e, como se verá, configurar interfaces possíveis pelas brechas que o próprio discurso das origens, na tensão de sua instituição, promove.

Isso se mostra logo na seção seguinte do artigo – *A transferência freudiana* –, em que Guirado volta a colocar em destaque o discurso de Freud e as suas hipóteses que circunscrevem esse conceito, para poder demonstrar “como se dá, com ele, a presentificação da metapsicologia na cena discursiva da clínica psicanalítica nossa de cada dia. Só a partir daí

poderemos delinear nossa proposta de pensar a clínica como uma analítica da subjetividade. Não *apesar da transferência*; mas sim, *por e com* esse conceito, reconsiderado no âmbito da AID” (Guirado, 2015, p. 110).

É nesse sentido que, retomando textos específicos do criador da psicanálise (Freud, 1905/1969, 1912/2010) e reaproveitando seu próprio trabalho (Guirado, 2000), a autora reinterpreta o conceito de transferência no discurso original a partir das implicações teóricas que o condicionam – inconsciente, seu modo de funcionamento, pulsões sexuais, satisfação substitutiva da libido etc.. Isso, para que se mostre, lá nos textos fundadores⁵⁸, o modo como se desenha o paciente da clínica psicanalítica e o analista que esta faculta (Guirado, 2015, p. 111): na cena concreta da análise, ao largo da consciência de seus atores e no fazer cotidiano dessa instituição, temos a produção de um paciente e um analista “possíveis” pela ação mesma dos pressupostos da metapsicologia no ato discursivo de “ser” paciente e analista em psicanálise.

Há, nesse percurso argumentativo da autora, outro ponto que nos interessa em especial, sobretudo pelo seu aspecto inusitado. Discorrendo sobre a transferência segundo o discurso de Freud, mas antes de apresentar suas conclusões, Guirado escreve:

Alguns tempos mais tarde, Freud até estendeu a ideia da transferência para relações fora do *setting* clínico, mas manteve a mesma compreensão do mecanismo do fenômeno. A grande diferença é que, na condição de análise, a interpretação seria o fator de elaboração de conflitos e de alteração de pautas de conduta.

Se pareceu, ao leitor, um tanto deslocado ou gratuito, este último parágrafo, quero assegurar-lhe que se trata de um importante destaque facultado por nossa estratégia de análise institucional do discurso. No caso, basta apontar para isso, neste momento, antecipando o que se discutirá no Item 8 do presente texto, quando então se demonstrará a grande diferença que faz pensar a clínica como instituição e, nisso ou por isso, um outro modo de conceber transferência para uma analítica da subjetividade. Que se preserve esse destaque em alguma reserva de memória, portanto. Ele será de valia para o enlaçamento conceitual de tudo o que dissemos até aqui e ainda nos dispomos a dizer. Para a sustentação de nossa hipótese mais cara. (Guirado, 2015, p. 111, grifo da autora)

Consideremos, então, esse ponto de destaque da autora com especial cuidado. Não que tal proposição estivesse ausente em seu trabalho de 2000, mas notemos o acento diferencial que aqui lhe é dado, num contexto enunciativo em que o discurso da AID já conta com outras elaborações conceituais, posteriores a seu trabalho de 2010. A pedido da autora, portanto,

⁵⁸ Pelos resultados de pesquisas recentes, citadas por Guirado em seu artigo (Veiga, 2006; Lima 2007; Viaro, 2011), o mesmo parece se mostrar no discurso psicanalítico atual.

reservemos tal destaque na memória para o retomarmos ao final do artigo. Vale adiantar, contudo: sua condição de enunciação repousa no confronto com pontos de abertura na própria metapsicologia de Freud e na noção de inconsciente como bloco mágico, culminando na interface que justifica redesenhar a noção de transferência por um caminho analítico um pouco diverso (complementar?) daquele seguido em 2000.

Na seção seguinte do artigo – *No discurso das origens, a tensão entre conceito e conduta* –, Guirado prossegue sua análise do conceito de transferência freudiano, devolvendo à própria pena de Freud essa condição de pensar “a implicação do analista na cena clínica” (Guirado, 2015, p. 111). Não que esteja explícita ou intencional nos textos do autor, mas sim tal como pode ser “mostrada” por uma análise desses mesmos textos atenta aos lugares que Freud atribui ao paciente e a si na cena de atendimento por ele configurada.

Passando por trabalhos específicos de Freud (1912/2010; 1914a/2010; 1915/2010), Guirado mostra (2015, p. 112) o jogo discursivo que contextualiza a produção de um saber no fio da navalha do ato de dizê-lo, tensão cujo rastro se mostra entre reconhecimentos e desconhecimentos, na montagem de um quadro teórico explicativo a rebater na expectativa de uma conduta ética. Equívoco instituinte que condiciona a naturalização de um controle sobre a ação dos parceiros na cena da análise.

Embora não visemos, aqui, a nos aprofundar nessa questão, sugerimos – para aqueles que puderem – seguir os parágrafos do artigo de Guirado (2015, p. 112) na demonstração desses movimentos do discurso freudiano. Eles talvez esclareçam aquilo que, em nossa Introdução, apenas comentamos apressadamente: a transferência se configura como um conceito que privilegiadamente articula o saber teórico da psicanálise freudiana com a atuação clínica concreta, “passe de mágica” da materialização do discurso teórico cujo efeito pode ser uma espécie de objetivação do sujeito-paciente⁵⁹.

Para nossos fins, queremos ressaltar que é todo esse meticuloso trabalho de análise do discurso freudiano que permite à autora, a partir da seção seguinte do artigo – *Como se desenha a transferência na sombra do discurso?* (Guirado, 2015, p. 112-113) –, recolocar o leitor no âmbito das proposições da AID. Justamente pela reapresentação de um dos campos do saber que a constitui e que melhor responde pelas possibilidades de fronteira conceitual com a psicanálise, *a análise pragmática do discurso de Maingueneau*. Tal como em 2000, remetendo-se a conceitos dessa área como os de discurso, de análise, de gênero discursivo (e seus níveis de análise, cena genérica e cenografia), Guirado delimita os vértices de uma

⁵⁹ Objetivação em relação à qual os pacientes não deixam de resistir, e não no sentido psicanalítico da palavra.

estratégia conceitual suportada pela noção de *contexto*, concreto porque em consideração da relação imediata que o constrói (Guirado, 2015, p. 113).

É apoiada nessas elaborações conceituais que – na seção *Da psicanálise intimista à analítica da subjetividade pela cena discursiva* (Guirado, 2015, pp. 113-114) – a autora erige a possibilidade de uma interface com a psicanálise de Freud, reconsiderando sob termos outros e a partir de um recorte metodológico específico o conceito de transferência. Ratificando a questão-título do artigo, ela propõe:

[...] tratar a clínica como instituição foi o passo para colocar a transferência como o termo que abre a possibilidade de uma *clínica como analítica da subjetividade, em que, disciplinadamente, a escuta do analista confronta, na ordem de seu discurso, sua vontade de verdade*.

É assim que, na sombra do discurso, o contexto concreto, o gênero discursivo das psicanálises coloca, pela cena genérica, um analista diante de um paciente, com falas e condutas por contrato. No mesmo ato, o plano da cenografia vai permitir pensar *como* um determinado analista e seu paciente exercem seus lugares com expectativas cruzadas, intenções e pressupostos, queixas e desconfortos, sentimentos e (des)entendimentos e assim por diante. (Guirado, 2015, p. 113, grifo da autora)

Sigamos mais um pouco:

Não vamos nos repetir quanto às implicações desta compreensão da clínica como instituição e o contexto concreto da sessão como cenografia, como cena discursiva. Como dissemos, é por ela que podemos supor que o analista e seu discurso fazem parte do discurso em análise, uma vez que, ao se posicionar diante de seu paciente, antecipa, pela teoria que professa, sentidos à sua fala. O mesmo acontece com o paciente que, para além dos problemas para os quais busca solução, investe seu parceiro de saberes e poderes antecipados, em função do que circula sobre o que (e para que) são as terapias e análises, bem como em função do que veio a saber sobre a pessoa que o atenderia. Colocar-se num ou noutro lugar, já é colocar-se num lugar cheio de palavras e expectativas.

Pela noção de GD e de cenografia, em princípio, o analista, por portar esse (in)suspeito discurso, também transfere; e o paciente não deve estar ali apenas numa reedição de vínculos com as figuras primitivas. E, no que diz respeito a este último aspecto, é prudente fazermos uma extensão das explicações. (Guirado, 2015, pp. 113-114)

Dois pontos nos chamam a atenção nesses extratos, quase que paradoxalmente, por mais estranho que possa parecer. O primeiro é relativo ao fato de que eles, em certa medida, configuram as *conclusões* a que Guirado chegou em seu trabalho de 2000. A tese conceitual que justifica e demonstra a possibilidade de um tratamento do conceito de transferência nas interfaces que constituem a AID está mais uma vez posta, desde as análises do discurso de

Freud até os recortes específicos que torcem o conceito freudiano em articulações com as ideias de gênero de discurso e contexto (e, no rebote, relações institucionais, expectativas, lugares de enunciação). No entanto, e isso nos leva ao segundo ponto, o *tom dos extratos não é de conclusão*; é anunciada, inclusive, uma “extensão das explicações” (Guirado, 2015, p. 114), na contracorrente das expectativas daqueles que, como nós, acompanhamos sua tese de 2000. *Como se estivesse mostrada, nesse ponto do discurso da autora, a inflexão que ultrapassa o que já foi dito quinze anos antes, mesmo que lá ancorado.*

Se for possível considerar minimamente pertinente esse estranhamento, resgatemos então os outros pontos que mais acima nos chamaram a atenção como inusitados na argumentação da autora (o trabalho com a questão dos pressupostos e o destaque da extensão do fenômeno da transferência, por parte de Freud, para além do consultório) e sigamos para a última seção do artigo, *Um bloco mágico na contramão da transferência* (Guirado, 2015, pp. 114-115). É a parte que mais nos interessa e para a qual dirigimos intencionalmente nossos comentários; por tal, acompanharemos com mais detalhes as palavras de Guirado, seguindo sua argumentação numa tentativa de justificar/demonstrar o caráter “inédito” da tese aqui apresentada.

Atentemos para o que diz Guirado ao começo dessa última seção:

Dissemos em outro lugar (Guirado, 2010) que os escritos de Freud são um discurso aberto, porque apresentam um índice de indeterminação, um movimento casual que, à revelia de suas tentativas de ordenamento, faz dele uma ocasião de pesquisa profícua, que avança sem necessariamente desbancá-lo, condená-lo, denegá-lo. Resiste a um ataque moral de grupos e ranços contemporâneos e novo-midiáticos. Resiste à tentação fácil de ser classificado como um clássico desatualizado que nada mais tem a dizer. Resiste, enfim, às tentativas de engessamento teórico, ideológico e/ou clínico. E, por atenções sucessivas, pode-se reinventar, ao sabor de suas próprias flexões.

O título deste item pretende mostrar essa última possibilidade. (Guirado, 2015, p. 114)

Se está mostrada, nessas poucas palavras, a intenção básica que delimita a AID em sua fronteira com o pensamento freudiano (e que sustenta toda a nossa tese), vale destacar também que é com essas palavras que se inicia o movimento argumentativo que permitirá a nós tratarmos dessa interface AID/Freud pelo o vetor específico que agora nos interessa (*dimensão de trânsito*). Por quê? Pois a partir desse ponto entrará em cena mais uma construção conceitual daquilo que se pode entender como subjetividade em AID,

paradoxalmente apoiada em e afastada de um dos pontos nodais da metapsicologia freudiana, justamente a ideia de *inconsciente*. Vejamos como.

Logo no parágrafo que segue a citação acima, Guirado (2015, p. 114) apresenta o texto *Nota sobre o “Bloco Mágico”* (Freud, 1925/2011) na esteira dos apontamentos analíticos a que chegou em seu trabalho de 2010 (Guirado, 2010, p. 127). Já discutimos tais apontamentos anteriormente: nas aberturas do discurso freudiano, a autora defende a possibilidade de se reconhecer nesse texto de 1925 uma maneira de tratar o inconsciente como superfície, como um registro de memória em rede, colocando a vida no rastro das sobreposições e retroações de marcas da experiência. Entretanto, para além do que já havia sido dito, o ato mesmo de dizer num novo contexto de enunciação dá a ocasião de nova produção de sentidos, como podemos verificar na sequência dos argumentos de Guirado:

Se pudemos avançar tanto com as palavras do próprio Freud, sem ferir o rigor de trabalhar nas fronteiras, porque não descaracterizamos, sequer reduzimos um discurso ao outro, é que, nas aberturas de seu pensar, foi possível prosseguir pensando.

Isso foi possível, sobretudo, porque nosso autor desvela, do interior, o ponto em que, no plano das suposições teóricas, o registro da memória inconsciente coloca-se na contramão da transferência. Pelo menos, até onde a análise de seu discurso mostrou. (Guirado, 2015, p. 114, grifo da autora)

É esse o ponto que nos parece mais crucial, tanto na argumentação da autora como para os nossos objetivos. É possível não apenas implicar tais proposições com o que já discutimos neste capítulo⁶⁰ como também reconhecer aí *a proliferação do discurso de Guirado quando da ocasião específica de pensar e escrever sobre a atuação clínica na AID como analítica da subjetividade*.

O trabalho com o conceito de inconsciente como bloco mágico não apenas desenha um modo de pensar subjetividade e sua produção (sempre pelo jogo instituição/singularidade) como dá novo subsídio conceitual para a reorganização feita desde 2000 do conceito de transferência e de seu lugar no exercício concreto da estratégia de pensamento da AID. É como se Guirado demonstrasse e justificasse, *do interior do discurso de Freud e pela metapsicologia (!)*, a transferência tal como ela é pensada na AID, muito diferente de Freud, no avesso da metapsicologia.

Nesse ponto, Guirado resgata (2015, pp. 114-115) seu destaque referente à extensão, por parte de Freud, do fenômeno da transferência para além da clínica, podendo agora

⁶⁰ No item 1, referente ao *Capítulo IV* do livro de 2010, e no item 2, referente ao curso de Desenvolvimento.

articulá-lo com os efeitos de operar conceitualmente com a noção de instituição e de pensar a clínica como instituição. Nas palavras da autora, “Agora se explicita a torção de peso, o diferencial, a radicalidade de pensar com recortes conceituais-metodológicos diversos. Sobretudo, se explicita a validade epistemológica de analisar a partir de uma posição que se constitua por confrontos, e que não parta de objetos já constituídos do interior de uma teoria [...]” (Guirado, 2015, p. 115).

Para mantermos coeso seu argumento, citemos diretamente do texto da autora essa elaboração conceitual que demarca o espaço de especificidade do exercício da AID na clínica, atentando às interlocuções (confrontos) e interfaces (torções) com o saber freudiano que seu discurso mostra. O extrato é longo, mas indivisível:

Para a analítica da subjetividade (AID), as reedições de relações previstas para a transferência acontecem, supondo todos os “ses” assinalados na análise do conceito que apresentamos no Item 4. Por derivação do conceito de instituição com que operamos a interface da psicanálise com a Sociologia, isto aconteceria a cada relação concreta característica das instituições que fazemos vida a fora, desde o berço, com direito às relações significativas com as figuras primitivas da instituição familiar, seguindo-se as da escola, grupos de amigos, agremiações, trabalho e outras. No entanto, a tentativa de ocupar o lugar que nos vimos ocupando em relações anteriores, com as expectativas que desenvolvemos e aquelas que tiveram em relação a nós, raramente, é aceita, reconhecida, legitimada. Afinal, diferentes instituições se organizam em torno de relações de clientela que configuram diferentes objetos (institucionais), cujo monopólio de legitimidade reivindicam, num intercontexto em que os âmbitos de ação disputam limites a cada ato, a cada avanço discursivo. Ora, no movimento de busca de reedição de um lugar vivido por uma criança ou por um adolescente nas relações básicas de uma instituição como a família, por exemplo, num outro âmbito institucional, como o escolar ou de amigos, há um inevitável desengate. Os efeitos de suas ações não se repetem quando diante de outros atores/interlocutores. Anuncia-se, então, uma distância entre o que se espera e o que acontece, porque as instituições e seus lugares são diferentes, os gêneros discursivos e seus papéis, igualmente.

Tal desemparelhamento força reacomodações e mudanças de posições e expectativas; ou, exacerba exigências deslocadas e extemporâneas, em alguns casos. Tudo isso, para dizer que a cada relação que se faz no exercício de lugares institucionais, o jogo implica reedição/resistência/reposicionamento (porque o outro resiste e nos força a mudar relativamente de posição). De tal forma que não se trata mais de pensar por saltos, que respeitem analogias de imagens internas, do passado para o presente, e sim de *pensar com a diferença, a resistência e a regularidade como constitutivas da transferência*.

Aí está, a nosso ver, o efeito de pensar com uma estratégia, um método, que se retire dos cânones estritos da psicanálise para que, ainda assim, nas tensões e paradoxos desse movimento, se possa pontualmente reapropriar o discurso do mestre, com o mesmo rigor que tivemos para pensá-lo e para expormos até aqui nosso pensamento. (Guirado, 2015, p. 115, grifo da autora)

Talvez essas palavras mostrem com mais clareza aquilo que tentamos sinalizar, a saber, um percurso inusitadamente diferente para demonstrar o recorte metodológico com o qual a AID opera o conceito de transferência. Como se o trabalho de 2000 tivesse sido revisitado sob a ótica de algumas outras elaborações conceituais produzidas em 2010. Defendendo-se o mesmo ponto, abrindo-se novos pontos.

Vale, ainda, recuperar o outro caminho inusitado pelo qual Guirado seguiu e que nos chamou a atenção nesse artigo: a discussão dos pressupostos como aquilo que tece a não transparência no discurso, cujo efeito pode ser a naturalização, quando de uma relação concreta (institucional), do equívoco que separa a produção de verdades do contexto que as condiciona. Parece-nos importante destacar que, no discurso de Guirado, essa questão teve lugar central não apenas para estudar a produção do conceito de transferência em Freud (e seu efeito na configuração da cena clínica no discurso das origens), mas também e inclusive para pensar a própria AID. É claro: nós, que trabalhamos com a AID e exercemos a clínica como analítica da subjetividade, não estamos “livres” dos efeitos dos pressupostos. Temos nosso lugar na produção do cenário clínico, criamos também esse contexto, exercemos lugares a partir de expectativas prévias, ouvimos com aquilo que temos na cabeça para ouvir.

O que se mostra diferente, no entanto, é a explicitação dos pressupostos como método. Está em jogo, na AID, a circunscrição desses pressupostos como o ponto de partida, a base da qual parte-se para pensar. Não o ponto de chegada. Pressupostos que configuram uma estratégia descritiva para pensar o que se produz em ato, e não um saber exterior à relação concreta que sub-repticiamente dirige o pensamento.

Desse modo, não podemos ter a transferência freudiana e seu conceito de inconsciente como pressupostos para o trabalho analítico. Entretanto, do inconsciente-superfície do bloco mágico à transferência como um efeito discursivo-institucional (implicados com outros aportes conceituais de base), deslizamos de um modo de produção de saber para outro, e firmamos compromisso com a posição política e ética que a AID exige e implica. Pensado com Freud algo diferente do que ele originalmente instituiu, suportados nas emergências de acaso de seu próprio discurso criador.

Assim, encaminhamos um desfecho... se o Bloco Mágico é a metáfora dos registros inconsciente à superfície e sua análise se faz na perspectiva inclinada da massa de cera, como uma metáfora da metáfora, vamos tratar a transferência pelas incontáveis reedições/resistências/transformações vida a fora. Vamos, ainda, considerar a análise como essa possibilidade de pensar o que acontece na cena clínica, por um discurso que tece sentidos,

desde o analista até o cliente. A psicanálise terá, então, se reinventado como uma analítica da subjetividade, pela perspectiva de uma análise institucional do discurso. (Guirado, 2015, p. 115, grifo da autora)

Ao encerrar sua discussão, Guirado abre condições para o prosseguimento da nossa.

Sigamos em frente, então, para a prometida construção de um recorte que nos permitirá avançar do primeiro movimento de nossa pesquisa para o segundo.

4. Delimitando um recorte analítico

Uma vez construído esse extenso conjunto de considerações a respeito da dimensão de trânsito da interface imposta ao discurso de Freud – e contando com aquilo que foi possível desenvolver concernente às suas dimensões instituinte e analítica –, temos finalmente condição de impor o recorte analítico pelo qual pretendemos *demonstrar, lá mesmo nos escritos fundadores da psicanálise, aberturas que permitam configurar parte dessa Psicanálise da Análise Institucional do Discurso*. Cumprindo assim a promessa feita nas primeiras páginas do presente capítulo: selecionar algumas hipóteses de Guirado e, na esteira delas, pinçar que textos do primeiro psicanalista submeteremos a análises.

Façamos antes, teimosamente, uma retomada estratégica do que produzimos até aqui, para seguirmos em frente com segurança, ou com alguma segurança possível.

Nossos esforços analíticos apontaram para uma mesma direção específica, a partir do discurso de Guirado: mostrar como a AID, por efeito do exercício concreto e político da Psicologia, constitui-se como prática de produção de saber *numa interlocução com o discurso freudiano*, entre outras elaborações intelectuais e nelas implicada.

Essa interlocução se dá como que em dois níveis paralelos, pela demarcação de duas regiões discursivas inseparáveis. Uma delas, região de confronto, marca para a AID uma distância incontornável das regras de enunciação que definem o discurso psicanalítico. A outra, região de fronteiras, marca espaços para se pensar, apoiados em Freud, algo diferente do que ele produziu, já pertinente ao contexto enunciativo criado a cada ato discursivo pela estratégia de pensamento em questão. Uma interlocução, portanto, *fundamentalmente tensa*, mas não por isso menos produtiva. Muito pelo contrário, na medida em que oferece os limites e as condições de construção de uma interface.

Tal interface pode ser pensada sob três ângulos diferentes, vetores de análise que colocam sob perspectivas diversas essa fronteira imposta ao discurso freudiano.

Se lembrarmos do que foi desenvolvido no capítulo I, é possível pensar uma dimensão dessa fronteira que traz à cena o objeto da ação que a estratégia de pensamento da AID configura para o exercício da psicologia. A interface com o pensamento freudiano contribui nessa configuração dando condições para pensar as *relações concretas tal como percebidas e imaginadas por aqueles que as fazem*. Do afeto da fala intimista ao discurso institucional, do fato psíquico ao exercício de lugares de enunciação, algo diferente: *o movimento da singularidade numa relação instituída*. Palavras mancas, mas que facultam um arremate: nesse modo de pensar a produção de subjetividade (*sujeito-dobradiça*), eis a especificidade da AID como maneira de fazer psicologia.

Na esteira dessas proposições, ainda no capítulo I, outra dimensão dessa fronteira com o saber freudiano pôde ser ponderada, dirigindo nossa atenção para a ação mesma do exercício da estratégia de pensamento da AID. Se as relações são pensadas pela implicação entre seu caráter instituído e os movimentos singulares que fazem essa instituição, de onde parte a condição de sua análise? A interface com o pensamento freudiano, mais uma vez, mostra seus efeitos, dando condições para que se considere um desencontro entre as expectativas geradas por determinado contexto e aquelas dele apartadas, mas ainda assim nele re-atualizadas. Para que se pense, portanto, os jogos de re(des)conhecimento que envolvem um determinado quadro enunciativo, sem verter para a suposição de um fenômeno transferencial fixado endogenamente. Que se reconheça, aí, o conceito de *transferência*. Redesenhado no discurso de Guirado, tal como ele pode operar na AID. Com isso, coloca-se à análise o discurso naquilo que contextualiza uma relação e por aqueles que, de seus lugares assimétricos, a fazem. Do ponto de vista ético, torna-se necessário abdicar do ato interpretativo, entendido como imposição de um saber produzido fora da relação analítica e do contexto concreto que a delimita. Aí está uma condição indelével desse modo de analisar que atenta para os lugares a partir dos quais e para os modos pelos quais se produz o discurso. No limite de pensar com Freud (1937/2018) algo que ele propôs, embora já tratado diferentemente: *são as construções, não as interpretações, que podem funcionar como operadores desse tipo de análise*.

Essas elaborações conceituais remetem, inevitavelmente, à dimensão da fronteira com a psicanálise freudiana que trata de regiões específicas da metapsicologia – sempre por confronto e pelas aberturas do discurso fundador – para pensar sobre subjetividade sob os matizes da AID. A partir de uma desnaturalização da teoria freudiana, desse modo são colocados em jogo certos elementos da metapsicologia para pensar a produção da subjetividade a partir de índices descritivos outros que, muito longe das supostas

interioridades ou substâncias psíquicas, possam instrumentar um pensamento que se exerça sustentado pelo conjunto conceitual que define o método da AID.

Foram desses elementos do discurso de Guirado que nos ocupamos neste capítulo II:

- (1) Pela produção de um conceito de psicológico sustentado na noção de representação, é possível pensar com Freud (1900/1969) uma concepção de inconsciente mais descritiva. No limite de uma fronteira com a AID, é como se pudéssemos, na consideração cautelosa de conceitos como os de deslocamento e condensação, tratar de efeitos de reconhecimento e desconhecimento em contextos de produção de falas de si...
- (2) Da ideia de narcisismo, implicando-a pela AID como uma teoria das pulsões específica, é possível tencionar o pensamento de Freud (1914/2010) com um jeito de tratar a noção de pulsão que se preocupa com sua vetoração, não seu conteúdo. Operando, então, como um raciocínio que descreve movimentos de produção de auto-imagens, atento ao modo como são vividas diferentes relações institucionais que marcam condições do reconhecimento de si e do outro...
- (3) Que se confronte o sujeito psicanalítico da mescla das pulsões (Freud, 1920/2010, 1924/2011, 1930/2010) com outra maneira de pensar a subjetividade e sua produção, já puxando o pensamento para o escopo estratégico da AID. Assim dispomos, para a análise do discurso, uma preocupação com as condições do dizer de si, nos limites da representação da vida e do viver, sob nuances outras que não o caráter primário de um suposto estímulo somato-psíquico irrepresentável...
- (4) Pelo modo como a análise pode ser configurada no discurso de Freud (1937/1969), o esforço é o de pensar o âmbito institucional de efeitos do saber teórico na disposição das expectativas de uma análise. Numa tentativa de desenhar as exigências éticas de um trabalho clínico que, para a AID, possa ser feito para além da sombra da ação antecipatória de pressupostos, resistência à materialização da metapsicologia no contexto concreto de produção de verdades sobre um paciente...
- (5) Do campo que se instituiu como teoria da técnica, há aqui um dos principais espaços de confronto com o saber teórico freudiano (Freud, 1912/2010, 1914a/2010, 1915/2010) para a re-elaboração do conceito de transferência. Isto, pensado na fronteira tanto com noções estranhas ao pensamento freudiano (operadores conceituais da AID) como com aquelas intrínsecas a seu próprio discurso aberto, no avesso da substancialização do psiquismo e da sua

interpretação, tal como podemos pensar a partir dos textos sobre *o bloco mágico* (Freud, 1925/2011) e sobre *construções em análise* (Freud, 1937/2018)...

- (6) Por fim, voltamos à insistente reconsideração da noção de inconsciente, conceito em torno do qual circulam as regras de enunciação das verdades psicanalíticas. No campo do irrepresentável, Guirado propõe um trabalho analítico com as aberturas promovidas pela noção de *estranho* (Freud, 1919/2010) para, à revelia de aportes conceituais como os de repressão ou de pulsão de morte, tratar do inconsciente como efeito/sensação e das descontextualizações que marcam o acaso do discurso de uma análise. No campo do representável, ela toma o texto freudiano sobre o *bloco mágico* (Freud, 1925/2011) para pensar e demonstrar, nesse autor, aquilo que em AID chamamos de transferência, de sujeito-dobradora, de acaso, de contexto etc.. Dois pontos de interface que só se fazem porque, escorados na indeterminação do discurso freudiano, recortam certas regiões de sua metapsicologia que podem por torção funcionar como estratégias descritivas e que, portanto, justificam epistemologicamente pensar a subjetividade em AID ao mesmo tempo apoiados em e distantes de Freud...

Até o presente momento desta tese, como um primeiro movimento de pesquisa, são essas algumas das considerações a que foi possível chegar. Por comentários de textos e contextos que constituem a AID. Por uma análise histórico-descritiva do discurso de Guirado. No limite, por uma análise institucional do discurso da Análise Institucional do Discurso, se estivermos à altura de tal ousadia.

Chegou a hora de delimitar nosso recorte analítico. Vamos lá.

A breve retomada acima nos permite desenhar um caminho pelo qual prosseguiremos nosso estudo da interface entre a AID e o discurso de Freud. Mas, como vimos, há numerosas vertentes pelas quais podemos perseguir essa interface. Em verdade, portanto, é possível desenhar *diferentes caminhos* pelos quais prosseguir, cada qual delimitado segundo uma coesão argumentativa particular.

Sem a mínima intenção de esgotamento, queremos construir aqui apenas três caminhos possíveis. Cada qual colocando em jogo como que três áreas temáticas do discurso de Freud que recorrentemente marcam presença no discurso de Guirado: 1- a transferência para além do “fazer do paciente”; 2- as pulsões para além da “substância”; 3- o inconsciente para além da “profundidade”.

Tendo em mente a tese que estamos desenvolvendo, esses três caminhos já foram delimitados de modo a responderem pelos objetivos do segundo movimento de nossa pesquisa: demonstrar analiticamente, *a partir do discurso de Freud*, parte da Psicanálise da AID. A ideia, desse modo, é selecionar aquelas hipóteses de Guirado que permitirão colocar em cena textos freudianos abertos a articulações – em regiões de fronteira possível – para a produção de elaborações conceituais pertinentes à estratégia de pensamento em foco.

Três caminhos possíveis, portanto. *Prosseguiremos por um em específico*: a justificativa de sua escolha, entretanto, começa pela justificativa da não escolha dos demais.

Para demonstrar parte da Psicanálise da AID a partir do discurso freudiano, poderíamos dar atenção privilegiada para hipóteses de Guirado que lhe facultam *repensar o conceito de transferência*, desde sua formalização mais expressa no discurso das origens – o que nos levaria a textos de Freud da década de 1910 – até sua articulação concreta com a prática clínica lá delineada – levando-nos a textos clínicos do psicanalista. Parte fundamental da fronteira imposta pela AID ao pensamento freudiano, que permite considerar tal estratégia metodológica uma proposta de caráter psicanalítico.

Não é por esse caminho que queremos prosseguir, e por um motivo que nos parece justo: os trabalhos de Guirado (1995/2006, 2000, 2007, 2010, 2015) tratam contundente e abundantemente desse aspecto da fronteira com o discurso freudiano, inclusive já demonstrando em diferentes ocasiões os pontos de tensão e abertura dos textos do psicanalista que lhe permitem assim construir uma interface. Abordamos esse aspecto da discussão em vários momentos de nossa tese, e voltaremos a tratá-lo em nossas análises. Abdicamos, no entanto, de um trabalho analítico-demonstrativo mais específico sobre tal temática.

Poderíamos tratar da Psicanálise da AID indo diretamente a textos de Freud que disparam as hipóteses de Guirado sobre a *possibilidade de pensar um psiquismo sem caráter endógeno, prescindindo da noção de pulsão tal qual criada nos textos fundadores*. Isso nos levaria ao texto sobre o *narcisismo* (Freud, 1914/2010), que permite tratar das pulsões pela sua vetoração, à revelia de seu caráter “substancial”, colocando o psiquismo no diapasão das relações. Isso nos levaria, também, ao texto sobre o *estranho* (Freud, 1919/2010), que abre estratégias descritivas para tratar do que não parece ter representação possível sem a necessidade de trabalhar com um conceito como o de pulsão de morte. Ou seja: pulsão de vida e pulsão de morte, no discurso das origens, para além da suposição de intensidades que, de “dentro”, moveriam a vida. Rearranjo, inclusive, da concepção de inconsciente como representante psíquico da pulsão, podendo ser pensado pelas relações e no limite dos efeitos de descontextualização (estranhamento) por elas gerados.

Também não seguiremos por esse caminho. Válido e pertinente à nossa tese, ele nos levaria sim à demonstração de uma parte da Psicanálise da AID, colocando em cena um dos âmbitos mais problemáticos do saber freudiano no que toca as exigências epistemológicas da estratégia analítica da AID... *A fronteira mostrada em uma de suas regiões mais tensas, diríamos*. No entanto, abdicamos desse caminho específico por dois motivos. Em primeiro lugar, dos dois textos de Freud (1914/2010, 1919/2010) que, por essa linha, nos seriam impostos ao trabalho, um deles já foi minuciosamente analisado por nós em outro lugar (Silva, 2015); a contundência demonstrativa de nossa tese ficaria, então, restrita a apenas um texto. Em segundo lugar, *a parte da Psicanálise da AID que seria demonstrada por esse caminho parece não fazer jus às direções por nós seguidas até aqui na construção desta tese*; configura-se muito pontual, dirigida a uma região “mais isolada” da fronteira com o pensamento de Freud, com menos reflexos internos para o exercício concreto da AID.

Não estamos negando a importância desse âmbito da interface e dessa via de análise, de modo algum. Estamos apenas adiando o seu desenvolvimento para outra ocasião, num outro contexto de investigação e de escritura. Para nós, agora, o interesse analítico-demonstrativo é outro.

Chegamos, enfim, ao último caminho por nós antevisto. Também colocando em jogo uma demonstração de parte da Psicanálise da AID por meio de escritos freudianos, daremos acento a textos que disparam hipóteses de Guirado concernentes ao modo pelo qual *a concepção de inconsciente pode funcionar no escopo da estratégia conceitual da AID*, numa distância intransponível do inconsciente “profundo” desenhado pelo discurso das origens.

Em questão, pois, está a proposta de operar com uma noção de inconsciente como superfície, longe dos conteúdos reprimidos e sem qualificação sistêmica, que permite tratar da produção de subjetividade no discurso pelo contexto das relações e pela singularidade mostrada na superfície discursiva das falas de si. Isso nos leva, impreterivelmente, ao texto sobre o bloco mágico (Freud, 1925/2011)⁶¹. Um jeito de pensar o inconsciente que dá subsídios outros, do interior do próprio discurso freudiano, para a re-elaboração do conceito

⁶¹ Seguindo por esse caminho (relativo a uma reconsideração do conceito de inconsciente no âmbito da AID), poderíamos também colocar em foco uma proposta de pensar inconsciente em termos de mecanismos que – não necessariamente internos ou regidos internamente pelo funcionamento de uma instância endógena universalmente humana – dizem respeito a descrições possíveis do próprio ato da produção de um discurso e do modo pelo qual se dá essa produção nas tensões entre singularidade e instituição. Isso nos levaria, no rastro daquilo que apresentamos sobre a disciplina *Psicologia do Desenvolvimento II*, ao texto que “funda” a psicanálise e sua ordem discursiva (Freud, 1900/1969), ou ao texto-resumo relativo a esse trabalho (Freud, 1901/1969). Entretanto, esse escopo de discussão, embora importante, aponta também para uma região “mais isolada” da fronteira que a AID impõe ao pensamento de Freud, tal como os trabalhos com as noções de narcisismo e estranho. Igualmente, deixaremos seu desenvolvimento para outra ocasião.

de transferência na AID e, assim, para uma reconsideração do que pode configurar-se como condição do exercício de uma análise atenta ao contexto e a lugares de enunciação. Isso nos leva ao texto sobre construções em análise (Freud, 1937/2018).

É justamente por esse caminho que prosseguiremos. *Eis nosso recorte analítico.*

De fato, toda a nossa construção argumentativa, desde o começo do capítulo I até o final deste capítulo II, acabou por direcionar a atenção – *nossa e do leitor* – para esse escopo de discussão, tal como demos pista alguns parágrafos acima. Sem nenhuma intencionalidade prévia. Mais como um efeito de acaso das nossas escolhas discursivas.

Nesse sentido, a justificativa da seleção desse caminho perpassa argumentos produzidos ao longo de nossa escritura, sobretudo no tocante ao texto de Freud de 1925:

(a) Uma inapelável recorrência marca esse tema específico ao longo das elaborações que trabalhamos no discurso de Guirado. Que se note, por exemplo, o fato de o bloco mágico ter sido tratado ao longo de todos os itens do presente capítulo;

(b) Mais do que recorrência, essa temática ocupa lugar central, re-configurando elaborações já produzidas e legitimamente estabelecidas. A título de exemplo, que se reconheça – no *Capítulo IV* do livro de 2010, na disciplina *Psicologia do Desenvolvimento II*, no artigo de 2015 – a posição estratégica que a discussão do bloco mágico ocupa em termos de re-apropriação do discurso de Freud para a AID;

(c) Além desses aspectos, esse tema como que “atravessa” todas as dimensões da interface imposta ao saber freudiano, marcando também presença na configuração da AID e de seu exercício concreto. Quer dizer, o trabalho com o texto sobre o bloco mágico tanto recoloca em jogo o objeto institucional da AID quanto dá aporte descritivo para a sua análise, num trânsito do pensamento que articula termos como relação, instituição, transferência, contexto, inconsciente, lugar enunciativo, singularidade, discurso, relação de poder etc.;

(d) O modo pelo qual delineamos esse caminho específico, portanto, nos permite prosseguir pensando! Pois, apoiados nas ideias de Guirado *e por análises de textos freudianos*, partiremos de uma reavaliação possível do conceito talvez mais central no discurso psicanalítico, o inconsciente (Freud, 1925/2011), para por fim chegar a uma reconsideração do próprio ato analítico (Freud, 1937/2018). Colocando em pauta uma parte crucial do que condiciona a enunciação da Psicanálise da AID.

No segundo movimento de nossa pesquisa, desse modo, realizaremos uma análise institucional do discurso de Freud relativa ao texto *Nota sobre o “Bloco Mágico”* (Freud, 1925/2011) e ao texto *Construções na Análise* (Freud, 1937/2018). Uma tentativa de mostrar como, nesses textos, o discurso freudiano se abre na possibilidade de figurar entre os campos

de saber que, na fronteira, produzem a AID e articulam uma estratégia específica de analítica da subjetividade.

Sobre a análise de cada um desses textos: *o quê* analisaremos, *como* analisaremos, o modo pela qual as hipóteses de Guirado servirão de base para as análises, os recortes pontuais e as perguntas específicas de que partiremos, tudo isso será explicitado no capítulo de método.

Antes, no entanto, há duas brechas em nosso próprio discurso, não anunciadas, que devemos abordar. Uma delas configura-se como um hiato, uma espécie de lacuna no desenho do objeto de pesquisa que construímos; a outra se mostra como uma pendência, efeito de certa insuficiência na explanação de um dado argumentativo que indiretamente sustenta a intenção de nossa tese. Vamos a elas, fazendo desse ramo do debate uma ponte que facilitará a passagem do primeiro ao segundo movimento de nossa pesquisa.

CAPÍTULO III

Ponte:

Sobre duas brechas em nosso discurso

1. O discurso para além da autoria

Até aqui privilegiamos explicitamente o *discurso de Guirado* para o desenvolvimento de nossa tese sobre a Psicanálise da Análise Institucional do Discurso. Isto, pois esse é o discurso que institui a AID e que carrega com maior peso sua legitimidade.

Parece haver, no entanto, uma decorrência de assim procedermos: produzimos como que uma equivalência entre *discurso da AID* e *discurso de Guirado*. Seria isso um equívoco? Não e sim, se nos for permitido o paradoxo.

Não, na medida em que o discurso da AID, nos acasos da produção de uma prática de saber, é configurado pelo discurso de Guirado, que se mostra como um discurso de origens.

Sim, na medida em que a proliferação da AID como campo de produção de conhecimento, desde a década de 1990, atesta certa dissolução de sua identidade *exclusiva* à autoria de Guirado.

Em palavras que já puxam o debate para o escopo específico de nossa pesquisa, é necessário reconhecer que há diferentes trabalhos em AID, não mais produzidos pela pena de Guirado, que tratam de análises do discurso de Freud e que também mostram, indiretamente pelo menos, maneiras pelas quais se configura uma interlocução entre a psicanálise e a AID.

Por um lado, considerando os fins da presente pesquisa, os caminhos pelos quais percorremos o discurso de Guirado parecem suficientes para a construção de nossa tese; isso

nos eximiria, em certa medida, de nos aprofundarmos em trabalhos de outros autores da AID. Por outro lado, é interessante que tentemos ao menos dispor um panorama sucinto desses outros trabalhos, de maneira a mostrar essa proliferação do discurso da AID no tocante à proficuidade das interlocuções que o pensamento de Freud lhe faculta. Apenas para que seja possível situarmos nesse panorama a especificidade de nossa pesquisa; nada que mude as intenções e caminhos já delineados para nosso trabalho, entretanto.

Para que não alonguemos demais essa discussão complementar, daremos destaque a cinco trabalhos⁶² apenas: a iniciação científica de Luisa Guirado e a de Felipe Martins-Afonso, publicadas no mesmo livro (Guirado, Martins-Afonso, Guirado, 2012, pp. 151-199, pp. 43-150); nossa dissertação de Mestrado sobre o conceito de narcisismo, defendida em 2014 e publicada em livro (Silva, 2015); a dissertação de Mestrado de Felipe Martins-Afonso, defendida em 2015 e também publicada em livro (Martins-Afonso, 2015); e a tese de Doutorado de Renee Volpato Viaro, defendida em 2016 (Viaro, 2016).

Nenhum desses trabalhos será, aqui, submetido a análises. Para cada um, apenas faremos alguns comentários específicos, descritivos e parciais, ligados ao tema desta tese. E feitos de uma maneira mais solta, com o intuito de construir um “cenário” de algumas pesquisas realizadas em AID sobre Freud. Nada conclusivo ou aprofundado. Mais para um mosaico do que para uma pintura; um convite à leitura, isso sim.

*

Concluída em 2009 e publicada três anos mais tarde como parte de um livro escrito em co-autoria com Marlene Guirado e Felipe Martins-Afonso, *a iniciação científica de Luisa Guirado, no mesmo passo, prossegue e pré-inaugura uma tendência de pesquisa em AID*. Prossegue, pois se faz nos rastros da interlocução já instaurada entre a AID e a psicanálise de Freud. Pré-inaugura, pois dá nova posição ao discurso freudiano em pesquisas ao mesmo tempo produzidas sob o referencial da AID e exteriores ao discurso de Marlene Guirado.

Por que o uso da expressão “pré”, quando dizemos pré-inaugura? Com o título *As verdades sobre a loucura* (Guirado, Martins-Afonso, Guirado, 2012, pp. 151-199), Luisa Guirado indica a especificidade de seu trabalho, no qual se busca confrontar dois âmbitos discursivos diversos no tocante ao modo como cada um produz certa concepção de loucura (p.

⁶² Embora não tenham sido produzidos por Guirado, esses trabalhos foram por ela orientados. Todos foram produzidos em âmbito de formação acadêmica (iniciações científicas, mestrados e doutorados), e no contexto institucional da USP.

158): a psicanálise de Freud e a fenomenologia de M. Boss. Embora o discurso de Freud seja colocado em posição de destaque *pela primeira vez* num trabalho em AID fora dos textos de Marlene Guirado, ele ainda não ocupa um lugar prioritário; não é alvo exclusivo de interlocução tanto quanto um campo de interesse para se pensar uma temática específica, discursos sobre a loucura.

Isso, no entanto, não nos impede de reconhecer *a virada que essa iniciação científica marca na história das pesquisas acadêmicas produzidas em AID*, até então prioritariamente delimitadas por análises de entrevistas, não de textos escritos por Freud. As condições de instituição de uma tendência de pesquisa foram, com esse texto de Luisa Guirado, postas no discurso.

Para melhor contextualizar esse trabalho, é válido um breve comentário descritivo. No Capítulo I (Guirado, Martins-Afonso, Guirado, 2012, pp. 153-158), para a construção do objeto e da pergunta de sua pesquisa, a autora parte de certas formulações de Michel Foucault (1978)⁶³ e, apoiada em noções da estratégia analítica foucaultina diretamente alinhadas com o método da AID (como as de relações de poder e jogos de produção de verdade), delimita como diligência investigativa a seguinte pergunta: “qual a verdade sobre a loucura que a psicanálise freudiana e a fenomenologia existencialista produzem nos textos *O Caso Schreber* e *O caso da Dra. Cobling*, respectivamente?” (p. 158, grifo da autora).

Tendo em vista os nossos interesses no presente momento, não entraremos em detalhes desse denso trabalho. Isso o leitor pode buscar em primeira mão no texto da autora, pelas suas próprias palavras e no contexto de suas intenções. Vale apenas destacar que, em sua análise relativa ao texto freudiano, no Capítulo IV (Guirado, Martins-Afonso, Guirado, 2012, pp. 177-190), a autora mostra não só a concepção de loucura que o discurso de Freud monta como também a maneira pela qual nela entrecem-se investigação clínica e metapsicologia.

Se a escolha de citarmos esse texto de Luisa Guirado deveu-se, sobretudo, ao seu lugar de virada, pré-inaugural de uma tendência de pesquisa, há também um ponto específico das conclusões a que ela chegou que gostaríamos de desenvolver, ainda que com brevidade. Um ponto que, para além dos sentidos que tem no âmbito e contexto particulares do estudo da autora, tem efeitos que parecem “ultrapassar” aquela pesquisa e que ressoam diretamente no escopo da nossa. Isto, pois ela demonstra como o discurso de Freud abre espaços de interlocução preciosos para a AID.

⁶³ A respeito da produção de um discurso sobre a loucura (e seu tratamento) nos séculos XVII e XVIII.

Para que isso se esclareça, vejamos as últimas afirmações da autora em seu trabalho, quando do confronto entre o texto de Boss e o de Freud:

As verdades construídas sobre a loucura são diferentes exatamente no que diz respeito ao delírio, que é aquilo que se manifesta como material de análise para ambos os autores.

Para Boss o delírio é entendido como alucinação e, como tal, é deformação da imagem, dos sentidos; é um impeditivo de ver a “paciente mesma” nas referências que ele faz ao termo. A alucinação é o momento do sintoma que tem que ser ultrapassado para que se chegue a um “si” que é livre desse tipo de deformação.

Para Freud, o delírio é entendido como estabilização da doença, como um momento produtivo de uma nova realidade, garantia de sobrevivência psíquica, quando algum tipo de perturbação fragilizou o ego. Para tanto, atuam mecanismos de repressão, investimento de libido, constituição de objeto interno, como se prevê para o desenvolvimento normal.

As verdades sobre a loucura mostram-se, assim, diferentes para os autores. Não apenas no conceito de delírio, mas também em referência à verdade: para Boss a verdade do delírio está no fato de o delírio/alucinação ser real para a paciente, não importando se, para ele, a experiência é alucinatória; para Freud, a verdade está no próprio delírio, no fato de este conter em si uma verdade histórica, relacionado à própria história da vida do paciente. (Guirado, Martins-Afonso, Guirado, 2012, pp. 197-198)

O que chama a nossa atenção é o fato de a autora destacar que, no discurso de Freud, o delírio é disposto como “paradoxal” condição de contato possível com o mundo, e não afastamento. Mais que isso, a autora aponta como o pensador considera haver no delírio, para além das expectativas da época, verdades relativas à história da vida do paciente. *Menos uma fuga ou um corte da realidade e mais uma estranha construção de relação com o mundo.* Sustentada, segundo Freud, nas marcas da vida de certo alguém, deformadas por mecanismos inconscientes decorrentes do processo de repressão.

Todas essas afirmações e proposições do autor estão suportadas, sim, pelo aparato conceitual da metapsicologia, como Luisa Guirado demonstra (Guirado, Martins-Afonso, Guirado, 2012, pp. 182-190). A interpretação que Freud dá para o delírio de Schreber, com o sistema teórico que possuía e no movimento de instituir uma prática de produção de conhecimento, é aquela que ele podia dar: que raciocina com as noções de repressão e deslocamento, que se sustenta nas hipóteses sobre sexualidade e complexo de Édipo, que institui o modo de funcionamento inconsciente num discurso sobre a loucura.

Essa não é a faceta do discurso freudiano que interessa para nós no presente trabalho. Entretanto, Luisa Guirado não deixa de mostrar, indiretamente e durante toda a construção de

seu texto, as aberturas desse discurso que lhe reservam lugar privilegiado de interlocução com a AID.

Como? A autora aponta a maneira pela qual Freud (1911/2010) *dá voz diferente à loucura no discurso*. O criador da psicanálise, no exercício mesmo da legitimação de seu aparato teórico, parece produzir uma legitimação do lugar de enunciação daquele que delira, exatamente por conferir ao delírio o estatuto de uma verdade histórica. Suspendendo as definições imediatamente teóricas de Freud, podemos pensar que as descrições do autor devolvem àquele que delira ou conta seus delírios a condição de dizer de si, devolvendo assim a sua condição de resistir. Resistir às verdades que, na tensão de uma interlocução clínica, lhe são muitas vezes impostas por aquele que senta na cadeira do médico/psicanalista/terapeuta.

O texto de Luisa Guirado e esse debate, entretanto, merecem uma discussão menos apressada, que não podemos realizar. Fica aqui, então, a sugestão.

A iniciação científica de Felipe Martins-Afonso, concluída em 2011, também foi publicada como parte do livro a que nos referimos acima, *Loucura e neurose em Freud: a cena originária da clínica psicanalítica em análise* (Guirado, Martins-Afonso, Guirado, 2012). Em grande medida, é seu trabalho que “oficialmente” inaugura a tendência de pesquisa a que nos referimos: estudos específicos do pensamento de Freud sob o referencial da AID, já apartados da autoria de Guirado. Ao mesmo tempo, prosseguimento das interlocuções já abertas no discurso dessa pensadora.

No caso desse trabalho, o autor tratou especificamente de um dos mais famosos textos clínicos freudianos (Freud, 1918[1914]/2010), dando ao discurso deste um lugar prioritário de alvo analítico. Nesse livro apresentada sob o título *Clínica e Discurso: uma análise do texto O Homem dos Lobos, de Freud* (Guirado, Martins-Afonso, Guirado, 2012, pp. 43-150), sua pesquisa é configurada como uma minuciosa análise de cada capítulo do longo texto freudiano. Abre-se, aqui, um ramo de investigação acadêmica. Que se mostra, também, como uma das condições de possibilidade da presente pesquisa.

Como contextualização mais geral, vale destacar que Martins-Afonso (pp. 45-47) delinea suas perguntas de pesquisa sob a égide de pensar, a partir de uma cuidadosa construção analítica, como Freud desenha sua prática clínica, que lugares são assim dispostos por ele para o paciente e para o analista, como sua teoria investe sua escuta, entre muitos outros elementos. De um modo mais simples: configurar, na trilha de palavras escritas no auge do movimento de instituição mais expressa da psicanálise, como Freud analisa. Tudo

isso, para discutir questões imediatamente clínicas e diretamente situadas no âmbito da estratégia de pensamento da AID.

Não tentaremos discutir suas elaborações nem brevemente, dada a densidade de informações que tal estudo analítico dispõe. Citamo-lo pelo seu lugar primeiro, de abertura, e remetemos o leitor interessado ao texto na íntegra, onde poderá acompanhar as proposições de Martins-Afonso na coesão de seus argumentos e do contexto enunciativo que os condiciona.

Não resistimos, no entanto, a fazer pelo menos um destaque pontual de um dos resultados a que o autor chegou, relativo à construção feita por Freud em sua análise do homem dos lobos. Um resultado que reverberará em nossa pesquisa.

Acompanhemos algumas palavras de Martins-Afonso, selecionadas muito interessadamente:

Como dissemos, lá onde se esgarçam as cenas e explicações que dão sentido a um sintoma, a uma doença, se inventa (ainda que seja a partir de pistas e indícios fornecidos pelo paciente) uma cena *outra*, à qual converge todo o emaranhado de estórias da história desse Homem dos Lobos: do sonho à sedução, de sua neurose obsessiva à sua histeria de angústia, de sua *expiração* à babá de nome Grucha. No texto de Freud, o recurso da construção ganha toda sua potência, pois a dita cena perpassa, da maneira mais inteligível, a história de afetos, medos, amores, e desejos desse garoto.

Pelo lugar que ocupa no texto de Freud e na análise (no que o autor diz sobre ela) do Homem dos Lobos, a construção, como conceito e como procedimento, é diferente da interpretação. De fato, nesse texto, Freud não parece emprestar palavras a seu paciente, não parece antever suas conclusões a respeito do que lhe aflinge (GUIRADO, 2010); pelo contrário, parece, junto com ele, buscar respostas para os enigmas de seus sintomas. E o estranhamento aparece como condição de sua análise, pois antes de explicar o que acontece ou teria acontecido a seu paciente, Freud estranha: estranha a mudança de comportamento, estranha os lobos na árvore, estranha suas cores brancas, estranha a lembrança da borboleta amarela, estranha as “lembranças” a respeito da governanta inglesa, tudo isso antes de formular interpretações a respeito dessas situações. (Guirado, Martins-Afonso, Guirado, 2012, pp. 142-143, grifo do autor)

No *Homem dos Lobos*, Freud faz interpretações, mas poucas e não diretamente, pelo menos se supõe pelo relato, ao seu paciente. O tratamento caminha nas trilhas das histórias e cenas que dão sentido à doença; mesmo a construção, invenção e sugestão de Freud, ganha credibilidade e existência para o Homem dos Lobos. Assim, o fazer do analista (Freud) *parece prescindir das interpretações*, deixando-as colocadas nos capítulos mais teóricos cujo interlocutor, o parceiro de cena, é o leitor e não o paciente.

Freud, contudo, não prescindia de sua metapsicologia, de sua teoria do desenvolvimento, dos complexos, do narcisismo etc.. Ainda que entrelaçados nas histórias, esses pressupostos eram orientadores e balizadores da análise e do tratamento, na exata medida em que configuramos na análise do Capítulo III.

Prescindindo das interpretações, mas não de uma teoria e de conceitos que explicam e dão sentido à doença, Freud faz sua clínica neste caso e escreve este relato sobre uma tênue linha, nem lá (interpretação), nem cá (análise)... (Guirado, Martins-Afonso, Guirado, 2012, p. 145, grifo do autor)

Aquilo que mais nos importa é o fato de Martins-Afonso mostrar, pelas suas análises, a maneira pela qual a construção configura-se como um procedimento que coloca em jogo a tensão do contexto clínico concreto na produção de sentidos – na contramão das interpretações e de seus efeitos cristalizadores de verdades da teoria. A construção, mesmo que sem a “intenção” do autor-criador, parece garantir a legitimidade dos lugares de enunciação que compõem a cenografia desse atendimento de Freud, tanto do analista (com suas teorias na cabeça) quanto do paciente (com as histórias de sua vida). Dando ao processo de análise um caráter de interlocução viva, menos místico (“desvelador” das profundezas do inconsciente) e mais casual (referente ao jogo de forças que move aquela relação específica).

Como Martins-Afonso destaca (Guirado, Martins-Afonso, Guirado, 2012, p. 147), é claro que Freud não estava preocupado com questões relativas à relação de poder implicada nos dispositivos clínicos ou aos jogos de saber que a instituição psicanalítica põe em cena⁶⁴. Tal como apontado no extrato acima, o pensamento de Freud no atendimento segue a trilha das verdades teóricas por ele criadas; não deve ser à toa o fato de a cena produzida por Freud situar figuras parentais e relação sexual como núcleo patológico cujos desdobramentos inconscientes teriam levado aos sintomas do homem dos lobos. Entretanto, na qualidade de um conceito e no rebote das aberturas desse texto do criador da psicanálise, *a construção colocaria no discurso o contexto*, permitindo ao pensamento reconhecer sua potência analítica, legitimando-lhe posição de destaque no campo de interfaces que constitui a AID.

Esse debate dá muito “pano para a manga”⁶⁵, e a ele voltaremos mais à frente nesta pesquisa. Contudo, é um recorte muito pontual do trabalho de análise de Martins-Afonso, que não chega nem perto de explorar os elementos por ele desenvolvidos. Mais uma vez, então, deixamos aqui a dica.

Nossa dissertação de Mestrado, defendida em 2014 e publicada um ano depois (Silva, 2015), segue essa tendência de pesquisas em AID voltadas para análises do discurso freudiano. Como o leitor pôde acompanhar em nossa Introdução, trata-se de um trabalho cujo

⁶⁴ Ele nem poderia: essas questões só se constituíram como tais posteriormente, noutra época e noutro contexto.

⁶⁵ Isso poderá ser visto o artigo de Marlene Guirado e Felipe Martins-Afonso intitulado *Sonhos e Discurso no Homem dos Lobos: Análise como construção em Freud*, atualmente em processo de avaliação na revista *Tempo Psicanalítico*.

mote foi analisar o texto de Freud de 1914, no qual ele “introduz” a ideia de narcisismo, no âmbito das hipóteses psicanalíticas, como um conceito.

Ao passo que, nas primeiras linhas argumentativas desta tese, já apresentamos minimamente esse nosso trabalho, não nos deteremos nele por muito tempo. Alguns pequenos destaques nos parecem pertinentes, entretanto, e que justificam retomar tal texto nesse ponto de nossas elaborações; tentaremos ser sucintos.

Essa pesquisa dá prosseguimento ao campo de investigação aberto pelos trabalhos que acima citamos, na mesma medida em que *desloca* o foco de interesse para outro escopo do discurso freudiano ao tomar sob análise um texto eminentemente teórico, metapsicológico. Reiterando e expandindo o caráter de legitimidade do estudo da obra de Freud no âmbito das preocupações intelectuais da AID. Outro prelúdio inevitável para construção da presente tese.

Também apoiada em hipóteses abertas por Guirado, a dissertação coloca em jogo um acontecimento da produção conceitual de Freud em que a metapsicologia mostra-se inusitada, como que colocando o narcisismo *entre* as verdades da teoria e um exercício descritivo aquém e além dessas verdades. Abrindo, assim, alguns enunciados freudianos ao acaso de uma enunciação que pode prescindir da própria metapsicologia.

Abaixo, apenas uma citação, já tirada do capítulo de conclusão daquele trabalho e que parece ilustrar essas considerações:

Com o apoio de hipóteses norteadoras (Guirado, 2010), nossa análise pôde configurar o narcisismo como um conceito que, produzido por efeitos de tensão nos embates pelo monopólio da especificidade do que é reclamado como conhecimento psicanalítico ou pertencente à ordem discursiva da psicanálise como verdade, posiciona-se ele próprio num lugar de tensão dentro do contexto interno da teoria freudiana. Por quê? O narcisismo parece, paradoxalmente, “salvar” e “ameaçar” a teoria. “Salvar”, na medida em que reitera a sexualidade como especificidade que legitima a produção do conhecimento psicanalítico. “Ameaça-a”, na medida em que aquilo que se produz configura-se, no limite de sua proposição, como uma “outra” teoria, exatamente pelos efeitos do conceito de narcisismo como modo de enunciação.

É necessário explicar melhor essa última afirmação. Como pudemos acompanhar em nossas análises, Freud recorrentemente procura aproximar narcisismo e primeira teoria das pulsões; entretanto, vimos que, no próprio modo como o discurso se organiza, o texto “mostra” diferenças entre esses dois saberes, como que posicionando o narcisismo num lugar de tensão frente a elementos já estabelecidos da metapsicologia (primeira teoria das pulsões). Como que destoando de um modo de tratar da pulsão como um estímulo interno (uma “substância”?), um “algo” que subsidia uma maneira de tratar do psiquismo pelas suas características e qualidades interiores, o conceito de narcisismo parece introduzir um modo de tratar da pulsão que dá foco a seus movimentos de localização e direção (ou seja, à sua “vetoração”), desenhando uma maneira de tratar do psiquismo (desde sua

constituição) pelas relações entre o Eu e o objeto. Pensar a pulsão pela localização da libido (no Eu ou no objeto), pela sua direção, pela sua “vetoração”, não abriria a possibilidade de vislumbrar uma “outra” teoria das pulsões? E que “outra” teoria seria essa? Seria aquela cujo âmago explicativo pode repousar antes na qualidade descritiva dos conceitos. Usamos a expressão “*pode repousar*” precisamente para dar destaque ao fato de que esta proposição não está explícita no texto de Freud – mas sim nas aberturas do discurso – e que, não sem interesse, escolhemos privilegiar seu caráter inédito no discurso freudiano como possível teoria das pulsões (Guirado, 2010). (Silva, 2015, pp. 146-147, grifo do autor)

Como que por efeito e na sombra das intenções originais que guiaram sua produção naquele contexto, a pesquisa põe em cena um escopo do discurso de Freud que garante condições de possibilidade de interlocução para a AID, região discursiva que responde pelos confrontos de onde emerge a ocasião de se trabalhar operando com uma Psicanálise da AID.

Do mesmo modo com que tratamos os trabalhos de Luisa Guirado e Martins-Afonso, vale aqui a ressalva de que esse é apenas um recorte pontual dessa dissertação de Mestrado, longe de abordar todos os elementos lá construídos. Outra sugestão, portanto.

A dissertação de Mestrado de Felipe Martins-Afonso, defendida em 2015, foi publicada em livro no mesmo ano, com o título *Do inconsciente da metapsicologia ao dispositivo clínico: uma análise institucional do discurso de Freud* (Martins-Afonso, 2015). Esse título, como se verá, diz muito.

Com o mesmo peso daquilo que afirmamos a respeito de nosso trabalho sobre o conceito de narcisismo, a dissertação de Martins-Afonso também prossegue a tendência de pesquisa de que tratamos pelo deslocamento do interesse analítico para um texto notadamente teórico de Freud. Entretanto, com motivo e norte que, desde o princípio, declaram a visada clínica a perpassar toda a publicação.

Não parece haver melhor maneira de contextualizar o leitor do que aquela pela qual o próprio autor o faz, na contracapa de seu livro:

Partindo de trabalhos recentes que analisaram os discursos de psicanalistas contemporâneos sobre seu fazer e que se orientaram segundo o método da Análise Institucional do Discurso (AID), pudemos afirmar que a teoria informa o fazer clínico da psicanálise. Isso implicou dizer também que, por via inversa, é a clínica que materializa a teoria. Dessas duas afirmações levantamos uma pergunta: como Freud formula um conceito específico dessa teoria que informa a escuta e o pensamento desses psicanalistas? Escolhemos o conceito de inconsciente, pois ele é, ao que tudo indica, o carro-chefe da metapsicologia freudiana. Assim, analisamos o texto “O

inconsciente” de Freud pelo método da AID. (Martins-Afonso, 2015, contracapa)

O trabalho de análise do autor “persegue”, eticamente, a trilha do discurso de Freud, reconstruindo seu modo de produção. Desde os movimentos, lá nas origens, de justificativa de elaboração conceitual até as ocasiões textuais que marcam deslizamentos entre a legitimidade de uma hipótese e a naturalização de uma verdade. Pensando, sempre, o caráter instituinte dessas verdades, e mostrando como, nesse tenso jogo de produção de saberes, a metapsicologia mais parece amarrar o discurso do que proliferá-lo. Tudo isso, num texto clássico, que carrega o peso de uma das principais sistematizações da metapsicologia freudiana, como o próprio pesquisador o mostra em sua dissertação.

É importante notar que a pesquisa de Martins-Afonso coloca em cena certo escopo do pensamento freudiano onde se esgarçam as possibilidades de sua interlocução com nossa estratégia metodológica. Diferentemente das três pesquisas que comentamos anteriormente – que tratam de textos mais “abertos” do discurso de Freud –, Martins-Afonso trabalha com um texto “nuclear”, no qual o discurso mais parece se fechar nos limites da ordem discursiva da psicanálise do que se abrir ao acaso e ao descontínuo. Por tal, mais do que o desenho de espaços de aproximação e interface com a AID, o que se mostra em jogo são demonstrações que justificam um afastamento desse escopo específico da metapsicologia.

Em suas palavras: “[...] há uma diferença radical entre o que pudemos pensar sobre a metapsicologia de Freud e o que comumente dela se pensa. Essa diferença concerne àquilo que definiria a psicanálise como tal. Parece-nos que o definidor da psicanálise é, antes, o dispositivo de análise, do que a própria metapsicologia [...]” (Martins-Afonso, 2015, p. 77).

Mas não podemos entrar em detalhes. Que fique aqui mais essa recomendação.

A pesquisa de Renée Volpato Viaro marca como que uma expansão da referida tendência de pesquisa para outro nível de produção acadêmica. Defendida em 2016, sua tese de Doutorado trata, entre outros elementos, de um dos mais famosos e mais lidos textos freudianos, *O mal estar na civilização* (Freud, 1930/2010). É curioso notar como, mais uma vez, há uma espécie de extensão do interesse analítico da AID no discurso freudiano, agora voltado para um dos principais textos ditos sociais de Freud.

Partindo da hipótese, situada no âmbito de proposições foucautianas, de que a psicanálise constitui uma técnica de si (isto é, jogos de poder/saber que, em determinado contexto histórico-geográfico, produzem no discurso sujeitos, subjetividades), a pergunta que

move a pesquisa de Viaro é: “qual o perfil do “sujeito”, “subjetividade” ou simplesmente do “si” que se pode depreender como produto da técnica psicanalítica no âmbito do discurso teórico de Freud?” (Viaro, 2016, p. 12). Com o título *O “si” da técnica psicanalítica: uma análise institucional do discurso de O mal estar na civilização* (Viaro, 2016), vê-se que – por mais estranho que possa parecer – é para o texto freudiano de 1930 que o pesquisador se dirige para responder à sua pergunta e construir sua tese.

Estranho por quê? Para tratar da maneira pela qual Freud configura certa noção de *sujeito/subjetividade*, o autor opta por analisar um texto *social* do discurso do mesmo. Pode parecer uma escolha imprecisa, mas, pelo contrário, é extremamente estratégica. O trabalho de análise de Viaro (2016, pp. 106-169) demonstra como as proposições de Freud acerca da dinâmica social sustentam-se diretamente em pressupostos teóricos que delimitam o indivíduo psíquico tal qual construído pelo discurso freudiano, dotado de certa “interioridade” psíquica, marcado pela dinâmica do inconsciente, movido pelo jogo pulsional, pintado com as tintas da metapsicologia. Lá mesmo onde não se esperaria encontrar o “sujeito”, Viaro mostra (pp. 170-197) o modo pelo qual o discurso freudiano desenha a sociedade pelas cores do indivíduo psicanalítico por ele produzido, o que faculta ao pesquisador configurar que “si” a psicanálise de Freud põe em cena:

Encaminhamos a finalização de nossa análise pela consideração do peso da teoria dos instintos na perspectiva que Freud exerce: de tomar o indivíduo e seu desenvolvimento como lentes de leitura da civilização e de seus processos. Semelhante trabalho analógico encontra respaldo em tal edifício teórico, como nos confirma o capítulo VI, no qual Freud expõe a teoria dos instintos.

É, portanto, um indivíduo cujas cargas instintivas o direciona na busca da felicidade, em torno da qual formula técnicas de vida; cujas restrições às satisfações fundam a civilização; um indivíduo cujos instintos sofrem modificações ao longo do seu desenvolvimento, incluindo aí a inibição da sexualidade; em cuja carga instintiva consta uma quota original e autônoma de agressividade que, via civilização, organiza seu psiquismo para recebê-la de volta, precipitando um sentimento de culpa; e cujas vicissitudes instintivas o conduz à neurose. É neste indivíduo matizado com as cores e acionado pelos movimentos instintuais que Freud apoia suas analogias. Por este indivíduo é que se configura, no discurso de Freud, a civilização. A subjetividade da qual podemos falar a partir de Freud deve, por conseguinte, fazer jus a este indivíduo. (Viaro, 2016, p. 169)

É pertinente destacar que, tal como o trabalho de Martins-Afonso de 2015, essa pesquisa de Viaro aborda a interlocução entre a AID e o discurso de Freud sob um ângulo de ataque que mais mostra o distanciamento epistemológico entre tais campos, não os espaços possíveis de interface. Com muito mais propriedade do que expusemos em nossa Introdução e

no capítulo I, a tese do autor demonstra a irreconciliável diferença entre aquilo que poderíamos depreender do discurso freudiano como *sujeito psicanalítico*, o interesse foucaultiano naquilo por ele nomeado de *sujeito objetivado no discurso*, e o conceito de *sujeito-dobração* com que operamos em AID.

Talvez não fosse necessário afirmar que esses breves comentários não chegam a tocar nem na superfície dos elementos produzidos por Viaro. Mesmo assim, está feita a afirmação e, com ela, um convite.

Considerando nossos interesses, devemos encerrar aqui essas discussões tangentes⁶⁶.

*

Ai está: um panorama de pesquisas em AID que, de fora do discurso autoral de Guirado, ratificam o lugar do discurso freudiano como um interlocutor privilegiado na produção de conhecimento em análise institucional do discurso. Sucinto, tal como prometido, esse panorama serve ao propósito de situarmos, a partir de outro ramo de discussão, a especificidade da presente tese.

Considerando a tendência de pesquisa delineada, de que maneira nosso trabalho prossegue, desloca, rompe com os movimentos discursivos acima destacados? A própria maneira como construímos a pergunta mostra a pressuposição básica de que partimos: nosso trabalho *está inserido* nessa tendência de pesquisa e *prossegue, desloca e rompe* com tais movimentos discursivos. *Prossegue*, pois tomará o discurso freudiano em análise a partir do referencial da AID. No entanto, *desloca*, pois rearranjou o interesse analítico para textos desse autor que justificam interfaces que constituem a estratégia de pensamento da AID. Mas, *rompe*, pois se configura como um trabalho sobre a AID, sobre a Psicanálise da Análise Institucional do Discurso, não exatamente sobre Freud ou algum tema específico em seu discurso.

⁶⁶ É necessário citar mais um trabalho, prosseguimento mais recente dessa tendência de pesquisa que se configura no discurso da AID: a dissertação de Mestrado de Yuri Moriyama, na qual o autor desenvolve uma análise do texto *Além do princípio do prazer* (Freud, 1920/2010). Nesta pesquisa, partindo de trabalhos em AID que tratam da relação entre a clínica psicanalítica e a teoria que investe o seu exercício, o autor circunscreve como seu objeto de pesquisa o contexto de produção de um dos conceitos mais polêmicos da psicanálise freudiana, o conceito de pulsão de morte. Toda a pesquisa, assim, tem sua especificidade demarcada pela própria especificidade do trabalho freudiano, que é analisado a partir de certas hipóteses de Guirado. Colocando em cena um momento da produção discursiva de Freud em que a “criação” é igualmente ameaçada e salva pelo próprio criador, âmbito enunciativo de paralelas reiteraões e reinvenções, a análise do pesquisador busca explorar exatamente as tensões de contexto que se mostram pelo texto. Como a dissertação de Moriyama foi defendida em 2019 após a finalização da escritura de nossa tese, não nos foi possível comentá-la tal como o fizemos com os demais trabalhos acima; contudo, achamos pertinente, no mínimo, indicá-la nesta nota de rodapé.

Se não fomos suficientemente convincentes nesses apontamentos, cabe lembrar que a intenção não era tanto convencer quanto perturbar qualquer impressão de unidade do discurso da AID que nossos desenvolvimentos poderiam involuntariamente ter provocado. Para melhor explicar esse último comentário, cabe aqui uma ressalva final, antes de prosseguirmos.

É notável como o panorama por nós proposto parece se configurar de uma maneira um tanto dispersa, talvez pouco favorável a um possível alinhamento de resultados ou conclusões. Contudo, assim o é intencionalmente, deve-se reconhecer: como uma tentativa de resistir à tentação de produzir significações absolutas, algo que respondesse por alguma suposta continuidade ou linearidade no discurso da AID.

Pelo contrário, esse panorama construído – apontando em diversas direções, sem propriamente seguir nenhuma delas – só busca destacar *acontecimentos* distintos. Tenta delimitar *regularidades* num modo de produzir conhecimento. Não acalma expectativas de *unidade*, mas explora certa *descontinuidade*. Tudo isso, para desenhar *contextos de produção de saber* cujas *condições de possibilidade* instauram-se no discurso pelo exercício da estratégia metodológica da AID quando do estudo e da reinvenção do campo psicanalítico. Reinvenção esta situada, irrevogavelmente, no encaço do caráter instituinte, aberto e indeterminado da obra freudiana. É com essas palavras em mente que queremos prosseguir para o próximo item deste capítulo.

2. O discurso para além da ordem

O discurso psicanalítico de que tratamos nesta tese, aquele com o qual a AID trava interlocuções, está referido exclusivamente ao pensamento freudiano. Como se não estivesse em jogo o discurso psicanalítico, mas sim a psicanálise tal como aberta *pelo discurso freudiano*. É da interlocução com o discurso *de Freud* que, desde confrontos e afastamentos até a tensa construção de pontuais interfaces, podemos pensar como se configura a Psicanálise da AID. E é isso que nos leva a uma questão que não podemos mais evitar.

Por que Freud?...

Esse recorte não é nosso: é um recorte instituído pela AID que, somado a tantos outros, constitui a própria estratégia metodológica, como tentamos deixar claro ao longo de nosso texto. Um recorte que não é arbitrário, e que se faz legítimo na medida em que reconhece, *quando tratamos o discurso freudiano sob as lentes de análise da AID*, algumas “características específicas” do modo de produção de tal discurso.

O que isso quer dizer? Que características são essas? Durante toda a escritura da tese, demos pistas de respostas a essas perguntas, em diferentes situações, de diferentes modos, com diferentes intenções. Com essas pistas, não chegamos nem perto de explicar essa espécie de preferência calculada. Mas não podemos nos furtar a explicá-la devidamente, pois ela delimita as condições da interlocução entre a AID e o pensamento de Freud, suporta as condições de produção das interfaces de que tratamos, demarca as condições de defesa de nossa tese.

Abaixo, então, um desenvolvimento possível para essa questão, breve e de caráter mais *ensaístico*, operado com a estratégia de pensamento da AID.

*

Por que Freud?...

...pois seu discurso constitui-se, no limite da sua instituição, como um discurso de origens.

Quando afirmamos isso, não estamos insinuando certa reverência a uma espécie de *originalidade* das elaborações do discurso de Freud. Isso posicionaria nossos estudos frente ao caráter de verdade daquilo por ele dito e proposto, como se emanasse do autor-Freud a perspicácia do descobrimento de um fato da realidade.

Não. Pensando *discurso* com Foucault (1971/2010, pp. 51-54), partimos de um conjunto de pressuposições de base que nos levam numa outra direção: não supor a existência de algo “por trás dos discursos”, uma realidade a ser descoberta e por ele veiculada, significa pensar discurso como realidade em si mesma, uma “violência que fazemos às coisas” (Foucault, 1971/2010, p. 53). Acontecimentos que instituem sentidos, e não uma descoberta de significados ocultos; atos descontínuos produzidos em contextos e delimitados por condições de possibilidade.

Não pensamos o discurso freudiano, pois, pela sua originalidade, mas sim pelas regularidades no seu modo de produção. Não pelas significações por ele dispostas, mas pelas condições de sua enunciação. Não pela unidade desse saber, mas pelas séries descontínuas de sua instituição. Não pelas suas verdades como “criação”, mas pelos acontecimentos que dispõem as regras desse “criar”.

O leitor atento não deixou de notar que ainda não explicamos nossa resposta à pergunta acima. É verdade: precisávamos, antes, dispor essas pressuposições de base que guiam nosso pensamento, para agora sim desenvolver nossos argumentos nos calcanhares da

proposta de Guirado (2010), já operando nosso pensamento com sua estratégia conceitual e com suas hipóteses.

De uma maneira direta: quando dizemos “*origens*”, fazemos remissão aos efeitos do dizer, não do dito – num contexto enunciativo específico, no tempo e no espaço, que dispõe a interdiscursividade que demarca sua condição de possibilidade. Ou seja, quando propomos considerar o discurso de Freud como um discurso de origens, queremos dizer que seu discurso institui um modo de produção discursiva, institui uma ordem do dizer, num embate ininterrupto com outras – por exemplo, a medicina, a filosofia, a psicologia experimental, a religião, a sociologia, a antropologia etc.. Instituição de um novo modo de produção do discurso não porque imanente da autoria ou da realidade “desvelada”, mas sim porque efeito contextualizado de um exercício de pensar/produzir por confrontos. Instituição móvel, porque recorrentemente impõe e naturaliza verdades mostrando, implícita ou explicitamente, os jogos de força que as constituem. Instituição viva, porque se faz numa luta tensa, com outras instituições, pela sua legitimidade como prática de saber – mesmo que impondo, de dentro e ao sabor da necessidade casual, mudanças a esse próprio saber.

Deixemos de lado esse linguajar conceitual-acadêmico; ele é preciso, mas pouco generoso com o entendimento. Tentemos, diferentemente, pensar essas coisas de um jeito mais leve, encenando uma conversa mais livre.

É difícil encontrar um texto de Freud no qual não seja possível situar, nem que minimamente, as interlocuções que movem seu pensamento – tanto aquelas com outros campos do conhecimento como aquelas internas ao próprio discurso psicanalítico. E isto, só quando o próprio autor não as revela, de partida e de peito aberto, como comumente se verifica.

Por exemplo, a “fundação” da psicanálise no texto de 1900 se faz num diálogo intenso e declarado com áreas do saber como a filosofia e a medicina – esta última, inclusive, comunidade discursiva da qual nosso autor fazia parte, e da qual não hesitou em se afastar (embora nunca afastado do discurso da ciência!). E no texto sobre sexualidade infantil de 1905? Tensos embates com outros campos de conhecimento: perigo constitutivo do ato de pensar por confronto, e pelo qual uma das principais especificidades do saber psicanalítico se institui formalmente – a sexualidade. O texto de 1914 sobre o narcisismo é outro exemplo, na disposição de um diálogo interno do discurso psicanalítico que conseqüente e paradoxalmente ratifica e redesenha entendimentos já assentados (Silva, 2015). Até mesmo um texto como aquele sobre o inconsciente, de 1915, exemplar da metapsicologia, fechado nas normas de verdade da instituição psicanalítica, mostra o modo freudiano de produzir saber como que “no

contra” (Martins-Afonso, 2015). Isso sem falar nos textos sociais de Freud, desde o totem até o Moisés, que demarcam certa proliferação do âmbito do conhecimento psicanalítico numa espécie de expansão colonizadora de seu escopo de legitimidade...

Por que isso chama a atenção, do nosso ponto de vista? Pois assim cada saber produzido é mostrado na sombra do contexto enunciativo que condiciona o seu acontecer. Aquilo que é defendido como “fato descoberto” tem a sua defesa regularmente implicada, *pelo próprio criador*, em jogos de força sobre o domínio do conhecimento legítimo. Isso permite a nós afirmar, apoiados nesse âmbito de origens de seu discurso, que *Freud produz na e pela tensão*. A psicanálise freudiana não teria “nascido” por causa de uma *descoberta*, mesmo que o seu criador pareça assim defender! Ela teria “nascido” porque inventa um *jeito de descobrir*, já que Freud produz um discurso *enquanto discute com outros*, cria conhecimentos *enquanto os tenciona com outros*, institui uma ordem do dizer e do pensar *enquanto mostra a sua diferença frente outras*. Sempre no rebote do exercício profissional concreto, redesenhando o fazer clínico cotidianamente, *para além daquilo que o naturalizava naquela época e naquele lugar*.

Freud escreve em defesa da universalidade do psiquismo endógeno (da pulsão e do inconsciente) por ele proposto, sim. Mas, pelas vicissitudes do quadro enunciativo que suas interlocuções montam, o modo como ele faz tais proposições mostra o *contexto do dizer*. Mostra a *tensão do acontecimento* de seu discurso. Mostra a *instituição de uma prática de saber*. E curiosamente, justamente esse ato de instituir parece dar as condições de o discurso freudiano não ser tão refém da instituição por ele mesmo produzida. “Quem cria, dá as vias”? Não é bem isso que queremos dizer... Para explicar melhor, refaçamos a pergunta.

Por que Freud?...

...pois seu discurso mostra-se, em várias ocasiões da sua produção, indeterminado frente às regras que delineiam seu próprio ordenamento.

Isso não significa considerar o discurso freudiano errático, impreciso de alguma maneira, incongruente em algumas ocasiões, ou passível de ser pertinente a qualquer âmbito ou modo de produção de conhecimento. Nada parece mais distante daquilo que o estudo de sua obra faz reconhecer. A coerência e a coesão de sua produção intelectual, entre o rigor e a retórica, não apenas estabelecem uma sólida ordem discursiva como também configuram um edifício hipotético que cento e vinte anos de discurso psicanalítico não parecem ter conseguido suplantar.

O que queremos destacar, então? Com cautela, pensemos juntos.

Se, por um lado, vemos com Freud a instituição de um modo de produção do discurso, feita no fio da navalha por interlocuções e confrontos, por outro vemos também com ele o movimento institucional de naturalização de saberes e verdades. Pelo próprio “andar da carruagem” da instituição da psicanálise, conceitos produzidos no discurso da teoria, a partir do exercício profissional concreto, passam a materializar uma verdade, um fato.

Para tentar esclarecer, vamos arriscar um diálogo imaginário: Freud até poderia concordar que inventou a psicanálise, mas nunca que inventou *o inconsciente*, um fato da realidade, um dado da natureza. No máximo, concordaria que inventou *o conceito* de inconsciente, mas só por uma derivação inevitável de um fato da natureza psicológica verificado na experiência clínica.

Nossa intenção, aqui, não é fazer uma crítica. Como médico neurologista da Viena da virada do século XIX para o XX, Freud produziu – mesmo modificando, revolucionando, resistindo – o que podia e do modo que podia produzir naquele contexto. O ponto central de nossos destaques, noutro sentido, é reconhecer que a ordem discursiva da psicanálise freudiana institui um conjunto de regras de enunciação que definem as verdades desse campo de produção do conhecimento, imediata e invariavelmente remetidas a uma realidade “exterior” (ao discurso) e observável (na clínica). Isso marca seus trabalhos; mais do que marcar, podemos dizer que é *para isso* que seus trabalhos se fazem.

Esses apontamentos tentam dar luz ao fato de que aquilo que Freud diz se dá implicado nessa ordem do dizer. *No entanto, como aquele que institui essa ordem, o discurso freudiano raramente se exerce sem que o próprio autor coloque em jogo esse caráter instituinte.*

Pensemos no texto de Freud de 1937 sobre o término da análise, por exemplo. Num contexto enunciativo que contava com todo o peso de mais de 40 anos do exercício de uma prática de saber e de produção de um discurso teórico, nosso autor – tratando da questão de como alguém pode tornar-se psicanalista, articulada à questão da duração da análise – afirma o seguinte: “Mas onde e como pode o pobre infeliz adquirir as qualificações ideais de que necessitará em sua profissão? A resposta é: na análise de si mesmo [...]. Por razões práticas, essa análise só poderá ser breve e incompleta.” (Freud, 1937/1969, p. 265). E, logo na sequência, sobre esse tipo de análise, ele lança: “Seu objetivo principal é *capacitar o professor* a fazer um juízo sobre se o candidato pode ser aceito para formação posterior. Essa análise terá realizado seu intuito se *fornecer àquele que aprende uma convicção firme da existência do inconsciente* [...]” (p. 265, grifo nosso). Curiosamente, no seu modo de produção, o discurso permite-nos montar uma cena “da análise e formação de futuros

psicanalistas” na qual o personagem-analista-professor é aquele que *é capacitado a algo*, configurando para o personagem-analisando-candidato o lugar de quem ter que... *ser convencido!* De quê? Da realidade factual do psiquismo tal como descoberta pela psicanálise. Eis uma marca característica da escrita freudiana: no plano daquilo que é dito, uma verdade se naturaliza (ou um conceito é naturalizado como uma verdade descoberta); no plano do dizer, mostra-se, “sem pudor”, o caráter produzido de tal verdade.

Outro exemplo: vejamos só o contexto tenso da escritura do texto de 1914 sobre o narcisismo, pelo qual interlocuções declaradas mostram as rachaduras internas da comunidade psicanalítica da época e o embate por uma das especificidades do conhecimento legítimo dessa área (para Freud: a sexualidade). Nesse ínterim, reafirmando saberes, modificando-os mesmo que sem confessar, “descobrimo” novas verdades para sua psicanálise, nosso autor assim escreve de repente: “O narcisismo que *supomos* na criança [...] pode ser mais facilmente *confirmado* por inferência retrospectiva de um outro ponto do que apreendido por observação direta” (Freud, 1914/2010, p. 36, grifo nosso). Suposição e confirmação, interpretação e dado, hipótese e fato: numa mesma frase, a tensão entre naturalização e relativização mostrada no discurso, indeterminando-o.

Mais um último exemplo, só para garantir? Vale a pena. Pensemos na cena enunciativa que mostra o autor discutindo com sua própria criação, em 1920, cautelosamente colocando no “castelo de cartas” da psicanálise mais um perigoso “par de cartas”, que ameaçava derrubar todo esse já construído “castelo”. Ao final de aproximadamente oitenta páginas que tentam sustentar a prática clínica pela metapsicologia, encontramos as seguintes afirmações, referidas à pulsão de morte: “Talvez me perguntem se e até onde estou convencido das hipóteses que apresento. A resposta seria que eu próprio não estou convencido nem peço que outros nelas acreditem. Ou, mais precisamente: não sei até onde creio nelas.” (Freud, 1920/2010, p. 232); e algumas linhas mais à frente: “Não discuto que o terceiro passo na teoria dos instintos, que aqui empreendo, não pode reivindicar a mesma certeza dos dois anteriores, a extensão do conceito de sexualidade e a tese do narcisismo” (Freud, 1920/2010, pp. 232-233). Acompanhando a construção do argumento freudiano, somos levados da *crença* numa hipótese à *certeza da veracidade* de outras; entre acreditar numa suposição ou admiti-la como verdade, o discurso mostra como a legitimidade do saber produzido é refém da *veracidade do fato da realidade* a que tal saber se refere. E, assim, a relativização de uma hipótese é produzida no mesmo movimento em que outras se naturalizam. Em outras palavras: Freud defende o caráter de verdade daquilo que é dito

enquanto mostra o seu caráter produzido, enquanto mostra sua relatividade ao seu modo de produção.

Em Freud, é possível reconhecer uma tentativa de produzir *conhecimento verdadeiro*, quer dizer, correspondente à realidade e dela um reflexo em nível científico e organizado. Contudo, o movimento da produção discursiva não se faz sem um casual e incômodo reconhecimento da produção de *um verdadeiro possível*. O texto e a escrita freudianos se fazem pela determinação de um saber, mas não raramente seu discurso se exerce em direção à sua indeterminação. Ou melhor: parece haver certos índices de indeterminação no discurso freudiano que nos facultam tomar algumas de suas regiões, específicas e pontuais, para pensar algo diferente daquilo que originalmente intentavam, num novo contexto de enunciação, numa outra ordem do dizer. É por tal que cabe insistir, mais uma última vez, na pergunta-guia deste item.

Por que Freud?...

...pois seu discurso mostra-se, em muitos momentos do seu exercício, aberto ao acaso de seu acontecimento.

Essa resposta segue a trilha de implicações daquilo que já apontamos; mesmo assim, ela ainda se configura muito densa, de difícil compreensão. Arrisquemos dar-lhe um tratamento mais “concreto”. Nesse sentido, que tal começarmos pelos exemplos?

Consideremos o contexto enunciativo no qual as primeiras dissidências da comunidade psicanalítica são seguidas da elaboração de escritos técnicos que fazem “recomendações” aos praticantes (médicos) da psicanálise e que desenharam o ofício clínico-profissional entretido na teoria psicológica dele derivada. Nas tensões (e interlocuções) que movem o autor nesse regramento da conduta – que, segundo Guirado, parece normatizar a instituição da psicanálise e produzir uma ética para o seu exercício –, o discurso de Freud mostra cenas de atendimento clínico em seus textos. Apoiados nas análises de Guirado (2000, 2015), é possível reconhecer que, se em 1912, para falar da *dinâmica* da transferência, o cenário clínico por ele desenhado supõe um médico psicanalista e um paciente (se seguirmos o rastro do uso de substantivos, artigos e adjetivos no masculino genérico), em 1915, para falar do *amor* de transferência, o cenário desenhado supõe um médico-homem e uma paciente-mulher. Sobre tal deslizamento no gênero desses personagens supostos, o autor não dá pistas discursivas de seu reconhecimento; e é nesse contexto de enunciação que se formaliza com especial força um dos principais conceitos da psicanálise.

O que isso mostra? A implicação do ato da produção do discurso naquilo que é produzido e institucionalmente naturalizado: Freud, ao falar do fenômeno da transferência, coloca-o como um fazer do paciente e trata-o pela lógica explicativa da metapsicologia, mas seu discurso acaba por mostrar o próprio analista como implicado no que se produz, se reconhece e se desconhece no contexto institucional da análise. Está aí uma das condições de possibilidade da reinvenção do conceito de transferência feita por Guirado⁶⁷. Condição de possibilidade de produzir, suportada pelas tensões e apoiada nas aberturas do discurso de Freud, algo diferente daquilo que originalmente se colocava. Dirigir nossa atenção para esses elementos é o que significa tomar discurso em sua dimensão de acaso, reconhecendo nele as regiões de abertura que lhe devolvem seu caráter de acontecimento, ação em contexto, para além daquilo que fecha a unidade do saber e sustenta sua continuidade. *E o discurso de Freud, nesse sentido, assim dotado de uma consistência lógica interna inegável, é especialmente aberto.*

Ainda não fomos suficientemente convincentes? Talvez. Continuemos tentando, pois é possível pensar outros exemplos no discurso das origens. Momentos específicos das produções e re-produções do conceito de inconsciente parecem servir a isso, tal como acasos pontuais da elaboração teórica que rodeia a noção de pulsão, bem como algumas ocasiões do pensar o exercício clínico, a transferência, a interpretação, a construção...

Podemos considerar, nos textos de 1900 e 1901, por exemplo, como as ideias de condensação e deslocamento, embora implicadas na suposição de um “inconsciente profundo”, mostram-se como um movimento descritivo daquilo que se reconhece pelo exercício concreto de observação clínica. Para além das verdades da teoria, mesmo que nelas implicadas. No modo de produção do discurso de Freud, está aí uma abertura que permite considerar tais ideias menos como uma verdade teórica e mais como um direcionamento possível da atenção, um modo de pensar, uma estratégia descritiva. Nesse mesmo sentido, pensemos como em 1925 uma despreziosa analogia entre sua teoria psicológica e um novo brinquedo da época abre uma ideia que pode funcionar “fora” do escopo estrito das regras de enunciação de seu discurso, *tanto para pensar inconsciente como para pensar transferência*. Ou, coloquemos em foco seu trabalho sobre o narcisismo, de 1914: numa tensa luta para não alterar sua teoria das pulsões, seu discurso abre-se noutra, que pode prescindir daquilo mesmo que lhe era tão caro (o conteúdo da pulsão) em favor de uma atenção aos movimentos das relações. Vale lembrar também como, em 1919, nosso autor desenvolve uma discussão

⁶⁷ Fizemos um uso extremamente pontual dessas elaborações analíticas de Guirado. Para maior aprofundamento e compreensão, sugerimos seu acompanhamento na fonte original (Guirado, 2000, 2015).

específica sobre um tema da estética de uma maneira que, mesmo colocando em cena a questão do irrepresentável na trilha de suas hipóteses sobre a repressão, promove uma abertura para se pensar o inconsciente *sem a necessidade de operar com essa noção mesma de repressão*; promove uma abertura para se pensar o campo do irrepresentável sem a necessidade de operar com a ideia de pulsão de morte (que seria produzida um ano depois). É possível também considerar um de seus casos clínicos, aquele sobre o homem dos lobos publicado em 1918, destacando como – numa apresentação que buscar costurar o raciocínio clínico e a teoria explicativa – nosso autor mostra a cena do atendimento clínico pelo movimento vivo da interlocução entre os personagens daquela cena (tensão do contexto concreto na produção de saberes), abrindo seu discurso sobre a clínica para além das imposições interpretativas e no horizonte das implicações pragmáticas de uma noção como a de construção. Inclusive, 19 anos depois (em 1937), Freud inusitadamente delimita o exercício clínico pelo movimento das construções produzidas em análise, reiterando o âmbito teórico de seu discurso (legitimação de seu lugar na prática de saber psicanalítica) e – paradoxalmente – abrindo-o ao acaso daquilo que concretamente se inventa no contexto do atendimento, em consideração à especificidade dos lugares de enunciação que compõe a cena clínica⁶⁸.

Um discurso aberto seria, pensando com a AID, um discurso que, nos acasos de sua produção, permite outras produções. Aberturas casuais que facultam com ele operar – *por tensão irreduzível* – um pensamento diferente daquele que nas origens se exercia, noutro contexto e com outras intenções. Sem negar-lhe sua consistência lógica ou a especificidade de seu ordenamento, sem submetê-lo ou reduzi-lo a outro modo de produção de conhecimento. Como vimos apontando desde as primeiras páginas desta pesquisa, *a AID não é psicanálise*, mas pelo trabalho com as aberturas do discurso de Freud é que se produz a condição de sua enunciação *como uma proposta de “cunho” psicanalítico*⁶⁹. Condição da produção de um âmbito conceitual em interface, de uma “psicanálise em torção”. Eis aqui um requisito imprescindível para o entendimento do imperfeito título que escolhemos para nossa tese: *Sobre a Psicanálise da Análise Institucional do Discurso*.

⁶⁸ Os seis exemplos que mencionamos nesse longo parágrafo foram apresentados de modo muito rápido. Em nossa defesa: dois deles (referentes ao caso clínico do homem dos lobos e ao texto sobre o narcisismo) são trabalhados extensivamente em análises já publicadas (Guirado, Martins-Afonso, Guirado, 2012, pp. 43-150; Silva, 2015); dois deles (sobre os textos de 1900/1901 e 1919) já foram mais bem apresentados no nosso capítulo II; e dois deles (relativos aos textos de 1925 e 1937) serão aprofundados nesta tese mais à frente.

⁶⁹ Tanto quanto o é uma proposta de “base” foucaultina, de “aporte” linguístico, de “preocupação” sociológica. Todos esses termos, colocados entre aspas, são extremamente imprecisos: eles servem apenas para fazer remissão ao caráter fronteiro da constituição conceitual da AID. Esta é, em si, *uma proposta para o exercício da Psicologia*.

Para encerrar, seis observações parecem necessárias.

Algumas, em nome da prudência: (1) é importante destacar que quando nomeamos o discurso freudiano como *de origens, indeterminado, aberto*, não estamos sugerindo que ele em sua totalidade assim se exerça, sempre mostrando tensões, sempre insinuando algo para além de seu ordenamento, sempre mostrando a casualidade de sua produção, sempre aberto a novas produções. Diferentemente, estamos ai apontando para a possibilidade de lá se reconhecer essas ocasiões específicas, regiões discursivas pontuais, momentos aleatórios que “emergem” *a partir do próprio exercício do discurso em sua instituição, em sua ordem, em sua unidade*; (2) mas, mais que isso, é crucial lembrar que tudo o que acima desenvolvemos – essa espécie de caracterização do discurso de Freud – está imediatamente condicionado ao exercício da AID. Não estamos definindo *características imanentes ou óbvias* do discurso freudiano, mas sim defendendo que podemos assim pensá-lo se operarmos a partir de uma estratégia conceitual específica; (3) não à toa, portanto, os pontos de indeterminação e abertura que destacamos são justamente aqueles que podem fazer eco no interior da proposta metodológica da AID.

Outras observações, em nome da precisão: (4) os exemplos de indeterminação e abertura do discurso freudiano que apresentamos são, como era de se esperar, apenas um recorte possível; (5) levando em conta a tese que queremos defender, é pertinente também destacar que *nem todo momento de indeterminação e nem todo ponto de abertura configura-se como ocasião de produção de interfaces*; (6) é justamente nesse sentido, e para finalizar, que vale a pena recolocar aqui a intenção radical que condiciona, para a AID, um pensamento em fronteira com Freud: pelo reconhecimento de regiões discursivas específicas e por uma desnaturalização da teoria, é possível apoiar-se no *caráter descritivo* de algumas de suas propostas quando passíveis de serem torcidas para funcionar no interior da estratégia de pensamento da AID.

*

Nossa apresentação acima é apenas *um ensaio*. Incompleto e parcial. Mesmo assim, esperamos que tenha sido pertinente e produtivo gastar, para essa discussão, um pouco mais de tinta e algumas páginas extras.

No limite, essas nossas palavras, ainda hesitantes, apenas tentam elaborar, em outro nível e em respeito ao tema de nosso trabalho, aquelas de Guirado por nós já citadas:

Dissemos em outro lugar (Guirado, 2010) que os escritos de Freud *são um discurso aberto, porque apresentam um índice de indeterminação, um movimento casual que, à revelia de suas tentativas de ordenamento, faz dele uma ocasião de pesquisa profícua, que avança sem necessariamente desbancá-lo, condená-lo, denegá-lo. Resiste a um ataque moral de grupos e ranços contemporâneos e novo-midiáticos. Resiste à tentação fácil de ser classificado como um clássico desatualizado que nada mais tem a dizer. Resiste, enfim, às tentativas de engessamento teórico, ideológico e/ou clínico. E, por atenções sucessivas, pode-se reinventar, ao sabor de suas próprias flexões.* (Guirado, 2015, p. 114, grifo nosso)

Interrompendo agora esses debates tangentes, fechamos o parêntese aberto com este capítulo. A sensação de fazê-lo não é de conforto, dado que abordamos tais debates de modo inconclusivo. Em nenhum momento, porém, visávamos a lhes dar qualquer conclusão fechada. Tentamos somente tratar de duas brechas de nosso discurso para, por um lado, *dar-lhes visibilidade e lugar*, e por outro, *agregar força argumentativa à nossa tese*. Mais elementos a somar no desenho do contexto de produção deste trabalho, elementos esses que serviram de ponte para que passemos enfim ao segundo movimento de nossa pesquisa: pensar sobre a Psicanálise da AID a partir de análises do discurso de Freud.

À frente das análises, contudo, é necessário falar sobre método.

CAPÍTULO IV

Método:

Das estratégias de análise do discurso de Freud

Pode parecer estranho, a essa altura de nosso trabalho, o desenvolvimento de um capítulo de método. Isto, porque, desde a Introdução e durante todo o primeiro movimento de nossa pesquisa, tratamos extensivamente do método que sustenta a produção desta tese.

A contundência do presente capítulo, portanto, não repousa numa descrição detalhada da AID, mas se configura a partir de uma pontual reapresentação conceitual dessa estratégia de pensamento já articulada aos propósitos específicos do segundo movimento desta pesquisa.

Em palavras mais diretas: na esteira do recorte analítico que delineamos ao final do capítulo II, delimitaremos aqui como iremos operar com a AID nas análises do discurso de Freud.

Antes, porém, uma breve retomada pode ajudar a organizar o pensamento, prontamente direcionada para a discussão ora em pauta.

1. Do que nos trouxe até aqui ao que nos levará adiante

Considerando aquilo a que visamos neste trabalho, a produção de uma tese analítico-demonstrativa sobre a Psicanálise da AID, é importante reconhecer que os percursos que escolhemos para tal mostram-se particulares. Mais precisamente, foram dois os percursos propostos para pensar como se configura esse âmbito conceitual da AID: *primeiramente indo*

ao discurso de Guirado (capítulos I e II) e, posteriormente, indo ao discurso de Freud (capítulos V e VI).

Dessa maneira, no primeiro movimento de nossa pesquisa realizamos uma análise histórico-descritiva do discurso de Guirado. Mesmo que não recoloquemos em cena todo esse trabalho, vale resgatar aquilo que pode nos auxiliar no momento.

Atentos ao modo de produção do discurso dessa pensadora, tentamos traçar os acasos das interlocuções com o saber freudiano que acompanham – no tempo e no espaço – a constituição da AID e que – por confronto e diferenciações – facultam a produção de interfaces. Desde aquelas de ancoragem, mais básicas e instituintes (Guirado, 1986/2004, 1987/2004), até aquelas propriamente conceituais, mais complexas, que permitem a enunciação de uma Psicanálise da AID (Guirado, 1995/2006, 2000, 2010, 2015).

Nesse traçado, propusemos reconhecer que a interlocução que firma uma fronteira *conceitual* entre essas duas áreas do conhecimento estabelece-se pela re-elaboração do conceito de *transferência*, retorcido para que se sustente alinhado aos outros aportes conceituais da AID e para que responda ao objeto institucional dessa estratégia analítica. Ser esse o conceito que faculty a produção de uma primeira interface conceitual é uma exigência epistemológica do próprio método, coerente com a história de constituição da AID visto que ele coloca em questão – do discurso de Freud ao de Guirado – o âmbito mais imediato do exercício profissional, o *fazer analítico*⁷⁰. Dando atenção privilegiada para o contexto da relação concreta que faz uma análise acontecer.

Da transferência, redimensiona-se a própria concepção de análise e o lugar do analista. E, por outros confrontos com o discurso de Freud, problematiza-se o lugar das interpretações, indicando-se a possível vocação analítica de uma ideia como a de *construção*. Abrindo, assim, o trabalho de análise a indeterminações que façam frente a possíveis objetivações ou sujeições (efeitos possíveis daquilo que, do plano da teoria, investe uma escuta, uma intervenção).

É por todo esse trabalho de elaboração conceitual que se abre, no discurso de Guirado, novas ocasiões de interlocução, novos espaços de confronto e fronteira com a psicanálise freudiana que, para além da ação concreta (embora a ela sempre visando), colocam em cena a subjetividade tal qual esta pode ser pensada no escopo da AID. Do inconsciente ao narcisismo, do irrepresentável ao estranho, para por fim dar posição privilegiada à ideia de

⁷⁰ Mesmo que, no discurso das origens, “transferência” seja um termo que carregue o peso das suposições metapsicológicas da psicanálise de Freud. Por isso a marcação das diferenças, por isso o rigor de um afastamento epistemológico; por isso que é interface, e não apropriação.

bloco mágico, ocasião inclusive de recolocar a transferência no discurso do método por outra via de discussão.

Foi por esse percurso que organizamos uma configuração possível da Psicanálise da AID a partir do discurso de Guirado. Mas esse mesmo percurso, mais além, deu condições para a construção do recorte analítico⁷¹ que facultará, para o prosseguimento da pesquisa em seu segundo movimento, pensarmos sobre esse tema a partir do discurso de Freud.

Apoiados nas hipóteses de Guirado (2010) que discutimos anteriormente, desenvolveremos análises do discurso de dois textos freudianos, *Nota sobre o “Bloco Mágico”* (Freud, 1925/2011) e *Construções na Análise* (Freud, 1937/2018). No primeiro caso, tentaremos mostrar como se configura no texto do psicanalista a possibilidade de pensar uma noção de *inconsciente como superfície*. No segundo, tentaremos mostrar como a ideia de *construção* apresentada pelo autor pode funcionar no exercício de uma análise preocupada com o seu contexto de enunciação. Demonstração, assim, de aberturas que facultam a construção de interfaces conceituais.

Antes de continuarmos, há um destaque a ser feito. No primeiro movimento da pesquisa, ao traçarmos as interlocuções com Freud que instituem – na própria história de constituição do método – uma Psicanálise da AID, mostramos que o trabalho com o conceito de transferência é aquele que primeiramente permite a produção de uma fronteira conceitual. Posteriormente no discurso de Guirado, e com o suporte desse primeiro trabalho, é que outros termos conceituais do discurso freudiano são submetidos a torções de interface.

Ou seja: na construção de uma fronteira propriamente conceitual com o discurso freudiano, partiu-se do âmbito mais imediato do exercício de uma análise e a partir disso foi possível pensar sobre subjetividade, no termos da AID, em confronto e tensão com outras noções da psicanálise (por exemplo, o inconsciente, o narcisismo, o estranho etc.). Pelo nosso recorte de pesquisa, portanto, mostramos como a Psicanálise da AID se constitui na esteira da construção uma *estratégia de análise*; somente depois é que tal Psicanálise pôde se configurar, conceitualmente, em atenção aos limites daquilo que é considerado *analisável* no interior dessa estratégia de pensamento.

Com isso já defendido, no segundo movimento da pesquisa poderemos seguir numa direção inversa, partindo do âmbito dessa interface que se ocupa de reconsiderar a própria concepção de subjetividade, para somente depois chegar ao âmbito que trata do fazer

⁷¹ Apresentado ao final do capítulo II deste trabalho.

analítico. Indo das regiões da interface que desenham uma espécie de *campo do analisável* às regiões que delimitam uma *estratégia de análise* nesse campo.

Colocando de um modo mais claro: no próximo capítulo, será a análise do texto sobre o bloco mágico que disparará a nossa investigação; o ponto de interface do qual partiremos, portanto, é aquele ao qual nossa análise do discurso de Guirado chegou por último. Ponto esse que põe em cena uma interlocução com Freud para pensar sobre subjetividade sob os contornos do objeto institucional da AID e sob a ótica de seus aportes conceituais fronteiriços. Para pensar – do inconsciente freudiano em direção à AID – aquilo que se entende como singularidade na produção da subjetividade no discurso.

Do bloco mágico é que iremos para o texto de 1937, pelo qual buscaremos pensar – nesse trabalho sobre construções – as condições de produção de uma fronteira conceitual que responda pelo exercício concreto de uma análise operada com a AID. Ai sim, colocando em cena a relação analítica e seu fazer. Voltando, desse modo, ao que parece ser o ponto das interfaces estabelecidas com o pensamento freudiano mais caro à AID.

Feita essa curta retomada, podemos enfim adentrar na questão que dispara a produção do presente capítulo: como operaremos com a AID nas análises dos textos de Freud?

2. Em conceitos de base, os contornos de um particular tipo de análise

Para tratar do modo pelo qual analisaremos os dois trabalhos freudianos escolhidos, rerepresentaremos alguns dos conceitos da AID que orientarão essas análises, muito brevemente, já os pondo em ação para pensarmos cada um desses textos em sua especificidade.

O primeiro desses conceitos a ser recolocado é, necessariamente, o de discurso (Foucault, 1971/2010, 1976/2015; Guirado, 1995/2006, 2010). Pensado como ato-acontecimento, discurso é o dispositivo que define, num determinado contexto, as regras e as condições de possibilidade do exercício da função enunciativa. A produção de saberes, de verdades, de subjetividades, se dá no e pelo discurso pela correlação de forças que constituem o seu exercício, pelas relações de poder/resistência que se implicam nesse exercício.

Quando propomos analisar o texto *Nota sobre o “Bloco Mágico”* (Freud, 1925/2011), portanto, estamos preocupados com aquilo que se produziu como discurso – efeito de um contexto enunciativo em que a instituição psicanalítica já contava com mais de vinte anos de elaboração teórica – e o que essa produção mostra – condicionada pelas interlocuções que moviam (de “dentro” e de “fora”) uma espécie de ratificação do escopo de legitimidade da

teoria psicológica de Freud. Buscamos, nesse inusitado texto teórico sobre um conceito já bem estabelecido no campo (o inconsciente), como o discurso se produz em seu controle e em sua proliferação, e que verdades se reafirmam e se modificam. Tudo isso, atentos ao que nesse trabalho pode haver de acaso e de descontínuo no pensamento teórico do psicanalista.

Numa direção parecida, com o artigo *Construções na Análise* (Freud, 1937/2018) – um dos últimos produzidos pelo autor, na esteira de mais de quarenta anos de trabalho clínico concreto – estaremos atentos para o que o discurso, em seu modo de produção, mostra sobre o próprio ato de analisar. Num curioso texto como esse (um trabalho sobre o que se convencionou chamar de teoria da técnica), visamos a analisar de que maneira se configuram os lugares do paciente e do analista, da teoria e do contexto analítico, em respeito a e em confronto com aquilo que se instituiu no discurso psicanalítico ao longo de mais de três décadas (tal como mostrado pelo texto).

É nesse sentido que outros conceitos da AID podem organizar nosso pensamento e análise, sobretudo o de gênero discursivo (Maingueneau, 1989; Maingueneau em Guirado, 2000, pp. 21-31, pp. 47-63, pp. 91-105; Guirado, 2000, 2010). Com tal conceito, remetemos o sentido possível de qualquer enunciado ao quadro de sua enunciação, direcionando a atenção analítica para os papéis/lugares de onde alguém fala/escreve e para o caráter de legitimação de posição que o próprio ato de dizer implica. A noção de cena enunciativa, como um operador analítico, permite pensar justamente esse âmbito da enunciação. E assim, em foco está a própria relação entre enunciado e enunciação, entre enunciator e interlocutor (co-enunciação), que compõem o contexto da produção de um discurso; contexto esse tomado não como algo externo ao texto, mas como constituinte do próprio e das condições de sua análise.

A análise do texto de Freud de 1925, dessa maneira, será conduzida de modo a considerar como o texto é escrito, que interlocução se produz nessa escritura (interna ao discurso psicanalítico metapsicológico?), que alvo assim se configura (ratificar a qualidade de verdadeiro do conceito de inconsciente?), visando sempre à relação entre o conteúdo do texto e o contexto que por ele se mostra. Atentos às cenas enunciativas que pelo discurso são passíveis de serem montadas, buscaremos naquilo que se reproduz como saber (o inconsciente da psicanálise) o que se abre como possibilidade para o pensamento, para além das regras que legitimam esse mesmo saber.

Com a mesma intenção, a análise do texto freudiano de 1937, preocupada com o modo como o discurso se produz e com as interlocuções que lá se mostram (com profissionais que exercem a clínica?), buscará configurar não só cenas da escritura do texto como também cenas clínicas que o próprio texto permite montar. Nisso, eis a oportunidade de, pelo próprio

discurso de Freud, verificar como se (re)configuram os lugares e expectativas que circunscrevem a posição de analista/paciente e seus fazeres (recordar? transferir? interpretar? construir?), verificando como se (re)desenha o lugar do próprio contexto clínico e da teoria na relação analítica.

Tudo o que acima apresentamos remete, em última instância, à noção de análise com a qual operamos em AID (Guirado, 1986/2004, 2010). Diferente daquilo que está implicado num fazer interpretativo, o ato de analisar se dará pela consideração do contexto discursivo na configuração de qualquer sentido. Uma análise, nessa área, sempre será análise do modo de produção de um discurso, feita em atenção às condições de possibilidade dessa produção.

Não está em questão buscar alguma “verdade” obscurecida no texto freudiano sobre o bloco mágico, mas analisar o modo de produção dessa casual enunciação do conceito de inconsciente e nisso explorar as aberturas do discurso que facultam novas produções, livres da metapsicologia e de seus efeitos institucionais. Igualmente, tomaremos o trabalho de Freud sobre construções sem qualquer intenção interpretativa (que buscasse sentidos velados), e sim com uma visada analítica, que busca descrever como lá se produz um discurso sobre o exercício clínico e os fazeres que delimitam essa instituição.

É notável como, mesmo sem anunciar explicitamente, também colocamos em ação o conceito de instituição com que trabalhamos em AID para pensar sobre essas análises prometidas, e com isso podemos enfim encerrar a montagem metodológica que guiará nossos esforços analíticos. Ainda assim, se essa montagem mostra o recorte pelo qual a estratégia de pensamento da AID delimita a estratégia geral de nossas análises do discurso de Freud, falta ainda abordar como especificamente procederemos a elas.

3. Ponto de partida e especificidade: procedimentos de (cada) análise

A delimitação dos procedimentos gerais de nossas análises, abaixo apresentada, foi feita apoiada nos trabalhos de Guirado (1986/2004, 1995/2006, 2000, 2010, 2015) e nos trabalhos que citamos em nosso capítulo III (Guirado, Martins-Afonso, Guirado, 2012; Silva, 2015; Martins-Afonso, 2015; Viaro, 2016). Procedimentos diretamente implicados com a possibilidade de uma análise institucional do discurso de Freud.

Para ambos os textos selecionados (Freud, 1925/2011, 1937/2018), dois movimentos – metodologicamente implicados – marcarão nosso trabalho analítico. O primeiro é uma espécie de desconstrução do discurso em análise, quer dizer, um esforço de tomá-lo para além de sua perspectiva interna. Isso não significa negar sua coesão e coerência, e sim tomar o discurso

sem se render ao seu ordenamento⁷². É isso que faculta o segundo movimento, uma espécie de reconstrução do discurso, relativa ao seu modo de produção e feita já sob a perspectiva da análise.

Em termos mais concretos, partimos de uma atenção básica ao “como” daquilo que é dito: como se organiza o texto, como são construídos os parágrafos, como eles se relacionam, como os temas são apresentados, como se configuram os argumentos no texto... Ou seja: uma análise descritiva do modo de produção do discurso.

Procuramos o tempo todo atentar para o contexto que se mostra pelo texto, e sua relação com aquilo que é dito, considerando o lugar/papel daquele que escreve e demarcando os alvos (interlocutores) e motivos que tecem e condicionam essa escritura. Alertas a isso, tentaremos desenhar as posições discursivas do enunciador e do co-enunciador que se mostram pela construção do texto, assim tentando verificar no discurso a assunção de sua autoria, seu compartilhamento (imitação subversiva), sua indefinição (discurso indireto livre).

Buscaremos, também, que cenas enunciativas são passíveis de serem montadas, a partir das quais podemos pensar que lugares são atribuídos aos “parceiros” (enunciador e interlocutor) ou “personagens” (clínica, teoria, analista, paciente, ciência, psicanálise, sociedade etc.) da cena. Inclusive, apontando para repetições e deslocamentos de termos e temas, sua caracterização, seu lugar na argumentação.

Tudo isso, no entanto, visando invariavelmente à “mostração” dos efeitos discursivos daquilo que é dito e do modo como é dito.

Esses procedimentos gerais dão a base para pensarmos outros, mais específicos, em consideração às particularidades de cada um dos textos de Freud escolhidos e das hipóteses de Guirado produzidas em relação a eles. Isso nos permitirá construir perguntas e objetivos próprios para a condução de suas análises.

Primeiramente, pensemos no texto freudiano sobre o bloco mágico (Freud, 1925/2011). Como vimos, esse trabalho ocupa posição privilegiada no discurso de Guirado, oferecendo as condições de produção de uma das interfaces conceituais que delimitam aquilo que chamamos de Psicanálise da AID. É pela sua análise que começaremos.

Já apresentamos as hipóteses de Guirado relativas a esse texto e, como a elas voltaremos recorrentemente durante a análise, não as discutiremos aqui novamente. Apenas destacaremos, para nos organizarmos, aquilo que consideramos ser central dessas hipóteses (Guirado, 2010, 2015): a) esse trabalho freudiano sobre o bloco mágico permite pensar um

⁷² Vale lembrar que não estamos analisando a psicanálise a partir da psicanálise, e sim a partir de outro referencial, posicionado “fora” do discurso psicanalítico.

inconsciente como superfície; b) essa ideia de inconsciente permite repensar, pelo próprio discurso de Freud, a transferência como efeito de relação, de contexto, de reconhecimentos e desconhecimentos; c) a condição de análise desse inconsciente-superfície se configuraria não por desvelamentos de um psiquismo profundo, mas sim por perspectiva.

No rebote dessas proposições, configuramos dois objetivos específicos para a análise desse texto de 1925. O primeiro é demonstrar, analiticamente, como o discurso freudiano abre condições de possibilidade para assim tratarmos o conceito de inconsciente. O segundo é tentar mostrar, argumentativamente e com base nos resultados da análise, de que maneira esse modo de pensar o conceito pode facultá-lo a funcionar, quando submetido a certas torções de interface, no interior da estratégia de pensamento da AID.

Isso monta o pano de fundo da análise. Entretanto, para evitar um direcionamento excessivo de nosso raciocínio, construímos como ponto de partida uma pergunta básica, intencionalmente aberta, que servirá como guia do trabalho descritivo: *Como Freud apresenta o inconsciente nesse texto?*

Em termos concretos, considerando que o texto *Nota sobre o “Bloco Mágico”* (Freud, 1925/2011) é significativamente curto, será possível tomá-lo em sua totalidade, palavra por palavra, linha por linha, parágrafo por parágrafo. Sua análise, desse modo, será detalhada e completa, construída como que em conjunto com o leitor, visando ao desenho dos efeitos de descontinuidade e de acaso dessa peculiar enunciação “analógica” do conceito de inconsciente. Sempre atenta às verdades que, implicadas nesse contexto enunciativo e tal como mostrado no texto, se firmam, se modificam, ou mesmo se pulverizam.

Pensemos, agora, no texto freudiano *Construções na Análise* (Freud, 1937/2018). Se, nos primeiros capítulos desta tese, discutimos apenas superficialmente seu lugar central nas proposições de Guirado, poderemos enfim dar-lhe tratamento adequado.

Para organizar, pontuemos brevemente algumas das hipóteses de Guirado (2010) de que partimos: a) a autora destaca como, nesse trabalho de 1937, o psicanalista demarca – com consistência conceitual – uma diferenciação entre *construções e interpretações* no âmbito da ação concreta do analista no trabalho clínico; b) a partir dessa diferenciação, e acompanhando o texto freudiano, Guirado demonstra de que modo a construção, do lado do analista e como seu fazer, se configuraria pela produção de cenas que ocasionam, do lado do analisando e como o seu fazer, a proliferação de falas. A construção, como um conceito sobre o ato analítico, poderia prescindir da imputação de sentidos previstos pelas teorias, colocando a atenção do analista no rastro daquilo que casualmente se produz como resposta à sua própria intervenção; c) desse modo, e distanciando-se de Freud, não é a construção que teria valor em

si, mas aquilo que ela gera na relação analítica como discurso. É isso que Guirado defende quando propõe pensar que o discurso freudiano coloca, por efeito, o analista num lugar de enunciação implicado com aquilo que se produz em análise, cujo contexto pode assim ganhar posição privilegiada como gestor da produção de sentidos.

Na esteira de tais proposições, também para a análise desse texto de 1937 construímos dois objetivos específicos. O primeiro é demonstrar, analiticamente, como a ideia de construção abre, nesse trabalho de Freud, a possibilidade de reconsiderar a ação analítica em direção à produção pragmática de saberes num particular contexto de relação. O segundo, apoiado na análise, é argumentar de que maneira esse jeito de considerar a noção de construção poderia funcionar no âmbito das análises facultadas pelo exercício da AID, desde que tal noção seja torcida em fronteiras que já rearranjam termos como inconsciente, relação, transferência.

Com esses objetivos, dispomos uma análise que visará a tomar o texto por completo. No entanto, esse texto é relativamente longo. Portanto, diferentemente do que será feito na análise do artigo sobre o bloco mágico, trabalharemos a partir de uma síntese do artigo de 1937 para, em seguida, apresentarmos uma análise organizada por temas. Nesse estudo da montagem do discurso freudiano, a intenção é tratar dos efeitos do modo de produção desse texto atentos à maneira pela qual o discurso do autor – entre reiteraões e mudanças (nem sempre anunciadas) – permite redesenhar a escuta clínica numa direção que se ocupa do contexto e da relação que marcam/condicionam a produção de um discurso de análise.

Como Freud diferencia a construção da interpretação, nesse artigo de 1937? Que lugares são configurados para o analista e para o paciente, a partir daquilo que seu discurso nos permite construir como uma cena clínica? De que modo isso implica uma reconsideração do ato analítico? Perguntas interessadas que, como horizonte, guiarão nossa análise.

4. O problema da tradução

A tradução dos escritos freudianos é assunto delicado, e como tema constitui um campo profícuo de debates e pesquisas. Nesta tese, não entraremos nesse âmbito de discussões. Remetemos o leitor a dois trabalhos que tratam do assunto e que, longe de serem os únicos, podem guiar aqueles interessados nessas questões de maneira mais competente do que aqui poderíamos: *As palavras de Freud: o vocabulário freudiano e suas versões* (Souza, 1999) e *Dicionário comentado do alemão de Freud* (Hans, 1996).

Os textos de Freud que analisaremos, entretanto, são traduções em língua portuguesa, e não os originais na língua alemã. Isso exige, mesmo que não adentremos nos debates sobre tradução, a assunção de uma posição. E esta é a mesma que tomamos em outro lugar (Silva, 2015): admitimos que esse problema constitui um dos limites de nosso trabalho, e a nós resta contorná-lo com base numa criteriosa escolha das versões de tradução que utilizaremos.

Escolhemos uma tradução feita/coordenada por Paulo César de Souza, editada pela Companhia das Letras: *Nota sobre o “Bloco Mágico”* (Freud, 1925/2011) e *Construções na Análise* (Freud, 1937/2018). Por dois motivos: (a) é uma tradução feita diretamente do alemão, numa tentativa de manter-se o mais próxima possível do original; (b) é uma tradução feita/coordenada por um linguista não-psicanalista, livre das normatizações e ordenamentos internos ao discurso psicanalítico. Nas palavras do próprio tradutor: “O objetivo da presente edição é oferecer textos com o máximo de fidelidade ao original, sem interpretações de comentaristas e teóricos posteriores da psicanálise” (Souza em Freud, 1925/2011, p. 10).

Apenas como fonte de cotejamento, durante as análises teremos em mãos os textos de 1925 e 1937 da clássica edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, traduzidos sob direção de Jayme Salomão: *Uma nota sobre o ‘bloco mágico’* (Freud, 1925/1969) e *Construções em Análise* (Freud, 1937a/1969). O problema dessa versão é o fato de ela ser uma tradução “secundária”, feita do inglês para o português, uma tradução da tradução. Ainda assim, sua escolha como fonte de cotejamento nos parece legítima pela sua história, pela sua ampla divulgação, pelo seu reconhecimento na comunidade acadêmica e pelo fato de o próprio Freud ter aprovado a versão inglesa. Se, durante as análises, nos depararmos com alguma questão de tradução que nos pareça relevante e que exija algum tipo de posicionamento, puxaremos tal debate para notas de rodapé, explicitando nossa posição e sua justificativa.

Apesar do cuidado em justificar a escolha de traduções, o leitor talvez ainda não esteja convencido da exequibilidade de uma análise de discurso de um texto traduzido. Como se algo pudesse ficar perdido nesse caminho. Mas a estratégia de pensamento que nos embasa nos livra dessa preocupação, pois ela não visa a sentidos absolutos ou ocultos (relativos a alguma “realidade” representada), e sim à sua produção num contexto de enunciação. Martins-Afonso expressou com precisão o ponto de vista de que partimos:

Para nossa análise, não há diferenças estruturais entre a utilização de um termo ou de outro; não porque o seu sentido seja soberano, independentemente do nome utilizado, mas porque o sentido do termo será atribuído com base no conjunto de referências presentes no discurso em

análise, ou seja, interessa-nos saber *como* Freud *diz* sobre isso, por exemplo, o instinto, *o que diz* sobre ele, *como o relaciona* a outros termos da teoria, e não propriamente se o nome se refere adequadamente, com precisão, à coisa que representa. (Martins-Afonso, 2015, pp. 44-45, grifo do autor)

Sem mais, sigamos enfim para as análises.

CAPÍTULO V

Inconsciente como bloco mágico:

O registro da singularidade

Este capítulo é dedicado a delinear como Freud apresenta o inconsciente em *Nota sobre o “Bloco Mágico”* (Freud, 1925/2011). A análise desse texto dará condições para, posteriormente, prosseguir a argumentação de nossa tese.

1. Um inconsciente como memória nas bordas da metapsicologia freudiana

Nesse trabalho de 1925, o autor começa sua discussão dispendo como tema a *memória*. Contudo, tal disposição é feita na esteira de um conjunto de afirmações que circunscrevem *o próprio âmbito da enunciação* desse tema. Vejamos como, acompanhando o parágrafo que abre o texto:

Quando desconfio de minha memória – sabe-se que o neurótico faz isso consideravelmente, mas também a pessoa normal tem todo motivo para fazê-lo –, posso completar e garantir sua função tomando notas. A superfície que conserva a anotação, a caderneta ou folha de papel, torna-se como que uma porção materializada do aparelho mnemônico que carrego em mim, ordinariamente invisível. Se tenho presente o lugar em que foi acomodada a “recordação” assim fixada, posso “reproduzi-la” à vontade, a qualquer momento, e estou seguro de que ela permaneceu inalterada, ou seja, de que escapou às deformações que talvez sofresse em minha memória. (Freud, 1925/2011, p. 268)

O modo pelo qual Freud coloca o tema da memória em cena, de partida, marca especificidades para o entendimento e prosseguimento dessa discussão. Memória, aqui, será tomada como “*função*” relativa a um “*aparelho interno*”; uma função que estaria sujeita a “*deformações*”, o que daria motivos para dela “*desconfiar*”; por tal, seria possível “*completar*” tal função por meio de uma ação (tomar notas num papel, por exemplo) que produz algo externamente material, análogo a esse aparelho interno, mas isento de deformações.

É possível notar que todas essas afirmações não se fazem livres de contexto. No extrato, aquilo colocado entre travessões situa a especificidade desse contexto e, assim, anuncia-se um escopo de suposições não-anunciadas: “*sabe-se que o neurótico faz isso consideravelmente, mas também a pessoa normal tem todo o motivo para fazê-lo*” (p. 268). Com uma imitação subversiva (“*sabe-se que*”) que generaliza e compartilha uma asserção como verdadeira, o discurso psicanalítico dá as caras. Numa naturalização de pressupostos (por exemplo, a gradação entre o patológico e o normal) que colocam, como efeito do modo de produção discursiva, *toda a discussão acerca da memória no diapasão das hipóteses que definem a neurose tal como objeto da psicanálise*.

Seria possível, já a partir desse primeiro parágrafo, configurar uma cena enunciativa para o texto? Talvez sim: os rudimentos mais gerais daquela em que a enunciação posiciona enunciador e co-enunciador partilhando algumas verdades produzidas pela psicanálise. Inclusive, o uso do sujeito da enunciação em primeira pessoa do singular (“*desconfio*”, “*posso*”) – que talvez pudesse indicar uma assunção pela autoria daquilo que se coloca – mais parece produzir uma cena genérica, sem interlocutor expressamente delimitado, dando aos enunciados tom de certezas e qualidade de universais, o que é reforçado pelo uso exclusivo de verbos no presente (“*sabe-se*”, “*tem*”, “*carrego*”, “*estou*”). O discurso, num primeiro momento, mostra-se fechado em torno desse contexto interno de (re)produção de verdades.

O que nos parece mais curioso, contudo, são outros efeitos dessa disposição inicial da enunciação. Ao marcar a maneira pela qual a teoria psicanalítica direciona uma discussão possível sobre memória, podemos desenhar o que acaba se configurando como “*memória*” na especificidade desse texto. Apresentada em referência à neurose e colocada como uma função de um aparelho interno sujeita a deformações, a memória é “*falada*” no discurso tal como geralmente “*se fala*”, em psicanálise, do âmbito do inconsciente. *A memória é mostrada, portanto, na sombra do que o discurso psicanalítico institui como conceito de inconsciente*. O tema da memória puxa o do inconsciente, como se fosse posta no discurso uma *relação direta*

entre memória e inconsciente. Ou, dizendo de outra forma: esse trabalho freudiano, desde o seu início, parece permitir pensar *o inconsciente como memória* (Guirado, 2010).

O trecho acima citado já declara o caminho pontual pelo qual o autor conduzirá sua discussão, a saber, a possibilidade do uso de técnicas que complementaríamos essa função do aparelho mnemônico. Técnicas, portanto, comparáveis a essa função. Desse modo, *analogias* parecem se posicionar argumentativamente como fios condutores das ideias a serem desenvolvidas.

Acompanhemos Freud:

Se eu quiser utilizar amplamente essa técnica para melhorar minha função mnemônica, notarei que disponho de dois procedimentos diversos. Primeiro, posso escolher uma superfície que preserve intacta por tempo indefinido a nota que lhe é confiada, ou seja, uma folha de papel em que escrevo com tinta. Obtenho, assim, um “traço mnemônico duradouro”. A desvantagem desse procedimento é que a capacidade da superfície receptora logo se exaure. A folha fica inteiramente escrita, já não tem espaço para novas anotações, e sou obrigado a servir-me de outra ainda em branco. Além disso, a vantagem desse procedimento, o fato de permitir um “traço duradouro”, pode perder seu valor quando meu interesse na anotação se acabar após algum tempo e eu não quiser mais “conservá-la na memória”. O outro procedimento não exhibe esses dois defeitos. Quando escrevo com giz numa lousa, tenho uma superfície que mantém a capacidade receptora por tempo ilimitado e cujas anotações posso apagar no momento em que deixam de me interessar, sem ter de jogar fora a superfície mesma em que escrevi. A desvantagem, nesse caso, é que não posso ter um traço duradouro. Querendo acrescentar anotações ao quadro, tenho de eliminar aquelas que já o cobrem. Portanto, irrestrita capacidade receptora e conservação de traços duradouros parecem excluir-se mutuamente nos dispositivos que substituem nossa memória; ou a superfície de recepção tem de ser renovada ou as anotações têm de ser eliminadas. (Freud, 1925/2011, pp. 268-269)

No rastro da precisão descritiva das palavras de Freud, as analogias por ele desenvolvidas dizem das possibilidades e desvantagens das técnicas que complementaríamos nossa memória. Obtenção de traços de “memória” duradouros por anotações em papel, capacidade irrestrita de recepção de “estímulos” pela escrita em lousa. Ou um ou outro... Eis o limite analógico dessas técnicas auxiliares que denuncia aquilo que se espera da função mnemônica: *um e outro*.

Tais analogias, dessa maneira, mostram mais do que dizem. Mostram a concepção de que se parte para pensar função mnemônica e aparelho psíquico pela *implicação entre memória e percepção*.

Mais que isso: no rebote das analogias, a própria memória é mostrada como um registro de traços, de marcas. Se, pela montagem discursiva que abre o texto, foi possível pensar *o inconsciente como memória*, então temos aqui um curioso efeito do modo de produção do discurso: a possibilidade de pensar *o inconsciente como um registro de marcas e traços* (Guirado, 2010).

Como tais marcas e traços são tratados no contexto desse texto? Para uma resposta possível, é preciso apenas seguir o argumento freudiano:

Os aparelhos auxiliares que inventamos para a melhoria ou reforço das funções de nossos sentidos são todos construídos como o órgão do sentido mesmo ou como partes dele (óculos, câmera fotográfica, corneta acústica etc.). Comparados a eles, os dispositivos que auxiliam nossa memória parecem deficientes, pois nosso aparelho psíquico realiza justamente o que não podem fazer: tem ilimitada capacidade de receber novas percepções e cria duradouros – mas não imutáveis – traços mnemônicos delas. Já na *Interpretação dos sonhos*, de 1900, fiz a suposição de que essa incomum capacidade seria obra de dois diferentes sistemas (órgãos do aparelho psíquico). Nós possuiríamos um sistema *Pcp-Cs*, que acolhe as percepções mas não conserva traço duradouro delas, podendo se comportar como uma folha em branco diante de cada nova percepção. Os traços duradouros das excitações recebidas se produziram em “sistemas mnemônicos” situados por trás dele. Depois (em *Além do princípio do prazer* [1920]) acrescentei a observação de que o inexplicável fenômeno da consciência surgiria no sistema perceptivo *no lugar* dos traços duradouros. (Freud, 1925/2011, pp. 269-270, grifo do autor)

O prosseguimento do texto parece nos levar em direção às expectativas que num primeiro momento compõem sua cenografia básica: numa interlocução entre um enunciador e um co-enunciador pertencentes à mesma comunidade discursiva, as analogias dispostas pelo autor permitem recolocar no discurso hipóteses produzidas pela psicanálise. Com isso, é sem tensão que se faz possível falar de um aparelho psíquico, por suposição, dividido em “*dois diferentes sistemas*”: um mais superficial e de vocação perceptiva, outro mais profundo (“*situado por trás*”) e de vocação mnemônica. No limite, estaria aí recolocada a divisão consciente/inconsciente que conceitualmente participa da fundação da psicanálise como discurso teórico e prática clínica.

Vemos, desse modo, hipóteses psicanalíticas já bem estabelecidas e reconhecidas no tocante àquilo que se instituiu como aparelho psíquico no discurso freudiano. Que se note a retomada, no extrato acima citado, de textos tão impactantes na história da produção de conhecimento em psicanálise – *A interpretação dos sonhos* (Freud, 1900/1969) e *Além do princípio do prazer* (Freud, 1920/2010) –, como que dando lastro ao peso das hipóteses aqui

recolocadas. Reforça-se, nesse sentido, uma continuidade/linearidade no saber psicanalítico, o que reforça, por efeito, a própria qualidade de verdadeiro daquilo que se coloca⁷³.

Curiosamente, na contramão desses apontamentos e ao arrepio das expectativas geradas pela cenografia básica do texto, o extrato nos permite configurar como que outra cena enunciativa, paralela a essa mais básica, sutilmente mostrada nas aberturas do discurso freudiano. Como?

Em primeiro lugar, é digno de atenção o fato de que, ao resgatar trabalhos tão centrais em sua produção intelectual (como os textos de 1900 e 1920), fica marcada no discurso a ausência de outro: *O eu e o id* (Freud, 1923/2011). Sobretudo porque tal texto, publicado apenas dois anos antes, é diretamente voltado a uma reorganização conceitual da noção de aparelho psíquico, exatamente aquilo que o autor busca descrever no extrato acima, mas sem recorrer às proposições desenvolvidas em 1923 ou mesmo citá-las.

Desse modo, enquanto o discurso freudiano reforça certa continuidade no conhecimento psicanalítico, ele também resiste a esse movimento no ato mesmo de sua produção, mostrando sua descontinuidade e abrindo-se ao acaso da especificidade da enunciação desse texto.

Em segundo lugar, e diretamente implicado no que foi destacado acima, é curioso atender para o modo como Freud, no embalo de suas analogias e em respeito à memória, descreve o aparelho psíquico: “tem ilimitada capacidade de receber novas percepções e cria duradouros – *mas não imutáveis* – traços mnemônicos delas” (Freud, 1925/2011, p. 269, grifo nosso). Nas palavras do próprio autor, *os traços da memória não seriam imutáveis*. Retomando o parágrafo que inicia o texto e seguindo o argumento central de Freud, aí estaria o motivo de o neurótico e a pessoa normal, com a “devida razão”, desconfiarem de sua memória.

É possível reconhecer, portanto, que aquilo que se produz nesse texto de 1925, pela própria pena de Freud, é até certo ponto estranho às regras de enunciação que delimitam o discurso desse autor! Pois, nas implicações e efeitos do modo de produção do texto que vimos traçando desde o início e que nos permitiram tomar inconsciente como memória, o discurso de Freud parece mostrar aqui um jeito de pensar o *inconsciente como um registro de marcas mutáveis* (Guirado, 2010).

Com esses destaques, nossa intenção é marcar, nesse texto e nesse contexto, a especificidade do acaso desse modo de enunciação tão particular do conceito de inconsciente.

⁷³ Mesmo que tenha sido colocado, sem receios, como hipóteses (“*fiz a suposição*”), apresentadas com o cuidadoso uso do tempo verbal no futuro do pretérito (“*seria*”, “*possuiríamos*”, “*se produziriam*”).

Um modo que, em grande medida, não “combina” com o que mais comumente circunscreve a enunciação do conceito no discurso de Freud⁷⁴.

Como dissemos alguns parágrafos acima, esses destaques analíticos nos permitem configurar, em paralelo à cenografia básica que montamos, outra cena enunciativa. Diferentemente da disposição de uma interlocução interna a uma comunidade discursiva (sem tensão, que constrói um contexto de reprodução de saberes), vemos também e ao mesmo tempo *uma cena em que novos saberes parecem inadvertidamente se produzir por efeito mesmo da ação de dizer o que “já se sabia”*, impondo novas tensões ao discurso instituído, abrindo a interlocução para uma dimensão mais móvel, ainda viva mesmo que 94 anos depois de sua proposição⁷⁵.

É assim que Freud apresenta, logo no parágrafo seguinte do texto, o dispositivo chamado Bloco Mágico:

Há algum tempo é oferecido no comércio, com o nome de Bloco Mágico, um pequeno dispositivo que promete fazer mais do que a lousa e a folha de papel. Pretende ser nada mais que uma tabuinha de escrever em que as anotações podem ser apagadas com um simples movimento da mão. Mas se o investigarmos mais detidamente, veremos que sua construção coincide de maneira notável com essa minha hipotética estrutura de nosso aparelho perceptivo, e nos convenceremos de que o Bloco Mágico pode realmente fornecer as duas coisas, uma superfície receptora sempre disponível e traços duradouros das anotações feitas. (Freud, 1925/2011, p. 270)

No rebote dos limites da lousa e da folha de papel (como analogias), o Bloco Mágico passa a ocupar posição privilegiada no texto, dado que ele cumpriria simultaneamente e por si só com as duas funções propostas por Freud ao aparelho psíquico. Mas, mais que isso, ele teria inclusive uma “*construção*” que “*coincide*” com aquela pelo autor imaginada para o “*aparelho perceptivo*”. Esse curioso dispositivo parece, assim, se posicionar analogamente ao aparelho psíquico em dois níveis: função e estrutura.

Notemos que o Bloco Mágico é colocado no lugar de *uma ilustração do aparelho psíquico* tal como defendido pela psicanálise. A analogia se sustenta numa espécie de *relação*

⁷⁴ Geralmente contextualizada pelo trabalho com noções como as de núcleo patológico, conteúdo latente, representação reprimida – todas essas, de alguma forma, remetendo à imagem de algo fixado e imutável, sendo apenas a sua expressão (pelos mecanismos inconscientes) aquilo que pode ganhar mobilidade (como um drible da censura na satisfação da pulsão).

⁷⁵ Podemos, aqui, descrever esse momento do texto como uma preciosa emergência de acaso. Nessa marca de descontinuidade da produção do discurso repousa a condição de sua indeterminação, abrindo a chance de o que aí se produz funcionar na fronteira com outro modo de produção de conhecimento (Guirado, 2010).

de identidade, e o psiquismo da teoria psicanalítica, ainda que apresentado como hipótese, ganha força de legitimidade, de verdade.

É possível configurar, contudo, outro efeito do modo de produção do texto: nessa e por essa ilustração, o aparelho psíquico é mostrado *a partir de uma imagem específica*. Como que abrindo a possibilidade de pensar *um* “psiquismo” *pelo* Bloco Mágico, podemos suspender o lugar ilustrativo deste último para levá-lo a outro plano do pensamento: o de metáfora. E, seguindo esse rastro dos efeitos de sua enunciação, o Bloco Mágico pode deixar de funcionar como uma analogia relativa a conceitos da psicanálise que buscam representar uma suposta realidade (a ser) desvelada, para poder operar como uma imagem que faculta um modo de descrever “um psíquico”, permitindo pensar para além do dispositivo de base e da própria teoria psicanalítica.

Isso é crucial, e voltaremos a esse ponto durante a análise. Mas era necessário já demonstrar, pelas aberturas do discurso freudiano nesse texto, a possibilidade de pensar *o Bloco Mágico como uma metáfora descritiva de um psicológico possível* (Guirado, 2010).

Acompanhemos de que maneira Freud descreve a construção e o funcionamento desse dispositivo tão particular:

O Bloco Mágico é uma tabuinha feita de cera ou resina marrom-escura, com margens de papelão, sobre a qual há uma folha fina e translúcida, presa à tabuinha de cera na parte superior e livre na parte inferior. Essa folha é a parte mais interessante do pequeno aparelho. Consiste ela mesma de duas camadas, que podem ser separadas uma da outra nas bordas laterais. A camada de cima é uma película de celuloide transparente, a de baixo é um papel encerado, ou seja, translúcido. Quando o aparelho não é utilizado, a superfície de baixo do papel encerado cola-se levemente à superfície de cima da tabuinha de cera.

Ao utilizar esse Bloco Mágico, escrevemos na película de celuloide da folha que cobre a tabuinha de cera. Para isso não é necessário lápis ou giz, pois a escrita não consiste em depositar certo material na superfície receptora. É um retorno ao modo como os antigos escreviam, em tabuinhas de argila e de cera. Um estilete pontiagudo arranha a superfície, e os sulcos assim deixados vêm a constituir a “escrita”. No Bloco Mágico o estilete não age diretamente na cera, mas sim através da folha que o cobre; ele pressiona o verso do papel encerado contra a tabuinha de cera, nos locais em que toca, e as ranhuras tornam-se visíveis como caracteres escuros, na lisa superfície acinzentada do celuloide. Querendo-se apagar o que foi escrito, basta levantar brevemente a dupla folha de cobertura, a partir da borda inferior que não é presa. Assim o íntimo contato do papel encerado com a tabuinha de cera nos lugares pressionados (mediante o qual se produz a escrita) é desfeito e não volta a ocorrer quando os dois se tocam novamente. Então o Bloco Mágico fica novamente vazio, pronto para receber outras anotações.

As pequenas imperfeições do dispositivo naturalmente não são de nosso interesse, pois apenas procuramos ver sua semelhança com a estrutura do aparelho psíquico perceptual. (Freud, 1925/2011, pp. 270-271)

Um dispositivo simples, dividido em duas partes – uma delas, composta por duas camadas – que funcionam em conjunto, cujo objetivo é oferecer uma superfície de registro que, a cada movimento da mão, está “*pronta para receber outras anotações*”. Parecido com a lousa? Sim, mas nem tanto, pois tal superfície de registro prescinde de um material externo (por exemplo, o material do giz) que deixe alguma marca nela: embora o ato da escrita seja o mesmo (pressão sob a superfície), aquilo que persiste como anotação no Bloco Mágico corresponde ao próprio material do dispositivo (o contato íntimo da cera com o papel encerado nos pontos pressionados – os sulcos – durante a escritura).

Notemos que, por essa imagem do Bloco Mágico, o registro da percepção (produtor dos traços da memória) se faz *na e pela própria superfície* do dispositivo, tal como afetada pelo estímulo externo, seja pela produção de ranhuras por pressão, que cria a escrita, seja pelo movimento da mão, que apaga a escrita.

Com isto, para além do enunciado e da analogia apresentada por Freud, a enunciação pela imagem faculta aberturas no discurso do autor, como acima dissemos. Isto, pois a imagem do Bloco Mágico – tomado como *metáfora* – nos permite pensar o registro psíquico da memória não em termos de profundidade ou interioridade, e sim *em termos de superfície*.

Sigamos com Freud em sua comparação do Bloco Mágico com o psiquismo psicanalítico:

Se, após escrever no Bloco Mágico, separamos cuidadosamente a película de celuloide do papel encerado, enxergamos nitidamente as palavras na superfície deste também, e podemos nos perguntar se é mesmo necessário o celuloide na folha de cobertura. Mas uma simples tentativa mostra que o fino papel ficaria enrugado ou se rasgaria, caso escrevêssemos diretamente sobre ele com o estilete. A película de celuloide é, portanto, um revestimento protetor para o papel encerado, destinado a deter os influxos nocivos que vêm de fora. O celuloide é um “protetor contra estímulos”; a camada propriamente receptora de estímulos é o papel. Cabe lembrar, neste ponto, que em *Além do princípio do prazer* afirmei que nosso aparelho psíquico perceptual consiste em duas camadas, uma proteção externa contra estímulos, destinada a diminuir a magnitude das excitações que chegam, e a superfície receptora de estímulos por trás dela, o sistema *Pcp-Cs*. (Freud, 1925/2011, pp. 271-272, grifo do autor)

Embora a analogia faça a força do argumento e posicione o Bloco Mágico como ilustração privilegiada do psiquismo proposto por Freud (marcas de *controle* no discurso), o

que mais nos interessa é destacar que a possibilidade de novas produções, já afastadas da ordem discursiva da psicanálise, continua a se abrir pelo movimento e modo de produção desse texto (marcas de *acaso* no discurso).

No extrato acima Freud retoma seu trabalho *Além do princípio do prazer* (Freud, 1920/2010) para falar do “*aparelho psíquico perceptual*” e de sua divisão em uma “*superfície receptora de estímulos*” e uma “*proteção contra estímulos externos*”, ilustrada pela composição do Bloco Mágico. Se, em 1920, o pensador desenvolve um dos aspectos mais impalpáveis de sua teoria – a pulsão de morte – e configura um aparelho psíquico marcado pelo jogo de conflitos dessas “*substâncias internas*” (as pulsões) que movem a vida psíquica, o discurso do texto de 1925 mostra algo diferente...

O aparelho psíquico que a enunciação do Bloco Mágico mobiliza se configura outro: pela analogia possível com esse dispositivo, Freud desenha um “psíquico” que – a reboque daquilo que se afirma pelo saber psicanalítico, *mas não refém do modo como usualmente se afirma* – mostra-se como *superfícies* em implicação constitutiva, pois pela superfície protetora contra os estímulos do mundo introduz-se a condição de pela superfície receptora desses mesmos estímulos estabelecerem-se relações concretas com o mundo (que produziriam, em implicação com outra superfície, o registro da memória). Pela analogia ilustrativa do Bloco Mágico, mas para além daquilo que talvez sua produção intentasse, o que chama a atenção é como o discurso parece mostrar *uma peculiar maneira de falar do psiquismo, numa casual instituição de um modo de enunciação que não “equivale” àquele que instituiu a psicanálise*, sem referência necessária a interioridades/profundidades que configurariam um psiquismo de pulsões e conteúdos reprimidos.

Nessa abertura do discurso freudiano, podemos novamente sair do plano analógico e tomar o Bloco Mágico como uma metáfora cuja imagem permite pensar *o psíquico como “superfícies” de relação com o mundo* (Guirado, 2010).

Freud, contudo, não para por aí. Levando-nos aos limites de sua analogia, o psicanalista prossegue seu texto colocando em cena aquilo que até então não havia sido tratado, a questão da possibilidade de obtenção de traços duradouros das anotações mesmo quando da liberação da superfície receptora do dispositivo para novos estímulos:

A analogia não teria muito valor se não pudesse ser levada a diante. Se levantamos da tabuinha de cera a folha de cobertura inteira – celuloide e papel encerado –, a escrita desaparece e não volta a aparecer, como foi dito. A superfície do Bloco Mágico se acha vazia e novamente pronta para receber anotações. Mas facilmente se constata que o traço duradouro do que foi escrito permanece na tabuinha de cera e pode ser lido com uma

iluminação adequada. Portanto, o Bloco fornece não apenas uma superfície receptora que sempre pode ser usada novamente, como uma lousa, mas também traços duradouros da escrita, como um bloco de papel normal. Ele resolve o problema de juntar as duas operações ao *distribuí-las por dois componentes – sistemas – separados, mas inter-relacionados*. É exatamente dessa maneira que, segundo a hipótese há pouco lembrada, nosso aparelho psíquico realiza sua função perceptiva. A camada que recebe os estímulos – o sistemas *Pcp-Cs* – não forma traços duradouros, as bases da lembrança produzem-se em outros sistemas, adjacentes a ela. (Freud, 1925/2011, p. 272, grifo do autor)

O autor dirige nossa atenção ao curioso fato de que, mesmo quando do movimento da mão que apaga a escrita da superfície da folha translúcida (fim do contato entre papel encerado e a cera/resina do bloquinho), um traço de escrita (o sulco) fica marcado na tabuinha de cera do dispositivo e legível a depender de iluminação adequada. Nisso, ele delimita a mágica do Bloco Mágico: ele funciona tanto como lousa quanto como folha de papel.

O argumento freudiano, rigorosa e estrategicamente desenvolvido até esse ponto, reforça assim o valor ilustrativo do Bloco Mágico em relação às suposições psicanalíticas⁷⁶. Como “*nosso aparelho psíquico realiza sua função perceptiva*”, o Bloco Mágico pode realizar simultaneamente as funções de recepção/percepção e memória justamente porque “*resolve o problema de juntar as duas operações ao distribuí-las por dois componentes – sistemas – separados, mas inter-relacionados*”. A legitimidade de um psiquismo organizado segundo uma divisão entre consciente (desde a percepção até o fenômeno propriamente dito da consciência) e inconsciente (como sistema) ganha, então, mais força no discurso.

Novamente, entretanto, nesse mesmo movimento de sua produção, o discurso se abre para além dessa divisão e da noção de sistemas. Mais: para além de um psiquismo “profundo” e das regras que condicionam a enunciação do inconsciente no campo da psicanálise. Justamente pelo Bloco Mágico; ou melhor, pelos efeitos dessa imagem na cena enunciativa do texto.

Que efeitos? Atentando ao fato de que marcas duradouras podem ser reconhecidas no bloquinho de cera do dispositivo, Freud estende a analogia entre o Bloco Mágico e o aparelho psíquico para o âmbito da memória; estende-a, portanto, para o inconsciente. Contudo, ao assim proceder, o próprio inconsciente é colocado no discurso em relação a uma superfície! Superfície na qual, a cada ato de percepção (escrita no dispositivo), se instituem marcas

⁷⁶ Da inexaurível superfície receptora de estímulos, teríamos a folha translúcida (a ser indefinidamente levantada) do Bloco Mágico análoga ao sistema *Pcp-Cs* do aparelho psíquico. Da superfície de registros de traços duradouros de memória, teríamos a tabuinha de cera do Bloco Mágico (e os inúmeros sulcos nela infligidos) análoga aos sistemas “*adjacentes*” ao *Pcp-Cs* do aparelho psíquico (o inconsciente).

duradouras de memória (produção de sulcos). Surpreendentemente, abre-se a possibilidade de pensar, pela imagem do Bloco Mágico, *o inconsciente como superfície* (Guirado, 2010).

Com esse paradoxo, parece estar aqui o ponto que permite a Guirado produzir, apoiada em Freud, algo diferente daquilo por ele proposto. Pois, aproveitando essa imagem oferecida pelo Bloco Mágico, a pensadora destaca (Guirado, 2010, p. 127) como as marcas que são fixadas na superfície de cera do dispositivo não se preservam imutáveis no decorrer de seu próprio uso. A cada inscrição de uma nova anotação, os sulcos criados no bloquinho de cera se sobrepõem; os mais velhos modificam o modo como os mais novos podem se formar na cera, os mais novos alteram a forma dos mais antigos. Cria-se, assim, *uma extensa rede de marcas*, interligadas das mais diversas maneiras, dando apoio ativo aos registros da percepção que ativamente alteram os registros da memória⁷⁷.

Vejamos que, deixando de tratar o Bloco Mágico como uma analogia e tomando-o como uma metáfora para operar o pensamento, podemos não apenas pensar o inconsciente como superfície, mas inclusive pensá-lo *como uma superfície de registro de marcas em constante retroação* (Guirado, 2010).

Há outro ponto importante que devemos desenvolver. Pelo extrato acima, é possível configurar também de que modo tais marcas em superfície podem ser lidas: tal como o autor a coloca, essa leitura depende do ângulo do olhar e da inclinação da luz (*“pode ser lido com uma iluminação adequada”*). Quer dizer, a leitura depende do lugar de onde ela é feita... Curiosamente, implica-se assim *o conteúdo daquilo que se lê com a perspectiva pela qual é feita tal leitura* (Guirado, 2010). No modo de produção do discurso, parece institui-se aqui – pelo próprio Freud – como que uma resistência à maneira como o discurso psicanalítico configura a “leitura do inconsciente”, comumente tomada como uma espécie de tradução de conteúdos fixados no sistema inconsciente (pela repressão) a partir da análise (por meio de associação livre do paciente) de sua manifestação distorcida (pelos mecanismos inconscientes) nos sintomas, chistes e sonhos. Eis outro acaso do discurso que inusitadamente impõe tensões nas regras de enunciação da psicanálise, abrindo a própria concepção de análise para outro âmbito de pensamento e para novas produções.

Voltaremos a esse ponto, com mais cautela, no próximo capítulo desta tese. Para o presente momento, retornemos às palavras de Freud, que no parágrafo seguinte do texto

⁷⁷ Lembremos de dois destaques analíticos acima colocados, para dar força ao argumento e à demonstração: (1) foi possível mostrar, pela análise, que uma *implicação entre percepção e memória* acompanha a montagem conceitual do discurso freudiano nesse texto; (2) destacamos também que o próprio autor colocou os traços mnemônicos como *não imutáveis*, o que nos permitiu tomar o inconsciente como um registro de marcas mutáveis.

relembra as imprecisões que sua analogia acaba pondo em jogo e, dispensando-as, ratifica o valor ilustrativo do Bloco Mágico e compara explicitamente a tabuinha de cera do dispositivo com o inconsciente:

Não deve nos incomodar que os traços duradouros das anotações recebidas não sejam aproveitados no Bloco Mágico; basta que estejam presentes. Em algum ponto haveria de cessar a analogia entre um aparelho auxiliar desse tipo e o órgão que lhe serve de modelo. Também é verdade que o Bloco Mágico não pode “reproduzir” a partir de dentro a escrita apagada; seria realmente um bloco mágico se, como nossa memória, pudesse fazê-lo. No entanto, não me parece ousado demais comparar a folha de cobertura feita de celuloide e papel encerado com o sistema *Pcp-Cs* e sua proteção contra estímulos, a tabuinha de cera com o inconsciente por trás deles, e o aparecimento e desaparecimento da escrita com o cintilar e esvanecer da consciência na percepção. Mas confesso que estou inclinado a levar ainda mais longe a comparação. (Freud, 1925/2011, p. 273, grifo do autor)

Mais uma vez: se a analogia do aparelho psíquico com o Bloco Mágico, apesar de suas imprecisões, se mostra como uma ilustração pertinente e dá lastro de legitimidade à hipótese psicanalítica, a própria comparação abre o discurso ao acaso de pensar o inconsciente como superfície.

Com isso, podemos insistir naquilo que nossa análise foi gradualmente configurando: o *Bloco Mágico*, pelas aberturas do discurso de Freud, pode figurar como uma metáfora do inconsciente (Guirado, 2010). Por essa imagem de uma superfície de registros em que marcas se sobrepõem, se implicam e se modificam numa complexa rede, uma concepção de inconsciente pode ser desenhada. Nesta, o psíquico – à margem de toda a “substância” com a qual foi materializado pelo discurso da psicanálise – pode ser tomado como história da memória (das relações com o mundo), complexamente produzida e alterada a cada ato concreto do viver. À revelia da consciência e do conhecimento, mas a produzir continuamente reconhecimentos e desconhecimentos (Guirado, 2010).

Essa concepção deixa de lado o Bloco Mágico como uma analogia, como uma ilustração. E o inconsciente, portanto, não será pensado como algo a ser “desvelado”, como conteúdos profundos ou como sistema; deixa de ocupar na produção do discurso o lugar de um conceito que reflete, no plano da teoria, algum dado da realidade. Diferentemente, pela possibilidade de tratar o Bloco Mágico como uma metáfora, o inconsciente pode figurar como um operador conceitual que, a partir de uma imagem, organiza um modo de pensar e descrever as relações. E é assim que, no limite de uma interface conceitual, a noção de

inconsciente pode ser torcida e se articular à estratégia de pensamento da Análise Institucional do Discurso.

É provável que já tenhamos, do ponto de vista demonstrativo, cumprido com as principais “mostrações” no discurso de Freud das aberturas que facultam a produção de algumas das principais proposições de Guirado. Apenas para finalizar nossa análise, vale seguir com Freud até o fim de seus argumentos, acompanhando sua inclinação em “*levar ainda mais longe a comparação*”:

No Bloco Mágico a escrita desaparece a cada vez que se interrompe o íntimo contato entre o papel que recebe o estímulo e a tabuinha de cera que conserva a impressão. Isso concorda com uma noção que há muito tempo formei sobre o funcionamento do aparelho psíquico perceptivo, mas até agora conservei para mim. Fiz a suposição de que inervações de investimento são enviadas e novamente recolhidas, em breves empuxos periódicos, do interior para o totalmente permeável sistema *Pcp-Cs*. Enquanto o sistema se acha investido dessa forma, recebe as percepções acompanhadas de consciência e transmite a excitação para os sistemas mnemônicos inconscientes; assim que o investimento é recolhido, apaga-se a consciência e cessa a operação do sistema. É como se o inconsciente, através do sistema *Pcp-Cs*, estendesse para o mundo exterior antenas que fossem rapidamente recolhidas, após lhe haverem experimentado as excitações. Assim, as interrupções que no Bloco Mágico acontecem a partir de fora se dariam pela descontinuidade da corrente de inervação, e no lugar de uma verdadeira suspensão do contato haveria, em minha hipótese, a periódica não excitabilidade do sistema perceptivo. Também conjecturei que esse funcionamento descontínuo do sistema *Pcp-Cs* estaria na origem da ideia de tempo. (Freud, 1925/2011, pp. 273-274, grifo do autor)

Como que numa inversão, Freud compara o que “de fora” moveria o funcionamento do Bloco Mágico – a pressão da escrita e o movimento da mão – com o que “de dentro” moveria o funcionamento psíquico – a excitabilidade do sistema perceptivo por meio de periódicos investimentos do interior (libidinais, energéticos). O autor recoloca no discurso a noção de pulsão; e, levando essa aparentemente desprezível analogia ao seu limite, a ilustração se completa.

Freud, assim, conclui esse peculiar trabalho sobre aparelho psíquico no fio da navalha entre o que se supõe pelas hipóteses psicanalíticas e o que casualmente se produz pela enunciação do Bloco Mágico: “Se pensarmos que, enquanto uma mão escreve na superfície do Bloco Mágico, a outra levanta da tabuinha de cera periodicamente a folha de cobertura, temos uma representação concreta do modo como procurei imaginar a função de nosso aparelho perceptivo” (Freud, 1925/2011, p. 274).

Encerramos aqui nossa análise, na esperança de que ela tenha mostrado suficientemente bem como aquilo que se produz nesse texto vai além dos contornos que definem o conhecimento psicanalítico e a metapsicologia freudiana. Que ela tenha mostrado como o discurso do artigo de 1925 permite configurar um “psíquico” diferente, até certo ponto mais familiar àquele pensado por Freud nos primórdios da psicanálise (Freud, 1900/1969), mas distante daquele que persistiu no discurso psicanalítico em geral (Freud, 1923/2011). Que ela tenha mostrado como esse “psíquico” pode prescindir de implicações teóricas da metapsicologia (Freud, 1915b/2010, 1920/2010), abrindo a possibilidade de pensar uma noção de inconsciente muito distinta daquela (Freud, 1915a/2010) que acompanha a produção de saber no campo da psicanálise freudiana e, quiçá, de outras psicanálises. Tudo isso, pelo acompanhamento dos efeitos do modo de produção de um discurso que, como demonstrado pela análise, constantemente se indetermina frente às tensões de seu acontecimento; *um discurso aberto a novas produções*.

Tendo em mente o que acima foi possível construir, vale voltar agora às palavras que impulsionaram tal construção: “[...] *a vida é a história desses decalques em tramas, cenas e enredos cada vez mais complexos, onde a cada nova experiência temos a retroação das anteriores, bem como a modificação delas. A vida é um bloco mágico...*” (Guirado, 2010, p. 127, grifo nosso). Essas palavras, já citadas em nosso capítulo II, são imediatamente acompanhadas por outras, que não citamos anteriormente: “Se pudéssemos *estender essa metáfora*, e nos autorizamos a fazê-lo, em nome da obra aberta de que estamos tratando, encerramos nossos comentários sobre ela, afirmando que *o bloco mágico é o modo de produção da superfície inconsciente da vida psíquica*” (Guirado, 2010, p. 127, grifo nosso).

Por que voltar a tais palavras? Porque, uma vez analisado o discurso freudiano, elas nos forçam a voltar ao discurso da AID para tratar das condições de esse *inconsciente como bloco mágico* funcionar como operador de pensamento no interior dessa estratégia conceitual. Com elas e a partir delas, pois, voltamos à nossa tese: a Psicanálise da Análise Institucional do Discurso.

2. A metáfora do bloco mágico como suporte para o pensamento

A análise do discurso de Freud, marcando acasos de sua produção e indeterminações, demonstra de que maneira o autor acaba por abrir a noção de inconsciente a novas proposições, já afastadas da metapsicologia. Desde a oportunidade de pensar o inconsciente como memória e como um registro de marcas/traços mutáveis, até a possibilidade de pensá-lo

como um registro em superfície de uma rede de marcas interligadas e em retroação, nossa análise colocou em cena as condições não apenas de considerar uma particular noção de inconsciente como também de trabalhar com tal noção de um jeito específico, descritivo. Tudo isso foi possível pelo modo de operar conceitualmente com a metáfora do bloco mágico, produzindo-se assim ocasião de um conceito tão central na psicanálise funcionar fora de seu campo de origem e no interior de outro, a AID.

Deste ponto em diante, tentaremos argumentar sobre as exigências conceituais da AID e a possibilidade de pensar com esse inconsciente como bloco mágico nas interfaces que constituem o método. O ponto de partida: as discussões apresentadas nos trabalhos de Guirado de 2010 e de 2015.

Nossos argumentos começam com o objeto institucional ao qual visa a estratégia analítica da AID, e ele servirá de fio condutor para todo o nosso debate.

Que objeto é esse? Trata-se das *relações*, não tal como podem ser concretamente observadas, e sim tal como são imaginadas por aqueles que as fazem (Guirado, 1987/2004, 2010). A produção desse objeto se faz sustentada numa interface entre certo âmbito conceitual da sociologia (de Albuquerque) e pressupostos já retorcidos da psicanálise (de Freud). Como? Pelo tensionamento entre um conceito específico de *instituição* e um particular modo de tomar a noção de *fato psíquico*, tensão essa que possibilita pensar as relações pela implicação entre seu matriciamento institucional e seu exercício por singularidades históricas.

Esse objeto demarca um recorte no campo da Psicologia que delimita o âmbito de ação da AID. Sobretudo em seu texto de 2010, Guirado demonstra que, se “Fazemos Psicologia!” (Guirado, 2010, pp. 134-135), essa postulação de objeto institucional da Análise de Instituições Concretas de Albuquerque e a aproximação conceitual da psicanálise vão forçar a AID a se situar como uma estratégia de pensamento que exige análises descritivas e que considera alguma forma de singularidade. Exatamente para que esse objeto institucional formulado à Psicologia garanta sua especificidade como saber/fazer.

O bloco mágico nos ajuda a entender como, pela AID, consideramos as relações a partir do interjogo entre instituição e singularidade. Sobretudo, aí, no que diz respeito ao fator singularidade das/nas relações. Isto, para pensarmos a Psicologia que fazemos.

Pela imagem do bloco mágico, Freud abre seu discurso para a possibilidade de pensar um “psicológico” a partir de duas superfícies interligadas: uma que, ao mesmo tempo, protege contra os estímulos do mundo e garante o estabelecimento de relação com o mesmo; e outra, na qual se instituem marcas dessa relação, marcas que se sobrepõem e, retroagindo sobre si mesmas, formam uma espécie de rede onde cada nova marca (percepção) só se faz amparada

pelas antigas e onde cada marca antiga (memória) sempre se altera no rebote da produção das novas. Autorizados pelo trabalho com o bloco mágico como metáfora, podemos deslizar para pensar o objeto institucional da AID a partir dessa imagem e para além dela... Agora, então, já operando com a metáfora da metáfora.

A torção no pensamento recai na perspectiva de considerar cada uma dessas marcas como produzidas pelo exercício de lugares em relações, estas feitas e refeitas à sombra de diferentes contextos institucionais. O que se pode tomar como singularidade, nesse sentido, remete à história das relações por alguém vividas em diferentes instituições. Uma história que, embora singular, nunca poderá ser pensada à revelia do exercício, vida a fora, desses lugares institucionais. Um exercício que se dá implicado em expectativas que partem da própria instituição que se faz e do contexto em que se faz.

Nessa mesma torção, a perspectiva é também pressupor que as marcas feitas por esse exercício produzem elas mesmas expectativas naqueles que fazem tal relação institucional. O que se pode pensar como singularidade, portanto, estaria implicado em efeitos de contexto. E, para o exercício da AID, a descrição de uma relação – que de partida pressupõe sua contextualização num âmbito institucional gestor de expectativas – necessariamente implicará a consideração das marcas, nos parceiros que fazem tal relação, produzidas em outros âmbitos institucionais e gestoras elas mesmas de expectativas para o exercício dessa (e de qualquer outra) relação.

Conceitualmente, estaria aí aquilo que, no exame do objeto institucional da AID, acena para as relações *tal como imaginadas*. Pois, operando o pensamento no diapasão da metáfora do bloco mágico, a análise de uma relação apontará tanto para *o seu contexto como condição da produção de sentidos* como para *as condições singulares, naqueles que vivem esse contexto, de imaginar essa relação e dar-lhe sentido*. Condições singulares matriciadas em uma miríade de instituições vividas e feitas, matriciadas em uma história cujo enredo pode ser pensado a partir da sobreposição de incontáveis marcas do exercício de diferentes lugares em diversas relações. É justamente essa sobreposição que configuraria – tal como poderíamos “verificar” na superfície de cera do bloco mágico – uma rede imaginária cujas marcas, ao se sobreporem, modificam-se, continuamente produzindo expectativas e sentidos aquém da consciência. Como disse Guirado (2010), “*o bloco mágico é o modo de produção da superfície inconsciente da vida psíquica*” (p. 127, grifo nosso).

É como se, dessa forma, acionássemos uma noção de inconsciente na qual a memória singular de alguém encontra ao mesmo tempo seu instituinte e seu efeito nas relações. O bloco mágico reitera para a AID, a partir de outro âmbito de sua interface com a psicanálise

freudiana, a possibilidade de pensar singularidades históricas como *o singular em contexto*, e não como “imanência”. E, muito longe de figurar como um aporte conceitual que faça remissão a um dado da realidade, o inconsciente pode funcionar na fronteira com conceitos outros como um organizador de uma estratégia analítico-descritiva das relações.

Nossos argumentos continuam, pois essa noção de bloco mágico rebate nas outras interfaces que constituem a AID, em implicação direta com o que já discorremos até aqui. Os termos “contexto”, “lugar” e “expectativa” não foram usados, acima, levemente: com eles, já mobilizávamos as fronteiras conceituais impostas pela AID à linguística de Maingueneau. Contudo, para melhor tratar de tal mobilização, parece necessário antes abordar a fronteira com o pensamento foucaultiano e recolocar, para a discussão agora em pauta, o conceito de discurso com o qual trabalhamos em AID.

Como vimos, trabalhar com a noção de discurso como ato-dispositivo é por em cena as condições de produção dos enunciados, é por em cena as regras que em determinado espaço e tempo delimitam as possibilidades do exercício da função enunciativa. Para além de qualquer significação absoluta ou qualquer referência a alguma realidade a ser desvelada, discurso é pensado como acontecimento e como acaso, circunscrito a contextos de jogos de força (relações de poder-resistência) e produtor de verdades e sujeitos. Em AID, trabalhar com esse conceito significa tomar as relações como implicadas em relações de poder e tomá-las tal como são mostradas no discurso pela análise do seu modo de produção.

O bloco mágico, aqui também, nos ajuda a entender como isso se dá. Se, trabalhando com essa noção aberta pelo discurso de Freud, podemos tomar a singularidade pela imagem de uma superfície de marcas, essa *imagem* em nenhum momento está fazendo referência a alguma suposta “profundeza psíquica”. Diversamente, como metáfora ela mobiliza a atenção analítica para o que no discurso mostra, em consideração àqueles que fazem uma relação, as condições de possibilidade do exercício dessa relação e para as condições de produção de sentidos implicadas em tal exercício. Mobiliza assim, para o trabalho descritivo, uma atenção para jogos de força/de saber/de verdade que movem, no contexto em análise, um determinado jeito de viver.

A *superfície* de que falamos, portanto, não se confunde com uma interioridade psicológica imanente. Ela é, antes e apenas, um suporte metafórico para tomar o discurso, para tomar aquilo que nele mostra a implicação instituição-singularidade. Para sermos precisos: *ela é a superfície discursiva das falas de si e dos outros que contextualiza*, quando da análise de uma relação, *efeitos de reconhecimento e desconhecimento*. Eis a torção imposta ao pensamento que, a partir de outra fronteira conceitual, ratifica para a AID a possibilidade

de pensar a singularidade no e pelo discurso. E o inconsciente, por mais estranho que possa parecer, figura como um conceito que pode atribuir um lugar insólito à metapsicologia freudiana.

Por esse ângulo, se lembrarmos que já em 1995 Guirado apresenta a proposta de pensar “*um sujeito do e no discurso*” (1995/2006, p. 17, grifo nosso), nosso argumento seguinte é necessariamente aquele que põe no palco a noção de *subjetividade* tal como configurada pela AID: “Se considerarmos o objeto institucional da psicologia como sendo as relações tal como reconhecidas, imaginadas pelos que as fazem, onde quer que trabalhemos, daremos foco à subjetividade que nessas relações se constitui” (Guirado, 2010, p. 53). Uma subjetividade-efeito, então. Efeito de contexto. Produzida, no e pelo discurso, por uma espécie de movimento que dobra a matriz institucional de uma relação sobre a história singular daqueles que a fazem. Estamos falando da metáfora do sujeito-dobradora, articulador epistemológico das interfaces conceituais que constituem a estratégia de pensamento de que tratamos.

Na medida em que argumentávamos, acima, sobre as torções necessárias para que a noção de bloco mágico funcione na AID articulada aos conceitos de instituição e discurso, nós já explorávamos as regiões de fronteira que apontam para o acionamento desse conceito-chave de sujeito. Justamente porque, com a metáfora do bloco mágico, colocamos essa reinvenção do conceito de inconsciente como um suporte para pensar o singular em contexto, para pensar as relações pelo “movimento de dobradora” entre instituição e singularidade, produtor de subjetividades.

Dessa maneira, ao deixar de ser referido ao “indivíduo psicológico” (tal como mais comumente este é entendido no campo da Psicologia), o inconsciente passa a ocupar o lugar de um aporte conceitual para uma análise do discurso que descreva as condições de aqueles que o exercem se reconhecerem sujeitos em determinada relação. Pensando a partir desse âmbito das interfaces impostas à psicanálise de Freud, o inconsciente como bloco mágico nos ajuda a compreender como o conceito de sujeito-dobradora, metáfora da produção institucional da subjetividade, resguarda à singularidade um lugar central, mesmo que atípico, garantindo à AID sua especificidade como uma prática de produção de saber psicológica.

Assim justificando tais torções e articulações, justificada está, então, a condição de possibilidade da mobilização acima feita da fronteira imposta ao pensamento de Maingueneau. Por ela, voltamos ao que se entende por análise em AID, e passamos a tencionar a ideia de bloco mágico nas regiões de interface que miram a ação concreta do exercício dessa estratégia de pensamento.

Uma análise institucional do discurso sempre implicará, para a construção de sentidos, a consideração do contexto. Remetendo o leitor à nossa Introdução e ao nosso capítulo I, é na fronteira com a linguística pragmática de Maingueneau que Guirado encontra o aporte conceitual para pensar o discurso a partir das relações sociais que o condicionam, para pensá-lo a partir do quadro pragmático que delimita o seu modo de produção. Pelo conceito de gênero de discurso, os lugares a partir dos quais alguém pode falar e as expectativas que movem o exercício de tais lugares configuram-se como alvos do trabalho analítico; e a noção de cena enunciativa abre a possibilidade não apenas de tomar uma relação desde tais alvos como também de tomá-la desde o seu contexto institucional.

Nossos argumentos acima se faziam valer de termos produzidos nessa interface conceitual precisamente pelo fato de a metáfora do bloco mágico facultar ao pensamento, para a análise de uma relação, uma espécie de *pesquisa* das diversas cenas enunciativas que contextualizam, para as pessoas que vivem/fazem essa relação, o exercício de diferentes lugares institucionais. Neste e por este exercício, produzem-se diferentes expectativas, com as quais tais pessoas “chegam” em determinada relação, em determinado contexto de enunciação, a partir de determinado lugar enunciativo. Tais expectativas, que se mostram na *superfície discursiva* das falas de si, são efeito de *marcas* da vida, a produzir elas mesmas efeitos e marcas no viver. Cenas, marcas e expectativas que se cruzam, de forma insubmissa à consciência, formando uma espécie de rede imaginária de memória histórica que constitui, tal como um bloco mágico, um registro possível da singularidade.

Como já debatíamos nos primeiros movimentos de nossos argumentos, a metáfora do bloco mágico pode funcionar assim como um operador conceitual que redesenha a singularidade como a história do exercício de lugares de enunciação. Logo, por torções de interface, temos um conceito de inconsciente que contribui para o entendimento de o que significa pensar a produção da subjetividade pela sombra do conjunto das cenas enunciativas que organizam e circunstanciam, naqueles que fazem certa relação, os reconhecimentos e desconhecimentos a tecer o modo de produção de um discurso de si e dos outros.

Apoiados no rigor das fronteiras conceituais que constituem a AID, todos os nossos argumentos tentaram mostrar o lugar possível que a noção de inconsciente, *assim redesenhada como bloco mágico*, pode ocupar no interior dessa estratégia de pensamento. Sempre visando às exigências epistemológicas do método que facultam um trabalho específico com tal conceito.

Nisso, foi possível demonstrar, ainda que não declaradamente, de que modo tal trabalho atravessa e mobiliza todas as dimensões da interface que a AID impõe ao

pensamento freudiano⁷⁸. Desde a possibilidade de pensar sobre o que constitui o *âmbito* de ação dessa estratégia analítica (*dimensão instituinte*), desde a possibilidade de pensar sobre aquilo que delimita a sua *ação* (*dimensão analítica*), até a possibilidade de pensar sobre *disparadores descritivos* para tratar a produção de subjetividade (*dimensão de trânsito*).

Em vista disso, nossa discussão se configurou como um estudo analítico de visada epistemológica a respeito de uma “psicanálise em torção” possível à AID. Com outras palavras: nossos argumentos acabaram por mostrar, desde o próprio texto freudiano até a AID, como se configura essa parte da Psicanálise da Análise Institucional do Discurso.

Há, entretanto, mais um argumento a se tratar, talvez um dos mais importantes para nossa tese. Ou, melhor dizendo, não é propriamente *mais* um argumento a se tratar: ele foi desenvolvido *indiretamente* durante todo este item. O que falta, isso sim, é abordá-lo nominalmente. Estamos falando do conceito de transferência com que trabalhamos na AID e os efeitos que a metáfora do bloco mágico gera para a compreensão dessa fronteira conceitual. Disso, Guirado trata textualmente em seu artigo *Clínica e Transferência na sombra do discurso* (2015). Se indiretamente já desenvolvemos esse assunto, observemos então alguns elementos até aqui colocados, para ai sim reapresentá-lo com contundência.

Ao falarmos do objeto institucional da AID, fio condutor de toda a nossa argumentação, tentamos demonstrar de que forma o inconsciente como bloco mágico nos ajuda a pensar diversos âmbitos conceituais do método. Acionando as regiões de fronteira que compõem essa estratégia de pensamento, resgatamos que o estudo das relações é dado a partir da montagem da cenografia básica do contexto de enunciação que a circunscreve, e sustenta-se na análise do modo de produção do discurso daqueles que fazem essas relações. É exatamente aí que a metáfora do bloco mágico pode contribuir para o entendimento da estratégia analítica da AID, pois oferece um aporte conceitual que esclarece como é possível tomar as relações tal como imaginadas, ajudando a organizar os disparadores descritivos que movem o trabalho de análise.

Assim, considerando que para qualquer relação o exercício de lugares institucionais de enunciação dá-se pela implicação entre instituição e singularidade, o singular será tomado como efeito de certa *memória histórica* que, pela metáfora do bloco mágico, configurar-se-ia tal qual uma rede, sobrepondo marcas da lembrança e tudo aquilo que envolve a produção contextual dessas marcas. Dessa sobreposição em rede, eis o ponto de partida para pensar o

⁷⁸ Tal como propomos ao final do capítulo I desta tese. Talvez, com tudo o que foi possível desenvolver neste capítulo, fique mais claro o que lá ressaltamos: essas dimensões foram propostas apenas como modos diversos de olhar para a interface com a psicanálise de Freud, *mas elas implicam-se necessariamente*.

singular em contexto: *o entrecruzamento de expectativas no exercício de lugares em relação*. Expectativas que às vezes “batem”, às vezes não “batem”, que se alteram nesse desencontro, que mobilizam resistências e naturalizações, que movem as relações no fio da navalhas das tensões entre o que se espera e o que há. Nesse entrecruzamento temos o ponto de ataque para uma análise das condições da produção de sentidos (singulares, imaginados) e de reconhecimentos (e desconhecimentos) possíveis de quem se é naquela relação, naquele lugar, naquele tempo. Sujeito psíquico porque institucional, como já dizia a pensadora (Guirado, 1995/2006). Singular porque efeito de uma “história institucional” que provoca, ela mesma, efeitos de tensão nas instituições.

Ora, ai está o conceito de transferência tal como redesenhado no discurso de Guirado (2000, 2010). Mas exposto em termos que o articulam às fronteiras conceituais do método no encaixe das aberturas que a metáfora do bloco mágico promove ao pensamento. E assim chegamos, pela análise específica de uma produção teórica psicanalítica, às propostas de pensar elaboradas por Guirado em seu artigo de 2015: pelo texto freudiano de 1925, temos um acaso da produção discursiva do autor que permite pensar “o ponto em que, no plano das suposições teóricas, o registro da memória inconsciente coloca-se na contramão da transferência” (Guirado, 2015, p. 114). Na contramão da transferência? Sim, na contramão do modo como ela é disposta pela psicanálise freudiana, referida a núcleos patogênicos de relação que se repetiriam como uma atualização deformada e que serviriam à satisfação pulsional daquilo que há muito teria sido reprimido; referida, portanto, a algum ponto afixado da vida psíquica, produzindo um raciocínio analítico que opera por “saltos, que respeitem analogias de imagens internas, do passado para o presente” (Guirado, 2015, p. 115).

Com a metáfora do bloco mágico, a imagem de uma *rede de marcas interligadas e sobrepostas* permite preservar do conceito de transferência “o sentido de reedição de lugares em relação que de alguma forma marcam para a pessoa o reconhecimento de si e de sua posição, mesmo que disso não se dê conta” (Guirado, 2010, p. 51), mas *afasta do raciocínio analítico a suposição de pontos de representação psíquica afixados, imutáveis*. É claro: estamos movendo, com a metáfora, a imagem de *uma superfície discursiva*, na contramão da concepção de profundidades/interioridades. Mais que isso: estamos acionando, também, a imagem de uma *rede* em superfície, onde os pontos de sobreposição das marcas – inumeráveis e a produzir incessante retroação entre elas – descartam do pensamento a necessidade de “encontrar” pontos de origem ou núcleos arcaicos, tal como formulado pela psicanálise. Do inconsciente como bloco mágico, está aberta a possibilidade de “*pensar com a diferença, a*

resistência e a regularidade como constitutivas da transferência” (Guirado, 2015, p. 115, grifo da autora).

Para tudo o que discurramos, não visávamos à construção de uma discussão acabada, e sim a uma demonstração argumentativa possível que, partido da análise de um produtivo texto freudiano e de suas aberturas, dispusesse um modo de apreender como se configura parte da Psicanálise da AID. Esperamos que isso tenha sido minimamente alcançado.

O tom do parágrafo acima pode parecer o de encerramento, mas não é esse o caso. Mais do que encerrar, a intenção é prosseguir. Há outra análise a fazer e novas demonstrações a proceder. Isto, em implicação direta com o que desenvolvemos.

Até aqui, tratamos da maneira pela qual o inconsciente pode funcionar na AID como um conceito na fronteira com outros. A condição de possibilidade que permeou todo esse trabalho foi tomar o bloco mágico como metáfora, tomando-o como um suporte para pensar o objeto institucional da AID e os disparadores descritivos que delimitam pontos de partida para a sua análise. Conquanto, como se configura essa análise? Disso não falamos. Ou melhor, falamos *apenas tangencialmente* quando destacamos, apoiados em Guirado (2010), a maneira pela qual Freud coloca a leitura das marcas na superfície de cera do bloco mágico como dependente da inclinação da luz e da perspectiva do olhar.

A Psicanálise da AID também ocupa lugar nesse âmbito da estratégia analítica em questão. E, assim, as interfaces impostas pela AID à psicanálise freudiana apontam para o outro (e último) caminho pelo qual continuaremos nossa tese: a noção de construção aberta por Freud no texto *Construções na Análise* (1937/2018).

CAPÍTULO VI

Construção como operador analítico:

O acontecimento do sentido

Procuraremos configurar, neste capítulo, de que modo Freud apresenta a noção de construção em seu texto *Construções na Análise* (1937/2018).

Esta análise, a última que empreenderemos para encaminhar os desenvolvimentos finais de nossa tese, produz-se amparada nestas palavras:

O texto *Construções em Análise* (1937/1976), escrito 25 anos mais tarde, sacramenta tal modo de operar analiticamente. O Freud das construções abre as interpretações para os horizontes que, por posição, indica escapar das determinações excessivas dos pressupostos teórico-imaginários do analista. Abre as interpretações para o âmbito de indeterminações. Mesmo que, de início, Freud afirme que as análises buscam reconstituir um quadro infantil devidamente preservado fora da consciência, a maneira como propõe atingir essa meta é curiosamente vaga e devolvida mais à atenção do que às sentenças interpretativas do analista; atenção aos caminhos que o paciente der para uma construção feita por ele. Encaminha, aqui também, para duas afirmações perturbadoras: a primeira é que a construção é o delírio do analista, e a segunda é a de que há verdade histórica nos delírios do paciente. O argumento a provar esta última pontuação é sagaz: como quem ouve o que lhe diz seu interlocutor com a mesma acuidade que acusa estar sendo ouvido, afirma que, muitas vezes, diante de uma cena construída pelo analista, o paciente dá importância a detalhes pequenos como cor de um objeto, luz advinda de uma porta, sendo que ele não viu a cena. Essa convicção, essa sensação de percepção realizada, de experiência sensível com o que relata o outro é onde Freud afirma condição de verdade ao delírio: no jeito como a pessoa reconstituiu a cena para si, esses componentes são tão insistentemente reais, que devem

tê-lo sido um dia. E que se acrescente agora: quanta prontidão para a escuta de sua parte! (Guirado, 2010, pp. 175-176, grifo da autora)

Antes de começarmos, um aviso. O trabalho analítico que se segue é diferente daquele que realizamos no capítulo anterior, em que acompanhamos passo a passo a organização do discurso freudiano no trabalho de 1925 e construímos uma análise como que em conjunto com o leitor. Aqui, como o artigo de 1937 é relativamente mais longo, apresentaremos uma síntese interessada do texto, disparada pelo seu primeiro parágrafo, e posteriormente apresentaremos uma análise organizada por temas.

1. As construções de Freud

Um estudioso de grande mérito, que sempre tive em alta conta por haver tratado com justiça a psicanálise, numa época em que a maioria dos outros ignorava tal obrigação, manifestou certa vez, porém, uma opinião ao mesmo tempo ofensiva e injusta sobre a técnica psicanalítica. Disse que, quando oferecemos a um paciente uma de nossas interpretações, agimos com ele segundo este famigerado princípio: *Heads I win, tails you loose* [Cara, eu ganho; coroa, você perde]. Ou seja, quando o paciente concorda, está tudo certo; quando ele discorda, porém, trata-se apenas de um sinal de resistência, o que também nos dá razão. Dessa maneira, sempre temos razão diante do pobre coitado que analisamos, qualquer que seja sua resposta ao que dizemos. Ora, como é certo que um “não” de nosso paciente geralmente não nos faz abandonar nossa interpretação como sendo incorreta, tal “desmascaramento” da nossa técnica foi muito bem-vindo aos adversários da psicanálise. Vale a pena, então, expor detalhadamente como costumamos avaliar, durante o tratamento analítico, o “sim” e o “não” do paciente, sua expressão de acordo ou de oposição. Naturalmente, nesta justificação nenhum analista praticante aprenderá algo que já não saiba. (Freud, 1937/2018, p. 328, grifo do autor)

Com esse parágrafo, que abre o artigo de Freud, queremos primeiramente propor que cena enunciativa contextualiza e marca a produção de seu trabalho.

Estamos frente a uma co-enunciação com feições de uma “resposta a críticas”, que situa interlocutores tanto internos como externos ao discurso psicanalítico. Nisso, dividem-se as expectativas que se pode ter do escrito entre a reprodução daquilo que já se conhece, pois “*nesta justificação nenhum analista praticante aprenderá algo que já não saiba*”, e as tensões que movem a defesa de um escopo de legitimidade, num rebate a uma “*opinião ao mesmo tempo ofensiva e injusta sobre a técnica psicanalítica*”.

Isso nos permite adiantar que, como efeito da tensão que a engendra, a produção do discurso de Freud nesse texto se mostra especialmente aberta. É como se, de modo similar ao

que foi possível analisar no texto de 1914 sobre o narcisismo (Guirado, 2010; Silva, 2015), temos em mãos um trabalho no qual, ao escrever uma resposta para não alterar o que já se sabia, Freud altera saberes e mobiliza novas produções, ocasião privilegiada de aberturas ao pensamento.

Com base nessa cenografia, temos um suporte mínimo para apresentar, sobre esse texto freudiano, uma síntese que tenta, paradoxalmente, configurar-se analítica. Quer dizer: um resumo descritivo, quase sem citações, acompanhado de alguns apontamentos analíticos. Ou seja: uma síntese que é e não é um resumo fiel ao texto, pois sustenta certa distância de seu ordenamento discursivo a fim de pensá-lo para além do âmbito de enunciação da psicanálise e na trilha das proposições de Guirado (2010).

Nesse importante trabalho (Freud, 1937/2018), um dos últimos produzidos pelo autor, o objeto da discussão é a técnica psicanalítica. Entretanto, Freud não apenas mostra-a subordinada ao cenário clínico como também, para além da técnica, acaba por produzir um particular discurso sobre o ato analítico.

O pensador resgata, na parte I do texto (Freud, 1937/2018, pp. 328-332), os objetivos do trabalho analítico no rastro das estratégias discursivas que a eles respondem. Mostra, assim, o pano de fundo institucional que contextualiza sua escrita. Se a finalidade da análise volta-se para a superação de resistências ligadas a vivências e afetos esquecidos, cujos substitutos seriam os sintomas atuais, é pela atenção às expressões indiretas do esquecido que o trabalho caminharia (pp. 328-329): o “esquecido” deformado (no sonho), o “esquecido” resgatado em pensamentos e reações a ele ligados (pela associação livre), o “esquecido” nas repetições de afetos (da transferência). Pressupostos teóricos, não anunciados, que se entrecruzam na configuração de uma espécie de campo do analisável.

Para Freud, esse campo circunscreve o material de pesquisa bruto à disposição do analista para que, pela sua depuração, se chegue a “um quadro dos anos esquecidos da vida do paciente que seja confiável e completo nos elementos essenciais” (Freud, 1937/2018, p. 329). O objeto e o destino da análise se encontram, e a sua condução se abre no discurso freudiano: o autor coloca para a realização do trabalho analítico o envolvimento de duas partes distintas, relativas às tarefas específicas de cada membro da dupla que faz a análise acontecer (pp. 329-330). Do lado do analisando, a tarefa seria recordar; do lado do analista, seria adivinhar, construir por vestígios, o que foi esquecido. E na transmissão daquilo que foi construído essas duas partes da análise se ligariam, ligando assim os fazeres do par em análise.

Na trama do discurso, uma cena clínica se configura. Nela, para os lugares de paciente e analista, estão reservadas expectativas cruzadas. O paciente fala, associa, sonha, transfere, para que o analista escute e depure as pistas do “esquecido”; o analista fala, adivinha, constrói, para que o paciente escute e se lembre desse “esquecido”. A precisão descritiva daquilo que se espera da análise não se mostra nos caminhos que levariam a tal objetivo; *esses caminhos permanecem vagos* (Guirado, 2010), indeterminados, frente à determinação teórica da rememoração do reprimido.

Na continuação de seu argumento (Freud, 1937/2018, pp. 330-331), o autor descreve esse “construir” do analista como uma reconstrução, análoga ao trabalho do arqueólogo. Por pistas e fragmentos, o trabalho envolveria complementar aquilo que falta a partir do que se tem conservado. Diferentemente do arqueólogo, as condições para esse tipo de reconstrução são mais favoráveis no âmbito clínico já que, como Freud o propõe, o analista dispõe de material “vivo”, *em produção ativa*, de repetições relativas à infância, favorecidas pela transferência.

Subtraindo os termos e expectativas que, pela via da metapsicologia, acompanham a montagem do discurso freudiano, podemos com o autor *pensar um cenário clínico cujo contexto*, antes mesmo das previsões teóricas, *é o gestor pragmático das produções em análise* (Guirado, 2010).

A possibilidade de assim pensar parece se reforçar na continuação do texto de Freud (1937/2018, pp. 331-332). Ter em mãos um material que, por ser psíquico, resiste a qualquer destruição física (estando de algum modo preservado, mesmo que inacessível), faz com que o autor coloque, como uma questão relativa à técnica, as construções na análise, que não só são mais complicadas que aquelas feita pelo arqueólogo (pela própria natureza complexa do psíquico e pela falta de conhecimento específico) como também não são o trabalho final, mas apenas um trabalho preliminar no contexto geral da análise.

Uma questão relativa à técnica, portanto, não à teoria. Apesar de esses dois âmbitos se implicarem no discurso freudiano, é estabelecido para o fazer do analista um compromisso com o contexto desse fazer. Sem necessariamente estar imobilizado pelo âmbito de um saber instituinte, o lugar do analista parece se configurar diferente daquele que mais comumente acompanha o discurso da psicanálise, um lugar que inclusive já se pode reconhecer em sua descrição da análise do homem dos lobos (Guirado, 2010, pp. 169-175; Guirado, Martins-Afonso, Guirado, 2012, pp. 43-150).

Diferente como? Na parte II do artigo (Freud, 1937/2018, pp. 332-339), o pensador coloca esse trabalho prévio de construção não como uma primeira etapa que precisa ser toda

feita para que se prossiga para a próxima, tal como na construção de uma casa: segundo o autor, as duas etapas, a construção do analista e a ação (lembrar? associar? sonhar?) do analisando, acontecem muito próximas, uma seguida da outra, numa constante alternância. O paciente fala, o analista constrói algo, o paciente produz em cima disso, o analista constrói em cima dessa produção, que leva a novas produções, e assim por diante. A partir disso, o próprio Freud (1937/2018, p. 333) declara a diferença entre construção e interpretação, colocando a segunda como voltada a elementos mais isolados do material em análise, enquanto a primeira como uma apresentação de um pedaço da história esquecida do paciente.

Ora, nesses movimentos descritivos do papel do analista, que no contexto desse texto respondem a determinadas críticas, Freud parece produzir algo singular. Mostra a *construção* pela dinâmica concreta da situação clínica e, com isso, parece redimensionar o ato analítico *em função da relação analítica*. Se a interpretação *explica* atitudes e elementos da história do paciente, a construção *é* a sua história, re-imaginada no contexto clínico pela tensão do dizer, pensar, lembrar, adivinhar, *em relação*. Nisso, expectativas distintas se desenham no discurso e, se no primeiro caso (interpretação) a teoria investe uma escuta que cerca explicações já previstas, no segundo (construção) *a atenção às produções em análise move uma escuta que abre sentidos* (Guirado, 2010).

É claro que, para Freud, há algo a ser lembrado. Não é por acaso que o autor (Freud, 1937/2018, pp. 333-334) continua sua exposição colocando em pauta o risco de uma construção errada, dispensando-o ao destacar como a experiência analítica mostra que uma construção assim simplesmente não produz efeitos. Nesse caso, o paciente não diz nem um “sim” nem um “não” e, persistindo essa situação, deve-se chegar à conclusão do erro, que pode ser admitido na hora certa, a saber, quando novo material se apresenta e permite uma construção melhor. Tal como Freud o coloca, “O perigo de desencaminhar o paciente pela sugestão [...] tem sido enormemente exagerado, sem dúvida. O analista teria de proceder muito incorretamente para que tal infortúnio lhe acontecesse; teria de se repreender, sobretudo, por não haver deixado o paciente se exprimir” (p. 334).

Recolocando em cena as críticas feitas à sua psicanálise, o autor (Freud, 1937/2018, pp. 334-335) assume sua posição ao reforçar que não haveria negligência, por parte dos analistas, frente às reações do paciente quando da comunicação de uma... *construção* (p. 335)! É desse modo que Freud retoma as questões abertas no primeiro parágrafo do texto: deslocando as críticas feitas no tocante a *interpretações* para o *âmbito das construções*, assim rebatendo-as. Interessantemente, as tensões da cena enunciativa que propomos disparar a produção desse texto parecem mostrar seus efeitos, uma vez que, ao escrever para rebater

determinadas críticas sobre a prática psicanalítica, o discurso de Freud mais parece “redesenhar” essa prática, no fio da navalha entre o que já foi instituído e o acaso de pensá-la a partir dos lugares concretos de enunciação de analista e de analisando (Guirado, 2010).

É possível seguir o rastro dessas tensões no prosseguimento dos argumentos freudianos (Freud, 1937/2018, pp. 335-336). O autor retoma, ainda do parágrafo inicial do texto, a questão das respostas “sim” e “não” dos pacientes, propondo que tanto uma quanto a outra tem o mesmo valor complexo numa análise: não implicariam nem concordância nem discordância. Segundo Freud, o “sim” pode ter mais de um sentido, podendo ser tanto uma concordância genuína, algo irrelevante, ou mesmo uma reação hipócrita, cômoda à resistência; a validade da concordância só poderia ser reconhecida a partir de manifestações indiretas, quer dizer, a partir da produção de material que complemente e amplie a construção. Igualmente, de acordo com o autor, o “não” teria mais de um sentido e, fora as raras ocasiões em que implica genuína discordância, ele seria geralmente uma manifestação de alguma resistência ou seria derivado de algum outro fator da situação analítica. Embora afirme que essa resposta do paciente não é tomada como uma confirmação da construção (mais um rebate às críticas?), Freud considera sim essa possibilidade, indicando que é possível supor que a negação de uma construção, que sempre é incompleta, não seja referida à construção em si, mas àquilo que escapa a ela; assim, o “não” deveria ser interpretado, mais seguramente, como uma referência à incompletude (dos efeitos?) da construção.

No vai e vem da produção do discurso, Freud desenha um paciente cuja fala configura-se enigmática. Com isso, não só garante, para esse paciente, *um lugar de enunciação*, como lhe resguarda um lugar de enunciação *insólito*, em que cada ato de fala é uma reação, cifrada, ao ato de fala do analista. Rebatendo a condenação de que o psicanalista não ouviria seu paciente, o autor mostra, pelo discurso da técnica, uma cena clínica na qual ele ouviria *tudo* (desde a sua intervenção até a produção do paciente), sendo que para tudo que se ouve não se daria um valor fixo, e sim aberto. Mais que isso: aberto ao contexto da relação analítica, guiado pela atenção àquilo que lá se produz e aos caminhos dessa produção (Guirado, 2010). Falando sobre as construções, Freud fala sobre *uma análise indeterminada pela teoria* (Guirado, 2010), mesmo que sem abandonar toda a base metapsicológica – do inconsciente às pulsões – que sustenta seu discurso.

Isso se mostra na continuação de seu texto (Freud, 1937/2018, pp. 336-338), sobretudo pelo curioso modo como Freud desliza entre o escopo das interpretações e o das construções. Reafirmando que não serão as manifestações diretas do paciente frente a uma construção que darão pistas sobre sua validade, e sim os modos indiretos de confirmação, o autor dá

exemplos diferentes desses casos (Freud, 1937/2018, pp. 336-338). O primeiro deles é a frase “isso não pensei”, que poderia ser entendida como uma confirmação sobre o inconsciente da pessoa, mas que o próprio autor coloca como uma reação mais comum a *interpretações* do que a *construções* (p. 336). Outro exemplo é a produção imediata de uma associação que tem algo de mesmo teor que a construção, e relata (p. 337) um episódio extra-analítico em que um “também” enigmático fazia as vezes de uma confirmação indireta (um exemplo de... *interpretação*?). Além da confirmação indireta por associação, o autor propõe também reconhecer na discordância direta por meio de um lapso uma forma de confirmação de uma construção, dando mais dois exemplos (p. 338). O primeiro, sobre os sonhos de um analisando: neles, aparecia um nome que não se explicava pelas associações, e quando Freud oferece uma *interpretação* na qual ele propunha trocar as letras do nome, o paciente discorda trocando as letras de outra palavra; no segundo exemplo, também uma troca de palavras parece confirmar uma *interpretação*. Apenas quando a análise está marcada por reações negativas é que seria mais fácil se decidir sobre a precisão de uma construção, segundo Freud (p. 338): se o paciente não reage, estaria errada, se reage com piora nos sintomas, estaria correta ou próxima da verdade.

No discurso desse texto, a ambiguidade desse deslizamento que acompanha a enunciação da interpretação e da construção acaba por mostrar as diferenças entre ambas, e não apenas no plano técnico, mas também num plano pragmático, quase que epistemológico ou mesmo ético. O que se confirma, nos exemplos de Freud? Ao que parece, as interpretações, que fecham um entendimento a partir da posição do analista. Para as construções, a “confirmação” só parece se mostrar numa espécie de *prosseguimento indefinido das cenas históricas produzidas em análise, pelo jogo de tensão entre as posições do analista e do analisando* (Guirado, 2010). Com esse texto, é possível reconhecer como interpretação e construção implicam, necessariamente, diferentes concepções de ato analítico.

A favor disso, é preciso apenas acompanhar Freud no parágrafo que fecha a parte II desse trabalho (Freud, 1937/2018, pp. 338-339). Lá, ele retoma a objeção destacada no começo de seu texto, sobre negligenciar a atitude do paciente ante as *construções* (?) do analista, e a rebate categoricamente como não sendo justa, já que essa atitude teria mais de um sentido e seria foco de atenção para a extração de informação valiosa. De acordo com o pensador, é o prosseguimento da análise que permite uma decisão sobre uma construção, que nada mais é que uma conjectura que aguarda exame, não uma imposição.

A maneira pela qual Freud conclui tais desenvolvimentos, na parte III de seu texto (Freud, 1937/2018, pp. 339-344), é surpreendente. Ele apresenta questões que parecem

necessárias para o prosseguimento de seus argumentos e, curiosamente, dispensa-as sem cerimônia. Primeiro, faz referência (Freud, 1937/2018, p. 339) à questão de como a conjectura do analista se transformaria, no decurso da análise, numa convicção do paciente, dizendo que sobre isso não vale a pena tratar, por ser algo de fácil compreensão e que todo analista conhece pela experiência cotidiana. Depois, afirma (pp. 339-340) que o único ponto que merece esclarecimento é a questão de que o caminho esperado numa análise – que da construção do analista se chegue à recordação do paciente – nem sempre acontece: o que se obteria no paciente, no lugar da recordação do reprimido, é uma convicção na verdade da construção, com o mesmo resultado terapêutico. E, a respeito de quando e como isso se daria, o autor delega como tema para investigação futura.

Parece haver uma mudança na cena enunciativa do texto que, numa suspensão da necessidade de esclarecimentos que respondam a determinadas críticas, reposiciona o enunciador em uma esfera discursiva ainda mais aberta. O texto parece tomar outro rumo e, precisamente nesse momento, Freud anuncia, para a conclusão de seu ensaio, “algumas observações que devem abrir uma perspectiva mais ampla” (Freud, 1937/2018, p. 340).

O autor descreve (p. 340) um impressionante fenômeno, por ele observado em algumas análises: nestas, a comunicação de uma construção correta ocasionava no paciente (em sonhos e/ou quando estavam despertos, como fantasias) uma recordação nítida que não estava ligada ao evento que era tema da construção, e sim a detalhes desse tema... E, como invenção do analista, a construção nada poderia saber desses detalhes! Por nada se ligar a essa recordação posteriormente, Freud explica o fenômeno como uma solução de compromisso pela qual o material reprimido, suscitado pela construção, forçaria caminho para a consciência, mas seria deslocado pela repressão para outros objetos. Entretanto, o autor (p. 341), ainda refletindo sobre tal fenômeno, compara essa recordação vívida a alucinações observadas em casos não-psicóticos, propondo que nestas também haveria um retorno de vivências reprimidas, deformadas e deslocadas. Sugere, desse modo, que o delírio – comumente pensado apenas pelo afastamento da realidade e pela realização de desejos em seu conteúdo – não seria independente do retorno do reprimido: o impulso para “cima” do reprimido aproveitaria o afastamento da realidade para abrir caminho para a consciência, sendo as resistências a esse movimento e a tendência à realização de desejo os responsáveis pela deformação do conteúdo de que se “recorda”... Tal como no mecanismo de formação do sonho, ele acrescenta (p. 342).

É como se, mesmo com a solidez de mais de 40 anos de elaboração teórica, o discurso freudiano continuasse a expandir seu âmbito de ação. Num texto-resposta sobre questões

técnicas, o autor aproveita o acaso de pensar efeitos da intervenção do analista em seus pacientes e, numa inusitada comparação, recoloca termos (não-anunciados) da metapsicologia que redefinem aquilo que escapava a tais termos. Por conseguinte, produz-se no discurso uma sutil reafirmação do escopo de legitimidade da teoria psicanalítica. Isso implica um fechamento do discurso em seu ordenamento interno? Por incrível que pareça, não. Ou melhor, sim e não: embora haja uma reprodução do terreno de enunciação das verdades psicanalíticas, o que se produz como discurso no decorrer da argumentação freudiana mostra-se aberto a produções que escapam desse terreno, por efeito mesmo dessa “inesperada” ampliação do saber.

Como isso se mostra no texto? Freud destaca (1937/2018, pp. 342-343) que, embora essa noção de delírio não seja nova, ela dá acento não só ao “método” que haveria na loucura como também ao fato de que ela contém um tanto de *verdade histórica*, sendo justamente essa fonte infantil aquilo que daria força à crença compulsiva no delírio. Sem prova que demonstre essa sua teoria, ele propõe que se busque investigar casos a partir dos pressupostos expostos, de modo que o tratamento do doente – no lugar de visar ao seu vão convencimento da loucura de seu delírio – vise ao que há de verdade no delírio e sobre esse ponto comum desenvolver a terapêutica. Liberar, assim, a verdade história de suas deformações e de sua ligação com a realidade presente, remetendo-a ao passado, portanto. Essa espécie de “fenômeno” psíquico não seria estranha aos neuróticos, nos quais regularmente uma lembrança reprimida produz efeitos no presente, conforme lembra Freud, que dá como exemplo o medo em alguém de que algo vá acontecer, mas assim o é porque algo teria acontecido sim em seu passado. E, admitindo a brevidade com que tratou do assunto, o psicanalista ressalta (p. 343) que o delírio do doente é, para ele, equivalente às construções do analista: tentativas de explicação e de recuperação de algo esquecido. Na psicose, substituir-se-ia a realidade presente, recusada, por algo recusado do passado, agora distorcido, e a investigação, portanto, é a da relação entre o que se recusa agora e o que se reprimiu no passado. A persuasão do delírio seria devida ao pedaço de verdade histórica que contém, tal como a construção é uma tentativa de restituir ao paciente uma parcela de sua história perdida⁷⁹.

Enquanto no discurso tecem-se novos pressupostos e novas explicações, implicados pela rede teórica a que silenciosamente visam, casualmente nele se configuram inesperadas

⁷⁹ A título de exposição, é válido descrever como Freud termina seu artigo (1937/2018, pp. 343-344). Fiel ao modo de produção de seu discurso em tantas ocasiões outras, o autor propõe que, se colocamos a humanidade no lugar do indivíduo, é possível reconhecer como ela também desenvolveu formações delirantes, ilógicas e que ainda assim exercem poder sobre os homens. Na coerência de seus argumentos, ele indica que a investigação dessas formações também levaria à conclusão de que há algo de verdade histórica nesses “delírios”, que é isso o que lhe dá força e que esse núcleo de verdade remete ao que foi reprimido em épocas pré-históricas.

imagens do fazer analítico. Na contrapartida do *delírio construído pelo paciente* estaria a *construção delirante do analista*, ambos sustentados legitimamente pela *verdade da história do primeiro* (Guirado, 2010). Mesmo que, para Freud, essa verdade seja a verdade do reprimido, seu discurso abre a possibilidade de a clínica se reinventar pela verdade daquilo que, em relação e pelos caminhos da atenção, se imagina e se constrói sobre uma história de vida.

Na síntese acima já está o âmago de nossa análise desse texto de 1937. Contudo, para que essa análise se efetive, são necessárias algumas demonstrações, suportadas pelas próprias palavras de Freud.

É a isso que nos dedicaremos no próximo item. Tentaremos ser concisos e precisos.

2. Nos movimentos de uma particular cena clínica

Como eixos demonstrativos, propomos *três temas* para a organização de nossa análise. Os três remetem diretamente àquilo que nossa síntese analítica configurou como *a cena clínica* do artigo de 1937. Embora sejam tomados separadamente, é importante reconhecer que esses temas propostos necessariamente se implicam.

Isso posto, a divisão temática se faz como uma perseguição a essa cena clínica, uma espécie de depuração que visa a pensar o “quem”, o “como” e o “o quê” nessa/dessa cenografia. Para isso, três perguntas, estratégicas e interligadas, darão a largada do trabalho: Quais são os personagens que movem a cena e qual é a relação entre eles? Por essa relação, de que modo se constituem os caminhos de produção da cena? Com isso, o que acaba se configurando como objeto nessa cena?

Antes de prosseguirmos, um destaque é necessário. Tudo o que apresentaremos a seguir se sustenta, mais diretamente, em dois trabalhos. O de Guirado (2010) já anunciamos no começo deste capítulo, e ele permanece como norte para o prosseguimento de nossa análise. O segundo é um artigo produzido por Guirado e Martins-Afonso, em processo de avaliação na revista *Tempo Psicanalítico*, intitulado *Sonho e Discurso no Homem dos Lobos: Análise como construção em Freud*; este artigo, ainda não publicado, foi gentilmente colocado à nossa disposição pelos autores. É um trabalho que toca diretamente nos temas que desenvolveremos e, apesar de no presente momento não podermos citá-lo, ele foi uma referência central para a produção de nossos apontamentos.

a) Um analista e um paciente do discurso

A cenografia clínica que o discurso de Freud, nesse trabalho de 1937, nos permite configurar é ao mesmo tempo familiar e incomum à instituição psicanalítica. Em termos freudianos, é estranha. Nela, analista e paciente ocupam lugares específicos que, para além das expectativas circunscritas pelo âmbito da teoria, mostram-se imprevisíveis.

O analista, nessa cena, é um *indutor*. Da materialização da teoria? Num primeiro momento, sim. A ele cabe fazer seu paciente se livrar de resistências, superar repressões, recordar-se do que reprimiu... Como um leitor do material posto à disposição pelo paciente (sonhos, associações, reações transferenciais), o analista traduziria o inconsciente que se revela enquanto disfarçado.

O discurso de Freud, entretanto, abre muito mais o lugar desse analista. Ele até pode ser um indutor, mas acima de tudo ele é um *indutor de imagens*. Antes de traduzir, *ele inventa e cria a partir do que diz o paciente*. Ainda que, para Freud, esse trabalho busque aquilo que suas pesquisas e toda a sua teoria prevêm, o discurso mostra um analista “resistente” às imposições de sentido que partem somente de sua posição.

O lugar do paciente, nesse movimento, também se configura peculiar. Se, num primeiro momento, como o locutor de material analisável, ele se mostra *alvo* da ação do analista, encarregado da re-ação de recordar-se, o discurso freudiano aos poucos redesenha esse lugar de paciente numa posição de potência que daria inveja a Dora.

De refém da ação do analista, o paciente como que passa a ocupar *a posição de diretor da mesma*. É um avaliador privilegiado, que também inventa e cria... Não por pistas, como o analista, mas por resistência (não a psicanalítica!), por produções ativas, por enigmas, pelo prosseguimento de sua fala.

Para que isso fique minimamente evidente, podemos acompanhar a sequência interessada de extratos abaixo, apenas uma entre outras que poderiam ser recortadas do texto original:

O propósito do trabalho analítico, como se sabe, é induzir o paciente a deixar de lado as repressões – no sentido mais amplo – de seu antigo desenvolvimento [...]. Para isso ele deve recordar determinadas vivências e os afetos por elas suscitados, que no momento se acham esquecidos. (Freud, 1937/2018, pp. 328-329)

[...] Nossa experiência mostrou que a relação de transferência, que se estabelece com o analista, é particularmente adequada para promover o retorno de tais vínculos. (p. 329)

[...] o trabalho analítico consiste em duas partes bem diferentes, que ele se realiza em dois cenários separados e envolve duas pessoas, a cada uma das quais é atribuída uma tarefa distinta. (pp. 329-330)

[...] Todos sabemos que o analisando deve ser levado a se recordar de uma coisa vivida e reprimida por ele, e as condições dinâmicas desse processo são tão interessantes que a outra parte do trabalho, a realização do analista, fica em segundo plano diante disso. O analista não viveu e não reprimiu nada daquilo que interessa; sua tarefa não pode ser recordar algo. Qual é, então, a sua tarefa? Ele tem que adivinhar, ou melhor, *construir* o que foi esquecido, com base nos indícios deixados. (p. 330)

[...] Como, quando e com que explicações ele transmite suas construções ao analisando, estabelece a ligação entre as duas partes do trabalho analítico, entre a sua participação e a do analisando. (p. 330)

[...] o paciente permanece como que intocado, não reage nem com um Sim e nem com um Não. Isso pode constituir só um adiamento de sua reação; continuando assim, porém, devemos chegar à conclusão de que erramos, e isso admitiremos ao analisando quando a ocasião se apresentar, sem perdermos a autoridade. Essa ocasião surge quando vem à luz um material novo, que permite uma construção melhor e, desse modo, a correção do erro. (p. 334)

[...] O perigo de desencaminhar o paciente pela sugestão, ao “persuadi-lo” de coisas que nós mesmos acreditamos, mas que ele não deveria aceitar, tem sido enormemente exagerado, sem dúvida. O analista teria de proceder muito incorretamente para que tal infortúnio lhe acontecesse; teria de se repreender, sobretudo, por não haver deixado o paciente se exprimir. Posso afirmar, sem vangloriar-me, que nunca houve tal abuso da “sugestão” em minha prática. (p. 334)

[...] É correto que não aceitamos o “não” de um paciente em seu pleno sentido, mas também pouco damos inteiro valor ao seu “sim”. (p. 335)

[...] O analista conclui um pedaço de construção e o transmite ao analisando, para que tenha algum efeito sobre ele; em seguida, constrói mais um pedaço, a partir do novo material que flui, age da mesma forma com esse, e prossegue nesse alternância até o fim. (pp. 332-333)

Do que foi dito já se depreende que absolutamente não nos inclinamos a negligenciar os indícios que se podem extrair da reação do paciente, ao lhe informarmos uma de nossas construções. (pp. 334-335)

Do lugar do analista ao lugar do analisando, assim institui-se, nessa cena clínica, uma particular *relação* na análise. Freud fala da relação entre os parceiros dessa cenografia em alusão ao fenômeno da transferência, do paciente para o analista. Se, com isso, ele carrega para a relação analítica o peso das suposições metapsicológicas, seu discurso mostra essa mesma relação de um modo diferente, no qual a dinâmica concreta dos movimentos de produção da análise e de seus sentidos se dá *por essa relação*... Nem do paciente para o

analista (como suposto efeito de “transferência de afetos”), nem do analista para o paciente (como efeito institucional de “transferência de saberes”).

Um fala. O outro reage. O primeiro responde. O segundo propõe. Este aceita. Aquele complementa. E assim vai “até o fim”! Nessa curiosa cenografia clínica, a análise não se dá a partir da posição do analista ou da posição do analisando: ela se dá na relação entre essas posições. O analista e o paciente, na tensão da relação e pela assimetria de seus lugares, produzem uma análise como acontecimento⁸⁰. Um analista e um paciente, portanto, do/no discurso em análise.

Essas palavras já começam a anunciar nosso próximo tema.

b) O ato analítico no imponderável da construção

A relação entre os personagens nesse cenário clínico que montamos, a partir do discurso do texto de 1937, já mostra que tipo de análise acaba assim se configurando. Como que delimitada *pela relação*, não parece necessário haver uma referência de “rota” para a análise que seja exterior ao contexto concreto que a circunscreve. Quer dizer, não são necessariamente teorias, suposições, conhecimentos prévios que guiarão a produção dessa análise, mesmo que todas essas teorias, suposições e conhecimentos estejam sim na cabeça do analista a provocar expectativas. Nas casuais aberturas do discurso de Freud, a análise mais parece se constituir no jogo de troca entre os parceiros da cena, lançada à “sorte” da narrativa histórica que continuamente se cria em ato a cada sessão.

Freud, sem dúvida, parte de seus pressupostos teóricos para definir um trabalho clínico legitimamente psicanalítico, suportado assim pelo desenho de objeto psíquico que a psicanálise reivindica para si; do discurso da metapsicologia não faltam efeitos, dessa forma, que acompanham o traçado do fazer clínico que o texto busca defender. Não obstante, enquanto (re)afirma isso, o discurso de Freud gradualmente mostra também um fazer analítico na margem de toda essa bagagem hipotética, não tão refém da “verdade do inconsciente”, mas pautado por uma escuta do que se diz em análise, do quando se diz, do como se diz, do que se constrói em tal momento, do que se responde a tal construção... Uma escuta dos caminhos para onde segue esse privilegiado diálogo. Vejamos:

⁸⁰ No artigo a que nos referimos acima (ainda não publicado), de Guirado e Martins-Afonso, esse ponto é contundentemente demonstrado pelos autores a partir de sua análise do modo pelo qual Freud conta como concretamente desenvolveu seu trabalho com o homem dos lobos.

[...] assim como o arqueólogo ergue as divisões da construção sobre os restos dos muros, determina o número e a posição das colunas a partir das cavidades no terreno e reconstitui os ornamentos e pinturas das paredes com base nos restos encontrados nos escombros, assim também procede o analista quando tira suas conclusões de fragmentos de lembranças, associações e manifestações ativas do analisando. Os dois têm o direito inquestionável de reconstruir pela complementação e pela integração dos restos conservados. (Freud, 1937/2018, pp. 330-331)

[...] o analista trabalha em condições mais favoráveis do que o arqueólogo, porque dispõe de material que não tem contrapartida nas escavações, como, por exemplo, as repetições de reações oriundas dos primeiros anos de vida e tudo o que é indicado pela transferência no tocante a essas repetições. Além disso, deve-se levar em conta que o arqueólogo lida com objetos destruídos [...]. É diferente com o objeto psíquico, cuja pré-história o analista procura levantar. [...] Tudo de essencial está preservado, até mesmo o que parece inteiramente esquecido se acha presente em algum lugar e de algum modo, apenas soterrado, tornado indisponível para a pessoa. (pp. 331-332)

[...] Como se sabe, é lícito duvidar que alguma formação psíquica sofra realmente uma destruição total. É apenas uma questão de técnica analítica se vamos conseguir trazer o que está oculto inteiramente à luz. (p. 332)

[...] a principal diferença entre eles consiste em que, para a arqueologia, a reconstrução é a meta e o fim dos esforços, e, para a análise, a construção é apenas um trabalho prévio. (p. 332)

Trabalho prévio, porém, não no sentido de que deve ser todo realizado antes de se começar a etapa seguinte, como na construção de uma casa, por exemplo, em que todas as paredes têm de estar erguidas e todas as janelas instaladas, antes de se proceder à decoração interna dos aposentos. Todo analista sabe que no tratamento analítico sucede de outra forma, que os dois tipos de trabalho ocorrem proximamente, um sempre à frente, o outro seguindo-se a ele. O analista conclui um pedaço de construção e o transmite ao analisando, para que tenha algum efeito sobre ele; em seguida, constrói mais um pedaço, a partir do novo material que flui, age da mesma forma com esse, e prossegue nessa alternância até o fim. (pp. 332-333)

Que “fim” é esse? Pela teoria, com os conceitos de mecanismos inconscientes (deslocamento e condensação), de pulsão, de repressão etc., provavelmente a construção completa que levaria à rememoração do que foi esquecido...

Mas, e pela cena clínica do texto, que “fim” é esse? A construção é mostrada em referência às ações e reações de paciente e analista e, mesmo que visando ao suposto “esquecido”, ela acaba se delimitando pelo contexto. Com isso, o “fim” fica indeterminado... Mas, não porque vazio: indeterminado pelos saberes do analista, e assim aberto ao acaso do que se produz concretamente pela relação analítica.

No texto, a construção parece retorcer a análise em efeitos que muito se diferenciam daqueles implicados pela interpretação. É como se o fazer analítico fosse redefinido para além da imputação de sentidos aos gestos, às palavras, aos pensamentos. Não se construiria a partir de sentidos ou em vista a sentidos: se construiriam sentidos. Tudo, a partir de cenas imaginadas no rastro da história de vida de um determinado paciente.

Se, ao diferenciar a construção da interpretação, Freud coloca-as como duas ações distintas que “pertenceriam” ao mesmo tipo de análise, seu discurso mostra-as implicadas em análises distintas. Numa, reconhece-se na atitude do paciente a *verdade* a que visa a análise; noutra, reconhece-se nessa atitude o *prosseguimento* da análise. Numa, confirma-se uma verdade; noutra, a confirmação é a do próprio prosseguimento.

Sigamos mais um pouco as palavras do autor:

[...] Se, nas exposições sobre a técnica analítica, escuta-se pouco a palavra “construções”, a razão disso é que, em vez dela, fala-se de “interpretações” e de seus efeitos. Mas penso que construção é a denominação mais adequada. Interpretação diz respeito àquilo que se faz com um elemento do material, com uma associação, um lapso etc. Trata-se de uma construção, porém, quando apresentamos ao analisando um pedaço de sua pré-história esquecida [...]. (Freud, 1937/2018, p. 333)

[...] para descobrirmos se essa construção se mostrará verdadeira no curso da análise. Particularmente impressionante é também quando a confirmação se insinua na discordância direta por meio de um lapso. [...] Nos sonhos de um analisando aparecia repetidamente um nome conhecido em Viena, “Jauner”, mas nas associações não havia explicação para isso. Então experimentei uma interpretação: ele queria dizer *Gauner* quando falava *Jauner*; ele respondeu de imediato: “Isso me parece muito *jewagt*” [em vez de *gewagt*, “ousado”]. Ou, num outro caso, o paciente quis rejeitar minha suposição de que o pagamento lhe pareceria muito alto com estas palavras: “Dez dólares não são nada para mim”; em vez de dólares, no entanto, usou uma moeda de menos valor e disse: “dez xelins”. (pp. 337-338)

[...] Apenas o prosseguimento da análise nos permitirá decidir sobre a exatidão ou a inutilidade de nossa construção. Oferecemos determinada construção como nada mais do que uma conjectura, que aguarda exame e confirmação ou rejeição. Não reivindicamos autoridade alguma para ela, não exigimos do paciente uma concordância imediata, não discutimos com ele quando a recusa inicialmente. Em suma, agimos segundo o modelo de uma conhecida personagem de Nestroy, o criado que tem uma só resposta para todas as perguntas e objeções: “*Tudo será esclarecido no decorrer dos acontecimentos*”. (p. 339)

É possível destacar, portanto, que o ato analítico pode deixar de se constituir a partir de um alvo do saber (o reprimido, por exemplo), previamente estabelecido. Antes, ele se

constituiria como a própria produção de um saber sobre o paciente, *guiada pela atenção aos movimentos da relação analítica ocasionados pelas cenas históricas lá construídas*.

Vale muito acompanhar – nas citações abaixo – como as descrições de Freud, ainda que suportadas pelas suas hipóteses psicanalíticas, são marcadas por uma *atenção* ao movimento da fala do analisando frente suas intervenções/construções, como que delimitando nessa atenção a condição e a “natureza” do ato analítico:

Um claro “sim” do analisando tem mais de um sentido. Pode, de fato, mostrar que ele reconhece como certa a construção ouvida, mas também pode ser irrelevante, ou até mesmo o que chamaríamos de “hipócrita”, por ser cômodo, para a sua resistência, usar este assentimento para prosseguir ocultando a verdade não descoberta. Este “sim” tem valor apenas quando é seguido de confirmações indiretas, quando o paciente, imediatamente após o “sim”, produz novas lembranças que complementam e ampliam a construção. (Freud, 1937/2018, p. 335)

[...] as manifestações diretas do paciente, após lhe havermos comunicado uma construção, dão poucas referências para sabermos se estávamos certos ou errados. Tanto mais interessante é o fato de existirem modos indiretos de confirmação, que são totalmente confiáveis. (p. 336)

[...] verificamos que não merecemos a objeção de que desdenhosamente negligenciamos a atitude do paciente ante nossas construções. Nós atentamos para ela e, com frequência, dela extraímos indicações valiosas. Mas essas reações do analisando têm, muitas vezes, mais de um sentido. (pp. 338-339)

[...] Chamou-me a atenção, em algumas análises, que o fato de comunicar uma construção evidentemente certa fez surgir nos analisandos um fenômeno surpreendente e, de início, incompreensível. Tinha recordações vivas, que eles próprios designavam de “supernítidas”, mas não se recordavam do evento que era o tema da construção, e sim de pormenores ligados a esse tema; por exemplo, viam muito claramente os rostos das pessoas lá mencionadas, ou os aposentos em que algo semelhante poderia ter ocorrido, ou, num grau adiante, os móveis desses locais, de que a construção nada podia saber, naturalmente. (p. 340)

Todos esses apontamentos analíticos, em alguma medida, já se mesclam com o terceiro e último tema proposto.

c) Sobre a (concepção de) verdade em (da) análise

Desde os lugares de paciente e analista até a configuração de um particular fazer analítico, a cena clínica que montamos a partir do texto de 1937 acaba por delimitar um objeto

(institucional) quase que ambíguo, no limite das tensões entre o que já se sabia pela teoria e o que a cada dia se constrói no contexto concreto da análise.

O papel do reprimido no discurso de Freud é irreduzível. E, na sombra dele, também tudo o que conceitualmente o implica, do inconsciente às pulsões, da sexualidade infantil à repressão. Com isso, aquilo a que se visaria na análise, pela construção, seria a história do paciente sob a luz de um passado esquecido. É um pedaço de história aprisionado, numa época remota afixado, com forma preservada. Buscar-se-ia, portanto, uma verdade histórica, mas histórica porque já escrita, soterrada no universo de um inconsciente profundo.

Como é recorrente, contudo, nos permitindo seguir para uma direção diversa, o discurso de Freud ao mesmo tempo abre outro jeito de pensar. Isto, porque, quando descreve suas construções em referência ao âmbito clínico concreto, Freud mostra-as como disparadores que fazem o discurso da análise proliferar pela história da vida do paciente. Visando-se a um determinado *fim* (o “reprimido”), pelas cenas históricas construídas e ao sabor daquilo que ocasionam como discurso, produz-se um *sem-fim* cuja potência analítica repousa em seus efeitos no paciente, não na reprodução de uma instituição do saber. Dessa maneira, o alvo da construção relativo ao reprimido, embora sempre presente, concede espaço a um alvo distinto: é a história do paciente, mas não afixada num passado e sim em movimento com o presente da situação clínica. Ainda busca-se uma verdade histórica, mas poderíamos dizer que é histórica porque em reconstrução constante, para além da consciência, na sobreposição retroativa entre o que se viveu e o que se vive (inclusive ali, na clínica), tecida como uma rede na superfície inconsciente de um bloco mágico.

Acompanhemos, nas citações, esse movimento do discurso freudiano entre o que se determina pela teoria e o que se indetermina pelo contexto clínico concreto:

[...] Que material ele nos coloca à disposição, que possamos utilizar para levá-lo ao caminho da recuperação das lembranças perdidas? Diversas coisas: fragmentos dessas lembranças nos sonhos [...]; pensamentos que ele produz ao se entregar à “livre associação” [...]; e, por fim, indícios de repetições dos afetos pertencentes ao material reprimido [...]. Dessa matéria prima – digamos assim – devemos extrair o que buscamos. (Freud, 1937/2018, p. 329)

O que buscamos é um quadro dos anos esquecidos da vida do paciente que seja confiável e completo nos elementos essenciais. (p. 329)

[...] surge primeiramente a questão de que garantia temos, durante o trabalho com as construções, de não nos enganarmos e arriscarmos o sucesso do tratamento ao defender uma construção errada. Pode nos parecer que essa questão não admita uma resposta geral, mas antes de discuti-la vamos atentar para uma informação consoladora que nos é

fornecida pela experiência analítica. Ela nos diz que não há problema quando nos equivocamos uma vez, tendo apresentado ao paciente uma construção errada como sendo a provável verdade histórica. [...] O que ocorre nesse caso é que o paciente permanece como que intocado, não reage nem com um Sim e nem com um Não. Isso pode constituir só um adiamento de sua reação; continuando assim, porém, devemos chegar à conclusão de que erramos, e isso admitiremos ao analisando quando a ocasião se apresentar, sem perdermos a autoridade. Essa ocasião surge quando vem à luz um material novo, que permite uma construção melhor e, desse modo, a correção do erro. Assim a construção errônea cai fora, como se jamais tivesse sido feita, e às vezes temos até a impressão de, nas palavras de Polônio, haver capturado um peixe de verdade com uma isca de falsidade. (pp. 333-334)

O “não” do analisando também possui mais de um sentido e é, na verdade, ainda menos aproveitável do que o “sim”. Em alguns raros casos ele se revela uma expressão legítima de discordância; com frequência muito maior, é manifestação de uma resistência provocada pelo teor da construção informada [...]. Assim, o “não” do paciente nada prova em favor da exatidão da construção, mas combina muito bem com essa possibilidade. Já que toda construção é incompleta, abrange somente uma pequena parte do que foi esquecido, temos liberdade para supor que o analisando não nega propriamente o que lhe foi comunicado, mas sustenta sua oposição diante da parcela ainda não revelada. Em geral, ele exprimirá sua concordância somente após saber a verdade inteira, e esta, com frequência, é muito ampla. (pp. 335-336)

[...] um ponto requer investigação e esclarecimento. O caminho que parte da construção do analista deveria terminar na recordação do analisando; mas nem sempre chega até lá. Frequentemente não conseguimos levar o paciente à recordação do que foi reprimido. Em vez disso, nele obtemos, se a análise foi corretamente conduzida, uma firme convicção da verdade da construção, que tem o mesmo resultado terapêutico que uma lembrança reconquistada. Em que circunstâncias isso se dá, e como se torna possível que um substituto aparentemente imperfeito alcance total eficácia, tudo isso é matéria para indagação futura. (pp. 339-340)

Sem que se neguem as teorias e saberes na cabeça do analista, sem que se restrinja involuntariamente o direito de enunciar do paciente, o objeto institucional de uma clínica assim desenhada parece figurar como uma história a ser reconsiderada, re-encenada, em um contexto específico, implicando nisso toda a casualidade de efeitos no analisando, no próprio analista, nos caminhos da análise.

A seguir, mais uma sequência de citações, para reforçar o argumento de que, embora visando à “*recuperação*” da verdade do reprimido (da verdade do inconsciente) e expandindo o terreno de ação de sua teoria, o discurso de Freud abre como que uma clínica de “*produção*” de verdades:

[...] talvez seja uma característica geral da alucinação, até agora não devidamente apreciada, que nela retorne algo vivido na infância e depois esquecido, algo que a criança viu ou escutou num tempo em que mal podia falar, e que agora abre caminho até a consciência, provavelmente deformado e deslocado por efeito das forças que se opõem a tal retorno. (Freud, 1937/2018, p. 341)

[...] Talvez os delírios, em que vemos essas alucinações regularmente inseridas, não sejam eles próprios tão independentes do impulso para cima do inconsciente e do retorno do reprimido, como geralmente supomos. (p. 341)

Não creio que essa concepção de delírio seja inteiramente nova, mas ela enfatiza um ponto de vista que em geral não recebe destaque. O essencial, nela, é a afirmação de que a loucura não só tem um método, como o poeta já percebia, mas que contém igualmente um quê de *verdade histórica*, e é natural supormos que a crença compulsiva, que se apega ao delírio, tira sua força justamente dessa fonte infantil. (p. 342)

[...] Os delírios dos doentes se apresentam, para mim, como equivalentes às construções que fazemos nos tratamentos analíticos, tentativas de explicação e recuperação que, nas condições da psicose, apenas podem levar a substituir o pedaço da realidade que é recusado no presente por outro pedaço que foi igualmente recusado numa época distante. (p. 343)

[...] Assim como nossa construção funciona apenas por restituir uma parcela da história perdida da vida, também o delírio deve sua força persuasiva à parte de verdade histórica que põe no lugar da realidade rejeitada. (p. 343)

Se dermos um passo para longe de Freud – ainda que nele apoiados –, a “verdade” na análise pode então ganhar um sentido particular. Mais para delírio do que para fato/dado, essa verdade em análise se institui, a partir da proliferação de falas engendradas pelas construções, na legitimidade da produção de um discurso sobre o paciente. No rastro de sua história. Uma história recontada, lembrada, repensada, reinventada, reorganizada, a dois.

E, com essas palavras, encerramos aqui nossa análise.

3. Construção e análise em AID

A análise do texto de 1937 buscou demonstrar como a noção de construção se configura no discurso do autor, indicando o que tal configuração implica para o exercício clínico. Com isso, já tentamos deixar evidente que, como um fazer analítico, as construções são aquilo que das aberturas do discurso freudiano mais pode se articular com o que entendemos como análise em AID.

O que sustenta essa articulação, sobretudo, é o papel que o contexto ocupa como condição da produção de sentidos. É por esse ponto que começaremos nossa argumentação, cujo ponto de partida é, novamente, o trabalho de Guirado de 2010.

Como delineamos em nossa análise, a enunciação das construções no discurso de Freud é acompanhada de uma espécie de “suspensão em potencial” da materialização direta da teoria na clínica. O autor escreve a partir das suposições metapsicológicas e a elas visando, sim, mas as descrições que faz da ação de construir mostram-nas a reboque da situação clínica, e não como seu determinante. Ele enlaça dois âmbitos discursivos, o da teoria e o da clínica, de um modo que o contexto concreto aparece como o ponto de estofa da legitimidade de qualquer construção. Diferentemente das interpretações, cuja referência é a “verdade” da realidade psíquica tal como definida pela metapsicologia (em ação dentro e fora das paredes do consultório), as construções redesenham o ato analítico, no discurso de Freud, em função do contexto de enunciação dessa “verdade” que, no limite, pode ser redimensionada como efeito desse contexto.

Para a AID, cuja proposta de diferenciação entre análise e interpretação é justamente “a consideração do contexto para a produção do sentido” (Guirado, 2010, p. 184), a construção permanece como o conceito sobre o fazer clínico que, nos acasos do discurso freudiano, resguarda potencial analítico. Não é acidental todo o cuidado com o qual Guirado apresenta, em seu livro (2010, pp. 161-177), uma análise dos principais casos clínicos publicados por Freud: delineando, de Dora ao Homem dos Lobos, o modo como Freud analisa, ela mostra de que maneira, entre as tensões da elaboração teórica e o exercício concreto da clínica, a construção marca no discurso do autor a ocasião em que, pelo caráter inventivo da relação analítica, a metapsicologia pode dar lugar à história e ao contexto como descritivos da singularidade. A construção, assim, pode se configurar como análise, ou melhor, como operador de análise:

Tal como as compreendemos, as construções têm efeito de disparadores analíticos: podem potencializar interpretações que se reapropriam de sentidos associados à cena construída, de alguma forma, e que envolvem, mais ou menos, inventivamente também, as lembranças do paciente. Ora, se o leitor notar nessas palavras uma espécie de descuido na fronteira entre “lembrança de fato real”, “lembrança inventada” e, portanto, “fato ocorrido” e “fato lembrado”, é que se conseguiu mostrar o “espírito da coisa”. (Guirado, 2010, p. 174)

No rigor desse horizonte epistemológico, as condições de possibilidade da interface entre esse escopo conceitual da psicanálise freudiana e a estratégia de pensamento da AID se desdobram para pensarmos sobre o trabalho na instituição clínica⁸¹.

Se, para Freud, a análise é sempre relativa a um inconsciente interpretável, as construções como que colocam o inconsciente na sombra do discurso da análise. Pelo caminho das construções, o discurso freudiano nos permite pensar o alvo da análise a partir da relação analítica, no encaixe daquilo que se produz por/nessa relação. Uma vez que, enquanto o paciente conta de si, o analista constrói cenas para que o primeiro possa prosseguir contando, a atenção a esse prosseguimento permite que se prossiga construindo; *precisamente nessa indeterminação, a análise acontece*. Para além do que se enuncia no âmbito clínico, a própria tensão entre os lugares de enunciação de paciente e analista se configura como escopo de análise, envolvendo nisso todo o interdiscurso que o contextualiza: desde a formação intelectual do analista, suas referências teóricas, sua experiência profissional concreta, até a história pessoal do analisando, seus motivos para procurar um analista, suas expectativas em relação à análise. Nessas relações todas, a clínica é feita cotidianamente, legitimando-se em ato; as construções, porém, mostram o caráter institucional desse fazer na medida em que colocam em jogo tanto a posição do paciente quanto a do analista como condição da produção desse discurso que nomeamos de análise.

Visto que, no parágrafo acima, já acionamos as interfaces que constituem a AID (desde o conceito de instituição até as fronteiras conceituais estabelecidas com o pensamento de Foucault, de Maingueneau e, inclusive, de Freud), é possível reconhecer como prontamente retorçemos a noção de construção, retirando-a do âmbito discursivo que a produziu e pensando-a noutra, como o faz Guirado (2010). Com isso, estamos suspendendo do pensamento as implicações metapsicológicas que acompanham o conceito no discurso freudiano enquanto preservamos dele sua vocação pragmática. Desde o começo deste item, portanto, não estamos mais no âmbito da psicanálise freudiana; entramos, enfim, no âmbito da Psicanálise da AID.

Pela noção de construção, assim retorcida, o jogo de forças na relação analítica pode ser tomado como constitutivo do “analisável”. Podemos então, na fronteira com o pensamento de Foucault, considerar a implicação poder-saber na produção de uma análise, cujo caráter produtivo se garante pelas resistências às instituições que lá se reproduzem. Como vimos

⁸¹ Isto, pois essa região da interface como que nos levou mais diretamente ao trabalho clínico. Mas, ela também nos permite pensar sobre o trabalho de pesquisa (na análise de entrevistas ou de textos teóricos) ou mesmo sobre o trabalho com outras instituições concretas; contudo, isso exigiria uma argumentação mais específica, diferente daquele que optamos por desenvolver. Deixamos, portanto, em aberto esses outros escopos de discussão.

anteriormente (Guirado, 1995/2006, 2000), e agora a partir de outro âmbito conceitual, a clínica pode então ser pensada como análise de discurso.

Operando nessa região de interface com a psicanálise de Freud, a proposta é a da construção *de cenas* como ponto de partida para o exercício de uma análise institucional do discurso. Não cenas esquecidas, relativas ao que teria sido reprimido no desenrolar do desenvolvimento psíquico, que remeteriam à sexualidade infantil. A ideia, na fronteira com Maingueneau, é a de construção de cenas enunciativas, passíveis de serem configuradas a partir da fala do paciente. Tal como citado acima (Guirado, 2010, p. 174), tais cenas têm efeito de disparadores analíticos na medida em que provocam a continuação da fala do paciente a partir da fala do analista. Seja lá por onde o primeiro seguir, o objetivo é seguir com ele, acompanhando-o na produção, em ato, dos sentidos possíveis que tal movimento discursivo enseja: eis o “analítico”.

Essas cenas construídas se configuram como um modo de imaginar a história contada pelo paciente. Um modo que, pela atenção a lugares e expectativas que certo alguém acaba delimitando para si e para os outros em determinados contextos, tenta colocar no discurso as relações tal como imaginadas por aquele que fala. (Que se note aqui, pois, o objeto institucional da AID!). Isto, em consideração aos lugares, às expectativas e à própria relação que contextualiza essa fala: o contexto clínico. (Que se note aqui, também, o acionamento do conceito de transferência da AID para que fosse possível prosseguir pensando!). Cenas históricas, portanto, construídas no interior de uma cena institucional e que vão delimitando, na relação entre analista e analisando, os caminhos da produção de um discurso sobre certa pessoa.

Na rota dessa produção, subjetividades são produzidas. Do lugar de sujeito-analista ao lugar de sujeito-paciente, seu exercício por singularidades históricas constitui, na relação e no contexto clínicos, os sujeitos da análise. E, operando com o conceito de sujeito-dobração, nosso pensamento continua a se desdobrar.

Ao funcionarem como disparadores analíticos, as construções acabam por circunscrever uma particular produção institucional da subjetividade. Tecida pelas cenas históricas lá imaginadas e pelo rastreamento de seus efeitos no discurso, a subjetividade que resulta da/na clínica da AID é específica, implicada numa espécie de narrativa conjunta da história (institucional) da vida de alguém.

Nesse ponto, vale resgatar o que deixamos em suspenso no capítulo anterior, recolocando na discussão a metáfora do bloco mágico para que seja possível, por ela, compreender melhor o que queremos dizer.

Como analisamos, ao ilustrar a concepção de aparelho psíquico da psicanálise a partir de um dispositivo chamado bloco mágico, Freud (1925/2011) compara a tabuinha de cera do dispositivo com o inconsciente propondo que as marcas deixadas na cera podem ser lidas a depender de iluminação adequada. Discorremos então, apoiados em Guirado (2010, p. 127), como o discurso do autor mostra uma implicação entre aquilo que se pode ler na superfície do bloco mágico e o lugar de onde é feita tal leitura; seu discurso abre a concepção de análise para a possibilidade de pensarmos como, para além do conteúdo que se “lê”, a perspectiva da “leitura” é constitutiva do modo pelo qual esse conteúdo é... produzido.

Pois bem: tal como operamos em AID, a construção de cenas enunciativas é essa “perspectiva”. É uma espécie de recorte, quando da fala de um paciente, que inventivamente toma suas lembranças/ideias/questões e organiza-as sob outra ótica. Isto, numa tentativa de colocar no discurso as marcas, na história de sua vida, das relações (exercício de diferentes lugares institucionais de enunciação) que contextualizam certo reconhecimento de si e certo desconhecimento de outras possibilidades de ser, colocando também em jogo quando e como essas marcas parecem se sobrepor (cruzamento de expectativas). *O que o paciente produz* – a partir da proposição dessas cenas – é o que circunstancia, no contexto clínico e pela relação analítica, a produção de novas marcas de sentido no registro da singularidade possível que uma clínica assim exercida desenha.

Desse modo, a metáfora do bloco mágico nos ajuda a entender de que maneira as construções, como disparadores analíticos, garantem a condição de o contexto figurar como o gestor da produção dos sentidos ao mesmo tempo em que preservam a condição de trabalharmos com uma singularidade histórica no discurso. Garantem e preservam a condição da especificidade do exercício da AID como um saber/fazer na Psicologia.

Nossos argumentos procuraram mostrar como, pelas aberturas do discurso de Freud (1937/2018), a AID faculta uma reconsideração da noção de construção para que ela possa operar no rigor das fronteiras conceituais que constituem o método (Guirado, 2010). E buscamos mostrar também, mesmo que sem declarar, de que maneira essa reconsideração atravessa todas as dimensões (*instituinte, analítica, de trânsito*) da interface que nossa estratégia de pensamento impõe ao pensamento freudiano. Torcemos para que esse esforço, apenas um entre outros recortes possíveis, tenha valido a pena. Nada, porém, está fechado.

E, do nosso capítulo I a este capítulo VI, do discurso de Guirado ao discurso de Freud, do fato psíquico ao bloco mágico, da transferência às construções, aí está nossa tese analítico-demonstrativa sobre a Psicanálise da Análise Institucional do Discurso. Na certeza de que por

escolhas circunstanciais muito teve que ser deixado de lado, interrompemos, por ora, nossas análises e demonstrações.

ENCERRAMENTO

Retomados a cada passo de nossa escritura, por necessidade e condição mesma de se prosseguir pensando e escrevendo, os resultados de nossa pesquisa constituíram-se no rastro da construção de cada análise, de cada demonstração, de cada argumento e consideração que, na indelével qualidade de recortes, produziram como discurso uma tese aberta sobre a Psicanálise da AID. No caminhar da exposição dos resultados, e a reboque de suas contínuas retomadas, qualquer conclusão possível já se desenhava, em obstinada e incômoda consciência do paradoxo de seu caráter inconclusivo.

Parece necessário, entretanto, empreender um último resgate dos resultados a que chegamos para a construção de uma organização final dos mesmos. Um encerramento, portanto, que tente pontuar os motivos e alvos de cada capítulo aqui escrito na sua relação com nossa questão-título. Recolocando em cena, assim, o que se produziu neste trabalho de modo que, numa disposição final, um fechamento pertinente à nossa tese seja acompanhado de novas aberturas. Enfim, um desfecho possível.

Neste trabalho, tratamos da Análise Institucional do Discurso. Mais especificamente, do âmbito conceitual desse método produzido a partir de interfaces estabelecidas com o pensamento freudiano, o que nomeamos de Psicanálise da AID. Tal como se pode verificar em nossa Introdução, colocamos em cena uma das margens constitutivas dessa estratégia de pensamento e delimitamos um estudo, de vocação epistemológica, que nos permitisse construir uma tese analítico-demonstrativa que visava a uma simples pergunta: como se configura a Psicanálise da Análise Institucional do Discurso?

Partindo da hipótese de que a própria constituição da AID não se faz sem uma persistente interlocução com a psicanálise de Freud, circunscrevemos como um primeiro

trabalho investigativo analisar de que modo tal interlocução é configurada ao longo da história da produção do discurso de Guirado. Com isso, tentamos dispor o lugar do pensamento freudiano nos movimentos de instituição dessa estratégia analítica, demonstrando as condições primeiras da enunciação de uma Psicanálise da AID.

Como vimos em nosso capítulo I, desde seus primeiros trabalhos Guirado impõe uma interlocução com o discurso freudiano que lhe permite, justamente por confrontos e diferenciações, trabalhar ao mesmo tempo apoiada nesse autor e distante dele. Analisando o livro da autora de 1986 (Guirado, 1986/2004), foi possível demonstrar como, na invenção de certa maneira de fazer pesquisa em Psicologia, Guirado parte de Freud para pensar a possibilidade de tomar *os afetos pelo discurso em análise*. Tencionando isso com uma noção específica de instituição, a autora delimita um modo de analisar entrevistas que propusemos ser protótipo do que veio a se tornar a AID. O discurso freudiano, lá, parece ocupar o lugar de um estofo epistemológico que permite à autora pensar vínculos afetivos a partir do discurso, impondo assim, à psicanálise, uma fronteira intelectual que ancora o pensamento de Guirado no campo da Psicologia. Num sentido similar, nossa análise do texto da autora de 1987 (Guirado, 1987/2004) pode demonstrar de que modo Guirado se apóia na noção freudiana de *fato psíquico* a fim de delimitar, como objeto institucional para a Psicologia ali proposta, as relações tal como imaginadas por aqueles que as fazem. Torcendo, desse modo, a própria ideia de “psíquico” como efeito do matriciamento institucional das relações. O discurso de Freud, nesse momento, parece assumir o lugar de uma condição epistemológica que permite, na trilha da interface estabelecida com a sociologia de Albuquerque, a produção de uma fronteira com o pensamento freudiano, também de ancoragem, a sustentar a tese da autora como uma proposta para o exercício da Psicologia (já pensada como instituição).

Por esse trabalho, apontamos como, nos primórdios da constituição da AID, constituía-se por decorrência um âmbito conceitual específico, no limite de pensar com Freud algo diferente do discurso psicanalítico. Mostramos, em vista disso, que nos primeiros átimos de instituição do método já se instituíam os contornos de uma Psicanálise da AID.

Ainda no capítulo I, foi possível delinear que, no momento em que a AID consolida-se como um discurso na produção de Guirado, as tensas interlocuções com o pensamento freudiano passam a ocupar o lugar de uma matriz epistemológica. Matriz essa que, articulada às demais interfaces construídas pela pensadora, participa das condições de enunciação da AID. Tal como foi descrito em nossa análise de seu trabalho de 1995 (Guirado, 1995/2006), a autora – visando ao objeto institucional por ela proposto oito anos antes – defende a possibilidade de pensar um sujeito no/do discurso justamente ao articular, apoiada em noções

de base de Foucault, certo âmbito conceitual da linguística pragmática de Maingueneau às interfaces estabelecidas com a sociologia de Albuquerque e com algumas ideias já retorcidas da psicanálise de Freud. No rigor da construção dessas fronteiras conceituais se dá a proposição da metáfora do sujeito-dobradiça e, nesta, a singularidade é preservada precisamente pela interface imposta ao discurso freudiano, agora não mais de ancoragem apenas, mas de fundação. Cinco anos depois, por exigência epistemológica do método, essa interface finalmente desdobra-se numa fronteira conceitual, tal como nossa análise do texto da autora de 2000 (Guirado, 2000) demonstrou. Nessa tese sobre o exercício clínico, o conceito freudiano de transferência é redesenhado pelas tensões de se operar com a noção de gênero discursivo, redefinindo a própria ação da estratégia de pensamento da AID, cujo âmbito conceitual em interface com o discurso de Freud ganha nova e marcante solidez.

Com isso, tocamos diretamente nas condições de produção da Psicanálise da AID, sendo que não nos parece exagero demarcar a re-elaboração do conceito de transferência como uma espécie de pedra angular do edifício dessa margem constitutiva do método.

Ao final do capítulo I, e em consideração a esse primeiro trabalho de análise histórica, buscamos analisar a interface estabelecida com psicanálise de Freud apoiados na tese da autora de 2010 (Guirado, 2010), colocando-a em cena tal como ela pode ser reconhecida atualmente. Isso nos permitiu pensá-la a partir de três dimensões, impreterivelmente implicadas. Uma delas nomeamos de *dimensão instituinte*, pois por ela pensamos a fronteira com o discurso freudiano em relação ao seu lugar na produção do *âmbito* de ação da AID, desde seu objeto institucional até o conceito que condensa as interfaces que delimitam o método, a metáfora do sujeito-dobradiça. Outra, por nós denominada de *dimensão analítica*, facultou-nos pensar essa interface com Freud no que concerne ao seu lugar na própria *ação* da AID, em direção ao exercício analítico que tal método delimita. E pela última, que chamamos de *dimensão de trânsito*, foi possível tratar dessa interface tendo em consideração seu lugar na possibilidade de pensar sobre subjetividade nos termos da AID.

Essas proposições permitiram-nos não apenas tomar a Psicanálise da AID a partir de diferentes ângulos, como também serviram ao reconhecimento de que nossa análise histórica do discurso de Guirado pôde abordar, com certa contundência, as *dimensões instituinte e analítica* da interface em questão. Nisso, abriu-se como rumo de prosseguimento para nossa pesquisa um estudo mais aprofundado da *dimensão de trânsito* dessa interface.

Foi a isso que dedicamos o capítulo II desta tese. Analisando passo a passo o modo de produção do *Capítulo IV* do trabalho de Guirado de 2010, rerepresentamos certa organização e compreensão dos escritos freudianos que se fazem suportadas por um recorte interessado nas

aberturas do discurso desse autor. Entre o representável e o irrepresentável, da instituição psicanalítica ao âmbito concreto do exercício clínico, tentamos demonstrar de que forma a autora impõe à psicanálise de Freud uma interface pela qual, retorcendo noções como as de inconsciente, narcisismo, pulsão, transferência, estranho, bloco mágico (e, isto, sem submeter o legado freudiano), institui-se um modo de pensar que suspende as verdades substanciais da metapsicologia em favor de uma estratégia descritiva das relações e da singularidade em contexto.

No destaque do caráter franco das tensões que marcam esse tipo de interlocução com o discurso freudiano, destacava-se então como tal interlocução se dá sustentada pela marcação de intransponíveis diferenças e se configura a serviço das articulações epistemológicas que definem a estratégia analítica da autora. Isso permitiu-nos mostrar a Psicanálise da AID em seu aspecto mais móvel, ao mesmo tempo instável e estável, apoiada em e afastada de Freud.

As outras duas discussões complementares do capítulo II atenderam a esse mesmo propósito. Primeiro, colocamos em debate fragmentos específicos do discurso oral de docência de Guirado. Nessa análise de uma determinada maneira de se ensinar Freud, na qual concomitantemente respeita-se a ordem de seu discurso explorando suas aberturas, mostramos as consequências de tomar os saberes freudianos sempre à luz dos diferentes contextos de sua produção, construindo assim a ocasião de um estudo que é fiel às proposições do autor, mas que não as naturaliza. Essa é uma das condições básicas que sustentam as interlocuções com Freud na AID, mostrada na disciplina por efeito mesmo da estratégia de pensamento que delimita o discurso da professora. É uma análise em ato da criação freudiana.

Ademais, para tratar dos desenvolvimentos mais recentes da autora que tocam nesse âmbito conceitual da AID, trouxemos para o debate seu artigo de 2015 (Guirado, 2015). Nas fronteiras com o discurso de Freud ali propostas, buscamos explorar de que modo se articulam as re-elaborações do conceito de transferência e da noção de inconsciente como bloco mágico, permitindo ao pensamento circunscrever um exercício clínico que faz do matriciamento institucional da subjetividade o horizonte para uma análise do registro da singularidade no discurso. Sempre, irrevogavelmente, fazendo do contexto a condição de possibilidade da análise.

Foi nesse ponto que finalizamos o primeiro movimento investigativo de nossa pesquisa. Com base nos resultados desse trabalho, fomos capazes de construir um recorte analítico que nos permitiu delinear o segundo movimento. Neste, demarcamos como objeto as noções de bloco mágico e de construção, e a proposta foi a de pensar partes específicas da Psicanálise da AID indo diretamente ao discurso de Freud, analisando-o de modo a

demonstrar as condições de produção de tais fronteiras conceituais que, entre outras, respondem pela enunciação dessa Psicanálise. Vale lembrar: a escolha dessas noções não foi arbitrária, mas sustentada na hipótese de que, tal como a re-elaboração do conceito de transferência e como efeito desta, elas compõem como que o “coração” desse âmbito conceitual do método e são aquelas cujos efeitos podem ser mais bem reconhecidos no exercício concreto da AID.

Foi necessário, entretanto, construir uma ponte que facilitasse essa passagem do primeiro para o segundo movimento da pesquisa. Em nosso capítulo III, primeiramente fizemos comentários pontuais sobre alguns trabalhos produzidos no interior do discurso da AID, mas já de fora da autoria de Guirado, que também versavam sobre a psicanálise de Freud. Isto, para situar nossa pesquisa nesse contexto de produção de saber e recolocar a especificidade de nossa tese. Disso, partimos para uma discussão específica sobre o discurso freudiano de maneira a tratar, com maior precisão, dos motivos de este ser o discurso com o qual se estabelecem as interlocuções e fronteiras que delimitam a produção da Psicanálise da AID.

A ponte, assim, tentava cumprir seu papel de transição. Saímos do discurso autoral de Guirado para adentrarmos rapidamente no discurso de outros autores da AID; nestes, pontuamos a recorrência da psicanálise de Freud como objeto de estudo e situamos ali o caráter singular de nossa tese; daí, seguimos para a discussão de características distintivas do discurso de Freud que facultam colocá-lo na fronteira com outros saberes; e, daqui, voltamos para a Psicanálise da AID, agora já dando foco ao discurso freudiano para a continuação de nossas análises e demonstrações.

Nosso capítulo IV pôde, desse modo, abrir o segundo movimento investigativo da pesquisa. Nele, resgatamos o recorte analítico produzido anteriormente e, colocando em cena os textos freudianos de 1925 e de 1937, delimitamos para cada um os disparadores e organizadores de suas análises. Articulando o método com o qual operamos aos nossos propósitos mais imediatos, tentamos mostrar nessas disposições como cada análise implicaria um determinado modo de abordar a Psicanálise da AID, a partir do redesenho de duas noções específicas, a de inconsciente como bloco mágico e a de construção. Pois então, para dois textos distintos, duas análises distintas, mas que conjuntamente permitiriam uma demonstração possível de como se configura parte dessa “psicanálise em torção”.

Impusemos ao texto freudiano sobre o bloco mágico (Freud, 1925/2011), no capítulo V, uma análise detalhada, apoiada nas hipóteses de Guirado e construída em conjunto com o leitor pelo acompanhamento de cada movimento da produção discursiva de Freud. Foi assim

que mostramos, pelo próprio texto e passo a passo, como se abre ao pensamento a possibilidade de trabalhar com uma ideia de inconsciente como memória, como um registro de marcas e traços mutáveis, como superfície. No limite, como uma superfície de marcas em retroação. Isto, para demonstrar as condições de tomar o inconsciente como bloco mágico e, assim, como uma metáfora descritiva de um psicológico possível.

Por essa análise, foi possível voltar ao discurso da AID e argumentar sobre o modo pelo qual essa metáfora do bloco mágico pode funcionar no interior do método como suporte para um pensamento que toma o registro da singularidade a partir do exercício de lugares em relação, à sombra de diferentes contextos institucionais, no e pelo discurso.

Esse trabalho analítico, no horizonte da nossa tese, não só buscou desenhar as condições de produção desse ponto da Psicanálise da AID, como também mostrou suas implicações epistemológicas no próprio desenho da Análise Institucional do Discurso como uma estratégia conceitual para o exercício da Psicologia. Como que demonstrando e explorando, pelo prisma do bloco mágico, todas as dimensões da interface imposta à psicanálise de Freud em consideração aos seus efeitos nas demais fronteiras conceituais que constituem o método da AID.

Na esteira dessas proposições e novamente suportados pelas hipóteses de Guirado, por fim tomamos em análise, em nosso capítulo VI, o texto *Construções na Análise* (Freud, 1937/2018). Mostramos como se pode pensar, pelas aberturas do discurso freudiano, uma clínica voltada à produção contextual de sentidos e ao acontecimento do discurso em análise, e não refém das silenciosas imposições de saberes que, do lugar do analista, partindo da teoria e investindo insidiosamente uma escuta, materializam uma subjetividade teorizada, em detrimento da singularidade a que se visava. No estudo da cena clínica que o texto nos permitiu montar, discorreremos sobre as condições de pensar, com Freud e para além dele, uma noção de construção que faz do contexto de enunciação a premissa do ato analítico, fazendo da relação analítica e do discurso o norte da análise.

Por e com esses apontamentos, voltamos ao discurso da AID. Para argumentar sobre como tal noção de construção pode se articular ao que se entende por análise nessa área, em atenção às fronteiras conceituais que a constituem, sobretudo pelos efeitos de se trabalhar com a ideia de cena enunciativa. Do objeto institucional da AID à metáfora do sujeito-dobradora, entretecendo aí o conceito de transferência e a noção de bloco mágico, o esforço foi o de mostrar o modo pelo qual as construções podem funcionar como operadores de uma análise institucional dos movimentos de singularidade histórica na subjetividade produzida no discurso.

Tendo em vista nossa tese, essa análise final também demonstrou as condições de produção desse outro ponto central da Psicanálise da AID. Por esse recorte, pôde igualmente delimitar a própria Análise Institucional do Discurso a partir de sua interface com o pensamento freudiano. Neste ponto, interrompemos a argumentação, encerramos o segundo movimento da pesquisa, e afinal concluímos a construção de nossa tese.

Após todo esse exaustivo trabalho, aqui estamos. Ao leitor que resistiu e seguiu conosco até o final, devemos algumas últimas palavras.

Tentamos, notadamente, marcar os limites daquilo que produzíamos. Falamos sobre a Psicanálise da AID, mas não a encerramos nesta tese. Longe disso, dispusemos certo modo de pensá-la; seu estudo, portanto, perdura para além daquilo que realizamos, seja por outros percursos históricos, seja por distintas elaborações conceituais, seja por diferentes proposições analíticas. Mais que isso: ao tomarmos a AID em análise, delimitamos apenas uma de suas margens constitutivas como objeto de pesquisa. Esse campo de modo algum foi esgotado neste trabalho, e persiste para ser estudado e analisado sob variadas perspectivas e recortes, por exemplo, explorando os outros âmbitos conceituais produzidos em interface que constituem a AID, ou tratando-a a partir de seu confronto com outros modos de produzir conhecimento em Psicologia, ou até mesmo pensando-a pela torção na concepção de ciência que tal método provavelmente acarreta. Pesquisas potenciais, assim sendo, que em muito ultrapassariam a presente.

Reconhecemos, entretanto, dois limites pontuais na construção desta tese que gostaríamos de abordar com maior cuidado.

Em primeiro lugar, uma espécie de tendência acompanhou, tacitamente, a produção de nosso discurso. Tanto no primeiro como no segundo movimento da pesquisa, acabamos muitas vezes por inclinar nosso interesse descritivo a uma instituição específica, que em si é apenas um dos alvos da AID, a saber, *a clínica*. Supomos que assim aconteceu por efeito mesmo do objeto de estudo que delimitamos: na história da constituição da AID, a interlocução com Freud sempre se fez em relação ao que versa o discurso freudiano visando a e fundando uma *clínica*. A consequente produção de fronteiras conceituais com essa área do conhecimento, embora não se encerre no âmbito do exercício clínico, é devedora do mesmo. Ao falarmos desse escopo conceitual do método, quer dizer, ao falarmos da Psicanálise da AID, pareceu-nos inevitável falar da clínica da AID, mesmo que uma não se reduza à outra. Seria interessante se tivéssemos estendido esse escopo de discussão; todavia, isso implicaria num desvio significativo do escopo desta pesquisa. E talvez, mesmo se não houvesse desvio,

não teríamos fôlego para tal empreitada. Que fique marcada aqui essa carência para que possamos, quem sabe, supri-la em outra ocasião.

Em segundo lugar: tecida em cada página desta tese como uma de suas marcas inalienáveis, a AID se constituiu e se faz sempre em direta relação com o *âmbito concreto do exercício profissional*. Em respeito ao próprio método, seria importante que também falássemos da Psicanálise da AID de modo a mostrá-la em ação numa cena de exercício dessa estratégia de pensamento. Pela apresentação de um caso clínico, por exemplo. Porém, nossa tese configurou-se fundamentalmente conceitual, e podemos presumir que tal discussão prejudicaria a coesão final da pesquisa. E, ainda que não prejudicasse, confessamos outra vez que possivelmente faltaria fôlego de nossa parte. Logo, mais uma insuficiência patente, aqui indicada para que engendre, ou assim esperamos, um futuro exame.

Ao longo de toda a nossa escritura insistimos no reconhecimento dos consideráveis recortes parciais que determinavam a produção de nosso discurso, e não parece inoportuno reafirmar o caráter relativo da tese aqui defendida. Sem qualquer receio, visto que isso em nada anula o que positivamente pudemos criar. Pelo contrário, a reiteração serve à constatação de que construímos um determinado modo de entender como se configura a Psicanálise da AID, e tanto os caminhos que percorremos quanto tudo o que deixamos de lado estão circunscritos ao acontecimento da produção deste Doutorado e permanecem abertos ao debate.

Nesta tese, como um trabalho sobre a Análise Institucional do Discurso, visávamos também à defesa da legitimidade de tomar esse campo do conhecimento como objeto de análise. Se, na sombra de nossas intenções declaradas, exploramos como a própria configuração conceitual da AID é pautada por uma preocupação com os efeitos de dominação implicados na ação cotidiana de nossa profissão, então não podemos deixar de ressaltar seu lugar de resistência. Uma resistência à naturalização de nossos saberes, à objetivação e sujeição daquele que nos procura, a certa mística do dizer. E com isso ratificamos, no campo que tomamos em análise, um compromisso ético e um posicionamento político no exercício da Psicologia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. G. *Metáforas da Desordem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1962/1990.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1969/1997.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1971/2010.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1976/2015.

FOUCAULT, M. *História da Loucura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, M. Sujeito e Poder. Em: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. pp. 231-249.

FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. IV e V (trad. sob a direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago, 1900/1969.

FREUD, S. *Sobre os sonhos*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. V (trad. sob a direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago, 1901/1969.

FREUD, S. *Fragmento da análise de um caso de histeria*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. VII (trad. sob a direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago, 1905/1969.

FREUD, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. VII (trad. sob a direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago, 1905a/1969.

FREUD, S. *Análise de uma fobia em um menino de cinco anos*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. X (trad. sob a direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago, 1909/1969.

FREUD, S. *Observações sobre um caso de neurose obsessiva [“O Homem dos Ratos”]*. Sigmund Freud, Obras completas, Vol. 9 (trad. sob direção de Paulo Cesar de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1909/2013.

FREUD, S. *Observações Psicanalíticas sobre um caso de paranóia (dementia paranoides) relatado em autobiografia [“O caso Schreber”]*. Sigmund Freud, Obras completas, Vol. 10 (trad. sob direção de Paulo Cesar de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1911/2010.

FREUD, S. *A dinâmica da transferência*. Sigmund Freud, Obras completas, Vol. 10 (trad. sob direção de Paulo Cesar de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1912/2010.

FREUD, S. *Introdução ao Narcisismo*. Sigmund Freud, Obras completas, Vol. 12 (trad. sob direção de Paulo Cesar de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1914/2010.

FREUD, S. *Recordar, repetir e elaborar*. Sigmund Freud, Obras completas, Vol. 10 (trad. sob direção de Paulo Cesar de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1914a/2010.

FREUD, S. *Observações sobre o amor de transferência*. Sigmund Freud, Obras completas, Vol. 10 (trad. sob direção de Paulo Cesar de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1915/2010.

FREUD, S. *O inconsciente*. Sigmund Freud, Obras completas, Vol. 12 (trad. sob direção de Paulo Cesar de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1915a/2010.

FREUD, S. *Os instintos e seus destinos*. Sigmund Freud, Obras completas, Vol. 12 (trad. sob direção de Paulo Cesar de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1915b/2010.

FREUD, S. *História de uma neurose infantil (“O Homem dos Lobos”)*. Sigmund Freud, Obras completas, Vol. 14 (trad. sob direção de Paulo Cesar de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1918[1914]/2010.

FREUD, S. *O inquietante*. Sigmund Freud, Obras completas, Vol. 14 (trad. sob direção de Paulo Cesar de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1919/2010.

FREUD, S. *O estranho*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XVII (trad. sob a direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago, 1919/1969.

FREUD, S. *Além do princípio do prazer*. Sigmund Freud, Obras completas, Vol. 14 (trad. sob direção de Paulo Cesar de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1920/2010.

FREUD, S. *O eu e o id*. Sigmund Freud, Obras completas, Vol. 16 (trad. sob direção de Paulo Cesar de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1923/2011.

FREUD, S. *O problema econômico do masoquismo*. Sigmund Freud, Obras completas, Vol. 16 (trad. sob direção de Paulo Cesar de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1924/2011.

FREUD, S. *Uma nota sobre o ‘bloco mágico’*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XIX (trad. sob a direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago, 1925/1969.

FREUD, S. *Nota sobre o “Bloco Mágico”*. Sigmund Freud, Obras completas, Vol. 16 (trad. sob direção de Paulo Cesar de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1925/2011.

FREUD, S. *A negação*. Sigmund Freud, Obras completas, Vol. 16 (trad. sob direção de Paulo Cesar de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1925a/2011.

FREUD, S. *Inibições, sintomas e ansiedade*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XX (trad. sob a direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago, 1926/1969.

FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. Sigmund Freud, Obras completas, Vol. 18 (trad. sob direção de Paulo Cesar de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1930/2010.

FREUD, S. *Análise terminável e interminável*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XXIII (trad. sob a direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago, 1937/1969.

FREUD, S. *Construções em Análise*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XXIII (trad. sob a direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago, 1937a/1969.

FREUD, S. *Construções na Análise*. Sigmund Freud, Obras completas, Vol. 19 (trad. sob direção de Paulo Cesar de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1937/2018.

GUIRADO, M. *Instituições e Relações Afetivas: o vínculo com o abandono*. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1986/2004.

GUIRADO, M. *Psicologia Institucional*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: E.P.U., 1987/2004.

GUIRADO, M. *Psicanálise e Análise do Discurso: matrizes institucionais do sujeito psíquico*. Ed. rev. e ampl. São Paulo: E.P.U., 1995/2006.

GUIRADO, M. *A clínica psicanalítica na sombra do discurso: diálogos com aulas de Dominique Maingueneau*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

GUIRADO, M. A clínica psicanalítica como análise de discurso. Em: GUIRADO, M. (org.); LERNER, R. (org.). *Psicologia, pesquisa e clínica: por uma análise institucional do discurso*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007. pp. 195-222.

GUIRADO, M. *Memorial*. Concurso para Professor Livre-Docente – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GUIRADO, M. *A Análise Institucional do Discurso como Analítica da Subjetividade*. São Paulo: Annablume, 2010.

GUIRADO, M. Clínica e Transferência na sombra do discurso: uma analítica da subjetividade. São Paulo: *Revista Psicologia USP*, v. 26, n. 1, 2015. pp 108-117.

GUIRADO, M.; MARTINS-AFONSO, F.; GUIRADO, L. *Loucura e Neurose em Freud: a cena originária da clínica psicanalítica em análise*. Curitiba: Appris, 2012.

HANS, L. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da Psicanálise*. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1967/2001.

LIMA, M. A. *O paciente e o término da análise no discurso de psicanalistas: uma análise institucional do discurso*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes Ed., 1989.

MAINGUENEAU, D. Aulas – Sobre o Discurso e a Análise do Discurso, Sobre a Heterogeneidade do Discurso, Sobre os Gêneros Discursivos. Em: GUIRADO, M. *A Clínica Psicanalítica na Sombra do Discurso: diálogo com as aulas de Dominique Maingueneau*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. pp. 21-31, pp. 47-63, pp. 91-105.

MARTINS-AFONSO, F. *Do inconsciente da metapsicologia ao dispositivo clínico: uma análise institucional do discurso de Freud*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

RIBEIRO, C. R. Sujeito-dobradilha: metáfora de subjetividade, metonímia institucional. Em: GUIRADO, M. (org.); LERNER, R. (org.). *Psicologia, pesquisa e clínica: por uma análise institucional do discurso*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007. pp. 245-262.

SILVA, L. B. M. *A produção do conceito de narcisismo em Freud: uma análise institucional do discurso*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

SOUZA, P. C. *As palavras de Freud: o vocabulário freudiano e suas versões*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

VEIGA, L. *Interpretação e transferência como instituintes da clínica psicanalítica*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VIARO, R. V. *Modos de subjetivação na formação em psicanálise: uma análise institucional do discurso*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

VIARO, R. V. *O “si” da técnica psicanalítica: uma análise institucional do discurso de O mal-estar na civilização*. 2016. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.